

**RICARDO RAMOS SHIOTA**

**Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos:  
duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, sob orientação do Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher.

**Marília 2010**

**RICARDO RAMOS SHIOTA**

**Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos:  
duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, sob orientação do Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher.

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego (Unicamp)**

**Prof. Dr. Duarcides Ferreira Mariosa - (PUCC)**

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Célia Aparecida Tolentino – suplente (UNESP)**

**Marília 2010**

Ficha Catalográfica  
Serviço de Biblioteca e Documentação – UNESP - Campus de Marília

Shiota, Ricardo Ramos.

S556p Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira? / Ricardo Ramos Shiota. – Marília, 2010. 255 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

Bibliografia: f. 238-246.

Orientador: Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher.

1

1. Teoria crítica. 2. Sociologia - Brasil. 3. Ramos, Guerreiro, 1915-1982. 4. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 5. Debate intelectual I. Autor. II. Título.

CDD 301.10981

## Agradecimentos

Ainda longe de alcançar o amadurecimento intelectual crítico imprescindível, eu reconheço a universidade pública brasileira, apesar de suas contradições, por na *Bildung* ter me incitado.

Sou grato aos professores do curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, aos funcionários e às amigas que fiz nesse lugar. Ao Aluísio Schumacher pela orientação e diretrizes do projeto, que resultou esta dissertação. Ao professor Wolfgang Leo Maar pela participação, como estágio docente por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCAR, na disciplina ministrada por ele: “Introdução a teoria crítica”. Aos professores Francisco Corsi e Edson Bariani Jr. pela participação no exame de qualificação, ao Rubem Murilo Leão Rego e ao Duarcides Mariosa pela participação na defesa desta dissertação. Aos funcionários da biblioteca da FFC/UNESP e à bibliotecária Maria Luzinete Euclides, agradeço também à bibliotecária Vera Lúcia Coscia do “Fundo Florestan Fernandes”, localizado na Biblioteca Comunitária da UFSCAR.

Agradeço aos meus familiares pela compreensão de minha falta. À Ricarda Canozo agradeço pela sua amável presença. À Carmelita Croce e seus pais agradeço pelo apoio e bons momentos que passamos juntos. Sou grato aos companheiros Alexandre Cerqueira César, Marcos Tavares (Mascote), Arakin Monteiro, Ulysses Lopes, Jorge Caceres, Alexandre Capato, Almir Enoque pela força, à Fabrícia Carla Viviani por ter me recebido em São Carlos. Agradeço a todas as figuras que conheci na UNESP Marília pelo aprendizado, grandes colegas de intermináveis discussões.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio financeiro a mim concedido para realizar esta pesquisa.

## Resumo

Esta dissertação parte da ideia de que a sociologia não tem como evitar a orientação crítica, em certo grau, pensando-a de modo similar ao arcabouço delimitado por Horkheimer no texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Nele, o autor consagra o conceito de teoria crítica numa acepção peculiar à Alemanha de 1937, mas, também, avança em direção a uma maneira de construir teorias críticas em três dimensões articuladas: formulação teórica (normativa), diagnósticos de tempo e projeção das possibilidades de transformação com seus respectivos sujeitos. Nessa perspectiva, poder-se-ia empregar o termo “teoria crítica” em outros contextos e disciplinas das ciências sociais desde que seja identificado o vínculo do pensamento à história. Este vínculo depende da elaboração de diagnósticos de tempo, pelos intelectuais, em vista da superação de obstáculos e dilemas da sociedade por meio de um comportamento teórico-normativo, cujos conhecimentos resultantes são destinados aos sujeitos potenciais da transformação social.

Apesar de destoarem da formulação de teoria crítica, inicialmente proposta por Horkheimer, em virtude de diferenças fundamentais de contexto situacional e de filiações intelectuais distintas, Guerreiros Ramos e Florestan Fernandes envolveram-se em questões de seu tempo e revelaram alguns dos obstáculos e dilemas latentes ao processo de revolução capitalista brasileiro. Do mesmo modo, eles tentaram oferecer soluções para os problemas histórico-sociais a partir do que acreditavam ser uma sociedade mais democrática e menos heterônoma.

O debate entre os sociólogos é interpretado, nesta dissertação, por meio dos “modelos críticos” subjacentes às suas publicações nos anos 40 e 50 do século XX. O modelo crítico refere-se às elaborações teóricas, diagnósticos de tempo e perspectivas diferentes utilizadas por cada um para conferir uma orientação crítica à sociologia, seja a fim de pensar de modo sociológico ou conhecer e agir de maneira científica para solucionar os problemas do Brasil. Apesar de terem se envolvido numa contenda, ambos convergem no sentido de que suas pretensões almejavam contribuir para a resolução das questões históricas de seu tempo, conforme as possibilidades que se descortinaram a eles.

**Palavras-chave:** Teoria crítica. Sociologia no Brasil. Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes. Debate intelectual.

## Abstract

This dissertation starts from the idea that the sociology can't avoid, up to a certain point, the critique orientation, having a general likeness to the framework circumscribed by Horkheimer in *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. In this text, the author consecrates the concept in a sense peculiar to 1937's Germany, but also goes toward a way to compose critical theories in three articulated dimensions: theoretical formulation (normative), time diagnosis and transformation possibilities projection with the respective agents. From this perspective, one would use the term "critical theory" in other contexts and in social sciences disciplines as soon as identified the link between thought and history. This link depends on the time diagnosis elaboration, by intellectuals, in view of to hurdle obstacles and society's dilemmas through a normative-theoretic conduct, which resultant knowledges are destined to potencial social transformation agents.

In despite of differing to the critique theory formulation initially proposed by Horkheimer, because of the basics differences of situation context and distincts intellectual filiations, Guerreiro Ramos and Florestan Fernandes have been involved in their times questions and bring out some of the obstacles and dilemmas latents to the Brazilian capitalist revolution process. In the same way, they tried to offer solutions to the social-historical problems starting from what they believed to be a fair and square society.

The debate between the sociologists is read, in this dissertation, through "critical models" subjacent to the publications produced in 40's and 50's of the last century. The critical model is relative to theorist elaborations, time diagnosis and different perspectives used by each one to confer a critique orientation to the sociology, to think in a sociologic way or to know and act in a scientific way to solve the Brazilians society problems. Even being involved in a dispute, both converged in the sense that their pretensions were to contribute with the resolution of the historical questions presents in that time, in accordant to the possibilities that were showed up to them.

**Key-words:** Critical theory. Sociology in Brazil. Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes. Intellectual debate.

*À minha mãe Suely e meus irmãos  
Isaías e Isabela.*

**OS PRESSUPOSTOS DO DEBATE INTELECTUAL ENTRE FLORESTAN  
FERNANDES E GUERREIRO RAMOS: DUAS VERSÕES DE TEORIA CRÍTICA DA  
SOCIEDADE BRASILEIRA?**

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I - A teoria crítica na formulação inaugural de Max Horkheimer</b>	
1. Questões preliminares.....	26
2. Concepção científica vs. concepção dialética da razão.....	27
3. Teoria crítica e formação intelectual crítica.....	34
4. Teoria tradicional e teoria crítica.....	39
5. Filosofia e teoria crítica. ....	45
7. A teoria crítica hoje.....	49
<b>Capítulo II - Guerreiro Ramos e a questão racial: o negro objeto da “sociologia enlatada” vs. o “negro vida”, elemento do povo brasileiro a integrar-se na nação (1945 a 1955)</b>	
1. Questão racial.....	52
2. Primeiras publicações.....	53
3. O Teatro Experimental do negro.....	56
4. Guerreiro Ramos e o projeto UNESCO.....	61
5. Ecos da negritude no pensamento de Guerreiro Ramos.....	63
6. O negro sob a necessidade de organização da nação.....	69
7. A subsunção da raça pela nação.....	75
<b>Capítulo III – Guerreiro Ramos por uma sociologia nacional</b>	
1. Uma sociologia “em mangas de camisa”.....	78
2. Autocrítica e filiação aos pensadores sociais brasileiros.....	78
3. Crítica à resignação sociológica.....	86
4. Pretérito imperfeito.....	96
5. Entre o ser e o ainda não ser.....	104



6. Sociologia nacional e práxis sociológica.....	120
7. Uma sociologia do desenvolvimento nacional.....	131

#### **Capítulo IV - Ciência e intervenção social na sociologia de Florestan Fernandes**

1. Entre o estrutural-funcionalismo e o historicismo.....	133
2. O ponto de vista sociológico.....	134
3. O objeto da sociologia e a tensão entre teoria e história.....	139
4. A sociologia como ciência.....	141
5. Inclusão da perspectiva histórica no método funcionalista.....	146
6. Fazer ciência e provocar mudanças sociais.....	153
7. Problemas sociais como problemas sociológicos.....	162
8. Ciência como teoria e prática.....	168

#### **Capítulo V - Florestan Fernandes leitor de seu tempo: (1942-1958)**

1. Adequação do saber sociológico aos problemas do Brasil.....	171
2. Esboço de um retrato do Brasil.....	174
3. O folclore do ponto de vista sociológico.....	179
4. Os primeiros habitantes do Brasil.....	187
5. O negro, o preconceito de cor.....	192
6. A democracia no Brasil.....	202
7. Ciência e sociedade .....	205
8. A Sociologia no Brasil.....	213
9. Mudança social e obstáculos ao desenvolvimento.....	219
10. Novas perspectivas, da dependência cultural à dependência econômica.....	224
11. Demora cultural: limites ao processo de secularização e racionalização.....	229

<b>Considerações finais.....</b>	<b>230</b>
----------------------------------	------------

<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>233</b>
--	------------

#### **Anexo**

A. Cartas de Guerreiro Ramos destinadas a Florestan Fernandes.....	246
--	-----

*O que semelhante teoria, e também a sociologia, é ou deve ser, só pode ter lugar através do que com ela se faz (Adorno).*

## Apresentação

A sociedade brasileira vivenciou um processo de transformações sem precedentes na sua história entre as décadas de trinta a setenta do século passado. Tratava-se da aceleração do processo de revolução capitalista, beneficiado pela conjuntura internacional, na qual a grande indústria foi implementada no país. Esse processo, cujas raízes remontam à substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, ao desenvolvimento de manufaturas e pequenas indústrias, à formação de um mercado interno, dentre outros fatores, trouxe consigo determinados saberes que pudessem orientá-lo.

A sociologia tornou-se referência de um saber comprometido com as questões colocadas pelo desenvolvimento histórico brasileiro nos anos quarenta e cinquenta. A formação do capitalismo industrial no Brasil suscitou a institucionalização da sociologia a partir da década de 1930, quando foi incluída nos currículos das faculdades existentes e foram instituídas cátedras da disciplina nas primeiras universidades brasileiras.

A sociologia no Brasil edificou-se por meio do processo de institucionalização do “ensino superior”. A vinda da Corte portuguesa em 1808, a Reforma Educacional Francisco Campos de 1931 e a Reforma Universitária de 1968 são alguns dos marcos fundamentais para a definição do ensino superior no Brasil. No plano da cultura, conforme ressaltou Florestan Fernandes (1958), o surgimento da sociologia evidencia a manifestação do processo de abertura do país para o domínio do pensamento racional e das transformações seculares que haviam sacudido a Europa desde o Renascimento. O desenvolvimento do ensino superior brasileiro destacou-se por criar novos caminhos de ascensão social para as classes médias, como nova modalidade de estratificação social a partir da concessão de títulos universitários<sup>1</sup>.

A institucionalização da sociologia no Rio de Janeiro e em São Paulo teve, como referências, as instituições de ensino superior e as tradições intelectuais cultivadas na formação da disciplina no país. Estas sociologias, até meados da década de 60 do século passado, receberam contornos distintos, conforme as determinações sociais locais e os objetivos para os quais estiveram inclinadas.

Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos inauguraram duas concepções de sociologia durante o processo de institucionalização da disciplina nas recém criadas universidades. Na Universidade de São Paulo (USP), o primeiro registrou sua presença entre 1941 e 1968; o segundo, por sua vez, formou-se na antiga capital federal em ciências sociais

---

<sup>1</sup> Cf. MICELLI, 2001; FERNANDES, 1958a, 1975, 1980; RAMOS, 1949, 1953, 1957a; ROMANELLI, 1978; SCHWARTZMAN, 1979; CUNHA, 1980; NOGUEIRA, 1981; QUEIROZ, 1971, 1992; CÂNDIDO, 2006.

pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e também estudou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, graduando-se entre 1942 e 1943.

Guerreiro Ramos concebeu a sociologia de modo *sui generis*, preocupando-se em mobilizá-la para solucionar os problemas sociais do Brasil, em extrair dela uma ideologia do desenvolvimento nacional ou antiimperialista. Praticou a sociologia através de sua participação em órgãos do poder público do Estado como o Departamento Nacional da Criança, como o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) e como a Casa Civil da Presidência. Fez a crítica da sociologia no Brasil, reivindicando engajamento nas questões históricas de seu tempo. Ele atuou no TEN (Teatro Experimental do Negro), em atividades docentes na EBAD/FGV (Escola Brasileira de Administração), no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, sociologia e Política) e no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Propôs também uma sociologia nacional, além de exercer um breve mandato como deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), interrompido em razão das vicissitudes decorrentes do Golpe Militar de 1964.

Florestan Fernandes foi vinculado à USP. Nesta instituição graduou-se em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1943 e licenciou-se na área na mesma instituição em 1944. De 1945 a 1952 ele foi segundo-assistente da Cadeira de Sociologia II da USP. No ano de 1947 concluiu a pós-graduação em Sociologia e Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), obtendo o título de mestre com a dissertação *A organização social dos tupinambá*. Em seguida, no ano de 1951, doutorou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP com a tese *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. Entre 1952 e 1954 ele foi contratado para a Cadeira de Sociologia I na condição de primeiro-assistente. No ano de 1953 Florestan Fernandes tornou-se livre docente na mesma instituição com a tese *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*. Em 1954, ele foi professor contratado pela Cadeira de Sociologia I da USP até 1965, ano no qual ele tornou-se professor titular após ter defendido a tese *A integração do negro na sociedade de classes*. Esteve, durante 27 anos, ligado à USP e foi expulso da instituição por aposentadoria compulsória em 1968 pelo regime militar.

Os intelectuais em questão imprimiram sentidos diversos à prática da sociologia e ao trabalho do sociólogo no Brasil, visando contribuir para que a disciplina exercesse um itinerário reflexivo e transformador na sociedade brasileira nos anos 50 do século passado. Travaram um interessante debate a respeito dos caminhos que esse saber deveria seguir no Brasil, no qual buscaram conferir orientações diversas ao novo campo de conhecimento que se institucionalizava, de acordo com suas trajetórias pessoais, vínculos institucionais e

filiações teóricas. A contenda dos autores incidiu sobre o sentido da sociologia no Brasil, o porquê e para que da disciplina frente às transformações daquele momento. Indiretamente eles disputaram o papel da sociologia na sociedade brasileira no momento em que se exacerbava o processo de revolução capitalista.

Apesar de Florestan Fernandes creditar à cientificidade o lastro (base sólida que legitima ou autoriza alguma coisa) da sociologia e Guerreiro Ramos valer-se da disciplina para a criação de uma ideologia do desenvolvimento da nação brasileira, salvaguardo as diferenças fundamentais. Ambos tiveram a mesma percepção: de que a sociologia e os intelectuais por ela (in)formados fariam ciência e simultaneamente interviriam na história. Pois, conforme Bôas (2006a, 2006b) “fazer ciência e fazer história” teria sido o horizonte comum deles.

A disputa política entre esses dois intelectuais, além de buscar imprimir cada um à sua maneira uma determinada orientação dominante ao campo da sociologia, que vinha se constituindo, expressa posicionamentos distintos em relação ao pensamento social brasileiro e aos autores estrangeiros clássicos da disciplina, e, acima de tudo, significados diversos acerca do papel da sociologia frente às transformações da sociedade brasileira na década de 1950.

Nesse período, a presença e atuação dos Estados Unidos no controle da segurança interna brasileira buscaram salvaguardar a aliança entre os países e garantir o fornecimento de matérias primas para a economia norte-americana, na época em que as relações geopolíticas internacionais estavam bipolarizadas pela “guerra fria”. Diante de um quadro marcado por relações econômicas desiguais com os países industrializados, a ideologia nacional-desenvolvimentista colocou em cena uma política contrária a que “Washington” havia estabelecido para a América Latina. Segundo Braga (2010), a proposta era desenvolver o Brasil rapidamente e projetá-lo no cenário internacional. Juscelino Kubistchek resumiu muito bem as aspirações de alguns setores da sociedade com sua propaganda de governo, a qual pregava o crescimento econômico de “cinquenta anos em cinco”.

O esforço de industrialização da economia brasileira proposto pelos desenvolvimentistas, *grosso modo*, configurava-se como processo de industrialização e superação do capital agrário-mercantil. Eles apregoavam a mudança do padrão de desenvolvimento econômico e social com nuances marcantes.

Para os nacionalistas mais à esquerda, que foram grandes inimigos dos interesses norte-americanos no Brasil, impunha-se que o país deixasse de ser fornecedor de matérias-primas, expandisse a base industrial, diversificasse os setores econômicos, o comércio exterior e desenvolvesse uma política externa independente; e promovesse também

distribuição de renda, mudança na estrutura fundiária e ampliação do mercado interno. Eles posicionaram-se em favor da intervenção estatal, do planejamento de setores básicos da economia, da orientação dos investimentos públicos para superar a condição estrutural heterogênea e subdesenvolvida da sociedade brasileira. Eram técnicos e funcionários públicos que falavam em nome dos “interesses nacionais” e buscaram formular um projeto de desenvolvimento nacional (Cf. Bielschowsky, 2000).

Este trabalho parte da ideia de que a orientação crítica se articula em três aspectos: teoria, diagnóstico de tempo e projeção de transformações possíveis e seus agentes. Tal perspectiva permite conceber a elaboração de teorias críticas para outros momentos e disciplinas das ciências sociais, tendo em vista “observar o horizonte do presente, para descobrir possibilidades que satisfaçam as esperanças dos homens em sua finitude” (MAAR, 1988, p. 423). O objetivo central desta dissertação foi acompanhar o percurso dos autores no sentido de como vincularam à sociologia ao seu tempo e às transformações que ocorreram, conforme seus horizontes intelectuais e políticos e a elaboração de “modelos críticos”.

## **Introdução**

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e Florestan Fernandes (1920-1995) são dois representantes das primeiras gerações de sociólogos brasileiros formados na Universidade do Rio de Janeiro e na Universidade de São Paulo, respectivamente. Ambos, apesar de suas origens sociais subalternas, tiveram itinerários intelectuais e políticos distintos e uma relação pessoal de troca de correspondências até 1954, como se deduz das cartas<sup>2</sup> trocadas entre eles. Um desentendimento entre os autores é provocado em razão do modo distinto pelo qual eles concebiam e projetavam a sociologia no Brasil.

Assim, qual contribuição a sociologia tinha a oferecer para que se concretizasse a revolução capitalista na década de 1950? Que feições este processo assumia no país e quais eram seus limites? Como a sociologia deveria se profissionalizar e se institucionalizar, enquanto um ponto de vista sobre passível de ser manipulado para o desenvolvimento nacional ou uma “ciência aplicada” à explicação e equacionamento dos processos sociais? Essas são algumas questões latentes no debate intelectual dos atores, cujo teor das provocações fez história nas ciências sociais brasileiras.

O Fundo Florestan Fernandes, pertencente à Biblioteca Comunitária da UFSCAR

---

<sup>2</sup> Anexadas na dissertação.

(Universidade Federal de São Carlos), contém algumas cartas enviadas por Guerreiro Ramos. São oito correspondências datadas do período de 14/03/1949 a 18/05/1954. Elas revelam a admiração do autor pelo jovem sociólogo paulista, expressa em palavras amistosas, convites para participação e divulgação de conferências, solicitação de críticas a trabalhos publicados e livros com dedicatórias escritas “do amigo Guerreiro Ramos”.

No Fundo, o qual recebeu o *Registro Memória do mundo do Brasil de 2009* de reconhecimento da UNESCO, há sete publicações de Guerreiro Ramos dentre um vasto acervo de livros, aproximadamente doze mil, e cerca de 30 mil páginas de documentos pessoais, guardados cuidadosa e sistematicamente por Florestan. As publicações de Guerreiro Ramos enviadas<sup>3</sup> a ele foram lidas e contêm anotações à caneta, tal como de praxe o sociólogo paulista estudava os seus livros, grifando e sinalizando sua leitura a exemplo de alguns pontos de interrogação contidos nos livros de Guerreiro Ramos.

Numa das cartas, Guerreiro afirma: “na minha tese [*Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*, apresentada ao DASP no ano de 1950] o citei muito, a propósito das técnicas de trabalho nas sociedades primitivas, usei muito o seu capítulo sobre economia tupinambá” (RAMOS, 1950). Entre essas e outras, no entanto, em 1953 a relação entre ambos é tensionada, na ocasião do *II Congresso Latino Americano de Sociologia*, realizado nas cidades São Paulo e Rio de Janeiro. A última carta recebida pelo sociólogo paulista é datada de 18/05/1954.

O ano de 1953 é o marco da primeira divergência pública entre ambos. Na condição de presidente da *Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais*, participante da *Comissão de Teoria Sociológica* do congresso, Guerreiro Ramos apresentou sete propostas<sup>4</sup> para o desenvolvimento de sua concepção particular de sociologia no Brasil - criticadas e recusadas por 22 votos contra nove aceitações. Ele ficou indignado perante alguns de seus pares e resolveu publicar artigos no *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*<sup>5</sup>, explicando e

---

<sup>3</sup> São elas: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950; \_\_\_\_\_ **As implicações sociológicas da puericultura** [s.n.t.], v.15, n.1, p.3-15, set. 1945; RAMOS, Alberto Guerreiro; GARCIA, Evaldo da Silva. **Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949): com especial referencia a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos**. [s.l.]: Conselho de Imigração e Colonização, 1949; RAMOS, Alberto Guerreiro. **O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma historia de ideias** Rio de Janeiro: [s.n.], 1953; **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**: prefácio a uma sociologia nacional. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1954.

<sup>4</sup> As teses de Guerreiro Ramos para o desenvolvimento da sociologia no Brasil foram reproduzidas na página 93-94 desta dissertação.

<sup>5</sup> Esses artigos foram reunidos e publicados em: **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**: prefácio a uma sociologia nacional. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1954. Este teve um exemplar enviado a Florestan Fernandes, porém, desta vez sem a dedicatória “do amigo Guerreiro Ramos”. Interessante que na leitura de Florestan

reiterando suas posições que haviam sido recusadas. Ele argumenta contra aqueles que as recusaram anteriormente, entre os quais estava Florestan Fernandes.

No ano seguinte, em 1954, na ocasião do *I Congresso Brasileiro de Sociologia* em São Paulo, promovido pela *Sociedade Brasileira de Sociologia* houve o estopim das divergências. Eles se desentenderam novamente em torno do significado da sociologia para o país e a respeito das funções que deviam constituí-la: “acadêmicas ou pragmáticas”, como definiu Guerreiro Ramos durante a ocasião.

Nela, o sociólogo paulista<sup>6</sup> destacou-se por levantar o debate sobre a introdução do ensino da sociologia no Brasil na escola básica na perspectiva das “funções universais” da matéria, sob o ponto de vista da sociedade brasileira, dos processos de socialização nela operantes em meio às mudanças sociais e à necessidade de reajustamento dos indivíduos. Ele diagnostica uma situação precária do sistema educacional brasileiro na sua *integração estrutural-funcional* com o novo momento histórico, reconhecendo as deficiências inerentes a um país “subdesenvolvido”, que não dispunha dos requisitos básicos para a internalização de todas as potencialidades da ordem social capitalista. Mediante tais condições e fatores, para ele, o ensino de sociologia favoreceria o processo de transição para uma sociedade moderna, legal e igualitária que se acreditava possível, preocupação que caracterizou o pensamento sociológico dos anos 50 (Cf. Bôas, 2006a).

Ele acreditava que a utilização de conhecimentos científicos elaborados pelos países “adiantados” permitia a solução dos problemas sociais brasileiros. Os sociólogos foram vistos por ele como agentes de transplantação das inovações pertinentes à “civilização científica e tecnológica”. Para ele, era preciso discutir a integração da sociologia no currículo da escola secundária, porque a disciplina concorria para a “formação de atitudes cívicas e para a constituição de uma consciência política definida em torno da compreensão dos direitos e dos deveres dos cidadãos” (FERNANDES, 1954b, p.103). A sociologia poderia contribuir com as mudanças culturais caso fosse implementada no ensino básico.

Guerreiro Ramos (1954d) concordou, em parte, com a proposta de seu colega a respeito da implantação da sociologia na escola secundária. Seria ideal a difusão dos conhecimentos sociológicos no Brasil, mas a carência de especialistas no assunto para dar

---

Fernandes apenas os textos relacionados à questão racial encontram-se grifados e sinalizados. Numa das passagens que Guerreiro Ramos faz menção crítica a Florestan Fernandes, em *O problema do negro na sociologia brasileira*, há uma anotação com a seguinte palavra “obrigado”. Certamente Florestan Fernandes leu toda a *Cartilha* e curioso não ter feito nenhum rabisco ou apreciação dos textos concernentes à crítica de Guerreiro Ramos à sociologia brasileira.

<sup>6</sup> Cf. FERNANDES, 1980 [O ensino da sociologia na escola secundária brasileira, p.89-107].



conta do ofício e o fato de que a sociologia brasileira estava alienada da realidade nacional dificultariam o ensino proveitoso da sociologia. Este só faria sentido caso não fosse “inócuo”, pois, seu dever era o de oferecer aos discentes um ponto de vista no qual pudessem compreender o cotidiano para transformá-lo.

A sociologia é concebida, deste modo, como um ponto de vista sobre a sociedade, um saber que respeita princípios fundamentais comprometidos com a transformação social e política. De acordo com a premência dos diferentes contextos, nos quais se desenvolveu a sociologia, impunha-se uma variedade de objetos de estudo e propósitos de transformação que precisavam ser levados em conta. A sociologia brasileira ao deixar de refletir acerca da resolução dos problemas históricos nacionais e voltar-se ao transplante de atitudes, preocupações e esquemas conceituais da sociologia dos países imperialistas, figurava-se como uma “sociologia alienada”, sendo uma “sociologia enlatada”. Daí decorre um dos pontos de sua discordância com a difusão da disciplina no ensino básico.

Guerreiro Ramos, durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, também apresentou uma conferência no evento, intitulada “*Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados de 1870 a nossos dias*” [1954]. Nesta conferência ele propôs a necessidade de formular uma “interpretação global” da “realidade nacional” pela “indução” das tendências históricas no desenvolvimento da sociedade brasileira com vistas a facultar uma intervenção nesse processo. Sob o aspecto político do desenvolvimento nacional, ele defendeu a necessidade de formulação de uma “ideologia orgânica” da realidade brasileira como instrumento de ação política nacional. Havia necessidade, segundo ele, de uma “ideologia nacional” que estivesse pautada numa “teoria suprapartidária”, em favor dos interesses públicos nacionais, e que fosse ainda capaz de encontrar “objetivamente” o sentido do desenvolvimento histórico brasileiro, do ponto de vista do “desenvolvimento da nação”.

Posicionou-se, assim, a favor de uma sociologia voltada para a construção de uma teoria da realidade brasileira, formulada no sentido “do processo do desenvolvimento econômico-social do Brasil, ultrapassando a limitação partidária e não pretendendo ser uma análise do ponto de vista de um segmento particular, seja o proletariado, a burguesia ou a classe média” (RAMOS, 1954d, p.343). Os cânones do raciocínio sociológico seriam os mesmos em qualquer país, o que variava eram os temas. Com esses argumentos ele se aproximou nitidamente das teses defendidas pelos intelectuais do Grupo de Itatiaia, que deram origem ao IBESP. Ele era também um representante do grupo.

Na ocasião do debate, Florestan Fernandes o interpelou manifestando-se contra a tentativa de Guerreiro Ramos de conceituar o objeto da sociologia como um processo de

autoconsciência racional da realidade brasileira, que buscava uma formulação prática dos lastros da atividade política no Brasil. Segundo ele, o sociólogo baiano entendia como teoria “situações históricas vivenciais”, sob o manto de ideologias políticas e não da explicação sistemática, que ele vinha tentando consagrar na disciplina até então.

O sociólogo paulista concebia a sociologia como ciência e as pretensões de Guerreiro Ramos eram avessas à sua concepção, pois ele pretendia instrumentalizá-la através de uma ideologia. Mas, enquanto ciência a sociologia se prestaria a aplicações mais amplas, como a profissionalização da pesquisa científica e a institucionalização do saber sociológico, fatores de mudança cultural. Nas palavras do relator da mesa, o próprio Florestan Fernandes, lê-se que:

O professor Florestan Fernandes pergunta até que ponto uma formulação ordenada de desenvolvimento das ideias políticas no Brasil poderá servir de fundamento ou de forma através da qual se processe a tomada de consciência racional da realidade. Analisa, a seguir, as diferentes acepções que se pode aplicar a palavra teoria para dizer o que o professor Guerreiro Ramos chama de teoria da realidade brasileira não é propriamente uma tentativa de explicação sistemática da sociedade brasileira, mas apenas uma expressão das situações histórico-sociais vividas no Brasil, vistas da perspectiva de determinadas ideologias políticas. Conclui daí que não se está diante de uma teoria que se possa servir de ponto de partida a uma caracterização das origens do pensamento sociológico no Brasil (FERNANDES, 1954b, p.342).

Guedes (2007) recupera as palestras apresentadas na ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia e sintetiza a ocasião nos seguintes termos:

Ao longo do Congresso, a centralidade das intervenções de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é o aspecto mais evidente. O primeiro, defendendo uma concepção de sociologia como ciência capaz de produzir explicações de natureza generalizante sobre os diversos níveis de integração entre os seres humanos, ciência cujo quadro conceitual e os procedimentos de coleta de dados gozavam de validade universal. O segundo, vendo a Sociologia como um método, um ponto de vista, no qual temas e categorias resultam da integração histórica e subjetiva entre pesquisador e realidade pesquisada. Guerreiro definia a sociologia acadêmica brasileira como "enlatada", hábil em importar não apenas os princípios do raciocínio sociológico, mas a atitude e preocupações dos cientistas sociais estrangeiros. A tensão entre esses dois posicionamentos e a luta pela ampliação do espaço profissional dos sociólogos compuseram o núcleo das preocupações e debates entre os congressistas (GUEDES, 2007, p.143).

Com efeito, o teor das divergências em torno da compreensão e das funções

atribuídas ao conhecimento sociológico, refletiu-se no plano da troca de correspondências entre os autores, pois conforme dito, ela encerrou-se no ano de 1954.

A partir daí prevaleceu uma relação de disputa e rivalidade entre os autores acerca da orientação que deveria ser seguida pela sociologia no Brasil. Nesse sentido, Hélio Jaguaribe de Mattos (1988) é elucidativo ao comentar as relações de Florestan Fernandes com o ISEB (Instituto Brasileiro de Estudos Superiores), na fase em que ele e o sociólogo baiano participaram da instituição como fundadores (1955-1958).

Com Florestan as relações eram um pouco mais difíceis, por causa de nosso sociólogo da casa, Guerreiro Ramos. Guerreiro tinha um grande antagonismo com Florestan. Por causa do Guerreiro as relações com Florestan, que poderiam ter sido férteis, ficaram dificultadas e eu não podia deixar de dar preferência ao sociólogo da casa, embora tivesse boa afinidade com Florestan (JAGUARIBE DE MATTOS, 1988, p.28).

A primeira manifestação de rivalidade entre os autores é apresentada por Florestan Fernandes, em 1957, no seu texto *Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*. A explicação do ponto de vista da sociologia como ciência no Brasil é oferecida à luz dos condicionamentos histórico-culturais requeridos pelo pensamento racional.

Florestan Fernandes (1958a), com certo “dogmatismo científico”, enuncia que a sociologia, enquanto ciência no Brasil, já tinha ultrapassado a orientação de fazer dela uma forma de consciência e de explicação das situações históricas da sociedade brasileira. A sociologia havia superado uma disposição derivada daquela orientação, chamada de “pragmática”. Esta usaria a sociologia para interpretar o presente em vista de transformá-lo, tendo fins racionais - nesse caso, o expoente fora Alberto Torres. Essa forma de conceber a disciplina comprazia às pressões sociais e aos fatores extracientíficos, ignorando os procedimentos e normas científicas conquistados pela sociologia ao longo de seu desenvolvimento histórico institucional.

Além disso, cita os intelectuais que seriam precursores da legítima época da sociologia no Brasil, iniciada na década de 1920, quando a análise dos fenômenos sociais estava sendo submetida ao interesse de salvaguardar um padrão de trabalho científico sistemático. Diversos nomes são citados por Florestan Fernandes: Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Arthur Ramos, os professores estrangeiros que vieram lecionar no Brasil etc. Dentre aqueles que figuravam “o que há de melhor na produção da moderna geração de sociólogos e

antropólogos brasileiros” (FERNANDES, 1958a, p.202), não se encontra nenhuma referência a Guerreiro Ramos. Para a verve de dois prestigiados sociólogos brasileiros no momento, que trocaram correspondências e tentaram uma aproximação intelectual, elaborar um texto sem a menção de seu par como contribuinte à moderna investigação sociológica no Brasil pode ser considerado, no mínimo, um insulto.

Em seguida, no ano de 1958, Florestan Fernandes (1958a) publica *O padrão científico dos sociólogos brasileiros*, no qual admite a encruzilhada entre pressões sociais e deveres científicos no trabalho sociológico, recomendando a necessidade de encontrar um equilíbrio entre essas variáveis nas investigações científicas. Ele retoma suas críticas ao que denomina “análise histórico-sociográfica” do trabalho científico, corrente na tradição da sociologia no Brasil, alega que o mesmo não oferecia nenhuma contribuição à “teoria sociológica propriamente dita”, e ainda era nocivo por negligenciar a pesquisa empírica sistemática.

Nas últimas décadas de seu desenvolvimento no âmbito internacional, a sociologia conquistara um padrão científico próprio, o qual não podia ser negligenciado pelos sociólogos brasileiros. O sociólogo paulista se ocupou com essas questões e criou um estilo de pensamento próprio, no qual buscou uma solução para a separação entre teoria e empiria no desenvolvimento das tradições acadêmicas da sociologia. As afirmações de Guerreiro Ramos, para ele, se tratavam de equívocos diante das “obrigações” dos sociólogos com o desenvolvimento científico (empírico-indutivo) da sociologia no Brasil. Elas eram uma “deformação filosófica” do ponto de vista sociológico, principalmente ao rejeitar a pesquisa empírica. Quaisquer que fossem os temas de investigação escolhidos pelos especialistas, eles tinham de ser enfrentados com as exigências imprescindíveis do saber científico, ou se corria o risco de fazer tudo, menos ciência.

A própria condição de país subdesenvolvido requeria a obrigação de explorar adequadamente a ciência, elaborar pesquisas empíricas, para que elas se tornassem fator construtivo em seu meio, porquanto “o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigação dessa magnitude” (FERNANDES, 1958a, p.226). Num país com as disparidades regionais de desenvolvimento como o Brasil, a pesquisa empírica seria um requisito prévio para o conhecimento adequado do todo, que se desdobraria por meio da generalização indutiva, respeitando os procedimentos rigorosos da ciência.

Diante das recomendações contrárias aos seus interesses científicos, o sociólogo

paulista argumenta que a ciência era necessária para o desenvolvimento do país e poderia ser produzida de modo relativamente autônomo às pressões sociais. Apesar das debilidades institucionais diagnosticadas, a disciplina já teria condições de seguir seu próprio caminho e contribuir para a teoria sociológica. As demandas científicas que se impunham ao trabalho do sociólogo, naquele momento, não advinham do nível de desenvolvimento do país e sim das “exigências universais” do trabalho científico. Restava, pois, aos sociólogos brasileiros ajustarem às normas científicas o seu trabalho por meio de escolhas adequadas que respeitassem o equilíbrio necessário entre móveis científicos e extracientíficos (ou ideológicos) nas suas investigações.

A réplica de Guerreiro Ramos veio a lume no prefácio, escrito em 1963, para a segunda edição do livro *A redução sociológica*, publicado em 1965. Neste, o sociólogo baiano tece críticas mordazes ao seu colega, valendo-se de um “senso de humor” peculiar.

Na data em que escreve o prefácio, ele ocupava a cadeira de deputado federal pelo antigo estado da Guanabara na câmara dos deputados. É verossímil que o horizonte político perseguido por ele na sua obra até então e a posição que ocupava neste momento ancorassem a alcunha que atribuía ao colega paulista, de “professor de sociologia. A diferenciação que o autor fazia entre “sociologia em hábito” e “sociologia em ato” revela a concepção particular que ele concebeu para a sociologia no Brasil, segundo a qual, a matéria devia ser tirada dos livros e das instituições acadêmicas para ser pensada nas mãos dos sujeitos históricos identificados em seus diagnósticos de tempo.

De acordo com Guerreiro Ramos (1965), a mera alfabetização em sociologia não transcendia o âmbito “vestibular da ciência”. Ele acusa seu colega, taxa-o de “hipercorreto”, isto é, alguém que repetia, de forma análoga e provinciana, a ciência praticada em solo estrangeiro sem se dar conta das premências e obstáculos históricos do país, assim como das particularidades nacionais que deveriam ser levadas em consideração na produção científica. Ele questiona a escassez financeira apontada por seu colega como óbice ao desenvolvimento institucional da sociologia com relativa autonomia, pois, ele via o problema de outra maneira: era preciso ajustar a sociologia ao pensamento e à transformação da nação, valendo-se do domínio do raciocínio que implicam as contribuições sociológicas, para pensar o Brasil em suas especificidades e através de uma interpretação global.

Ao invés de pensar um método rigoroso de ajustar as técnicas estrangeiras de pesquisa às nossas condições, declara [Florestan Fernandes] que estas dificultam o trabalho sociológico [...] O que nos impõe aos colegas estrangeiros, não é o conhecimento *par coeur* de

suas produções, mas o domínio do raciocínio que implicam, e que habilita os sociólogos a fazer coisas diferentes em circunstâncias diferentes, sem prejuízo da objetividade científica. É esdrúxulo advogar ou condenar a importação de conhecimentos. Todos os países são importadores de ciência. O que se trata – no caso – é de como importar (RAMOS, 1965, p.26-27).

O autor defende que era preciso fazer uso sociológico da própria sociologia. Praticar a “redução sociológica” em vez de condenar, pura e simplesmente, a situação de país subdesenvolvido. Era necessário submeter à ciência às prioridades sociais do desenvolvimento nacional autônomo, mas, sem por em risco o rigor necessário ao tratamento dos dilemas históricos brasileiros. O autor afirma que o tão almejado “padrão de trabalho científico”, por parte do sociólogo paulista, era um “formalismo” estéril e difícil de ser compreendido, porque era alienado da realidade. Ao sociólogo caberia superar a penúria financeira não só em procedimentos metódicos, mas no seu trabalho como um todo, o qual deveria estar voltado para procurar meios de viabilizar o desenvolvimento nacional.

Guerreiro Ramos (1965), em réplica ao texto de seu colega que omitiu o seu e outros nomes do pensamento social brasileiro, argumenta que, para o sociólogo paulista, a história da sociologia no Brasil começava apenas com “escolas de sociologia”, sendo sociólogos apenas “escritores escolares”. Outros pensadores como Visconde do Uruguai, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres etc, os quais “tinham o que fazer – tarefas sociológicas próprias e larga consciência de que a medida por excelência do trabalho sociológico é sua funcionalidade em relação à realidade nacional” (RAMOS, 1965, p.34). Eles foram omitidos por Florestan Fernandes ao referir-se a legítima tradição do pensamento sociológico brasileiro.

Por fim, Guerreiro Ramos (1965) acusa Florestan Fernandes de ser ingênuo ao acreditar que a relação da ciência com o “mundo” é oferecida por “critérios livrescos ou institucionais” e não pelo engajamento na transformação das condições históricas. Com isso, a pretensa autonomia científica da disciplina criava um solipsismo ou uma relação isolada do sociólogo com a sociedade brasileira, ampliando ainda o abismo entre iniciados e leigos.

[...] o saber científico, e, em particular, o sociológico, só é largamente privilégio de círculos restritos, por força de condições históricas que limitam o acesso das massas ou dos leigos à cultura [...] A vocação da sociologia, aliás, é tornar-se um saber vulgarizado [...] O sociólogo paulista é ideólogo de uma sociologia insustentável, que nunca existiu, não existe, nunca existirá. A sociologia não é exterior à sociedade global (RAMOS, 1965, p.26-27).

A sociologia querendo legitimar sua cientificidade, na visão de Guerreiro Ramos, convertia-se em “prática de escoteiros” que se eximiam das questões de seu tempo.

Assim, é possível perceber que a forma como esses autores conceberam a sociologia acabou por transformar a comunicação que havia entre eles e convertê-los em rivais. Como esta dissertação almeja demonstrar, não foi uma vaidade intelectual que provocou essa contenda, marcante na história das ciências no Brasil, mas convicções profundas presentes no modo pelo qual ambos desenvolveram suas obras e tentaram vinculá-las às questões históricas, dilemas e obstáculos da sociedade brasileira, vigentes em seu tempo, neste momento de seus itinerários intelectuais e políticos. Assim, se para Florestan Fernandes a sociologia oferecia critérios racionais para se pensar e mudar a sociedade, para Guerreiro Ramos, o pensamento sociológico devia ser a perspectiva ou consciência prática atuante na resolução dos problemas sociais.

Vários trabalhos<sup>7</sup>, com interpretações distintas, foram escritos acerca do debate entre os autores em questão, dentre eles, o comentário de Cohn (1995) é elucidativo por oferecer um breve panorama das diferenças características entre os protagonistas:

Onde Florestan vê ciência institucionalizada conforme padrões universais de desempenho Guerreiro vê a participação dos intelectuais na organização de uma consciência social conforme as peculiaridades nacionais na correspondente “fase histórica”; onde Florestan, na perspectiva do inovador e organizador, vê obstáculos estruturais na sociedade e adota uma posição institucional, Guerreiro, mais próximo dos centros nacionais de decisão, vê obstáculos nos agentes do poder e adota uma posição mais diretamente política; em consequência, onde um busca a mudança estrutural das condições de existência o outro volta-se para a mudança da consciência nacional; onde Florestan enfatiza a ciência social aplicada e o planejamento racional Guerreiro defende a construção de um ideologia eficaz para o projeto nacional. Em consonância com estas diferenças básicas (cujo sutil jogo ao longo do debate certamente mereceria um exame mais detido) ambos formulam meios diversos para atingir metas também discrepantes. Para Guerreiro importa um meio político por excelência, a substituição do mero predomínio de classe pela capacidade dessa mesma classe de assumir a direção efetiva da sociedade, tendo em vista o objetivo que lhe importa, a nação autônoma (vale dizer não nacional). Já para Florestan a preocupação central é com as mudanças estruturais na sociedade mediante técnicas sociais adequadas, visando a constituição de uma sociedade democrática (vale dizer não oligárquica e muito menos autocrática). É fora de dúvida que nem Guerreiro era avesso à democracia nem Florestan queria uma sociedade heterônoma. (COHN, 1995, p.4)

---

<sup>7</sup> Cf. ORTIZ, 1990; VIANA, 1994; COHN, 1995; OLIVEIRA, 1995; SORJ, 2001; BARIANI JR., 2003; HECKSHER, 2004; BÔAS, 2006A; MARTINS, 2008

Esta dissertação empreendeu uma leitura interna dos autores, analisando-os conforme os critérios que adjudicam a fim de acompanhá-los em seus próprios argumentos<sup>8</sup>. Existem “modelos críticos” subjacentes nos pressupostos da contenda? “A ideia de modelo crítico pretende ressaltar que não há teses determinadas, com conteúdos fixos, a que alguém tenha de aderir se quiser fazer parte do campo crítico” (NOBRE, 2008b, p.19). Visto que, para Horkheimer, a validade ou o caráter significativo de um pensamento está relacionado com sua função social progressiva ou regressiva (RUSCONI, 1969, p.203). Quais foram os diagnósticos que eles fizeram de seu tempo? Como eles elaboraram suas concepções teóricas e lidaram com o saber acerca do social pré-existente no país antes da institucionalização da disciplina?

Antes de responder a essas questões, impôs-se o desafio de conhecer a teoria crítica segundo a concepção inaugural promovida pelo debate entre Max Horkheimer e Herbert Marcuse no *Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt*. A constatação da diferença de propósitos dela em relação às sociologias propugnadas por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos corroborou a necessidade de abstrair apenas a arquitetura da teoria crítica: formulação teórica, elaboração de diagnósticos e prognósticos de tempo (NOBRE 2004a, 2004b, 2008), para indagar se esses autores foram críticos em relação ao seu tempo no âmbito de seus referenciais e se eles vincularam o pensamento à compreensão de seu tempo histórico presente em vista de transformações que consideravam necessárias.

No primeiro capítulo é contextualizado o nascimento da teoria crítica, restringida ao momento inicial da posse de Max Horkheimer do cargo de diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, a fim de delimitar as questões que estiveram presentes, apresentar o significado inaugural da teoria crítica, a fim de pensá-la hoje através da ideia de “modelos críticos”. Com isso, pretende-se pontuar a diferença que separa a teoria crítica, tal como inicialmente proposta, das sociologias defendidas para o Brasil nos anos 50, de modo que o esforço crítico subjacente às obras desses intelectuais, apesar da designação de teorias críticas, não se confunda com aquela tradição intelectual.

O segundo capítulo trata da questão do negro no pensamento de Guerreiro Ramos. Nele será possível observar que as formulações teóricas do autor se transformam, conforme os diagnósticos elaborados sobre o tema. Portanto, de certo modo ele sugere um “modelo crítico” para pensar a questão. Há uma mudança nos problemas postos, da negação

---

<sup>8</sup> Para uma contextualização histórica e do léxico que permeou o debate mais amplo naquele período: Cf. Martins (2008). Uma boa leitura crítica dos autores é também oferecida por: Cf. Hecksher, 2004. Sobre Guerreiro Ramos, em particular, existe uma leitura crítica: Cf. de Bariani Jr.(2008).



do preconceito racial a seu reconhecimento como preconceito de cor, seguido por uma militância no Teatro Experimental do Negro com o intuito de combatê-lo. Por fim, o autor acaba transpondo a questão racial para a necessidade de integração popular e de organização da nação. Por se tratar de um contraponto aos trabalhos que foram desenvolvidos sobre a temática racial, a contribuição do autor ao debate mereceu um capítulo próprio nesta dissertação.

O terceiro capítulo é dedicado à sociologia nacional de Guerreiro Ramos, tal como foi sendo desenvolvida e com base nos objetivos atribuídos a ela. Verifica-se a filiação aos pensadores sociais brasileiros, a crítica à sociologia institucionalizada, a presença de uma teoria social e de um método elaborados a partir de diagnósticos de tempo. Estes, apesar de se transformarem conforme os eventos históricos da sociedade brasileira, mantiveram direcionamentos normativos para uma práxis que servisse aos propósitos de um desenvolvimento nacional autônomo, na perspectiva cultural e econômica.

No quarto capítulo é interpretada a sociologia científica de Florestan Fernandes e aquilo que ele entendia por “padrão científico” da disciplina. A pretensão do autor de fazer da sociologia uma ciência fundamentou seu ponto de vista sociológico. Num primeiro momento, verifica-se a preocupação acentuada em legitimar, através de investigações, a sociologia como ciência empírica-indutiva, restringindo-a aos problemas dos procedimentos cognitivos adequados à sua prática. Em seguida, porém, ele admite que os cientistas estavam numa encruzilhada entre pressões da sociedade e tarefas científicas, devendo equilibrá-las. Nota-se, aos poucos, uma aproximação da sociologia com os problemas da sociedade brasileira através do discurso da “sociologia aplicada” e da ampliação dos papéis do cientista enquanto cidadão.

Por fim, no último capítulo são apresentados alguns diagnósticos acerca da sociedade brasileira elaborados por Florestan Fernandes nos anos 40 e 50 do século passado. No período, a tese da “demora cultural” foi marcante nas análises florestanianas dos problemas brasileiros. Em contrapartida, a ciência, a sociologia e a educação foram vistas como os meios, por excelência, de fomentar a consciência social democrática e de promover uma sociedade mais justa no Brasil.

## Capítulo I

### A teoria crítica na formulação inaugural de Max Horkheimer

*“Este pensamento tem algo em comum com a fantasia. Trata-se de fato de uma imagem do futuro, surgida da compreensão profunda do presente: determinar em tais períodos os pensamentos e ações nos quais o desenrolar da coisa aparenta afastar-se dessa imagem; e antes justificar qualquer doutrina do que a crença na sua realização. A arbitrariedade e a suposta independência não são próprias desse pensamento, mas sim a tenacidade da fantasia. Cabe ao teórico introduzir essa tenacidade nos grupos mais avançados das camadas dominadas, pois é justamente dentro dessas camadas que esses grupos se encontram ativos. Também não reina harmonia nestas relações. Se o teórico da classe dominante alcança, talvez, depois de muito esforço inicial, uma posição relativamente segura, o teórico que se encontra em oposição é considerado às vezes como inimigo e criminoso, às vezes como utopista e alienado do mundo, e a discussão em torno dele não terá um resultado definitivo nem após sua morte. O significado histórico do seu trabalho não se estabelece por si mesmo; ao contrário, depende do fato de que atuem por ele e o defendam. Esse significado não faz parte da figura histórica acabada” (Max Horkheimer).*

#### 1. Questões preliminares

Até que ponto a ciência é livre de determinações históricas, sociais, econômicas e políticas? É possível ao cientista se posicionar objetivamente (livre de valores) no processo de conhecimento, se a orientação metodológica é uma interpretação que determina o que se inclui na descrição dos itens a serem interpretados e explicados? Não existiria um ponto de vista geral da ciência, a interpretação de uma *visão social de mundo* que condiciona o uso do método e do discurso? À medida que depende de uma interpretação, o método científico não encerraria orientações políticas gerais, não obstante seu uso esteja determinado aos propósitos do investigador? Por mais abstrata que seja a ciência e, igualmente, o método que a justifique, ambos não são produtos de uma práxis humana? Referida à perspectiva da totalidade, poder-se-ia desvelar o conhecimento pelas funções que cumpre para a produção e reprodução da existência social humana, tal como histórica e hegemonicamente ocorre?

No estudo da sociedade, as questões acima evidenciam uma preocupação fundamental de revelar *a posteriori* o conhecimento - entendido como teorias sociais - como prática política, à luz de seu significado histórico e das funções políticas que acaba por encerrar. A partir da tradição intelectual inaugurada por Karl Marx (2007), essas questões ganharam relevo em Georgy Lukács (2003), Max Horkheimer (1975) e Herbert Marcuse (1998), que num dado momento de seus itinerários refletiram acerca das relações entre conhecimento e política, oferecendo reflexões aparentemente semelhantes. A solução

defendida por esses intelectuais, aludida aos seus contextos históricos específicos e à trajetória pessoal de cada um, delineou o ponto de ação política a ser empreendida e levada a cabo por eles e suas respectivas obras.

Em vista da compreensão do surgimento da teoria crítica da sociedade, tal como elaborada inicialmente, após a posse de Max Horkheimer no *Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt*, é apresentada uma discussão introdutória ao significado atribuído à teoria crítica pelos seus propugnadores iniciais, em antípoda ao pensamento “tradicional” ou “burguês”, atentando-se ao ponto de vista crítico adjudicado às teorias, segundo a tradição intelectual encetada por Marx.

Com isso, seguindo as pistas de Nobre (2004a, 2008), reivindica-se a ampliação do conceito de teoria crítica<sup>9</sup>, indagando sua pertinência para além do campo crítico aludido e sua origem histórica, seu contexto inaugural e as filiações intelectuais que pressupõe. Em outros termos, contextualiza-se neste capítulo o debate acerca das relações entre teoria crítica, ciência e filosofia, promovido por Horkheimer e Marcuse no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt no ano de 1937, apresentando sua problematicidade em vista da possível relativização e manutenção do conceito de teoria crítica para os dias de hoje. A ideia de “modelo crítico” reitera esta perspectiva.

A relativização do conceito de teoria crítica por meio da elaboração de diagnósticos e prognósticos de tempo: da compreensão do presente em vista do futuro e sua transformação, é um marco teórico que permite delinear os modelos críticos subjacentes aos escritos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

## **2. Concepção científica x concepção dialética da razão**

Lukács (2003) e Horkheimer (1975) concordam que a filosofia de Kant é a expressão inconsciente das antinomias da sociedade burguesa, sendo uma das principais referências para o “moderno racionalismo burguês” e para a elaboração da “teoria tradicional”, insigne na sistematização da visão de mundo burguesa. Ambos reconhecem no pensamento do filósofo a expressão das tendências dominantes de seu tempo<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Conforme Nobre (2008a), Horkheimer foi o primeiro pensador a formular a ideia de teoria crítica em conceito.

<sup>10</sup> Ricardo Musse (1996) aponta as diferenças entre *História e Consciência de Classe* e *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* a partir do modo pelo qual Lukács e Horkheimer analisaram as determinações das antinomias da filosofia kantiana, de modo que o primeiro se deteve na problemática da “*coisa-em-si*”, e, o segundo, no problema da fundamentação da objetividade do conhecimento em Kant como validação das ciências naturais, harmonizando percepção do existente e o modo tradicional de pensar. Disso resultaria a aceitação ou não da

Interpretando Lukács (2003), Maar (1988) observa que, quando Kant estabelece os limites da razão, elabora um padrão crítico exterior à própria razão nos parâmetros do entendimento *a priori*, ponto de partida de uma análise crítica da razão. Com isso, o filósofo fez com que a filosofia transformasse-se em teoria do conhecimento, o qual é identificado e validado pelo modelo racional formal-matemático. Kant teria postulado o sujeito do conhecimento distinto de seu objeto (do conhecimento) e determinante nessa relação. Separou os conceitos de seu substrato material e subordinou o ser (objeto) ao conhecimento (sujeito), de maneira que o conhecimento não seria capaz de atingir a verdade em si existente no objeto, em virtude do hiato que os separam.

O filósofo alemão apreenderia o sujeito unicamente na condição de sujeito do conhecimento, que elabora o seu objeto (separado e distinto) através do conhecimento racional formal-matemático, sem, contudo, atingir uma apreensão verdadeira (*para si*) de seu objeto, pois permaneceria na imediatez dos fenômenos, já que ela assegura a dominação do objeto. O que justifica, por exemplo, em outro contexto, a concepção weberiana de que a ciência não seria capaz de orientar a prática humana, pois, ela possuiria uma objetividade própria, abstraída da sociedade e simultaneamente a ela referida. Restrita ao âmbito dos fenômenos, a ciência é apenas apreensão cognitiva apartada de seu objeto, do mundo social, discurso que justifica a neutralidade axiológica tão almejada nesta visão social de mundo.

Trata-se de limitar a razão humana ao plano imediato dos fenômenos: a uma concepção de razão identificada ao conhecimento das ciências naturais, ao ideal de racionalidade formal-matemática que impede ou exclui uma compreensão do caráter social e histórico de sua matéria. Segundo Maar (1988), Kant separou forma e conteúdo, teoria e prática, finito e infinito, sujeito e objeto, liberdade e necessidade, etc. A filosofia kantiana do conhecimento, *grosso modo*, legitimou os modos de compreensão teórica de si (enquanto ser social) da burguesia, proporcionando, simultaneamente, a existência de um sujeito do conhecimento subordinado a determinadas leis naturais e a exclusão do sujeito na história.

Segundo Maar (1988), a “concepção científica da razão” engendrou a *Science*, termo correspondente às tradições inglesa e francesa, intimamente vinculado às ciências físico-naturais e aos seus critérios operantes. Transposta ao conhecimento da sociedade, o método das *Science* fundamenta as “ciências burguesas” da sociedade: “instrumento

---

“ciência burguesa” ou da “teoria tradicional” em termos de conhecimento a ser rejeitado ou reorientado com reservas pela teoria crítica. Ver: MUSSE, Ricardo. Ciência Revolucionária ou Teoria Crítica? In: ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquiria Domingues Leão. Lukács, um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996. P.4-90.

ideológico de luta da classe”, conforme Lukács (2003; 1988). Precisamente essa adaptação, funcionalidade e universalização assumidas pelo método são questionadas, uma vez que elas perpassam todas as dimensões da sociedade burguesa; condicionam as mais diversas relações e manifestações humanas, constituindo uma “segunda natureza” na racionalização e formalização provocadas em larga medida.

Nesta perspectiva há, pois, uma conexão imediata entre modo de produção e modo de conhecimento, cuja recusa e denúncia dessa visão social de mundo por Lukács em *História e Consciência de Classe* corresponde à negação desse paradigma de conhecimento da sociedade sob a rubrica da razão dialética. Uma possível correção da ciência extrapola seus limites em direção à totalidade e requer a reorientação capaz de conceber a unidade entre teoria e prática e de agregar as ciências particulares sob o ponto de vista da emancipação e autodeterminação humanas.

Segundo Maar (1988), as “ciências burguesas” caracterizam-se por instituírem: 1) fragmentação ou perda da unidade do objeto; 2) relação de exterioridade com o mesmo; 3) anterioridade de leis e formas imutáveis, correspondentes à objetividade formal, que compreende a história como sucessão de conteúdos no âmbito de formas permanentes; 4) conversão de forças históricas em leis eternas; 5) antinomias entre conhecimento e prática, indivíduo e cidadão, etc.; 6) prioridade dos fatos sem questionar gênese e desenvolvimento históricos dos mesmos; 7) o ponto de vista do indivíduo ou individualismo metodológico; 8) implicando na associação dos fatos como produto máximo da reflexão; 9) contemplação teórica dos processos sociais; e, 10) ativismo ético como meio de transformação social.

Horkheimer (1975), por sua vez, designa como “teoria tradicional” o modo de produzir teorias sociais a partir do método das ciências naturais. As características da teoria tradicional destacadas por ele são: 1) conhecimento edificado no âmbito da lógica formal; 2) abstração da ciência de seu funcionamento na divisão do trabalho.

No âmbito das ciências sociais, a fundação de disciplinas científicas, a partir do século XIX, esteve fundamentada no horizonte das *Science*, conforme aludido acima. No entanto, ao passo que Lukács (1988; 2003) posiciona-se radicalmente avesso a este empreendimento, conferindo espaço à pesquisa empírica talvez apenas no âmbito da estética, Horkheimer (1999) coloca-se de modo mais tolerante, invocando da filosofia social a necessidade de salvaguardar a perspectiva da totalidade, aproveitando a dialética como modelo heurístico de orientação da pesquisa, no que se convencionou chamar de “materialismo interdisciplinar” (expressão de Helmut Dubiel).

Marcuse (1969) compreende a filosofia de Hegel como uma resposta teórica aos

desafios lançados pela Revolução Francesa: a necessidade de organizar o Estado e a sociedade em bases racionais; e também como uma solução teórica ao problema de como concretizar o ideal da filosofia de converter o homem em “sujeito histórico de seu próprio desenvolvimento”. Segundo ele, os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade*, diante da demagogia burguesa, finalmente poderiam encontrar o substrato material e o suporte necessário nas consequências sociais da grande indústria. Hegel teria subvertido as leis tradicionais do pensamento ao elaborar um método filosófico capaz de apreender o processo efetivo da realidade e reproduzi-lo adequadamente no pensamento. A lógica dialética é o instrumento crítico por excelência da filosofia hegeliana que, necessariamente, haveria de “entrar em choque com a realidade social dominante” (MARCUSE, 1969, p.7); seu sistema e seus modelos críticos racionais consolidaram as linhas gerais de uma “filosofia negativa”, posto que Hegel não aceita a imediaticidade dos fenômenos, assegurada por Kant.

Maar (1988) afirma que a grande importância de Hegel para o materialismo filosófico reside no fato de que o método dialético desenvolveu-se como processo de formação cultural, isto é, como *Bildung* – termo que pode ser traduzido, neste caso, abrangendo três sentidos fundamentais: *processo de formação; conteúdo da formação; mundo da cultura espiritual*. À medida que a ciência tradicional postulou sucessivamente a universalidade e ocultou seu caráter parcial, não a efetivando nas suas antinomias, Hegel teria dado um passo teórico decisivo para a possibilidade de emancipação humana, apesar de ter mantido limites do ponto de vista burguês em sua filosofia.

De acordo com Maar (1988), Hegel apresenta o saber fenomenal como “caminho de cultura” pelo qual o espírito se aliena, rompe com a imediaticidade e toda determinação natural, e impõe a liberdade às necessidades por meio da atividade humana. O trabalho transforma e humaniza a natureza e, simultaneamente, transforma e humaniza o homem, aproxima-o da ideia que possui de si mesmo, antes, apenas um ideal. *Bildung* (formação) e *Wirtschaft* (economia) são articuladas numa inter-relação imanente ao próprio ser. A imanência do critério significa “[...] o predomínio do todo sobre as partes, ou seja, a não exclusão de qualquer parte em relação ao todo e à sua abrangência crítica: a negação de qualquer proposta originária, anterior, pressuposta; a auto-suficiência dinâmica do ser em seu movimento” (MAAR, 1988, p. 213). Ao invés de buscar um padrão crítico exterior ao conhecimento, Hegel apresenta a *Fenomenologia do Espírito* na “experiência de si mesmo do saber fenomenal” e encontra um padrão imanente de avaliação crítica do conhecimento.

Tal perspectiva está na contracorrente da *Science*, fundada numa tendência filosófico-natural, cujo expoente é Kant, conforme visto. Ocorre, pois, uma guinada: a

passagem da consciência ao nível do ser, de “mera subjetividade singular” emerge a “objetividade necessária universal”, resultado do processo imanente de formação do ser. Não obstante a restrição da *Bildung* ao âmbito da consciência e do indivíduo em Hegel, Maar (1988) argumenta que ela repousa na práxis, a ação sobre a realidade é necessariamente uma interação entre os homens, uma reflexão; porém, não uma reflexão exterior, mas interior; não uma reflexão subjetiva, mas objetiva. Essa reflexão interior e objetiva é a autoformação de si a partir de si, a universalidade mediante a qual o ser se realiza.

A *Bildung* hegeliana compreende a história como totalidade imanente e não como somatória de associações da reflexão ou progresso infinito e inapreensível do sujeito do conhecimento. No entanto, o “espírito absoluto” e o “espírito do povo” seriam as forças motrizes da história, porém, passíveis de apreensão apenas na cabeça do filósofo. Hegel elaborou as matrizes estruturais de um novo método, sem conduzi-lo às últimas consequências, permanecendo no conhecimento “sobre uma matéria” e não no conhecimento “de si desta matéria”. Hegel, ao criticar Kant por ter visto nos fenômenos o ponto fixo e último da razão, fundou um caráter formativo cultural para a filosofia, inaugurando a “concepção dialética da razão”, para a qual teoria e prática são articuladas. A *Wissenschaft*, ciência provinda da concepção de razão da filosofia clássica alemã, “[...] significa uma dupla possibilidade de prática: a prática que se obtém mediante a realização técnica resultante da ‘informação’ científica; e a prática de transformação individual [formação] acarretada pelo estudo científico.” (MAAR, 1988, p. 204).

Assim, é demarcada uma diferença essencial entre duas visões de mundo, a “concepção científica de razão” e a “concepção dialética de razão”, que ocorrem ao longo da história da filosofia moderna e resultam numa diferença qualitativa acerca do significado atribuído à ciência e à filosofia. A hierarquização hegeliana entre *entendimento* (interpretação, consolidação, conciliação) e *razão negativa* (transfiguração) está subentendida nos termos positividade e negatividade. O primeiro é descrição do real existente tal como é, a legitimação de uma aparência necessária, o segundo, vê no real as potencialidades emancipatórias bloqueadas a fim de realizá-las.

Se as tradições inglesa e francesa estão mais próximas do termo *Science*, limitada à realização técnica provinda da ciência e despojada de seu caráter formador para o sujeito, a *Wissenschaft* refere-se ao conceito de razão elaborado pelo idealismo alemão (Fichte, Schiller, Hegel), e abrange ambas as dimensões. Disso decorre a diferença fundamental entre educação, cujo significado está mais próximo de adaptação ao já estabelecido e formação, que demanda um processo de autodesenvolvimento com problematização do próprio conteúdo e

de seu sentido para o formando, seja um indivíduo ou uma classe social.

Arantes (1996) argumenta que para o “intelectual ideólogo” francês – podendo também ser estendido ao caso do inglês – universalidade e particularidade ajustaram-se reciprocamente na representação e dissimulação de interesses, convergindo às representações, a sistematização dos interesses de classe e a práxis real da classe burguesa. Porém, no caso alemão, em virtude da particularidade do desenvolvimento histórico capitalista, a categoria do “intelectual ideólogo” acabou absorvendo os membros ativos da classe burguesa, transformando-os em sujeitos negativos de seus papéis históricos por se converterem nos representantes imaginários da universalidade inscrita no saber alemão. Particularidade histórica que concebeu uma dialética de mediação do particular pelo universal. O descompasso entre o plano ideal e a realidade efetivamente existente, o confronto do presente anacrônico, por esses intelectuais, com a normatividade do ideal teria engendrado a dialética: necessidade de atualização entre coisas e ideias, minimizando o hiato que as separam.

Segundo Marcuse (1969), Marx viu a grandeza de Hegel no fato de ele ter apreendido a natureza do trabalho, percebido que o homem resulta de sua própria atividade; explicado a existência da sociedade pela ação livre do homem, autocriação de si para além de todas as determinações transcendentais. Apesar do processo de reificação<sup>11</sup>, permaneceria a possibilidade de negação e superação deste processo histórico. Hegel e Marx perceberam a essência negativa da realidade, concebendo a verdade no todo, na “totalidade negativa”. Todavia, enquanto o primeiro a identifica à razão no seu sistema ontológico e metafísico fechado, Marx vê na totalidade o produto e a produção do próprio processo de desenvolvimento associado humano, correspondente a uma forma transitória de associação, a sociedade de classes. A totalidade decorre na universalização da forma mercadoria, apreendê-la é tarefa política para sua transformação.

A diferença fundamental entre Hegel e Marx, de acordo com Maar (1988), refere-se à concepção de realidade e ao sujeito da história. Para o primeiro, o sujeito é o espírito – existente na cabeça do filósofo – e a realidade é a realidade do conceito ou da ideia. A realidade em Hegel está invertida, posto que sua dialética expressa o movimento de

---

<sup>11</sup>Segundo Maar (1988), a reificação de todas as relações sociais é um processo de formação da realidade (produto e produtora dos homens em decorrência da práxis imediata), no qual se correspondem o modo de produção e o modo de conhecimento do real. A alienação do processo de mercantilização do trabalho e a aparência criada no plano gnosiológico pela “concepção científica da razão”, que aceita passivamente este processo para manter determinados interesses dominantes, os quais acabam por legitimar. A *reificação* faz com que as relações humanas sejam encobertas e mediadas pelas coisas, assumindo a forma da mercadoria e o movimento dela no mercado, motiva uma forma de compreensão do mundo, na qual os resultados se tornam independentes e abstraídos do processo de sua formação, tomada pela racionalidade instrumental do mercado. Ver Lukács (2003).



interpretação dos conceitos sobre uma realidade estática, como se esta fosse conceitual não representando o movimento geral da história. A dialética hegeliana apresenta-se como interpretação retrospectiva do objeto, a história apresenta-se como a razão realizada de trás para frente e interpretada como dialética. Desse modo, apresenta-se uma solução conceitual e política abstraída da economia.

Marx se esforçou por compreender as reais determinações do ser social. Em *A ideologia Alemã*, por exemplo, Marx e Engels (2007) admitem que seus pressupostos são: 1) ser social real (concreto e histórico); 2) sua ação (seres capazes de produzir seus meios de vida); 3) as condições materiais de vida (pré-existentes e criadas através do trabalho humano); 4) os fundamentos naturais são modificados pela ação humana no decorrer da história; 5) e, finalmente, as ideias são elaboradas no plano do ser, este coincide com que os homens produzem e o modo como produzem. Assim, “[...] é na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior de seu pensamento [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 533). Marx encontra na práxis o meio de produção e reprodução do homem, a atividade imanente ao desenvolvimento histórico, o seu padrão de medida.

Em Marx ocorre, assim, uma subsunção efetiva do pensamento ao ser social, ao conjunto de determinações da existência histórica humana. A práxis, objetivação material e subjetivação reflexiva, produção material e interação simbólica dotada de objetivos políticos, forma a realidade, ao mediar às relações dos homens entre si e as relações estabelecidas com a natureza. O espírito hegeliano e seu movimento são submetidos à atividade prático-sensível de produção e reprodução da realidade. Da práxis emana “[...] o padrão de realidade do real, imanente ao próprio desenvolvimento deste [...]” (MAAR, 1988, p. 98). Segundo este intérprete, por meio da *Bildung* – formação da consciência de si (de classe) pela universalidade inscrita no real (totalidade real) – torna-se possível a direção imanente deste pela práxis por meio do ponto de vista do proletariado.

Argumentando a favor da necessidade de realização prática da filosofia, Marx não dispensa a teoria nem faz dela um momento encerrado em si mesmo, porém, a mediação da prática revolucionária, a qual se propõe a solucionar os problemas pela raiz – e “a raiz do homem é o próprio homem”. Pode-se afirmar que Marx inaugura um novo sentido para a crítica de *práxis-revolucionária*: prática de classe mediatizada pela teoria social do materialismo histórico, cujo objetivo é alcançar uma práxis social universalizadora na sociedade sob o ponto de vista do proletariado. Este aspecto é muito importante e foi bem desenvolvido por Lukács (2003), ao passo que Horkheimer (1975) e a teoria crítica da sociedade, segundo Maar (1988), não obstante a influência do filósofo húngaro negaram a

concepção de *Bildung*. Lukács (2003) seria, assim, mais fidedigno à concepção de crítica marxiana do que Horkheimer.

### 3. Teoria crítica e formação intelectual crítica

Se a burguesia utilizou-se de conceitos universais não efetivando-os senão como *aparência socialmente necessária* para realização de interesses particulares de classe, as promessas do iluminismo (liberdade, autonomia, igualdade, fraternidade) tornaram-se factíveis a partir do desenvolvimento da grande indústria (MARCUSE, 1969). A identidade estabelecida por Hegel entre o *real* e a *razão* numa dialética conceitual, tornou-se um grande problema para Marx e a tradição que dialoga com seu pensamento. Como seria possível uma realidade que submete os homens e a natureza ser chamada racional? Marx responde classicamente que a razão sempre existiu, porém nem sempre se manifestou na sua forma racional:

La razón ha existido siempre, pero no siempre bajo su forma razonable. El crítico puede por lo tanto comenzar por cualquier forma de conciencia teórica y práctica y por las formas peculiares de la realidad existente, para desarrollar la verdadera realidad como su obligación y fin último. En cuanto a la vida real, es precisamente el estado político –en todas sus formas modernas- el que, aún cuando no está conscientemente imbuido en las exigencias socialistas, contiene las exigencias de la razón. Y el estado político no se detiene allí. Por todas partes supone que la razón ha sido materializada. Pero precisamente por esto es que cae siempre en la contradicción entre su función ideal y sus prerequisites reales (MARX, 1843, p. 2)

Diante dessa constatação, Marx (2005) percebe que a filosofia de Hegel é a expressão da realidade alemã invertida, sendo ela parte da realidade a ser criticada. Por meio de um padrão racional de análise, Hegel estabeleceu a razão como sujeito que examina a realidade, confronto-a com o seu conceito. Mas, Marx (2005) percebeu que o conflito da sociedade esboça-se consigo mesma, de modo imanente à sua cisão em classes sociais e demanda uma solução prática. Seria impossível abolir a filosofia sem realizá-la, pois “assim como a filosofia encontra suas armas intelectuais no proletariado, assim o proletariado tem suas armas intelectuais na filosofia” (MARX, 2005, p.156). Disso decorre “[...] *o imperativo categórico de derrubar todas as condições* em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível [...]” (MARX, 2005, p.151).

A partir de Marx e Lukács, Horkheimer (1999) coloca-se o problema de como ir

além de uma dialética do movimento conceitual, no qual se poderia realizar a razão, ou seja, elaborar uma autognose da realidade a fim de encontrar as condições de realização dos ideais de liberdade, autonomia e emancipação humana postos em marcha na história pelo capitalismo.

Este capítulo se limita a apresentar a concepção inaugural de teoria crítica de Horkheimer em um pequeno momento de sua trajetória, analisando-se dois trabalhos desenvolvidos na década de 1930: o primeiro de caráter programático e, o segundo, pode ser tomado quase como seu desfecho, o qual estabelece também um debate interessante com Herbert Marcuse em torno de determinadas questões, objeto do próximo capítulo. Conforme Alves (2004) esses textos expressam as fases do *materialismo interdisciplinar* e da *teoria crítica*.

No primeiro texto, *A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Social*, redigido em 1931 como discurso na ocasião em que Horkheimer assume a direção do instituto<sup>12</sup>, expõe uma ordem de questões<sup>13</sup> que nortearam o trabalho do Instituto de Pesquisa nos anos seguintes, constatando a “[...] dificuldade peculiar da filosofia social [...] de inter-relacionar universal e particular, projeto teórico e experiência individual [...]” (HORKHEIMER, 1999, p.132). Precisamente a tarefa de aproximar teoria e pesquisa social esteve no horizonte do autor, tornando-se uma característica da chamada “Escola de Frankfurt” até os dias atuais, não obstante as diferentes filiações intelectuais, orientações teóricas de seus membros e o modo de pensar e fazer a aproximação entre teoria e pesquisa.

No caso desse momento, denominado por Helmut Dubiel de *materialismo interdisciplinar*, Horkheimer (1999) tinha como objetivo salvaguardar a perspectiva da totalidade, perante a especialização científica, por meio de uma teoria que mediasse a empiria e fosse *conhecimento de si da realidade* efetiva, o *movimento auto-reflexivo da sociedade*. A partir de Lukács (2003), cujo método dialético se orienta para a apreensão da totalidade e a teoria tem por função o *conhecimento de si da realidade*, revelando-a na sua aparência, Horkheimer (1999) apropria-se da dialética como recurso heurístico de interpretação, isto é, recurso de investigação conceitual que reconstrói intelectualmente a sociedade para que possa ser apreendida e transformada. Não a limitando à especulação nem confundindo movimento

---

<sup>12</sup> Cf. WIGGERSHAUS, 2002; JAY, 1974; RUSCONI, 1969.

<sup>13</sup> A síntese dessas questões está presente no seguinte problema suscitado pelo autor: “[...] quais conexões é possível apurar – num determinado grupo social, num período determinado, em determinados países – entre o papel desse grupo no processo econômico, a transformação ocorrida na estrutura psíquica de seus membros singulares e os pensamentos e as instituições que agem sobre esse mesmo grupo, como totalidade menor no todo da sociedade e que são, por sua vez, seu produto?” (HORKHEIMER, 1999, p. 131).

dos conceitos e movimento do real, o autor aproxima dialética e pesquisa empírica, mantendo-a como eixo vertical de análise da interação horizontal das ciências especializadas para uma apreensão da totalidade, sob o prisma da realização da razão.

Ele oferece uma primeira possibilidade de efetivar a razão nas relações sociais por meio da realização da perspectiva da totalidade no âmbito das ciências e a interação de âmbitos específicos. A análise do todo se valeria do prisma e da indagação de uma prática política de realização da razão na sociedade, tal como o seu sentido clássico na filosofia alemã. A nova função da filosofia social é a de converter-se em mediação de uma prática política emancipatória. Esta prática torna-se facultada pela teoria, porém, Horkheimer (1937) dá poucas indicações do modo como deveria ser essa prática, e vai rompendo ao longo de sua trajetória com conceitos pilares da *crítica prático-revolucionária*, como os de práxis, classe social, totalidade e a concepção formativa que os subjazem.

Segundo Nobre (2008), o lapso histórico entre as formulações da *crítica prático-revolucionária*, no pensamento de Karl Marx e na teoria crítica (crítica teórico-ativa), no pensamento de Horkheimer, além da proliferação de especialistas e novas disciplinas científicas envolveu também mudanças significativas no diagnóstico do tempo presente em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, cujas implicações teriam motivado as diferenças e os enfoques teóricos significativos que distinguem ambos os projetos críticos. Três elementos fundamentais seriam marcantes no argumento do intérprete acerca do diagnóstico do tempo que orientou o segundo texto de Horkheimer abordado, resumidamente:

Primeiro, as análises econômicas de Friederich Pollock (1894-1970) a respeito da passagem da fase liberal para a fase monopolista do capitalismo constataram elementos que não corroboravam os prognósticos conjunturais de Marx, convergindo para a estabilização das tendências autodestrutivas do modo de produção capitalista. A concentração das atividades em grandes conglomerados econômicos suscitou a intervenção estatal na economia, não havendo colapso da lógica de acumulação do capital, todavia, nova configuração das relações entre Estado e economia.

Segundo, os estudos empíricos sobre a classe trabalhadora elaborados pelo Instituto de Pesquisa Social na primeira metade da década de trinta, ao invés da pauperização crescente da classe trabalhadora, constataram uma enorme diferenciação e melhoria nas condições de vida do proletariado, bem como a existência de uma “aristocracia operária” e de novos mecanismos psicosociais de dominação postos em marcha.

Terceiro, a ascensão do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, também objetos de pesquisa do Instituto, impediriam a reorganização da classe trabalhadora sob brutal

repressão. A adaptação das massas ao sistema repressivo fora facilitada pelo advento da indústria cultural, particularmente, os meios de comunicação de massa mobilizados pela propaganda nazi-fascista.

O diagnóstico de Pollock conduziu ao questionamento da posição de classe do proletariado no processo econômico e na teoria, o proletariado deixaria de ser uma garantia de verdade. A separação do trabalho da miséria e do interesse pelo socialismo, bem como os elementos acima referidos bloqueariam a ação transformadora na perspectiva conjuntural de Horkheimer (1975) segundo Nobre (2008), remanescendo apenas ao exercício crítico o privilégio da teoria e da formação crítica individual voltada à emancipação dos oprimidos, através do diálogo com “os grupos mais avançados das camadas dominadas” (HORKHEIMER, 1975, p. 147). Estável na sua condição de vida, o proletariado europeu da década de 1930 não possuiria mais a urgência pela transformação revolucionária. Muito embora continuasse sendo um dos destinatários da teoria crítica, não mais era tido como seu sujeito histórico.

O fundamento da crítica, para Horkheimer (1975), apoia-se no argumento marxiano segundo o qual a humanidade só se propõe problemas em vias de realização e que o homem é produto de sua práxis. No entanto, influências e tensões de Kant e Schopenhauer no seu pensamento, poderiam tê-lo influenciado na elaboração do juízo hipotético disjuntivo, conforme o qual “a teoria crítica afirma: isso não tem que ser necessariamente assim, os homens podem mudar o ser e as circunstâncias já existem” (HORKHEIMER, 1975, p. 152). Isso envolve o fato de a teoria crítica assumir uma posição independente em relação a um partido político ou algum fundamento ontológico, privilegiando “os aspectos irrealizados da liberdade humana e [...] a questão da compaixão nos termos de uma ética antropológica [...]. Os fatos passariam agora a adquirir validade só quando historicamente situados se ligados ao ideal da ‘boa sociedade’ como um padrão ao qual comparar o presente [...]” (BRONNER, 1997, p. 97-98).

É perceptível na leitura de *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* uma semelhança ao projeto lukacsiano de *História e Consciência de Classe* no que diz respeito ao objetivo de denúncia das condições de reflexão na modernidade, e, de um modo geral, das contradições exacerbadas que nutrem o modo de produção capitalista e atingem todas as dimensões da vida dos sujeitos. A alusão ao ponto de vista do proletariado enquanto herdeiro da filosofia clássica, a formação de conceitos em referência a situações particulares e a concepção dialética de que os mesmos são a própria realidade identificam essas obras, segundo Maar (1988), em termos da lógica da autoprodução da razão. No entanto, existem diferenças

significativas nesses dois projetos críticos que conduzem a soluções políticas diversas aos temas abordados e ao próprio sentido estabelecido para a crítica.

Maar (1988) argumenta que o eixo fundamental que distingue esses projetos críticos é a recusa de Horkheimer da concepção ontológica presente em *História e Consciência de Classe*. Consequentemente, a rejeição da *Bildung* (formação) e sua realização objetiva no plano de um sujeito universal, isto é, nas classes sociais, no proletariado.

Conforme Maar (1988), Horkheimer (1975) analisa a possibilidade de emancipação no âmbito do pensar referindo ao ser numa relação de dependência, mas aquém de uma concepção ontológica, para a qual ser e pensar são apreendidos em unidade através da práxis e da formação objetiva do real. O segundo admite que a teoria crítica se fundamente num juízo existencial ou hipotético e disjuntivo, pertencente à época burguesa, segundo o qual existe outra possibilidade que a do modo como as coisas se apresentam: podendo ser isto ou aquilo. A “derivação categórica de juízos existenciais, sem recorrer ao processo de formação (*Bildung*) de universais concretos, no plano de figuras históricas reais, que garantissem uma ação prática efetiva” (MAAR, 1988, p. 422), distanciou Horkheimer do projeto crítico lukacsiano. O projeto crítico horkheimiano parte, assim, de uma crítica ética e “articula, como movimento do ser, a participação da consciência e as condições de mudança” (MAAR, 1988, p. 422).

Ocorre, desse modo, certo esvaziamento de conceitos fundamentais à *crítica prático-revolucionária* como os de práxis e classe social, cujas implicações transformaram a relação entre teoria e prática, fazendo com que a teoria e seus conceitos sejam unicamente negativos do existente e a prática se restrinja à crítica e à ação imediata dos indivíduos conforme padrões racionais. Ao passo que, no caso de *História e Consciência de Classe*, a teoria é na perspectiva da “consciência de classe adjudicada” a finalidade de realizar uma nova ciência, que demanda a universalização de uma práxis para o estabelecimento de uma nova hegemonia, cujos parâmetros estão determinados pela formação desse sujeito universal. Trata-se da formação da consciência de si do proletariado em relação à prática mediada pela teoria e não a formação de indivíduos críticos, cujas ações podem ser voltadas para uma “unidade dinâmica” com a massa subalterna.

O teórico não estaria na pendência de uma organização de classe positivamente estabelecida – mesmo apenas como intenção – em cujo plano se desenvolveria sua função, mas desenvolveria uma função – como intelectual crítico – a partir da qual se estabeleceriam as relações de interação recíproca com a classe em formação; classe pela qual tornando-se prática, hegemônica na sociedade, se superaria a

negatividade na totalidade [...] (MAAR, 1996, p. 420-421).

A teoria crítica dispensa o processo de formação do real pelo trabalho social na figura histórica da classe social ao pressupor o real sob o prisma da crítica ao existente. Caracteriza-se por ser uma interpretação materialista dialética da tradição filosófica alemã, em vista de uma organização racional da atividade humana por meio da crítica imanente, ou seja, o “confronto da ideia com a efetivação da mesma na própria realidade em que se produz [...]” (MAAR, 1993, p.186). Ocorre a perda do processo formativo da realidade (práxis) em prol da apreensão teórica correta. A prática é desarticulada na unidade de suas acepções material e simbólica e reflexiva, abandona-se o momento produtivo, e ela torna-se mediada pela teoria, constituindo um de seus momentos. A ação deveria ser ponderada, avaliada e julgada pela teoria crítica: momento fundamental da prática adequada. Teoria e prática deixam de serem apreendidas numa totalidade e a relação se converteria em prática científica.

Não obstante a diferença com o projeto crítico prático-revolucionário, a teoria crítica possui sua especificidade e seu valor próprio, a diversidade de modelos críticos desenvolvidos no *Instituto de Pesquisa Social* até os dias de hoje manteriam sua identidade fundamental, conforme Helmut Dubiel, na capacidade prática de orientar a luta política, sentido de continuidade funcional e não semântico de um conjunto de parâmetros abstratos capazes de guiar a ação (Cf. Alves, 2004). A importância do projeto inicial de Horkheimer contido nos textos *A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais & Teoria Tradicional e Teoria Crítica* é a de fundar um modo de construir teorias críticas, aliando-se teoria social e pesquisa empírica que as gerações seguintes do Instituto mantiveram, ainda que apelando a outros paradigmas, a exemplo dos casos de Habermas e Honneth: paradigmas da comunicação e da intersubjetividade e do reconhecimento social.

#### **4. Teoria tradicional e teoria crítica**

Sob a direção e proposição de Max Horkheimer, em 1937, o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt promoveu um interessante debate a respeito da teoria crítica e suas relações com a ciência e a filosofia. O texto base é *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, interpelado por *Filosofia e Teoria Crítica* de Herbert Marcuse, e respondido com um excerto de mesmo nome *Filosofia e Teoria Crítica* por Horkheimer. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* seria quase um obituário do projeto inicial de Max Horkheimer na direção do Instituto

de Pesquisa Social de Frankfurt, “[...] as contradições que encerra e seu caráter tardio em relação aos primeiros escritos de Horkheimer aproximam-no mais de um fecho ou balanço inicial da teoria crítica, orientada pela ideia de um materialismo interdisciplinar” (MUSSE, 1996, p.84).

A partir de Marx e Lukács, Horkheimer (1999) coloca-se o problema de como ir além de uma dialética do movimento conceitual, na qual poder-se-ia realizar a razão nas relações sociais, elaborando o conhecimento de si da realidade a fim de encontrar as condições de realização dos ideais de liberdade, autonomia e emancipação humana postos em marcha na história pela burguesia. Ele encontra uma resposta a esse problema em termos de um *comportamento crítico e orientação para a emancipação* que diferencia a teoria crítica da ciência, reorientando-a nas suas pretensões. Porém, Marcuse (1997) chama atenção para o papel antecipador da filosofia com base no conhecimento das tendências de desenvolvimento do real e nos objetivos emancipatórios legados pelas verdades filosóficas, sob a perspectiva indutiva materialista histórica voltada para o conhecimento da totalidade. Para além da crítica à ciência tradicional, a teoria crítica deveria ser realização humana em termos de uma prática emancipatória que intui seu objeto. E, Horkheimer (1975) responde que é necessário desconfiar da consciência que se tem do real e suas tendências, pois os fins postulados como emancipatórios também estão submetidos ao processo social.

A fecundidade desse debate, apesar de orientações diversas em relação aos papéis da teoria crítica, permanece através da formulação de seu distintivo em relação à ciência e à filosofia tradicionais, expressa-se através da *orientação para emancipação* e o *comportamento crítico*. Ainda que Horkheimer e Marcuse tenham redirecionado suas problemáticas e o desenvolvimento de suas obras para outros temas, o legado desse debate permanece atual para refletir e confrontar as pretensões das ciências sociais e humanas em termos de suas próprias premissas e também como referência exemplar da formulação da teoria crítica, cuja preocupação central é a emancipação humana ou a realização de princípios universais que ganharam realidade histórica nos dias atuais.

Horkheimer (1975) apresenta a correspondência do desenvolvimento científico com a ordem social ou o modo de produção capitalista, expondo as funções e limitações do fazer científico tradicional através de uma concepção crítica de teoria que confronta o modo tradicional de conceber a ciência com suas próprias pretensões. O conhecimento da totalidade torna-se mediação da emancipação humana, da teoria para uma práxis emancipatória. Implicitamente, ele expõe a concepção de que lógica e política, conhecimento e emancipação, sujeito e objeto, teoria e prática, necessidade e liberdade formam unidades dialéticas, não



podendo ser tomados isoladamente nem transformados em dicotomias. A elaboração teórica é vista como atividade política interessada que faculta uma prática. Ambas concepções teóricas (crítica e tradicional) acabam assumindo determinadas funções sociais, no caso da teoria crítica, sua função diferenciadora envolve o “*comportamento crítico*” e a “*orientação para a emancipação*”.

A teoria tradicional, segundo ele, é um modo de construção de teorias fundado no modelo das ciências naturais, cuja origem remete aos primórdios da filosofia moderna, com a pretensão cartesiana de estender a dedução matemática à totalidade dos conhecimentos. Por meio de um sistema científico composto de um núcleo de proposições e axiomas, poder-se-ia deduzir a ordem do mundo, inferir novos conhecimentos e predicar novos procedimentos a partir daqueles já adquiridos pelo sistema formal e fechado. Este sistema não admite a contradição porque é um aparato conceitual elaborado no plano da lógica da identidade. Não remete, assim, ao plano do sujeito e sua ação, pois, constitui-se em um sistema a parte e autorreferente de racionalidade. Apesar disso, a teoria tradicional oferece um domínio sobre os fatos naturais, controla-os em favor do desenvolvimento das forças produtivas e da auto-reprodução da forma irracional de razão.

Subjaz a teoria tradicional a pretensão de estender seu domínio formal para o conhecimento da sociedade e unificá-lo sob seu método.

[...] O sistema universal da ciência aparece aí como meta da teoria em geral. Não se restringe mais a uma área particular, mas abrange todos os objetos possíveis. Ao fundar proposições referentes a ramos diversos nas mesmas pressuposições, elimina-se a separação das ciências [...] (HORKHEIMER, 1975, p.117).

Ele questiona a teoria esboçada de cima para baixo, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência particular, bem como a teoria que se presta a catalogar fatos.

[...] Tem-se sempre, de um lado, o saber formulado intelectualmente e, de outro, um fato concreto (*Sachverdhalt*) que deve ser subsumido por esse saber subsumir, isto é, este estabelecer a relação entre a mera percepção ou constatação do fato concreto e a ordem conceitual do nosso saber chama-se explicação teórica (HORKHEIMER, 1975, p.120).

A teoria tradicional converte a realidade em formalismo matemático ou conjunto de cálculos, apresentando nexos pelos quais os fatos podem ser apresentados em relação a

outros fatos, por meio dos quais se possam predizer novos fatos. Assim, ela estabelece nexos entre fatos apreendidos sob a forma de conhecimento dos fatos por um conjunto abstrato de proposições, conexões que oferecem sustento para que os fatos convertidos em proposições possam deduzir novos fatos. Os fatos para a teoria tradicional, ao serem traduzidos em elementos de proposições, princípios, leis gerais e axiomas, são automaticamente convertidos em elementos da teoria, sem se tornarem um problema ou objetos de análise.

O que o autor revela é a incapacidade dessa forma de construir teoria de elaborar um *conhecimento de si*: a impossibilidade de referir-se ao contexto em que atua. Apesar de ter um conjunto de pressupostos que orientam seu fazer teórico, a teoria tradicional não desenvolve elementos que ofereçam uma compreensão de sua própria realidade de construção, apresentando-se como uma produção social que não se concebe enquanto tal.

Tanto a fecundidade de nexos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não tem origens em elementos puramente lógicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais [...] Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria sobre o material não é apenas um processo social. Afinal, a relação entre hipóteses e fatos não se realiza na cabeça dos cientistas, mas na indústria [...] (HORKHEIMER, 1975, p.122).

A teoria crítica, por sua vez, não toma os fatos e converte-os automaticamente em proposições sem questioná-los e remetê-los à práxis social hegemônica. Quanto a isso, vê a própria produção dos fatos já direcionada pela práxis social, sendo pré-formada e pressupondo elementos aceitos passivamente. “Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo” (HORKHEIMER, 1975, p. 125). A oposição entre passividade e entendimento, o dualismo idealista entre sensibilidade e entendimento, é menos válido para a sociedade que para o indivíduo.

A explicação teórica tradicional, segundo ele, de um lado, postula um saber previamente formulado e, de outro lado, fatos concretos a serem subsumidos por esse saber na ordem conceitual hierárquica, através de classificações descritivas ou de cálculos pertencentes ao arcabouço lógico da história. Compete à teoria tradicional o simples registro submisso da realidade sensível como mera sequência de fatos nas ordens conceituais. Partindo de princípios e premissas abstratas e ausentes de pressupostos empíricos explica-se cada especialidade por meio de sinais lógicos puramente matemáticos. A formalização de poucos

princípios significativos, em relação às conclusões e de suposta validade universal, é a expressão perfeita dessa teoria: um discurso pretensamente universal, mas incapaz de questionar suas implicações e seus pressupostos, sua atividade como resultante do processo social.

[...] A própria teoria do cientista especializado não toca de forma alguma o assunto com o qual tem a ver, o sujeito e o objeto são rigorosamente separados, mesmo que se mostre que o acontecimento objetivo venha a ser influenciado posteriormente pela ação humana direta, o que é considerado também na ciência como um fato. O acontecimento objetivo é transcendente à teoria, e a necessidade do conhecimento consiste na independência deste face à teoria: o observador como tal não pode modificar nada no acontecimento [...] (HORKHEIMER, 1975, p.122).

A sociedade resulta do processo total de trabalho e, embora haja uma divisão do trabalho, a ausência de conexão entre as atividades individuais cria uma falsa totalidade manifesta na especialização ou na fragmentação do objeto por meio de um sistema auto-referente de racionalidade. A ciência não é autônoma nem independente, não está abstraída das demais atividades sociais e as relações entre hipóteses e fatos se realizam e se confirmam na indústria, assumindo inevitavelmente funções políticas<sup>14</sup>. Embora não produza valor, a ciência especializada desenvolve as forças produtivas, torna a ordem social possível e contribui para a existência da sociedade na sua forma dada. A representação tradicional de teoria abstrai a existência da divisão social do trabalho; “[...] nesta representação surge, portanto, não a função real da ciência ou o que a teoria representa para a existência humana, mas apenas o que significa na esfera isolada em que é feita sob condições históricas” (HORKHEIMER, 1975, p. 123).

Para ele, a teoria crítica envolve a gnose no sentido tradicional, pois “[...] no que se refere à transformação essencial, inexistente a percepção concreta correspondente enquanto essas transformações não ocorram de fato [...]” (HORKHEIMER, 1975, p.139). No que

---

<sup>14</sup> “A ação conjunta dos homens na sociedade é o modo de existência da sua razão, assim utilizam suas forças e confirmam sua essência [...]. Sendo a sociedade dividida em classes e grupos, compreende-se que as construções teóricas mantêm relações diferentes com esta práxis geral, conforme a sua filiação a um desses grupos ou classes” (HORKHEIMER, 1975, p. 136). Já em um texto anterior, *Sobre o problema da verdade*, Horkheimer relaciona a teoria a determinados interesses e posições sociais: “Os grandes sistemas da filosofia européia eram sempre destinados a uma elite educada e não funcionam diante das necessidades psíquicas daquela parcela de cidadãos e camponeses em vias de empobrecimento e aviltamento social, os quais, por outro lado, estão ligados necessariamente, pela educação, pelo trabalho e pela esperança, a esta forma de sociedade e não conseguem acreditar na sua transitoriedade” (HORKHEIMER, 1990, p. 144).

concerne aos pressupostos existentes nas teorias sociais, isso significa a existência de valores no ponto de partida do conhecimento social, relação a valores que possuem implicações teóricas e políticas.

Não existe teoria da sociedade nem mesmo a teoria do sociólogo generalizador, que não inclua interesses políticos, e por cuja verdade, ao invés de manter-se numa reflexão aparentemente neutra, não tenha que se decidir ao agir e pensar, ou seja, na própria atividade histórica concreta (HORKHEIMER, 1975, p. 149).

Ao invés do formalismo abstrato da teoria tradicional, a teoria crítica se reconhece como sendo histórica e interessada na apreensão da totalidade: o *conhecimento de si da realidade* que faculta uma *práxis transformadora*. Por ser elaborada mediante a totalidade da práxis social e como parte dela, a teoria estabelece um vínculo com seu tempo. Ao propor uma transformação a teoria se torna crítica por intermédio da compreensão profunda de seu tempo, elaborando diagnósticos e prognósticos de tempo. Vinculada à história, produto da práxis humana, a transformação deve servir-se do trabalho teórico existente, da compreensão dos fatos à luz de sua mudança; esta imagem do futuro surge da compreensão profunda do presente.

Quanto à solução prática, em suma, ele admite a relação de tensão existente entre os intelectuais críticos e os destinatários de seu conhecimento, expondo que a tarefa do teórico crítico é transpor o hiato de sua compreensão da sociedade e o entendimento de si das massas oprimidas, para as quais o *comportamento crítico* deve exercer sua atividade. Ao referir-se aos destinatários do conhecimento crítico, ele argumenta em favor de uma “unidade dinâmica” dos intelectuais portadores desse conhecimento com “grupos mais avançados das camadas dominadas” (HORKHEIMER, 1975, p.147), na intenção de permitir que o esclarecimento das contradições sociais seja catalisado em transformação social. A possibilidade de tensão entre o teórico e a classe a que aplica o seu pensar é produto da contradição engendrada pelo conhecimento crítico nos teóricos, nas forças progressivas da classe e na grande massa, demandando um processo de efeitos recíprocos no qual se desenvolveria a “consciência” crítica e simultaneamente suas forças objetivas.

As relações de sujeito e objeto têm implicações sobre a necessidade do acontecimento em questão. Ao passo que a teoria tradicional separa o sujeito do objeto e nega as determinações de um sobre o outro, a ponto de o observador ser impossibilitado de mudar o curso dos fatos, convertidos em pura necessidade cega. Para a teoria crítica, segundo Horkheimer (1975), necessidade e liberdade possuem implicações recíprocas, não havendo

afirmação absoluta do acontecer que não invoque também a liberdade humana em poder transformá-lo, pois o sentido da teoria crítica não deve ser buscado na reprodução da sociedade, mas na sua transformação.

## 5. Filosofia e teoria crítica

Conforme visto, o ensaio *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* apresenta a teoria crítica confrontando a teoria tradicional consigo mesma e suas pretensões derivadas: é a teoria que apreende os fatos sob a perspectiva da totalidade e almeja ser *conhecimento de si da realidade*, a fim de facultar sua transformação. Ela é a consciência dos limites da teoria tradicional, dialoga com a mesma, mas recusa os fatos se não questioná-los e remetê-los à práxis social hegemônica. A função diferencial da teoria crítica é a *orientação para a emancipação* e o *comportamento crítico*: reconhece seus pressupostos, seu caráter político e normativo, voltando-se para o futuro por meio da elaboração da teoria e da práxis condutora à *realização da razão*. Existe uma intenção emancipatória declarada no questionamento da teoria como processo social no âmbito da totalidade das relações sociais e nas suas funções assumidas.

Segundo Horkheimer (1975), o comportamento crítico envolve a gnose no sentido tradicional, mas se diferencia pelo ponto de partida: os pressupostos conceituais do discurso ou do conhecimento sobre a sociedade. Logo, versões que não estabelecem tal vínculo, que não partem de um diagnóstico de tempo, apenas contribuem irrefletidamente para preservar arranjos sociais de dominação. A teoria crítica lida não só com objeto, mas com sujeitos e agentes sociais, devendo se preocupar com as implicações práticas do conhecimento produzido sobre a sociedade. Há uma crítica do formalismo erigido na filosofia moderna pela admissão do método das ciências naturais, o qual é transposto ao conhecimento da sociedade de modo tradicional, tal como ocorre nessas ciências. Precisamente, é a relação estabelecida entre teoria crítica e teoria tradicional que é questionada por Marcuse no seu texto de resposta ao debate proposto por Horkheimer no Instituto de Pesquisa Social em 1937.

Marcuse (1997) interpela Horkheimer pelo tratamento unidimensional conferido à filosofia, tratada a partir do formalismo da lógica da identidade e pelo modelo das ciências naturais, deixando escapar a dimensão mais profunda da filosofia, cujas verdades não realizadas na organização social, abstratividades universais (razão, liberdade, felicidade), podem ser intuídas, imaginadas como práxis social fundada na utopia: o conhecimento das potencialidades engendradas pelas tendências do desenvolvimento da realidade. O referencial

científico em demasia no horizonte da teoria crítica a manteria presa à situação vigente, na medida em que a ciência apenas corrobora o *status quo*. “A ciência tradicional esteve, sem dúvida, entregue mais intensamente à ordem estabelecida do que a filosofia. A teoria tradicional elaborou seus conceitos, relacionados com as possibilidades dos homens transcenderem seu estado factual, não na ciência, mas sim na filosofia [...]” (MARCUSE, 1997, p.148).

A cientificidade rigorosa pretendida pela teoria crítica nos seus conceitos teria engendrado um “estranho acordo com a filosofia da razão”. Se para essa filosofia as questões humanas abstraíam os fatos dados, a teoria crítica associou-se à ciência, pressupondo que pudesse desvencilhá-la da ordem capitalista. Como produtos sociais do domínio das relações econômicas, [...] “ciência e técnica não podem servir a priori como modelo conceitual da teoria crítica” (MARCUSE, 1997, p.157). Ele chama atenção de Horkheimer para que a teoria crítica não sucumba nas suas próprias pretensões à teoria tradicional, não se contamine com o referencial científico excessivo, proclamando uma autonomia maior para expressar a não realização da razão.

A filosofia, cujas verdades (objeto e finalidade) não realizadas e em vias de realização, orientaria a teoria crítica sem que ela tivesse de se manter presa ao domínio dos fatos. A *fantasia*, em evidente contradição com a cientificidade rigorosa, demanda um âmbito mais profundo de conhecimento: a intuição produtora de objetos, um dos momentos da natureza, a qual é constitutiva (objetivada e objetivante), porém, não percebida desse modo. O que se deseja existe em possibilidade e ainda não tem nome. Assim, o plano conceitual não acompanharia a teoria crítica, vista como práxis emancipatória. O abismo entre ser e vir-a-ser, presente e futuro, requer uma nova sensibilidade que se entende como natureza, a partir da imaginação e da fantasia para intuir o que está em vias de realização. A fantasia vincula o pensamento ao futuro, apoiada na materialidade do presente e enquanto práxis possibilita a criação de novas relações, antecipa a razão que está por se realizar.

Embora a filosofia seja um trabalho abstrato e fundamentado nas relações sociais de existência, resultando do domínio da economia não controlada, ela ocupa-se com os problemas e potencialidades fundamentais do homem como felicidade, razão, liberdade, etc.; questões que dizem respeito ao concreto desenvolvimento histórico, presente nas suas tendências, porém ainda não realizadas historicamente. Ao ocupar-se das doutrinas filosóficas, a teoria crítica faz a denúncia de seu viés no período burguês.

O debate da teoria crítica com a filosofia está interessado no conteúdo

de verdade dos conceitos e problemas filosóficos: pressupõe que a verdade esteja contida neles. [...] A verdade que se conhece na filosofia não é reduzida às relações sociais existentes [...] a verdade que é mais do que uma verdade dos fatos, foi alcançada e compreendida contra as relações históricas existentes [...] (MARCUSE, 1997, p. 149-151).

A filosofia materialista e dialética originou-se do interesse de realizar econômica e politicamente os universais no seio da luta dos grupos subalternos por melhores condições de vida, almejando subordinar a economia às necessidades dos indivíduos ou fazer com que a totalidade das necessidades oriente a produção social. O autor atém-se aos conteúdos emancipatórios da filosofia, pretendendo levar a razão como realidade histórica ao desenvolvimento histórico. Apesar de a filosofia possuir sua especificidade não abrangida pelas determinações do condicionamento social das ideias, pois, há uma abstratividade que resguarda essas verdades, sua realização efetiva lhe é dada exteriormente mediante a práxis. A prática crítica de transformação social seria o objeto da teoria crítica.

Em diálogo com o idealismo alemão, não obstante o vínculo com a ordem estabelecida, Marcuse (1997) resgata seus grandes conceitos que dizem respeito à humanidade, almejando realizá-los na economia-política. Orientado pela razão, efetivar o domínio da felicidade no âmbito do ser é uma questão que vai além das ciências, pois, as verdades herdadas pela filosofia dizem respeito à realização humana. O fim da razão é realizar a potencialidade real de liberdade inscrita no desenvolvimento histórico, é a capacidade para intuir um objeto ausente no seu âmbito: a razão anteciparia o momento do real a ser realizado.

A utopia é o que há de criativo na filosofia. “O elemento utópico foi, na filosofia, durante muito tempo, o elemento progressivo: como as construções dos melhores Estados, do prazer superior, da felicidade (*Gluckseligkeit*) perfeita e da paz perpétua [...]” (MARCUSE, 1997, p.145). Ela desnuda a função prática da filosofia de confrontar o já alcançado com o ainda não alcançado, de fazer uso da imaginação mediante a tendência de desenvolvimento existente no processo social. A filosofia perde seu caráter especulativo quando aliada à teoria crítica e assume o caráter de conhecimento de si e de transformação da realidade.

Mediante a interpelação de Marcuse e de outros presentes no debate promovido pelo Instituto de Pesquisa Social na ocasião do ensaio *Teoria tradicional e teoria crítica*, acerca do significado da filosofia ou de seu papel na teoria crítica, Horkheimer publica *Filosofia e teoria crítica* réplica de sua participação de protagonista no debate. Se Marcuse (1997) chama atenção para o papel antecipador da filosofia com base no conhecimento das tendências de desenvolvimento do real e nos objetivos emancipatórios legados pelas verdades

filosóficas, sob a perspectiva indutiva materialista histórica voltada para o conhecimento da totalidade, para além da crítica à ciência tradicional, a teoria crítica deveria ser realização humana em termos de uma prática emancipatória que intui seu objeto. Horkheimer (1975b) responde que é necessário desconfiar da consciência que se tem do real e suas tendências, pois os fins postulados como emancipatórios também estão submetidos ao processo social.

Ele retoma os argumentos em torno da diferença entre teoria tradicional e teoria crítica, salientando que a herança principal do idealismo alemão para a teoria crítica repousa na concepção de que o trabalho social constrói o mundo e seu caráter de classe manifesta-se e imprime-se nas percepções e nas atividades humanas gerais. A autocontemplação da razão converteu-se, na teoria crítica, no conceito materialista de sociedade emancipada (livre e autodeterminada), na qual a individualidade emancipada possa realizar-se. Por conseguinte, a realização de indivíduos livres depende da superação da economia-política burguesa, da consideração das tendências da sociedade, do conhecimento da conexão do conhecimento com seus fins, das lutas históricas, o que não pode ser feito de modo abstrato ou desprovido de um fundamento no existente.

“[...] A teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem [...] parte do conhecimento de que o desenvolvimento livre dos indivíduos depende da constituição racional da sociedade. Ao focalizar as bases da situação atual ela passa a ser a crítica da economia política” (HORKHEIMER, 1975b, p. 157).

A problematização das tendências e postulação de fins estão subordinadas ao poder dos homens sobre si mesmos: como a experiência da situação social conduz ao conformismo e à adaptação. É preciso problematizar o próprio questionamento do problema. Assim, o padrão de medida deve ser historicizado; o modo de conceber não pode apoiar-se numa racionalidade inexistente no real. A antecipação depende das circunstâncias, pois a prática, além de questionar o sujeito, demanda meios organizacionais nos quais a teoria possa ser transformada em prática. O pensamento pode intuir o que vem a ser, mas dependerá sempre da convicção das pessoas. As formas de dominação social impedem a realização da razão, a teoria crítica necessita também do dinamismo coletivo e permear a convicção das pessoas.

[...] a crítica ao economicismo não se baseia no abandono da análise econômica, mas na insistência da integridade e da perspectiva histórica. A teoria dialética não faz sua crítica a partir da mera idéia. Já em sua figura idealista, ela refutou a representação de algo bom em



si mesmo, que é simplesmente colocado em confrontação com a realidade. Ela não julga de acordo com o que está fora do tempo, mas conforme o que está no tempo (HORKHEIMER, 1975b, p. 160).

Assim, o autor passa a considerar a utopia em vista de uma nova práxis, princípio de organização social, cujas tendências de desenvolvimento devem refletir concretamente a forma assumida pela existência social. A crítica da realização vigente de formas irracionais deve pautar-se na situação existente, na realização de interesses individuais antagônicos em vista da constituição de interesses universais mas, ainda assim, os fins precisam ser também elucidados, mediante as aparências sociais necessárias. Enquanto parte do aparato de dominação a ciência precisa ser decifrada e compreendida como tal para que se torne possível uma teoria cujo fim é conhecimento de si e transformação da realidade.

Após esse debate, na década de 1940, explicita-se uma reorientação de perspectiva de Horkheimer, que dá continuidade a uma concepção de teoria declaradamente crítica, utópica e política, na qual se delineia a razão em seu conteúdo histórico instrumental. É descartada a possibilidade de restauração de uma nova totalidade (razão objetiva) e a construção de verdades absolutas. Sem dispensar a verdade (razão) como objeto e finalidade, junto com Theodor Adorno, Horkheimer envereda para o pensamento crítico de uma unidade dialética negativa entre razão subjetiva e razão objetiva assentada no conhecimento das tendências históricas, meios pelos quais a razão poderia se realizar na sociedade mediante a ação de indivíduos críticos. A razão mantém-se, mas como vestígio, cuja verdade demanda uma elaboração por meio de fragmentos históricos.

## **6. A teoria crítica hoje**

A visão social de mundo dialética não realizou-se hegemonicamente. Inaugurada por Hegel e desenvolvida por Marx, sob a crítica prático-revolucionária, orienta-se para a superação da propriedade privada dos meios de produção e da divisão do trabalho, sendo esse o ponto de partida para suas formulações políticas doutrinárias, sob o ponto de vista do trabalho social do proletariado. Quanto à teoria crítica, embora compartilhe uma visão social de mundo dialética, funda-se no juízo hipotético e disjuntivo que dispensa a garantia de uma classe social para a realização dos ideais iluministas de liberdade e emancipação humana. A valorização da formação pessoal, teórica, crítica e a relação de tensão com os grupos mais avançados das camadas dominadas, facultariam a ação prática dispensando doutrinas

políticas.

A fecundidade da discussão entre Horkheimer e Marcuse, apesar de orientações diversas em relação aos papéis da teoria crítica, permanece através da formulação de seu distintivo em relação à ciência e à filosofia tradicionais, que se expressa através da *orientação para emancipação* e o *comportamento crítico*, cujos significados também se transformaram nos dias de hoje. Ainda que eles tenham redirecionado suas problemáticas e o desenvolvimento de suas obras para outros temas, o legado desse debate permanece atual para refletir e confrontar as pretensões das ciências sociais e humanas em termos de suas próprias premissas e também como referência exemplar da formulação da teoria crítica, cuja preocupação central é a emancipação humana.

A historicidade do real e do pensamento que se debruça sobre ele, impõe restrições para se pensar a formulação conceitual originária da teoria crítica. Os sentidos que o “comportamento crítico” e a “orientação para a emancipação” assumem em outros tempos e espaços. Porquanto, em teoria crítica o diagnóstico de tempo (incluindo aí o contexto deste diagnóstico) sempre orienta novas formulações.

Parece haver uma impossibilidade de restringir a teoria crítica às formulações inaugurais. O debate acerca da teoria crítica entre Horkheimer e Marcuse com toda importância existente pelo sentido instaurador revestido naquele momento (em 1937), não tem “valor normativo, prescritivo, nem possui um significado que possa correlacionar-se com asserções políticas permanentes no fluxo de utilizações a que deu lugar essa orientação filosófico-social.” Pois, “longe de decantar um formato canônico, sobre o qual pudessem medir de variantes e apostasias, a vitalidade da teoria crítica apenas pode se estabelecer e, em particular, apenas identificável nessa época, como tradição e incitação apta para adaptar-se a diferentes continuidades e campos de exercício” (SASBON, 2004, p 174). Nesse sentido, “hoje a teoria crítica já não é mais apenas um projeto intelectual histórico, cuja origem foi o esforço dos filósofos de Frankfurt [...], mas um amplo horizonte de leituras da sociedade, nas quais o tema da dominação e uma atitude problematizadora, por oposição a uma atitude descritiva se configuram” (MAGALHAES, 2007, p.232).

Embora *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* tenha por objetivo confrontar a teoria tradicional, demonstrando seus limites e suas funções, Horkheimer (1975) aponta a função diferencial da teoria crítica como sendo o comportamento crítico e a orientação para emancipação. Orientado para a emancipação, o comportamento crítico é teórico e prático, articula teoria e transformação social.

No âmbito da teoria, o comportamento crítico diferencia as ciências sociais das

ciências naturais: 1) pelo ponto de partida, os pressupostos conceituais do discurso ou do conhecimento sobre a sociedade, delimitados por “teorias sociais”; 2) pelo fato de, diferentemente da ciência positiva, a social estar indissoluvelmente ligada ao tempo – assim, as versões que não estabelecem tal vínculo não partem de um diagnóstico do tempo, apenas contribuem irrefletidamente para deixar as coisas (arranjos de dominação) como estão; 3) pela diferença das ciências sociais em relação às naturais que não lidam só com objetos, mas com sujeitos e agentes sociais, devendo se preocupar com as implicações práticas do conhecimento produzido sobre a sociedade.

Mediante essas considerações, a ideia de “modelo crítico”, referência analítica, possibilita a apreensão do vínculo imanente da teoria com o seu tempo histórico através do resgate dos diagnósticos e prognósticos elaborados em função da “perspectiva da distância que separa o que existe das possibilidades melhores nele embutidas e não realizadas, vale dizer, à luz da carência do que é frente ao que melhor pode ser” (NOBRE, 2004, p.56). Adiante, por meio de uma leitura interna, apresentamos os modelos críticos delineados por Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes em suas obras nos anos 50 do século passado.

## Capítulo II

### **Guerreiro Ramos e a questão racial: o negro objeto da “sociologia enlatada” vs. o “negro vida”, elemento do povo brasileiro a integrar-se na nação (1945 a 1955)**

*“Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador” (Guerreiro Ramos).*

#### **1. Questão racial**

A discussão acerca das relações raciais no Brasil advém de longa data, antes mesmo da independência política do país. Desde os relatos de viajantes estrangeiros e de pensadores sociais que, no século XIX e princípio do século XX, focaram o tema para avaliar os rumos do país, manifestaram um preconceito corrente em seu tempo até a realização do projeto UNESCO, no início da década de 1950. Fortaleceu-se uma tradição de pesquisas, a qual representa uma contribuição das ciências sociais institucionalizadas para o conhecimento do Brasil. Guerreiro Ramos posicionou-se diante de tais estudos através de uma concepção particular do problema, digna de ser lembrada.

Neste capítulo é realizado um panorama da produção do autor no que diz respeito à temática do negro, em vista de apresentar suas concepções à luz do questionamento e autocríticas que elas parecem manifestar inicialmente. A temática do negro no pensamento de Guerreiro Ramos recebeu atenção especial entre meados da década de 40 e a primeira metade da década de 50, período quando a maioria de seus trabalhos relativos a esta questão foram publicados. Ao longo de suas publicações o autor desenvolve uma perspectiva peculiar sobre o assunto. Esta vai do reconhecimento da existência do “preconceito racial”, que teve como efeito a militância no movimento social criado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), a adesão de uma postura nacionalista.

Embora a perspectiva nacionalista fosse recorrente nas décadas de 50 e 60, na concepção de outros intelectuais de seu tempo, o nacionalismo de Guerreiro Ramos tem suas particularidades. Dentre as quais seu caráter normativo para, em outro patamar, transpor e resolver o problema da questão racial por meio da integração dos diferentes grupos étnicos da sociedade brasileira, do ponto de vista do desenvolvimento nacional. Com efeito, revela-se a postura crítica do sociólogo baiano na sua inquietude com as implicações políticas do

conhecimento produzido sobre a sociedade brasileira por parte de uma “sociologia hipercorreta”, especificamente as teorias raciais vigentes, pois essas, segundo ele, lidavam com pessoas, com agentes sociais e não com meros “objetos” do conhecimento.

## 2. Primeiros trabalhos

Durante a década de 40<sup>15</sup>, época em que participou do Departamento Nacional da Criança e, em seguida, do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), a temática do negro no “pensamento de Guerreiro não se afastava muito do *mainstream* das ciências sociais da época” (GUIMARÃES, MACEDO, 2008, p.152). Ressoariam nas questões postas pelo autor a insustentabilidade do racismo perante as descobertas das ciências sociais norte-americanas, como o culturalismo de Frans Boas e os trabalhos da Escola de Chicago, representados por Robert Park (Cf. Maio, 1997).

Apesar disso, o racismo é visto por Guerreiro Ramos como remanescente e difuso no senso comum, significando uma ideologia que consagra a dominação política e social das elites brancas. Tratar-se-ia, conforme convencionado no debate da época, de um preconceito a brasileira: sutil e vinculado à questão de classe. “Entre nós, o preconceito racial perde em importância para os outros dois aspectos da questão: o preconceito de classe e a incompatibilidade de dois mundos mentais distintos” (RAMOS apud GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.152). Como Donald Pierson<sup>16</sup> havia argumentado, tendo como referência o caso norte-americano, o racismo relacionava-se, antes, às péssimas oportunidades culturais e econômicas a que os negros tinham acesso.

Ademais, o sociólogo baiano admitia uma situação cultural pós-escravidão incompatível e irredutível à cultura branca dominante no Brasil e recomendava a ascensão econômica e cultural do negro, o que significava seu branqueamento. Há como pressuposto nesta afirmação as teses sobre o pensamento primitivo de Tylor, Frazer e, principalmente, Levy-Bruhl. Este último fez a distinção entre lógica do sentimento e lógica da razão, discernindo o pensamento primitivo e suas representações “místicas”, como se percebesse o mundo de modo diverso dos civilizados. O “despreparo” dos negros tinha suas origens no

---

<sup>15</sup> Mediante a dificuldade de acesso aos textos de Guerreiro Ramos sobre o tema, publicados principalmente em jornais, valemo-nos dos estudos de Maio (1997), Guimarães & Macedo (2008) para suprir essa lacuna. Em particular, este último estudo oferece um bom panorama acerca das idéias em voga naquele momento.

<sup>16</sup> Trata-se da tese de doutorado do autor, orientado por Robert Park, traduzida como “Branco e Pretos na Bahia”. No ano de 1942, Guerreiro Ramos participou de um curso sobre técnicas e métodos de pesquisa oferecido pelo DASP e ministrado por Pierson.

âmbito educacional e cultural, ao passo que se pressupunha também uma “deficiência” de mentalidade, estigma da raça e de raízes africanas (Cf. Mauês, 1989).

[...] Grande número de negros brasileiros ainda não se incorporou à cultura dominante no Brasil, que é a européia de base latina. Existe uma cultura negra no Brasil com seu sincretismo religioso, seus hábitos alimentares, sua medicina de “folk”, sua arte, sua moral, etc. O mundo mental destes grupos é incompatível com o das classes dominantes. O negro brasileiro pode “branquear-se”, na medida em que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais dos grupos dominantes. O “peneiramento” social do homem de cor brasileiro é realizado mais em termos de cultura e de “status” econômico, do que em termos de raça (RAMOS apud GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.152-153).

Nesse sentido, no princípio de seus estudos sobre o negro, Guerreiro Ramos desaconselhava qualquer tipo de organização política voltada contra o preconceito racial, pois, para ele, a melhoria das condições de vida do negro, por si mesma, acabaria com o preconceito sofrido (Cf. Maio, 1997). A partir do diagnóstico de um problema de cunho econômico, cultural e educacional e não propriamente racial, a luta dos negros devia se voltar contra a desigualdade existente em relação aos brancos. “Os meios de luta do negro brasileiro não devem ser demagógicos nem sentimentais, têm que ser adequados ao modo como se coloca o problema no Brasil. Penso que os homens de cor não devem jamais organizar-se para combater o preconceito racial”. Ante o preconceito, o negro deveria se portar com atitude de “indiferença e até humorística, nunca de indignação” (RAMOS apud GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.154).

Abdias Nascimento, militante negro e fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN 1944-1968), amigo de Guerreiro Ramos desde 1939, diverge em relação a essa concepção não diretiva do autor, vista por ele como “contemplativa” e “resignada”:

Durante quase todo o período de após abolição, o negro rezou por essa cartilha de assistir de braços cruzados e sorriso nos lábios, à sonegação dos seus direitos de cidadão. Sua decadência atual, em grande parte, pode ser levada à conta desse comportamento contemplativo e resignado. E isso é tão verdade quando se examina o combate ao racismo no Brasil. Este se voltou com maior violência contra o negro e somente amparado na força de suas entidades ele pôde reagir, oferecendo um combate tenaz às forças declaradas ou ocultas que o traziam semi-escravizado [...]. É preciso viver no seio das organizações negras para se constatar que o seu espírito de luta não é demagógico nem puramente sentimental. O que há é o aproveitamento das lições sociológicas de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, orientando suas

atitudes em bases democráticas, sem sectarismos, e longe dos ódios que isolam e separam os homens. (NASCIMENTO apud GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.154).

Ao que parece, a adesão e participação de Guerreiro Ramos no TEN, dada em 1948, demandou uma revisão de suas concepções e o reconhecimento da presença do preconceito racial na sociedade brasileira, independentemente de outras variáveis consideradas. Conforme Maio (1997) o artigo publicado no jornal *A Manhã*, intitulado *Imigração e preconceito* (04/07/1948), referente a uma pesquisa realizada no DASP pelo autor, com aplicação de questionários, constatou a presença de forte preconceito contra o negro e o mulato nos quadros burocráticos da administração da antiga Capital Federal. Os indícios de preconceito racial, agora confirmados pelo seu próprio trabalho de investigação, foram favoráveis a uma autocrítica do autor e a elaboração de um novo diagnóstico que facultasse alguma ação de sua parte.

Ademais, na publicação de *Contatos raciais no Brasil* na primeira edição do veículo de comunicação *Quilombo*, Guerreiro Ramos admite a presença do “preconceito de cor”<sup>17</sup> e não do “preconceito de raça” na sociedade brasileira (1948), que não seria estratificada por divisão de casta. O preconceito racial e a forma de segregação derivada, estaria mais próximo da realidade norte-americana, ao passo que, no Brasil, a miscigenação obnubilava sua presença, sendo mais adequado falar de preconceito de cor. A questão do negro passa a assumir diversas matizes para o autor, devendo ser vista pela sua particularidade, consoante as diferenças marcantes no Brasil: em alusão as regiões do país, as diferenciações de classe social entre meio rural e meio urbano.

A incompatibilidade do “mundo mental” dos negros com a cultura europeia latina dominante é apresentada nos termos de uma “psicologia diferencial do negro brasileiro”, que segmenta eles entre si, gerando tensões sociais por conta do corte classista existente no interior da população negra, a qual poderia embraquecer-se, integrar-se e transformar-se através do uso dos métodos da psicologia social. Por fim, Guerreiro Ramos inicia suas críticas à perspectiva culturalista que valorizava as tradições africanas, vistas como “sobrevivências”, e conferia um caráter estático ao negro no Brasil.

---

<sup>17</sup> Segundo Guimarães (2004), o campo temático dos estudos das relações raciais no Brasil definido como “preconceito de cor” esteve em foco nos anos 50 a 70 do século passado, caracterizando-se a partir de determinadas filiações teóricas, como a influência da Escola de Chicago e seus representantes que vieram pesquisar e lecionar no Brasil, bem como da chamada “Escola paulista de sociologia” e teóricos nacionalistas, evidenciando ainda um determinado modo de enfocar o problema. Nas décadas posteriores à contemporaneidade, porém, esse campo temático foi substituído pelo conceito de “racismo”.

### 3. O Teatro Experimental do negro

Constatado o preconceito de cor, era necessário lutar contra o mesmo. Em *Contatos raciais no Brasil (1948)*, esboça-se essa pretensão através da busca de uma “sociologia de caráter operativo, que auxiliasse o negro a encontrar sua própria identidade no contexto das mudanças ocorridas nos anos 40 e 50 no Brasil” (MAIO, 1997, p.271). O reconhecimento do preconceito de cor, desse modo, motivou a adesão de Guerreiro Ramos (1950) a um convite feito anteriormente por Abdias Nascimento<sup>18</sup>:

Há cinco anos passados, o fundador do TEN me procurava para obter meu apoio à sua iniciativa e eu o despistei, como se despista a um demagogo e a um negro ladino. Ficou, entretanto, deste encontro a curiosidade pelo movimento. Acompanhei o TEN. Várias conversas, vários encontros com o fundador do TEN. E em certo momento vi, enxerguei a pista jamais suspeitada que ele estava abrindo a vida nacional [...]. A força daquela intuição venceu as minhas resistências e até mesmo o meu escrúpulo em confundir-me com certo tipo de reivindicador contumaz (RAMOS, 1950, p.35-36).

Em publicação recente na qual versa sobre o TEN, sob o olhar do presente em relação ao passado, Abdias Nascimento (2004) apresenta a iniciativa como ação social contra o racismo (preconceito de cor), lastreado num fórum de ideias e debates, cuja finalidade era a promoção de igualdade de direitos e oportunidades para os negros. “Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte” (NASCIMENTO, 2004, p.210).

Tratava-se de formar uma nova visão sobre o negro brasileiro, que rompesse com o estigma ainda vigente da escravidão nas manifestações culturais e populares, de modo que o esforço repercutisse nos formadores de opinião pública. Para isso, as ações do TEN dirigiam-se à valorização estética e à melhoria das condições de vida da população negra através de “ações em favor da coletividade afro-brasileira discriminada no mercado de trabalho, habitação, acesso à educação e saúde, remuneração, enfim, em todos os aspectos da vida na sociedade” (NASCIMENTO, 2004, p.221).

Foram criadas instituições que respondessem aos diversos propósitos delineados pelo TEN, como o *Comitê Democrático Afro-Brasileiro*, voltado para as ações políticas, o

---

<sup>18</sup> Guerreiro Ramos participou do TEN entre os anos de 1948-1950 (Cf. BARBOSA, 2006).



*Instituto Nacional do Negro*, direcionado a ações de “grupoterapia” e apoio psicológico através de valorização estética do negro, sob responsabilidade de Guerreiro Ramos. Realizou-se o *I Congresso do Negro Brasileiro*, no Rio de Janeiro, em 1950. Criou-se o *Quilombo*<sup>19</sup>: *vida, problemas e aspirações do negro*, no qual os trabalhos do TEN foram divulgados, entre 1948 e 1951, com propósitos organizativos da comunidade negra que se aspirava intervir.

Segundo Muller (1989), o TEN lutava por implementar o sentido educador de reabilitar o negro ante a si, atuando como uma elite negra e mulata interpretativa das demandas de seu povo. A revolta propugnada pelos pensadores franceses Jean Paul Sartre e Albert Camus converteu-se na necessidade de o Estado e a nação reconhecer o negro para que ele pudesse “ter direito a seus direitos”, propunha-se que o negro assumisse uma identidade por eles protagonizada. O TEN exerceu suas atividades sob o “pressuposto da vanguarda, portadora da consciência e dotada de meios então exclusivos para desencadear a redenção” (MULLER, 1989, p.14). Atuou no plano “teatral artístico”, reiterando o primitivismo espontâneo do negro, na promoção de estudos e encontros que afirmavam seu viés científico e pragmático.

Nesse sentido, conforme Muller (1989), destacou-se a *Convenção Nacional do Negro* ocorrida em 1945 na cidade de São Paulo, no qual se elaborou um programa de resgate da memória do negro no Brasil como matéria prima de uma nova identidade em construção. Devia-se, a partir dela, alertar e educar o branco contra seu preconceito. Essa nova identidade delimitaria a inserção do negro na nação brasileira que por sua vez, deveria integrar a participação dos excluídos. Incorporar-se-ia o contingente negro da população, visto como personagem fundamental para realizar um projeto nacional possível para aquele momento. Todavia, ao serem vistos como vítimas de um silenciamento social e cultural, interpretou-se que devia ser exercida uma tutela por parte de líderes negros.

As iniciativas de promoção de novos estudos, pelo TEN, também se deram com a *Conferência Nacional do Negro*, ocorrida no Rio de Janeiro em 1949 e organizada por Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Edison Carneiro. Dela resultou o *I Congresso do Negro Brasileiro*, no ano seguinte e na mesma cidade. Com esses eventos de cunho intelectual, mas também abertos à população negra valorizou-se uma nova perspectiva de estudos sobre o negro, a qual pretendia conciliar caráter científico e patriótico.

Conforme o próprio autor, “vale a pena insistir neste ponto. O TEN foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando a

---

<sup>19</sup> Ver: NASCIMENTO, Abdias. **Quilombo**: Edição em fac-símile do jornal dirigido por Abdias do Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2003.

gente de cor, à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se tratasse de elemento estático ou mumificado. Esta denúncia é um *leitmotiv* de todas as realizações do TEN [...]” (RAMOS, 1957a, p.162). Visava, segundo Muller (1989), a elaboração de diagnósticos em vista da ascensão social e econômica dos negros através da educação e da cultura. O TEN organizou também a *Semana de Estudos do Negro Brasileiro* no ano de 1955 no Rio de Janeiro, sede do teatro.

Além das iniciativas cênicas, artísticas, de grupoterapia e da promoção de novos estudos, o TEN desenvolveu atividades políticas “pragmáticas” para influir junto aos formadores de opinião pública e autoridades - por meio de denúncias veiculadas pelo *Quilombo* -, e proposição de projetos. Guerreiro Ramos define esses objetivos como sendo: “1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil; 2) reeducar os 'brancos' brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) 'descomplexificar' os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país” (RAMOS, 1957a, p.163).

Assim, seus objetivos delinear-se em torno de uma agenda pela qual se almejava: 1) integrar os negros na sociedade brasileira; 2) criticar a ideologia da brancura e a sociologia que a propugnava; 3) valorizar a contribuição africana; 4) utilizar-se do teatro e das artes como meio por excelência de realizar seu projeto (MULLER, 1989). Até que ponto obteve-se o êxito pretendido pelo TEN não compete aos objetivos deste trabalho, mas conforme Muller (1989), “integrar significava passar a campos uma mesma ordem, agora alargada com este novo personagem, mas intacta [...]” (MULLER, 1989, p. 49). O projeto demandava o reconhecimento do negro, mas este tinha também que reconhecer a ordem que o acolhe, caso o acolhesse.

A complexidade das relações raciais brasileiras evidencia-se no movimento gerado por intelectuais que procuraram compreendê-la desde o final do século XIX, tendo sido criada uma tradição de pesquisas, a qual se fortaleceu com a realização do projeto de estudo sobre a temática racial no Brasil proposto pela UNESCO no início da década de 1950, quando se acreditava que o país fosse o paraíso racial sistematizado por Gilberto Freyre e difundido pelas nossas elites políticas desde a abolição da escravidão.

Na contemporaneidade, uma das reflexões que se faz acerca do discurso desses intelectuais, no caso Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, tende a constatar a “ambivalência e ambiguidade” de suas propostas. Conforme o crítico, haveria “cicatrizes brancas” no discurso desses intelectuais nas décadas de 40 e 50. Os representantes do *TEN*

“caíam na armadilha da visão preconceituosa sobre o negro e por aí acabaram por embranquecê-lo” (MAUÊS, 1989, p.92).

Na década de 40 e 50 o TEN apresentava um discurso em transição “entre uma busca declarada dos valores brancos de matriz europeia – marco do pensamento negro nos anos 30 – e uma adesão incondicional ao que pretensamente seriam os valores exclusivamente negros e africanos dos anos 1970” (MAUÊS, 1989, p.98). Assim, o TEN dirigia-se não aos afro-brasileiros, mas aos que fossem capazes de deixar de ser negros, pregando uma espécie de puritanismo capaz de livrá-los dos elementos que sustentavam a maculada representação dominante que os brancos erigiram.

De acordo com essa visão os negros deveriam branquear-se, “o museu como sucedâneo da violência” significa, assim, o abandono do estilo de vida pré-letrada que esses líderes adjudicavam a seus representados. O museu do negro equivalia em aposentar nesta instituição seu estilo de vida, como sendo uma superação histórica daquilo que tinha de ser ultrapassado. “Desejo elevar o nível cultural dos homens de cor deste país, extinguindo equívocos em que grande parte deles laboraram, corrigindo os seus vícios de conduta, oferecendo-lhes ensejo de melhor realização de suas potencialidades” (RAMOS, 1950, p.35-36) para o desenvolvimento nacional. A formação de uma elite negra e mulata seria, neste momento, a conversão da luta de classes num processo de cooperação mediado por uma elite negra identificada aos estilos de vida das classes superiores, que manteria o equilíbrio e a harmonia social.

No momento em que esteve filiado ao TEN, o sociólogo baiano a partir de seu diagnóstico da “psicologia diferencial do negro” e do “ressentimento” mantido por estes em relação aos negros de *status* social superior, bem como em relação aos brancos e mulatos, propôs a denominação “técnicas sociológicas” para libertar os negros das amarras da brancura e para que eles assumissem e afirmassem sua negritude. Esta foi uma modalidade de psicologia social, um “campo de polarização psicológica” que buscava “eliminar tensões e recalques”, com a finalidade de promover uma reconstrução interior e subjetiva do negro. Porém, voltava-se para “adestrar os homens de cor nos estilos de comportamento da classe média e superior” (RAMOS, 1989, p.23).

O citado sociólogo, interpreta Max Scheler, no contexto brasileiro e afirma que o insucesso dos negros resultaria, muitas vezes, de um despreparo cultural. “Este ressentimento é um precipitado emocional da estrutura da sociedade republicana” (RAMOS, 1950, p.44), afirmava. Após ter sua subjetividade (de)formada pelo regime escravocrata e mantida através de um certo “consenso” reforçado pela violência sobre o negro, a abolição foi incapaz de

transformar a mentalidade do mesmo, pois passaram-se 61 anos desde a abolição e nada havia sido feito de significativo para transformar a “estrutura do caráter do negro”, que preservaria, ainda, um estilo de vida e mentalidade advindos da escravidão. Porém, “se a igualdade jurídica do negro fosse equivalente a uma igualdade econômica e cultural, o seu ressentimento, pelo menos, o social teria sido escasso” (RAMOS, 1950, p.45). Na ausência dessa resolução, a grupoterapia elevaria a autoestima do negro e fornecia meios de libertar as tensões emocionais desses indivíduos que sofriam com o preconceito de cor e se sentiam retraídos e incapazes de transformar sua condição pessoal e social.

Além da grupoterapia, certa vez, Guerreiro Ramos teve a ideia de que o TEN propusesse a realização de um concurso de artes plásticas para elaborar a representação do “cristo negro” (Cf. Nascimento, 1966, 1968). Segundo Nascimento (1980), a repercussão nos jornais representantes das “elites tradicionais” e do catolicismo consideraram o concurso um atentado à religião oficial. Foi dessa maneira que o *Jornal do Brasil* manifestou-se em seu editorial do dia 26 de junho de 1955, considerando o concurso promovido pelo TEN como injúria ao povo brasileiro e à religião oficial do país. Segue reprodução de um excerto do editorial, para que o leitor tenha ideia do teor da reação:

Essa exposição que esse anuncia deveria ser proibida como altamente subversiva. Tal acontecimento, realizado às vésperas do Congresso Eucarístico, foi preparado adrede de escândalo e motivo de repulsa. O nosso descontrole moral, a nossa grande falta de respeito e de bom gosto, o nosso triste estado de alma, não podem ser dados em espetáculo aos que nos visitam. Demos aqui nosso brado de alarma. As autoridades eclesiásticas devem, quanto antes, tomar providências para impedir a realização desse atentado feito à Religião e às Artes. O próprio povo brasileiro se sentira chocado pela afronta feita (apud NASCIMENTO, 1968, p.18-19).

Nascimento (1980) defende também a ideia de que os dogmas mantidos pelos estratos dominantes almejavam abarcar todos os aspectos existenciais, censurando inclusive a estética e a arte negras. A proposição desse concurso suscitou o velho e tradicional imperativo, a “repetição dos tradicionais estereótipos da 'abnegação' e da 'renúncia' do sofrer calado e sem reclamar”, uma exigência da religião católica própria das “qualidades que os brancos em geral esperam dos negros” (NASCIMENTO, 1980, p.97). A reivindicação de uma representação estética negra de cristo chegaria ao ponto de causar um atentado à religião, atitude esta que revela a presença marcante do racismo no Brasil.

#### 4. Guerreiro Ramos e o projeto UNESCO

Na ocasião do *I Congresso do Negro Brasileiro (1950)*, Guerreiro Ramos apresenta algumas teses a fim de serem aprovadas e encaminhadas à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que na época, discutia a realização de um estudo piloto sobre o tema das relações raciais no Brasil. A UNESCO foi criada em 1946, após o holocausto nazista e a Segunda Guerra Mundial, com a intenção de presidir as ações da ONU por meio de pesquisas, debates e divulgação científica. Incorporou à sua agenda a temática do combate ao racismo.

Uma confluência de fatores externos e nacionais elegeu o Brasil como país sede da pesquisa. A existência de um prestígio internacional do país no tocante às relações raciais, advindo de estudos de autores nacionais e estrangeiros que apontavam o país como um “laboratório de civilização” (Arthur Ramos), uma “democracia étnica” (Gilberto Freyre) e uma “sociedade multirracial de classes” (Donald Pierson), reforçavam a imagem difundida pelas elites diplomáticas do país no exterior, acerca de uma convivência pacífica entre os diferentes grupos étnicos no Brasil. Dado o contexto pós-nazista, a crença no caso exemplar brasileiro, cujas antípodas eram os EUA e África do Sul, a atuação e influência de intelectuais brasileiros na agência (Artur Ramos, Gilberto Freyre, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Ruy Galvão), bem como a existência de uma tradição de estudos raciais no Brasil favoreceram a escolha do país.

Maio (1997) demonstra, também, vicissitudes e disputas que estiveram presentes na elaboração do projeto UNESCO no Brasil. Inicialmente, o plano estava voltado para a cidade de Salvador, mas o envolvimento e influência de intelectuais brasileiros e estrangeiros, que mantinham alguma relação com o país, junto ao órgão da ONU. Permitiram que o projeto fosse estendido para outras capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, demonstrando a autonomia desses intelectuais para elaborar e executar o projeto. Havia abordagens diversas na condução do projeto, que iam de uma perspectiva sociológica, de feição universal e iluminista preocupada com a mudança social, a uma perspectiva antropológica, atenta à cultura e ao particular.

O projeto deu um grande alento ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, bem como um conhecimento mais minucioso da questão no país, o qual deixa de ser modelo exemplar de relações raciais, tendo em vista a confirmação da existência do preconceito de cor, apresentado num quadro plural por meio de análises comparativas dos

casos estudados<sup>20</sup>.

No momento em que se disputava a orientação a ser seguida por esses projetos, Guerreiro Ramos (1968) propõe uma agenda de caráter político, que não foi aprovada, pois, o encontro dos “*experts*”<sup>21</sup>, que antecedeu a elaboração do projeto, conferiu uma orientação mais acadêmica, científica para o projeto. Costa Pinto acabou por realizar, no Rio de Janeiro, a investigação proposta. Segundo Maio (1997), o sociólogo baiano que teve sua proposta rejeitada acabou tornando-se uma referência crítica e de contraponto a esses estudos.

“O Primeiro Congresso do Negro Brasileiro solicita que o Governo brasileiro encaminhe aos seus representantes na Unesco para que defenda os seguintes itens:

I- Este Congresso sugere à UNESCO que se esforce por estimular nos países em que existem minorias raciais discriminadas a instalação de mecanismos sociológicos que transformem o conflito interétnico num processo de cooperação. Para este fim a UNESCO é solicitada a estudar as experiências de solução da questão racial atualmente ensaiadas nos vários países em que a questão se apresenta.

II- Este Congresso reconhece que é digno de exame da UNESCO a experiência sociológica do TEN e solicita a sua atenção especialmente para os seguintes aspectos da mesma:

- a) a utilização do teatro como instrumento de integração social,
- b) os concursos de beleza racial como processo de desrecalcamento em massa,
- c) as tentativas de aplicação em massa de sociatria e grupoterapia,
- d) a utilização de museus e filmes como instrumentos de transformação de atitudes.

III- Este Congresso solicita que a UNESCO examine a possibilidade de organizar um Congresso Internacional de Relações de Raça” (RAMOS, 1968, p.155-156).

A intriga de Guerreiro Ramos com Costa Pinto, segundo Nascimento (1968), deveu-se ao empréstimo e extravio de parte do material concedido pelo TEN, na ocasião do *I Primeiro Congresso do Negro Brasileiro*, para que esse autor elaborasse seu relatório à

---

<sup>20</sup> Não obstante a afirmação por parte de alguns estudiosos, segundo a qual a pesquisa malogrou as expectativas iniciais da UNESCO, Maio (1997) defende a tese de que em vista de seus propósitos científicos o projeto obteve êxito, deu resposta e confirmou a existência do preconceito de cor. Não apenas isso, mas contribuiu para a profissionalização da comunidade científica nacional, devendo ser avaliado, como faz o autor, pelas repercussões de cada estudo realizado no meio acadêmico. “Nele, manifesta-se com vigor um olhar sociológico que, observando com sistematicidade e objetividade o país, é capaz de apontar os dilemas de uma sociedade em processo de modernização, que não só deixa para trás um Brasil tradicional, mas também procura superar as interpretações tradicionalmente elaboradas a seu respeito” (MAIO, 1997, p.302).

<sup>21</sup> Reunião realizada em Paris pela UNESCO em que se buscou uma definição interdisciplinar do conceito de raça que suplantasse o significado ideológico do termo e orientasse as ações da UNESCO. A partir desta iniciativa surge a Primeira Declaração Sobre Raça da UNESCO e as diretrizes para a execução de um projeto científico-político sobre relações raciais, no qual o Brasil foi escolhido. Cf. MAIO, 1997.

agência internacional<sup>22</sup>. A documentação do Congresso, que seria publicada “na hora certa”, teve de aguardar mais 18 anos.

Guerreiro Ramos (1957a) contrapôs-se aos estudos patrocinados pela Unesco e desenvolveu uma concepção peculiar acerca da negritude. Acaba por designar a pesquisa sobre relações raciais no Brasil como “materiais clínicos”, que revelariam a “ideologia da brancura”. Voltou-se contra a maioria dos participantes do projeto UNESCO, não isentando nem mesmo a instituição. “Tais documentos são frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde fora do país. Embora redigidos por brasileiros, eles se incluem na tradição dos antigos relatórios para o Reino..., ainda que hoje o reino se metamorfoseie na UNESCO, sediada em Paris...” (RAMOS, 1957a, 155).

Mais tarde, ele tece suas críticas aos autores que direta e indiretamente estiveram envolvidos com o Projeto UNESCO:

“[...] Roger Bastide, Gilberto Freyre e seus imitadores vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não Brasil, ainda que alguns protestem o contrário [...]. Ainda entre esses estudiosos, incluo os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro – o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela, a fim de *sine ira ac studio*, estudá-la, explicá-la, às vezes discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social quase se confunde com os mais claros. Anota-se em tais estudos, a existência de negros e mestiços no exercício de profissões liberais, participando das elites, unidos a cônjuges claros. Um destes autores jovens referiu-se mesmo a escritos sociológicos sobre o negro de autoria de um estudioso negro como documentos ‘curiosíssimos’” (RAMOS, 1957a, p.148).

Apenas Oracy Nogueira não é mencionado por Guerreiro Ramos, nem mesmo nas suas críticas aos estudos de comunidade e do Projeto UNESCO, que se deram a partir de 1953. *O Processo da sociologia no Brasil* (1953) foi dedicado aquele autor.

## 5. Ecos da negritude no pensamento de Guerreiro Ramos

A negritude<sup>23</sup> surgiu como uma corrente literária no âmbito do colonialismo

---

22 Publicado como: COSTA PINTO, Luiz Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro**: Relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

<sup>23</sup> Cf. MUNANGA, 1986; ZAHAR, 1976.

francês, questionando a dominação francesa dos Estados africanos colonizados e ganhou força com a adesão de intelectuais europeus. Simbolizou a luta pela emancipação política dos países africanos do jugo imperialista por meio de movimentos nacionais de libertação colonial. Ela se insurgiu, inicialmente, por meio de uma poesia da negritude como resposta ao racismo e atingiu diversas matizes distintas de pensamento e de questionamento da condição colonial, difundindo-se para outros contextos históricos.

Conforme Munanga (1986), os discursos produzidos pelos escritores da negritude evidenciaram: 1) a busca de uma identidade negra africana; 2) a luta pela emancipação colonial; 3) e o desejo de uma civilização universal que não fosse imposta nem representasse apenas a civilização ocidental, mas o encontro de civilizações particulares. “As análises do pensamento africano moderno põem claramente em evidência todo este esforço, centrado na valorização do passado e na vontade de construir ideologias baseadas na reconquista da identidade, fazendo história como sujeito dela” (MUNANGA, 1986, p.47). A negritude reiterava a coincidência entre biologia e cultura, e raça e africanidade, cujas críticas suscitaram a ideia de pan-africanismo.

Para Zahar (1976), entre Aimé Césaire e Leopold Senghor, defensores da negritude, houve uma perda de realidade histórica transformadora no movimento, que converteu-se em ideologia conservadora ao se desvincular da luta anticolonial. Num primeiro momento, o movimento pregava que o negro (colonizado) deveria referir-se a si próprio com altivez, em face do preconceito racial, que justificava a dominação colonial. O negro tinha que reclamar o conhecimento de sua própria tradição histórica, a autenticidade de sua cultura, exprimindo revolta e tomada de consciência por meio da crítica ao falso racionalismo. Tratava-se de uma nostalgia do passado histórico negado pelo colonialismo, assim como revolta contra o racismo.

Mas, em seguida, o endosso de um passado pré-colonial idealizado e não histórico, a apologia à irracionalidade, o ressentimento contra a ciência e a técnica, a reiteração dos estereótipos coloniais, como a menção ao *ethos* sentimental do negro, apresentam-se como elementos que minimizaram o papel crítico da negritude.

No Brasil houve uma repercussão desse movimento através das atividades promovidas pelo TEN, sobretudo, no que concerne à valorização do negro e à possibilidade de desfazer o estigma criado em relação a ele. Guerreiro Ramos (1950), a princípio, parece interpretar a negritude com um sentido mais próximo de Senghor, ao afirmar a particularidade do negro como um ser de “potencial anímico”, de uma “disponibilidade espiritual”, como se o negro pudesse cooperar com a civilização branca por meio da autenticidade de sua cultura e



do seu modo de ser. Assim:

Quando tudo nesta civilização, quase inteiramente construído pelo esforço do branco, parece gasto, quando o impulso anímico desta civilização parece totalmente objetivado, quando toda cultura já se transformou em civilização ou em burocracia, reponta uma esperança de salvação, descobre-se neste mundo uma mina inusitada, a subjetividade do negro. Esta é a hora do homem de cor (RAMOS, 1950, p.41).

Além disso, a formação intelectual “antropocêntrica” de Guerreiro Ramos na juventude manteve-se presente ao longo de sua obra e de seus estudos sobre o negro (Cf. Azevedo, 2006; Oliveira, 1995; Barbosa, 2006) e coadunou-se com o discurso da negritude francófona, em particular, às reflexões de Sartre no seu *Orpheu Negro*. Em vista de objetivos universalistas, o filósofo manifestou uma contrarreação frente a conceitos discriminatórios, invertendo os polos do discurso, o chamado “racismo anti-racista”<sup>24</sup>. O “personalismo negro” de Guerreiro Ramos, segundo Barbosa (2006), é caudatário dessas influências intelectuais e se caracteriza por uma “dialética da negritude”.

Assumindo a negritude como o primeiro passo: “Sou negro, identifico com o meu corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição como um dos suportes de meu orgulho pessoal [...]” (RAMOS, 1957a, p.156), em vez de reconhecer inicialmente o supremacismo do branco, tal como fez Sartre. Com isso, as pessoas de “pele escura” poderiam suspender a ideologia da branquidão e, assim, obteriam a compreensão humanística de sua negritude e da luta negra. A “luta humanista passaria, inevitavelmente, pela assunção dialética de sua prerrogativa circunstancial como negro, tido como o único caminho para que o “homem de cor” pudesse se elevar ao plano da pessoa” (BARBOSA, 2006, p.218). Neste sentido:

É todo um humanismo que se contém nessa ideia-força, um humanismo que postula um *niger sum*, na mesma acepção que Tertuliano afirmava o seu *homo sum*, isto é, uma comoção idiossincrática do universo, resultante de uma particularíssima compenetração de fatores históricos e biológicos, semelhante, às circunstâncias, à cosmovisão judaica (RAMOS, 1966, p.41).

A distinção entre, de um lado, o “negro vida”: o “negro visto desde dentro”, a

---

24 Sartre destacou-se por ter influenciado alguns autores denominados de “pós-colonialistas”, isto é, originados de países colonizados que estudaram nas nações do centro do capitalismo, e por inaugurarem uma postura teórica que busca demonstrar as fissuras e contradições do sistema colonial através de ideias críticas que ressoaram também no campo literário.

partir de suas potencialidades enquanto um agente social e, de outro lado, o “negro tema”, que fora convertido em objeto de estudos pelas ciências sociais, deve-se, conforme Barbosa (2006), à influência do personalismo de Emmanuel Mounier. Segundo as ideias deste pensador, o homem não era passível de ser compreendido por meio de classificações e definições, pois estas imobilizariam e petrificariam a sua existência. Para Guerreiro Ramos (1957a), os predicados “indefinibilidade” e dinamismo da “pessoa humana” estendem-se ao negro, o qual não é nenhum objeto de estudos etnológicos e sociológicos que tendem a essencializar o negro.

O sociólogo baiano dispôs-se a rever criticamente os estudos nos quais o negro era tratado como objeto de conhecimento ao se dar conta de que a classificação e definição do negro dizem respeito, antes, à sua desumanização. A identidade adjudicada pelo branco através de suas teorias subtraía a humanidade do negro, em vez de ser um conhecimento das condições de vida imperantes após a abolição da escravatura, uma mediação que contribui para melhorá-las. Ele argumentava a necessidade de um conhecimento que fosse capaz de integrar o negro à nação, a qual se acreditava possível ser construída, na década de 1950, com as transformações industrializantes da sociedade brasileira pós-1930 e o advento de um pensamento brasileiro desenvolvimentista, tão heterogêneo quanto os interesses em jogo.

Guerreiro Ramos (1953, 1957a), critica uma família de intelectuais estudiosos do negro, pois, a procura deles pela especificidade da condição do negro, quando não ia além do mero aspecto contingente, fenotípico apontava para um “problema do negro” no Brasil. Os estudos sobre o negro revelavam as relações raciais no país e uma condição desumana. Atributos construídos socialmente pelos e em favor dos brancos eram reiterados nas teorias, as quais repunham em termos mais sofisticados a ideologia colonial, que justificava a escravidão. Daí ele distinguir o “negro tema” do “negro vida”, tomando os estudos sobre o negro, inclusive os promovidos pela UNESCO como objetos de análise do modo pelo qual o negro era classificado e visto pelos brancos.

Com isso, ele procurou denunciar a remanescência de padrões estéticos europeus, manifestos numa atitude alienada e subserviente desses estudos que se fundamentariam nos conceitos produzidos pelos colonizadores em seus contextos de origem, sem problematizá-los à luz da realidade nacional. Ele cita os conceitos raça-classe, homem marginal, aculturação, estrutura social, mudança social, categoria ecológica de área, estrutura e função, pois supõem uma “concepção quietista da sociedade e, assim, contribuem para a ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos” (RAMOS, 1957a, p.125).

A crítica do autor em relação ao conceito de “aculturação” aproxima-se da

concepção de Frantz Fanon sobre dominação cultural, esta atingia a psique dos colonizados e indispunha-os ante si mesmos, causando discórdia e convertendo-os em objeto de dominação. Conforme o sociólogo baiano, havia um significado imperialista naquele conceito, pois ele pressupõe que uma cultura deve “valer mais” que a outra, e um processo formal e informal de passividade e aceitação de um estilo de vida com seus valores correspondentes, de modo a abstrair a cultura dos demais fatores concorrentes no processo. A aculturação “supõe ainda uma espécie de defesa da brancura de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão de estética social de origem europeia” (RAMOS, 1957a, p.155).

Porquanto o negro comungue da existência social brasileira através do mesmo território, cultura, língua e religião, tratá-lo como um elemento adverso à nacionalidade autêntica, que Guerreiro Ramos almejava construir, seria uma atitude desprezível. Os estudos raciais expressariam o distanciamento do branco e a representação “estática e mumificada” que ele constrói acerca do negro. A negritude postulava ao negro brasileiro assumir sua condição existencial para identificar-se como parte do “povo brasileiro”, elemento “normal” da população. O problema do negro e a forma como é socialmente classificado, deve-se ao modo pelo qual ele foi visto, pelos brancos, por possuir um fenótipo diferente, apesar de ambos estarem identificados pela cultura, pela religião e pelo território e de todos estarem coadunados sob o emblema da nacionalidade (Cf. Barbosa, 2006).

Outro autor da negritude que parece ter inspirado Guerreiro Ramos (1957a, 1966) nas reflexões sobre a condição do negro no Brasil é Frantz Fanon com suas análises em torno da psique dos colonizados. Esse autor, referenciado na psicanálise, criticou a perspectiva universalista do marxismo que reconhecia apenas as assimetrias baseadas na questão de classes sociais, ignorando o ponto de vista do racismo e da alteridade socialmente construída. Conforme ele, o colonialismo anulou a subjetividade dos colonizados, transformando o negro em objeto e adjudicando-lhe predicados desprezíveis, ao passo que o branco exaltava-se a si mesmo. Para o negro, o branco não é apenas o outro, mas, sobretudo, seu senhor imaginário e efetivo, que impunha máscaras brancas na tentativa de esconder sua negritude. Com isso, o negro poderia sobreviver psiquicamente aos ultrajes recebidos, mas num mundo que o dividiria em dois.

Fanon insurgiu-se contra o colonialismo, postulando a ruptura do consenso ou da alienação a que estavam submetidos os colonizados através de mecanismos e processos de consciência criados pelo sistema colonial (Cf. Zahar, 1976). O fator raça e sua ideologia eram imprescindíveis para a manutenção da ordem baseada na violência, mas a pretensa

superioridade do branco europeu era reconhecida pelos oprimidos através de um processo de alienação. O pressuposto da alienação psicológica volta-se para uma finalidade política preconizada pelo autor:

A alienação intelectual dos colonizados que se manifesta especialmente na identificação a um estereótipo racista e implica frustrações e complexos, deforma nos explorados a visão dos fatos econômicos e impede-os de pensar em termos de consciência de classe (ZAHAR, 1976, p.49).

Uma consciência estruturada por categorias racistas dificultaria a luta de libertação dos colonizados. Fanon evidenciou a dependência recíproca das estruturas econômicas e culturais da metrópole e da colônia, como que criando uma interdependência entre colono e colonizado, “homens” e “indígenas”. Os estereótipos e alcunhas forjados para desqualificar o negro e fazer dele um selvagem inculto a ser posto sob tutela eram reforçados pela intelectualidade, sancionando o papel que o colonialista se auto-representava, enquanto um missionário da civilização. Desse modo, o reconhecimento desses discursos por parte do colonizado, debilitava sua capacidade de resistência ao se identificar como sendo inferior. O pressuposto em questão refere-se ao fato de que a discriminação racial, que impregnava todas as instituições da sociedade colonial, determina o comportamento dos colonizados, bem como suas relações com o colonizador.

A luta dos colonizados perpassaria os meandros da formulação da identidade do negro colonizado por parte do branco colonizador. Todas as dimensões em que o negro é aviltado e tornado um ser inferior deviam ser combatidas por meio da afirmação consciente de sua particularidade histórica, da sua negritude para que se viabilizasse a libertação nacional das colônias europeias e se formasse uma nação. “Por conseguinte, só se pode falar de nação e de cultura nacional numa sociedade liberta, independente e determinada pelos interesses do povo” (ZAHAR, 1976, p.136).

Se para Frantz Fanon a questão das classes sociais e sua consciência política eram ofuscadas pelo racismo e a imposição de uma identidade essencialista aos negros, que acabavam por consentir à sua imagem elaborada pelo colonizador. Guerreiro Ramos (1957), inculcado pelos ideais de uma *intelligentsia*, minorava a importância das classes sociais acentuando a nação - lugar privilegiado no qual os diferentes interesses dos grupos sociais podiam ser equacionados. A solidariedade nacional transcendia a de classe, dos trabalhadores, acabando mesmo por incorporá-los a um projeto nacional.

Muito embora, Guerreiro Ramos (1957) tenha elaborado uma crítica à estética

social e à patologia do branco (colonizado), aproximando-se das ideias de Frantz Fanon, o sociólogo baiano, em alusão ao seu contexto histórico, parece ter ido além das ideias do o escritor e ensaísta antilhano, que defendia e fundamentava a violência contra os brancos. Ele restringiu-se a postular a necessidade de reeducação das partes envolvidas no conflito: o branco, o mulato e o negro. Com isso pretendia despertar-lhes o sentido democrático para conviver e se identificar como povo brasileiro, ao qual se impunha a tarefa maior de fundar uma nação através do desenvolvimento nacional.

## **6. O negro sob a necessidade de organização da nação**

Na condição de membro da Assessoria do segundo governo de Getúlio Vargas, em 1952, Guerreiro Ramos participa do Grupo de Itatiaia, que no ano seguinte, deu origem ao IBESP (Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política), órgão que publicou o periódico *Cadernos do Nosso Tempo* (1953-1956). A formação de uma *intelligentsia* organizada por seus próprios meios, confere a tônica da intenção destes intelectuais, que visavam elaborar conhecimentos da realidade brasileira através de diagnósticos capazes de orientar ações políticas de modo que os conhecimentos elaborados contemplassem os “verdadeiros” interesses da sociedade. Tais diagnósticos destinavam-se a facultar intervenção não apenas no debate político da época, mas, principalmente, na realidade brasileira de seu tempo, em vista do processo de industrialização. O desenvolvimento de uma ideologia nacionalista, de um pensamento genuinamente brasileiro era visto como o meio, por excelência, de facultar a atuação desses intelectuais, cujo objetivo voltava-se para um trabalho de síntese dos interesses dos diversos grupos sociais e de esclarecimento teórico dos dilemas enfrentados pelo país (Cf. Schwartzman, 1979; Bariani, 2008).

A presença e o envolvimento de Guerreiro Ramos nos debates promovidos pelo Grupo de Itatiaia e pelo IBESP ressoaram nos estudos do autor sobre o negro, não obstante, sua produção intelectual já não estava mais diretamente vinculada à rotina de uma instituição, como quando em sua participação profissional no DASP, e sim, mais próxima ao livre exercício da reflexão, em vista de propósitos políticos intervencionistas, no modo como o autor engajou-se no TEN. O diferencial reside no fato de não haver mais uma relação direta de suas publicações com suas atividades profissionais e tampouco vinculada a uma militância de caráter pontual. O autor havia ascendido nos meandros do poder na antiga capital federal, ocupando o cargo de assessor do presidente da república, bem como se tornado professor e um dos fundadores da Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas

(EBAD/FGV). Participava de uma *intelligentsia* preocupada em elaborar um projeto nacional de desenvolvimento, no qual as questões pontuais cederam espaço para a busca de uma interpretação abrangente, uma teoria geral do Brasil<sup>25</sup>.

Não por acaso, as críticas tecidas aos estudos sociológicos e antropológicos sobre o negro, inclusive aos patrocinados pela UNESCO, recriminavam a visão estática elaborada em relação ao negro, inapta a reconhecê-lo como parcela significativa do povo brasileiro. “Nesta literatura, em sua quase totalidade, está implícito um modo de ver as relações raciais no país que se revela, nos dias que correm, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil” (RAMOS, 1957a, p.123). A antropologia e demais ciências sociais deveriam se articular com o processo de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira daquele contexto, com o desígnio de “induzirem” da realidade histórica do país critérios para uma práxis transformadora.

Apenas uma visão global e abrangente daria suporte a um projeto de nação, a luz do qual os problemas postos pela antropologia mostrar-se-iam passageiros. “Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas” (RAMOS, 1957a, p.127). Raciocinava o autor em vista do desenvolvimento nacional.

A revisão dos estudos sobre o negro, proposta por Guerreiro Ramos (1953), incide na crítica do ponto de vista da nação brasileira que estava por se formar, envolvendo um problema histórico efetivo que carecia de uma solução, pois, perpassaria o interesse das partes envolvidas no conflito, o povo brasileiro. Tratar-se-iam de abordagens que concebiam o negro como espetáculo, um ser estático, imutável e dotado de uma essência “negra” (pejorativa), ou de estudos históricos puramente descritivos e explicativos. Além dos autores envolvidos no projeto UNESCO: René Ribeiro (Recife), Thales de Azevedo (Salvador), Roger Bastide e Florestan Fernandes (São Paulo) e Luiz Aguiar Costa Pinto (Rio de Janeiro), com exceção de Oracy Nogueira; as críticas voltavam-se também contra os estudos realizados sobre o negro pelos autores Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Gabriel Soares de Souza, Saint Hilaire, Hans Staden, Alfred Métraux, Donald Pierson, Charles Wagley, Herskovits, Emílio Willems etc.

---

25 **O problema do negro na sociologia brasileira** foi publicado no segundo número dos *Cadernos do Nosso Tempo*, constituindo-se como mais uma das contribuições teóricas que esses intelectuais pretendiam oferecer ao debate político nacional. Daí em diante o autor passa a defender, cada vez mais, uma visão do todo ou do conjunto da sociedade brasileira, ampliando seu leque temático-investigativo à luz de uma intervenção política que se tornasse viável.

Esses autores se filiam à atitude “consular” ou oficial do Brasil por demonstrarem, segundo Guerreiro Ramos, um “complexo de alienação” mediante os problemas brasileiros, no caso, a questão do negro. O distanciamento por parte deles da “realidade nacional” se refere ao fato de que, em vez de manifestarem um compromisso com as questões históricas a serem resolvidas pelo processo de abolição do regime escravocrata no Brasil, eles mantiveram a postura de conceber o negro como objeto de curiosidade, como “material etnográfico” e algo “pitoresco”. Com tais posições intelectual e política, esses intelectuais desviaram o foco do problema concreto a ser resolvido em decorrência do processo de abolição da escravidão e da instauração da República. Para o autor, apenas Joaquim Nabuco dedicou-se à temática do negro a fim de encontrar, no plano da reflexão e ação política, condições mínimas para o negro participar da igualdade jurídica instituída após a abolição.

A crítica de Guerreiro Ramos (1953, 1957a) salienta que esses trabalhos não se transformaram em forças operativas na problematidade política e social que deviam implicar, acabando por consentir com as condições precárias do negro pós-abolição. Tratar-se-iam de contribuições consulares, “inocentes e diversionistas” para o debate político acerca do processo em tela, pois, ignoravam a situação existencial e histórica efetiva do negro. Colaborariam para fazer apologia dos estilos de vida “pré-letrados” e aviltados pela escravidão, “[...] sem atentar para que na medida em que o negro adere a tais formas, está incapacitado de elevar-se numa organização social capitalista” (RAMOS, 1953, p.19).

Baseado em Joaquim Nabuco, ele chama atenção para a necessidade de uma educação que contribuísse para “adaptar à liberdade” a “massa negra”. Era urgente “capacitar” e integrar o negro à “incipiente estrutura capitalista”, a qual vinha desenvolvendo-se no Brasil e poderia assumir uma forma autêntica e autônoma. Ele afirma, no bojo de uma concepção do desenvolvimento nacional capitalista, que os negros deviam abandonar sua religiosidade encantada e aderirem ao protestantismo ou ao catolicismo, pois essas últimas religiões seriam mais operativas para o desenvolvimento do espírito do capitalismo, sobretudo, a primeira. A tradição inaugurada por Joaquim Nabuco teria sido ignorada por esses intelectuais da questão racial criticados por Guerreiro Ramos. De outro ponto de vista, o autor argumenta ainda que esses estudos adotavam uma perspectiva estática do negro, “acentuando minunciosamente o que na gente de cor se particularizava em comparação com os restantes contingentes étnicos da comunidade nacional” (RAMOS, 1957a, p.128).

Ao passo que outros autores do pensamento social brasileiro, não obstante os limites impostos à suas teorias, mediante perspectivas correntes e hegemônicas de seu tempo, são apresentados como pertencentes a uma corrente crítica que Guerreiro Ramos (1957a) se

filia com algumas reservas, as quais ele sempre buscava reiterar em seus textos nos autores que interpretava. Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana tiveram uma atitude “crítico assimilativa”, de desconfiança em relação ao uso de conceitos das ciências sociais estrangeiras, alheios à realidade nacional. Além disso, esses autores viram o negro como um elemento da população, um ser dinâmico, que se transformaria historicamente e seria, sobretudo, brasileiro. Tratar-se-iam de iniciativas teóricas pioneiras que confluíam na sociologia crítica e de contraponto, que Guerreiro Ramos reivindicava para seu trabalho.

A sociologia do negro tal como tem sido feita até agora, à luz da perspectiva que em que me coloco, é uma forma sutil de agressão aos brasileiros de cor e, como tal, constitui-se num obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país. (RAMOS, 1957a, p.158).

Além dessas contribuições teóricas, Guerreiro Ramos também se diz inspirado nos trabalhos com intenções “pragmáticas”, de libertação dos negros, do africano Chico Reis, que organizou um movimento para alforriar escravo. Insurreições de escravos muçulmanos na Bahia, organização de quilombos e a “república dos Palmares”, Luiz Gama e José do Patrocínio, que se sobressaíram na campanha abolicionista; bem como as associações e os clubes negros, as Frentes Negras de São Paulo e da Bahia e o TEN. Os intelectuais Joaquim Nabuco e Álvaro Bomilcar reforçavam a unidade entre teoria e prática almejada por Guerreiro Ramos na resolução dos obstáculos do desenvolvimento nacional, que acaba por subsumir a questão racial em seu pensamento. Ele filia-se a estes intelectuais e homens pragmáticos da história brasileira que concebiam o negro de modo mais crítico, em vista da intervenção na “realidade nacional”, como também Guerreiro Ramos aclamava e reivindicava insurreições, associações e agremiações políticas para a memória do movimento.

Desse modo, as soluções dos problemas existenciais do “negro vida” são transpostas para o âmbito da nação a fim de efetivar o discurso de uma democracia racial. Durante a *Semana de Estudos do Negro Brasileiro*, realizada pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) no ano de 1955, foi declarada uma carta de princípios, redigida por Guerreiro Ramos, na qual se sugere:

“É desejável que o Governo brasileiro apoie os grupos e as instituições nacionais que, pelos seus requisitos de idoneidade científica, intelectual e moral, possam contribuir para a preservação das sadias tradições de democracia racial no Brasil, bem como para levar o nosso país a poder participar da liderança das forças internacionais interessadas na liquidação do colonialismo (RAMOS, 1957a, p.202).



Um dos meios privilegiados pela análise de Guerreiro Ramos (1957, 1966), conseqüentes às suas intenções políticas em favor de uma integração democrática efetiva dos “elementos de cor” na sociedade brasileira, refere-se à “suspensão da brancura” por meio da criação de uma estética social autêntica em relação ao contexto brasileiro de relações interétnicas. Assim, aqui:

“A autenticidade, para o negro, significa idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais imediatas e específicas. E na medida em que ele se exprima de modo autêntico, as versões oficiais a seu respeito se desmascaram e se revelam nos seus intuitos mistificadores, deliberados ou equivocados. O negro na visão de seus “amigos profissionais” e dos que, mesmo de boa fé, o vêem de fora é uma outra – [diferente] é o negro [visto] desde dentro” (RAMOS, 1966, p.135).

No jargão existencialista, autenticidade diz respeito à assunção da própria particularidade, de modo consciente, julgando-se e afirmando-se na história, em detrimento de ideias atribuídas por outrem, alheias. Não obstante, a autenticidade no âmbito das representações estéticas não aboliria o problema da alienação, uma vez que isso demandava, principalmente, ações de caráter econômico e político nas relações do Brasil com os países do centro capitalista.

O desenvolvimento nacional perpassaria a esfera da cultura e, assim, a existência de uma estética social autêntica confluiria aos propósitos de autonomia nacional, em virtude de uma não subserviência a padrões e critérios estrangeiros na organização da nação e tampouco na configuração das relações interétnicas.

Na atitude de quem associa a beleza negra ao meramente popular, folclórico, ingênuo ou exótico, há um preconceito larvar, uma inconsciente recusa de aceitá-la liberalmente. Eis porque é digna de repulsa toda atitude que, sob a forma de folclore, antropologia ou etnologia, reduz o saberes negros ao plano do ingênuo, ou do magístico. Num país de mestiços como o nosso, aceitar tal visão constitui um sistema de autodesprezo ou de inconsciente subserviência aos padrões estéticos europeus (RAMOS, 1966, p.131).

Essa inferência normativa postulada por Guerreiro Ramos (1957a) resulta de seu diagnóstico acerca da “brancura”, a atitude imperialista corroborada no Brasil por intelectuais, pelas “elites” e pela “massa” da população, segundo a qual, brancos e negros são opostos e identificados por atributos enobrecedores e pejorativos, respectivamente. Aproximando-se das análises de Frantz Fanon, o autor diagnostica os diferentes significados criados historicamente

em torno da cor branca e da cor negra, sempre tendentes a polarizá-los em termos de bom e mau, bem e mal, belo e feio. “Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o polo negativo”, explica o autor (RAMOS, 1966, p. 128).

Em crítica a Vinícius de Moraes, Mario de Andrade, Jorge de Lima, Nicolás Guillén e a “legião de seus imitadores”, Guerreiro Ramos diz que se surpreende com algumas páginas produzidas por estes, nas quais são reforçados esteriótipos como: 'Branca para casar, negra para cozinhar, mulata para fornicar!'. “Labora pela ocultação da negrura toda esta pátina de associações pejorativas e de equívocos sinceros que vestem nosso espírito e que precisam ser purgados mediante a reiteração, em termos egrégios, dos valores negros [...]” (RAMOS, 1957a, p. 196).

Muito embora essa representação fosse uma identificação criada no e pelo ocidente, durante o processo de subjugação dos demais povos, tratava-se de um olhar e de um princípio que afetaria a todos, de modo que tanto brancos como mulatos e negros sofressem de obnubilações, no que concerne a cor negra e seu significado humanístico, para o qual a diferenciação fenotípica do ser humano não implica a sua exclusão estética e dos recursos da sociedade.

A “brancura” é vista como um obstáculo para a organização da nação na medida em que impedia a integração e capilaridade social<sup>26</sup> dos diferentes grupos étnicos, sobretudo, os negros na elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional. Ela dificultaria a tomada de consciência nacional por parte dos envolvidos no conflito racial, ao perpassar a estética social e os valores dominantes no Brasil, os quais adjudicam a superioridade do branco e funcionam como alibi para suas posições de poder, a medida que diminuía a auto-estima do negro, alienando-o de si e impedindo, portanto, que os diferentes contingentes étnicos da população brasileira se identificassem como povo brasileiro. Era, pois, visto como empecilho ao “processo de maturidade psicológica do brasileiro, e além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional” (RAMOS, 1957a, p. 187).

Guerreiro Ramos (1957a) aponta ainda que a “patologia da brancura” afeta os intelectuais dos estados do nordeste, onde havia maior contingente de pessoas de pele negra. A manifestação racista de alguns intelectuais nordestinos é interpretada como se tratasse da

---

26 Conceitos como os de elite, massa e capilaridade social revelam o uso de categorias de Vilfredo Pareto para pensar o Brasil. Esta última relaciona-se ao processo de circulação das elites no poder político e tem como pressuposto fundamental a ascensão de determinados grupos sociais, como indica Guerreiro Ramos (1957a).

negação do próprio contexto imediato, o que é visto como um obstáculo para a integração do povo brasileiro e para a construção da nação. Ao reproduzirem a “ideologia da brancura”, esses intelectuais sofriam, segundo ele, de uma “patologia”, designada como paranoia. Assim:

“As minorias 'brancas' destes estados, de longa data, têm mostrado tendências para não se identificar com a circunstância étnica imediata. Sentem-na como algo inferiorizante e por isso, lançam mão, tanto quanto podem, de recursos que camuflam as suas origens raciais. Estes recursos são inumeráveis, desde os mais sutis até os mais ostensivos” (RAMOS, 1957a, p.181).

Não se identificando com o contexto imediato, com as condições étnicas do país, o protesto racial dos brancos, por vezes elaborado em nome da ciência e de uma sociologia “alienada” dos problemas nacionais, reivindicava interesses que iam contra a nação, entendida pelo autor como pessoa coletiva que estava por se formar a partir da atuação política do povo. A questão racial perde importância no pensamento do autor, na medida em que a diferenciação étnica do povo brasileiro se convertia em obstáculo à integração nacional.

## **7. A subsunção da cor pela nação**

As questões postas por Guerreiro Ramos em relação à temática do negro acompanharam a evolução de seu pensamento e as instituições a que esteve filiado nas décadas de 40 e 50 do século passado (DASP, TEN, IBESP). Não obstante, mantiveram uma preocupação fundamental de educar o negro para que ascendesse socialmente e, assim, assimilasse-se às classes médias e “elites” brasileiras de seu tempo.

A princípio, o autor considerava que as causas do racismo no Brasil eram as desigualdades na apropriação de oportunidades educacionais, culturais e econômicas gestadas pelo regime de classes sociais, não um problema racial em si mesmo. Mas, depois de um tempo, Guerreiro Ramos admite a existência de preconceito racial, que preferia designar como de preconceito de cor. Os estudos sobre o negro o conduziram não apenas a revisitar a literatura antropológica e sociológica produzida no Brasil sobre o tema, como também pensar a nação brasileira.

Ao diagnosticar o problema do negro, Guerreiro Ramos descobre que a nação brasileira estava ainda por ser organizada alimentando a possibilidade de um capitalismo autônomo no Brasil e depositando esse intento no saber sociológico. A resolução da questão negra deveria perpassar as partes envolvidas no conflito: brancos, mulatos e negros. Nesses

termos, Guerreiro Ramos esperançava que o Brasil efetivasse uma democracia racial autêntica e servisse de exemplo contra o colonialismo para as nações do mundo, numa batalha anticolonial. A temática do negro diz respeito, assim, à questão da sociologia e de como devia posicionar-se perante os problemas históricos enfrentados por uma parcela significativa da população brasileira, cuja resolução dos obstáculos advindos da escravidão e do processo abolicionista é vislumbrada no âmbito da nação, almejando formá-la de modo “autêntico”.

A assunção da negritude para resolução das questões históricas legadas aos negros pela escravidão, como o preconceito de cor e a desigualdade social e econômica, efetivar-se-ia através de uma intervenção protagonizada pela sociologia: por uma *intelligentsia* e sua ação no âmbito educacional e cultural. A solução do problema do negro com base na negritude transformaria o Brasil numa verdadeira democracia racial com propósito de servir de modelo para as demais nações colonizadas. Todavia, ao pressupor a corrente crença, ainda em voga em seu tempo, que desqualificava o negro como sendo incapaz de ter consciência de suas necessidades históricas, de se organizar e de ocupar posições de mando, Guerreiro Ramos estaria propondo uma consciência sociológica restauradora da verdade. Manteria sua intervenção intelectual e política certas “cicatrices brancas”, como querem seus críticos?

Ao que parece, após a realização do projeto Unesco no Brasil, Guerreiro Ramos (1953, 1957a, 1966) radicaliza sua posição em relação ao tema, denunciando o caráter desses estudos sociológicos que, tal como uma corrente do pensamento social representada por Nina Rodrigues, admitiam uma visão estática, exótica, demasiado histórico descritiva e explicativa, que ele denomina “alienada”, por não suscitar uma atitude crítica em relação às ciências sociais estrangeiras e tampouco em relação aos problemas nacionais. Ao denunciar a “ideologia da branquidão”, o autor assume postura de que a assunção da negritude não resolveria por si só os problemas do negro, pois, eles teriam de ser resolvidos em âmbito nacional. Demandariam a assunção da nacionalidade brasileira por todos os grupos étnicos envolvidos no conflito (o “povo brasileiro”), com o reconhecimento de uma circunstância histórica miscigenada, particular, da qual poderia derivar um projeto de nação que permitisse a realização efetiva de uma democracia racial.

Assim, Guerreiro Ramos (1957a) parece relativizar as pretensões anteriores, que tendiam a reiterar o preconceito contra o negro, supondo debilidades, criticando costumes e propondo o embranquecimento como meio de ascensão social, para vislumbrar a contribuição que poderia ser dada à sociedade nacional por este grupo. Lembrando de que se tratava de um projeto aberto e por se realizar. A formação de uma “cultura autêntica” na luta contra a alienação das relações externas do país teria como desdobramento final a batalha no campo

político e econômico. A utopia normatizava para que os diferentes grupos étnicos existentes no Brasil assumissem a particularidade nacional, identificassem-se como povo, como sujeitos políticos de uma nação independente. Caberia à *intelligentsia* nacional, como o TEN, o IBESP e, em seguida, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a difusão de uma ideologia que servisse aos propósitos do desenvolvimento nacional e da construção de uma nação autêntica e independente.

### Capítulo III

#### Guerreiro Ramos por uma sociologia nacional

*“Há um tipo de militância que não prejudica, antes estimula o trabalho filosófico e sociológico” (Guerreiro Ramos).*

##### 1. Uma sociologia “em mangas de camisa”

O debate sobre desenvolvimento marcou época nas décadas de 50 e 60 do século passado nas ciências sociais no Brasil. Do ponto de vista da sociologia e da revolução capitalista, Guerreiro Ramos exerceu participação ativa nas questões de seu tempo. Ele propôs que a própria sociologia, a qual vinha se institucionalizando desde a década de 1930 no Brasil, abandonasse o ideal de ciência especializada, autônoma e engajasse-se nos problemas nacionais. Alguns dos argumentos que justificaram a adoção desta postura buscaram salientar as particularidades do desenvolvimento histórico brasileiro, a permanência da condição colonial brasileira e a promessa, contida na tradição do pensamento sociológico, de que a sociologia devia transformar-se em conhecimento funcional para a sociedade. Embora tenha sido corrente entre os intelectuais, na década de 1950, compreender o processo de industrialização como panacéia para o país, o sociólogo baiano transpôs a seu modo este pressuposto para o metiê sociológico.

De 1953 a 1958 delineou uma agenda de trabalho na qual a fundação de uma sociologia nacional estava no centro de suas preocupações. Os objetivos da sociologia nacional de Guerreiro Ramos delinearam-se com a finalidade de: 1) retificar a sociologia acadêmica às tendências de seu tempo; 2) diagnosticar a particularidade dos traços da formação nacional e elaborar uma teoria global da realidade brasileira, que servisse de sustentáculo e fomentasse uma ideologia de interesse do conjunto da sociedade brasileira; 3) criar um método que facultasse a ação e presidisse a solução dos dilemas e obstáculos históricos do país através sua aplicação ao desenvolvimento nacional. Neste capítulo faremos uma apresentação da proposta de sociologia do autor para o Brasil.

##### 2. Autocrítica e filiação aos pensadores sociais brasileiros

Ao versar pela primeira vez sobre a sociologia no Brasil, Guerreiro Ramos (1949)

manifesta a preocupação de mobilizar a abordagem sociológica como meio de pensar e propor integração da nação e resolução de problemas históricos do país<sup>27</sup>. O estudo que elaborou junto com Everaldo da Silva Garcia tinha como propósito contribuir com a política do Governo de Gaspar Dutra para imigração e assimilação de estrangeiros.

Malgrado o posicionamento segundo o qual os sociólogos deveriam ser “[...] capazes de superar as tendências acadêmicas e de realizar trabalhos, cuja utilidade, como instrumento de ação seja indiscutível” (RAMOS, 1949, p.12), o autor descreve a emergência de estudos sociológicos no Brasil na década de 1940 sob o ponto de vista da institucionalização e da especialização da disciplina<sup>28</sup>. Sob esse prisma, a inclusão da sociologia nos currículos das Faculdades de Filosofia e a institucionalização de cátedras possibilitaram o ensino e a pesquisa dessa ciência social.

As “missões estrangeiras” de professores que vieram lecionar nas primeiras universidades brasileiras eram, naquele momento, concebidas de modo positivo pelo autor. Para ele:

A importância desta contribuição é dupla: de um lado, possibilita um conhecimento mais agudo dos nossos problemas, em virtude de focalizar ângulos que o estrangeiro está mais apto a explorar, por sua própria condição de estrangeiro; de outro lado, tal contribuição comunica aos pesquisadores brasileiros novos métodos e técnicas que poderão ser por estes, posteriormente, utilizados (RAMOS, 1949, p.15).

As ciências sociais vinham se desenvolvendo por iniciativa de intelectuais diletantes, pensadores sociais que refletiam sobre o Brasil. Também tiveram suas iniciativas reconhecidas por ele<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Antes disso, Guerreiro Ramos (1947b) havia afirmado a conquista da objetividade necessária ao conhecimento científico pelas ciências sociais no Brasil, em detrimento de “resíduos ideológicos e éticos”. Ele elogiou Mário Lins por ter feito uma “contribuição original para o desenvolvimento da sociologia” (p.141). Mas, em seguida, distancia-se deste posicionamento favorável à imparcialidade do sociólogo, tornando-se crítico do mesmo e dos autores que buscaram sustentá-lo.

<sup>28</sup> Ponto de vista este desenvolvido por Donald Pierson (*Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance Published up to 1940* Cambridge: Harvard University Press, 1945); Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha (**Pesquisa e possibilidade de pesquisa no Brasil**, Separata da Revista Sociologia, 1947-1948); posteriormente, consagrado por Florestan Fernandes (1958a, 1980) e pelas sucessivas gerações de intelectuais das ciências sociais da USP.

<sup>29</sup> Os pensadores sociais destacados por Guerreiro Ramos, em relação ao tema de seu texto (“migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos”) são: Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Luiz da Câmara Cascudo, Renato de Almeida, Joaquim Ribeiro, Oliveira Viana, Tales de Azevedo, C. F. Ott, Romolo Cauna, Luiz Aguiar Costa Pinto, Everaldo da Silva Garcia, Manuel Diegues Júnior, João Dornas Filho, Edson Carneiro, Rômulo de

No entanto, o modo de conceber as ciências sociais no Brasil que conferia valor ao processo de institucionalização é revisto pelo autor, que se torna arauto da “sociologia nacional”. Ele colocou em segundo plano o processo de institucionalização e especialização da disciplina para propugnar uma ciência que se voltasse para organizar a nação brasileira. Desejava que as ciências sociais adquirissem o estatuto de um saber funcional e historicamente comprometido com os problemas sociais do país, contribuindo de forma teórica e prática para a resolução dos mesmos.

Segundo o critério inicialmente elaborado pelo sociólogo baiano, o ponto de vista sociológico teria abandonado o caráter subsidiário em relação às outras disciplinas existentes como a filosofia social, a história e a literatura, a partir de 1930, com o livro de Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*. Nesse momento, o enfoque sociológico recebia maior consistência e maior sistematização por parte de autores como Sílvio Romero, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Fernando de Azevedo. De acordo com Guerreiro Ramos (1949), os temas de estudo destes autores focalizam questões “monumentais” e de grande abrangência, sendo que somente com a institucionalização da disciplina e a vinda de docentes estrangeiros deu-se o alento necessário para a sociologia se especializar.

Com isso, foram proporcionados os instrumentos adequados para o trabalho sociológico: técnicas e métodos científicos pouco explorados pelos pensadores sociais de maneira sistematizada até então. Guerreiro Ramos (1949) destaca o caráter inovador dos estudos monográficos da época<sup>30</sup>, a “análise exaustiva de temas modestos, mas bem delimitados” (RAMOS, 1949 p.15). O critério utilizado pelo autor é o processo de institucionalização da sociologia com a vinda de especialistas estrangeiros, a criação de cátedras e a inclusão da disciplina nos currículos do ensino superior brasileiro.

A participação de Guerreiro Ramos no curso de Donald Pierson, ministrado no *Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)*, em 1942, sobre o tema da “assimilação e aculturação de imigrantes”, possibilitou o contato do autor com a sociologia americana. Foi elogiada por ele devido ao uso que Donald Pierson fez do método da sociologia de Chicago no livro *Branços e pretos na Bahia*, descrito como “uma análise lúcida e clara das relações de raça naquele Estado” (RAMOS, 1949, p.16). O sociólogo baiano também menciona a contribuição de outros pesquisadores norte-americanos e demais

---

Almeida, René Ribeiro e João Gonçalves de Souza.

<sup>30</sup> A nova geração de sociólogos, na qual Guerreiro Ramos não se inclui, é composta pelos seguintes nomes: Edson Carneiro, Mário Wagner Vieira da Cunha, Florestan Fernandes, Alceu Maynard de Araújo, Egon e Francisco Schaden, Virgínia Bicudo, Gioconda Mussolini, Antônio Cândido, Luiz Aguiar Costa Pinto, Carlos Drummond, Carlos Borges Schmidt, Lúcia Hermann, René Ribeiro, Lavínia Costa Vilela, Alice Canabrava, Tales de Azevedo, Manuel Diegues Júnior e Lourival Câmara.



estrangeiros sobre as questões nacionais: Roger Bastide, Alfred Métraux, Jacques Lambert e, principalmente, Emílio Willems, etc.

Em suma, Guerreiro Ramos (1949) adotou um posicionamento intelectual que tempos depois, em 1953, é revisto. Ele torna-se crítico daquilo que havia defendido:

É evidente que a organização do ensino da sociologia, entre nós, não resultou de um processo gradual de amadurecimento de uma experiência pedagógica, e bem reflete o simetrismo e artificialismo de nosso sistema educacional. Em nosso país existem mais cátedras de sociologia do que em qualquer país europeu em que esta ciência tem tradições seculares (RAMOS, 1957a, p.91).

A mudança de orientação do autor, no que concerne à sociologia brasileira, parece ter sido motivada pela leitura de pensadores sociais e pelos diagnósticos que elaboraram do país, sobretudo autores como Alberto Torres, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco. Além de não terem sido mencionados naquela publicação de 1949, eles não foram incluídos na lista de referências bibliográficas elaborada pelos autores – Guerreiro Ramos e Everaldo Garcia. Isso parece tangível, visto que as leituras desses pensadores sociais repercutiram com bastante força na publicação posterior, acerca da mesma temática (*O processo da sociologia no Brasil*, 1953), na qual o critério de avaliação da chamada “sociologia nacional” deixa de ser a especialização e institucionalização e torna-se a contribuição teórica e prática deste saber em vista da resolução dos problemas histórico-nacionais e de organização da nação.

Inicialmente, Guerreiro Ramos (1949) também se posicionou em defesa do método preconizado pela escola sociológica norte-americana de Chicago, usado por Willems: “[esta] metodologia tem sido um instrumento eficaz da pesquisa não só na América do Norte, como no Brasil, como seria fácil de verificar” (RAMOS, 1949, p.16). Ele apoiou Emílio Willems em seu livro *Cunha: Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, ao comentar uma resenha do livro publicada por Caio Prado Junior.

Sem demora, porém, a conformidade com a sociologia de Chicago é revista junto com autores representantes dela como Emílio Willems e Donald Pierson, diante dos quais Guerreiro Ramos (1953) se posiciona criticamente, reclamando uma visão geral da sociedade, a qual ele designava de “comunidade humana universal”. Uma inspiração a mais na mudança de orientação do autor em relação ao modo de conceber a sociologia no Brasil parece ter sido oferecida por Caio Prado Júnior.

Em sua resenha ao livro de Willems<sup>31</sup>, Caio Prado Jr. (1949) critica os métodos de

---

<sup>31</sup> Cf. Prado Jr., 1949.

pesquisa empregados pelo autor por resultarem em “uma coleção de fatos dispersos e sem suficiente articulação num conjunto coerente e cientificamente sistematizado” (PRADO JR., 1949, p.24). A perspectiva materialista dialética se faz presente nas considerações endereçadas a Willems, cujo aprisionamento à imediaticidade dos fatos ou à empiria é marcante no método empregado, impedindo a elaboração de uma ideia geral (totalidade), articulada e coerente com os fatos observados, interpretada e explicada à luz de critérios racionais por meio de uma ideia diretriz prática e transformadora do real.

Conforme Caio Prado Jr. (1949), em vez disso, o método utilizado por Emílio Willems restringia-se a um esquema puramente formal e rígido de classificação de fatos por depositar as observações empíricas em gavetas estanques do real como, tradicionalmente, esses estudos elaboravam o divórcio entre estrutura social, organização econômica e cultural. Caio Prado Jr. (1949), reclama da ausência de uma teoria geral que precede a abordagem empírica do livro resenhado do professor estrangeiro. Entregue a si mesmo, o emprego dos fatos pela sociologia convertia-se em filosofia da ordem capitalista presa aos aspectos exteriores e formais do real. É problematizada também a absolutização do conceito de cultura, pois como um aspecto parcial da realidade, devia ser tomado, antes, como instrumento de pesquisa do que propriamente o seu fundamento.

Ao postular que ciência é “síntese e interpretação, e não há síntese nem interpretação possíveis quando se alinham fatos desconexos e não articulados por uma ideia diretriz” (1949, p.26), apesar do posicionamento inicial de Guerreiro Ramos (1949) em defesa de Willems, Caio Prado Junior parece ter ressoado no modo de conceber a sociologia do autor em questão, pelo menos no direcionamento das leituras dele na busca de uma visão de conjunto orientada para a transformação social<sup>32</sup>.

Guerreiro Ramos (1953), transforma-se, por conseguinte, em crítico daquilo que havia defendido inicialmente. Salvaguardo as diferenças entre Guerreiro Ramos e Caio Prado Junior, aquele elaborou a “sociologia nacional” em vista de uma apreensão que articula os fatos, vistos como resultado de processos históricos, os quais deviam ser interpretados a partir de uma teoria geral mediadora da abordagem empírica, capaz de facultar uma práxis sociológica.

---

<sup>32</sup> A ideia de totalidade para Guerreiro Ramos é identificada à “comunidade humana universal”, embora represente a concepção humanista do autor, esse conceito tinha importância fundamental para a obtenção de uma visão de conjunto da sociedade e de cada uma de suas fases históricas, pois facultaria uma transformação política. Marx, Lukács, Mauss e Gurvitch são citados como referências desse conceito que, *grosso modo*, exprime a preocupação de um conhecimento global da sociedade e seus diferentes momentos como condição para se elaborar um projeto político transformador.

No que concerne à crítica da especialização, da institucionalização da disciplina, dos métodos, das técnicas e dos procedimentos científicos, Guerreiro Ramos aproxima-se mais do posicionamento crítico de Caio Prado Jr. em relação a Emílio Willems, do que da defesa que fizera desse autor e da sociologia de Chicago a princípio. Ele torna-se, assim, crítico veemente de pesquisas empíricas sobre “minudências” da vida social em razão de inviabilizarem a formulação de uma teoria geral, caso não fossem orientadas por uma ideia-força, um princípio e engajamento de transformação social (como posteriormente sua adesão ao nacionalismo). A sociologia de Chicago e os trabalhos elaborados sob este método foram combatidos por Guerreiro Ramos, pois, segundo ele, não facultariam transformações históricas, superação de obstáculos e dilemas da sociedade brasileira.

Em relação à sociologia que se institucionalizava, os últimos elogios tecidos pelo autor aludem às contribuições de Fernando de Azevedo, pelo trabalho desmistificador em torno da noção que se tinha da sociologia e pelas repercussões práticas de aceitação e institucionalização da disciplina pelas “elites”. A Escola de Sociologia e Política é referenciada em razão dos objetivos práticos de seu ensino: a formação de elites profissionais especializadas em assuntos postos na ordem do dia pelo desenvolvimento econômico<sup>33</sup>. Cabe ressaltar, porém, que isso não significa que esses objetivos tenham sido realizados<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Em nota introdutória adverte o autor: “[...] estas ideias aí enunciadas são fruto de uma longa experiência de estudo e meditação, não obedeceram a um propósito mesquinho de denegrir quem quer que seja; parecem-me ao contrário, atender a um imperativo pelo menos de minha formação mental” (RAMOS, 1953, p.5). Nesse sentido, Guerreiro Ramos, apesar de crítico da sociologia tal como se institucionalizava, poupa Florestan Fernandes de suas críticas. Nas suas palavras: “parece que Florestan Fernandes vai situar-se do mesmo modo que Fernando de Azevedo. E ainda bem, pois não vejo quem melhor do que ele esteja preparado para missão tão importante. Florestan Fernandes é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que [é] fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal no campo da antropologia” (RAMOS, 1953, p.30). Guerreiro Ramos está se referindo aos livros sobre os tupinambá, em particular **A função social da guerra na sociedade tupinambá**, que acabara de ser publicado na *Revista do Museu Paulista* no ano de 1952. Nesse momento Florestan Fernandes não tinha ainda assumido a *Cadeira de Sociologia I*, ocupada por Roger Bastide, que a deixaria em 1954.

<sup>34</sup> Esta orientação elitista e intervencionista, segundo Sylvia Gemignani e Maria Arminda (2003), começaria a mudar, a princípio através de uma “virada temática” – assim considerada por Antônio Cândido – com a publicação de pesquisas sobre o operariado paulista e os lixeiros de São Paulo, respectivamente, pelos professores Horace B. David e Samuel H. Lowrie. As contratações dos docentes Donald Pierson, Emílio Willems e Herbert Baldus, teriam trazido um padrão acadêmico que a instituição não dispunha e cujas referências maiores seriam dadas pela Escola de Chicago. Conforme Limongi (2001), a Escola de Chicago, a qual Donald Pierson era filiado, buscava um estatuto para as ciências sociais equiparado ao das ciências naturais, e a ecologia humana seria um campo comum entre a biologia e a sociologia, cujo fundamento seria o conceito de competição biótica pela existência. Como uma liderança que atuou durante 18 anos na ELSP, para Donald Pierson, o essencial seria a formação de profissionais capacitados a observar a realidade de forma objetiva e desapaixonada. O sociólogo deveria conceber o mundo de modo objetivo, tal como um cientista natural. Junto com Herbert Baldus e Emílio Willems, a ênfase no currículo dos alunos era concedida à pesquisa empírica para se formar sociólogos profissionais. Cf. MICELLI, 2001

Demonstrando a intenção não maniqueista na sua análise, Guerreiro Ramos (1953) reconhece mesmo naqueles autores distantes de seus propósitos, que ele denomina de “consulares” ou oficiais na acepção pejorativa do termo, elementos que os aproximavam, ainda que brevemente, da sociologia por ele propugnada. Tobias Barreto, por exemplo, embora tivesse uma postura distante dos objetivos adjudicados à sociologia por Guerreiro Ramos, mantinha certas intuições nas páginas de seus livros em que há uma vinculação do pensamento à circunstância nacional, como o *Discurso em mangas de camisa*.

Do mesmo modo, na tendência que se aproxima de seus propósitos, havia elementos a serem retificados, a exemplo da questão racial no pensamento de Oliveira Viana, a qual Guerreiro Ramos se posiciona criticamente. Segundo ele, ignorar esses autores por completo implicaria desconsiderar que muitos de seus erros diziam respeito às questões de seu tempo, à estrutura faseológica que determina o pensamento. Não obstante, Guerreiro Ramos divide a recepção da sociologia como acomodação e apropriação, o que ele denomina de tendência especulativa e inclinação política, respectivamente<sup>35</sup>.

As diretrizes de uma teoria da sociedade brasileira e os diagnósticos do país, elaborados pela corrente do pensamento social brasileiro com a qual Guerreiro Ramos (1953) identifica, fornecem-lhe um conteúdo programático<sup>36</sup> por meio de argumentos que corroboram a ideia diretriz por ele assumida: a necessidade de a sociologia se engajar nas questões nacionais de seu tempo. A síntese desses diagnósticos, elaborada por ele, direcionou-lhe para o postulado normativo de que era necessário formar, organizar e, em seguida, desenvolver a nação.

Sob novo prisma são considerados diferentes aspectos para avaliar os pensadores sociais brasileiros e a sociologia que se institucionalizava no processo de criação de faculdades e universidades brasileiras. Os novos critérios adotados pelo autor dizem respeito à necessidade de construir uma “teoria da realidade social brasileira”, lastreada nas particularidades históricas do país, sob parâmetros de uma “sociologia nacional científica”

---

<sup>35</sup> Desta vez, cria-se uma distinção no âmbito do pensamento social Brasileiro que não se refere mais ao critério da institucionalização e especialização, mas do engajamento nacional como “auto-afirmação do pensamento brasileiro”. Ela seria representada por: Paulino José Soares de Souza; Joaquim Nabuco; Sílvio Romero; Euclides da Cunha; Alberto Tôrres; Pandiá Calógeras; Roberto Simonsen; Oliveira Viana; Villa Lobos; Mario de Andrade. Na outra corrente, afastada desses fins são mencionados e criticados: Pontes de Miranda; Tristão de Ataíde; Pinto Ferreira; Mario Lins. No que concerne ao tratamento oferecido por essa corrente ao problema nacional, a questão do negro, a lista se estende com novos nomes, como os de: Nina Rodrigues; Gilberto Freyre; Arthur Ramos; Gabriel Soares de Souza; Saint Hilaire; Hans Staden; Alfred Métraux; Donald Pierson, Herskovits; Roger Bastide (...).

<sup>36</sup> O conteúdo programático que Guerreiro Ramos reivindica a partir da leitura dos pensadores sociais brasileiros seria antes, nas palavras do autor, um “desafio político”. Tarefa de formar e organizar a sociedade brasileira. Para tanto, a sociologia é vista por excelência como meio de “capacidade de ação social”.

que facultasse a “revolução nacional”.

Autores como Oliveira Viana e Alberto Torres tiveram presença marcante na formulação da sociologia nacional de Guerreiro Ramos, porém, as soluções presentes nos escritos dele, nas décadas de 1950 e 1960, sobre o Brasil, distanciam sua proposta daqueles intérpretes. Guerreiro Ramos atualizou, de acordo com Rago (1992), o pensamento daqueles autores ao seu momento histórico, as possibilidades de desenvolvimento independente que ele acreditava descortinar do processo de industrialização no Brasil.

A visão histórica da formação colonial brasileira, os problemas dela resultantes, a ausência de povo, o amorfismo da sociedade, a diversidade cultural e a constituição de uma nacionalidade brasileira que a equalizasse por meio da ação política do Estado, assim como a debilidade da classe política dirigente, são alguns dos diagnósticos da obra de Alberto Torres que auxiliaram Guerreiro Ramos na proposição de uma sociologia nacional. Deve-se lembrar também o apontamento de determinados limites na obra de Alberto Torres por parte de Guerreiro Ramos, como as fragilidades de uma visão psicologista da sociedade acerca do caráter nacional, dentre outras, e o fato de que aquele não percebeu as bases econômicas do fenômeno nacional, defendendo a vocação agrária do país.

Quanto à Oliveira Viana, Guerreiro Ramos consente com os diagnósticos em torno da dispersão de núcleos populacionais no território nacional, a ausência de povo entendido como eleitorado, o desinteresse do povo pela política, o distanciamento das elites políticas em relação aos seus representados, as vicissitudes da vida política nacional, etc. De acordo com Rago (1992), Guerreiro Ramos não questionou os diagnósticos do passado brasileiro elaborados por Alberto Torres, Oliveira Viana, Sílvio Romero e outros autores do pensamento social brasileiro, mas, tais interpretações foram atualizadas em vista da “nova” fase do desenvolvimento capitalista brasileiro, de implementação da grande indústria.

Nesses termos, a emergência das ciências sociais no Brasil advém antes do processo de institucionalização, levado a termo a partir da década de 1930, pois, é pensada sob os critérios de um saber militante e engajado na resolução de dilemas e lutas históricas do país.

Em *O inconsciente sociológico*, Guerreiro Ramos (1961) afirma que a tendência acadêmica de institucionalização das ciências sociais ofuscou a contribuição de autores do pensamento social brasileiro, como João Ribeiro, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, José Maria dos Santos, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Caio Prado Junior e outros com os quais Guerreiro Ramos identificava-se, à medida que esses elaboraram diagnósticos imprescindíveis para a formulação de uma teoria brasileira,

fundamentando seus propósitos para uma ciência social brasileira.

A filiação intelectual aos pensadores sociais<sup>37</sup> revela o ponto de partida do autor para elaborar a sociologia nacional, cujos objetivos delinearam-se com a finalidade de: 1) retificar a sociologia acadêmica às tendências de seu tempo; 2) diagnosticar a particularidade dos traços da formação nacional e elaborar uma teoria global da realidade brasileira; 3) facultar a ação cabível para a solução dos dilemas e obstáculos históricos do país. A teoria devia conferir uma racionalidade funcional ao processo de “revolução nacional” e seria tarefa coletiva de uma *intelligentsia* compromissada com a ideologia do desenvolvimento nacional autônomo de modo a clarificar os interesses dos sujeitos históricos, sobretudo a burguesia e o proletariado, em torno de um projeto de nação.

### 3. Crítica à resignação sociológica

Conforme visto, a reorientação proveniente da autocrítica do autor no que concerne à sociologia no Brasil parece ter sido motivada pela leitura de pensadores sociais, entre eles Caio Prado Junior, e o diagnóstico que elaboraram do país, sobretudo autores como Alberto Torres, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco. Guerreiro Ramos (1953) confere à sociologia a missão de converter-se teórica e praticamente num saber engajado nos problemas nacionais de seu tempo: responder aos desafios e obstáculos históricos de formar e organizar a nação; dispor-se a assimilar criticamente as teorias estrangeiras por meio de apropriação criadora; transmitir a sociologia brasileira como um saber de compreensão do presente, funcional e tradicionalmente compromissado com os países, onde surgiu.

Sob tais lentes, produtos de uma atitude autocrítica implícita, Guerreiro Ramos inspirado no pensamento social brasileiro, questiona o processo de institucionalização da disciplina, indagando a relevância desse processo para a construção nacional. Como este saber poderia contribuir para isso? Guerreiro Ramos (1953) reclama dos intelectuais a necessidade de assumirem seus papéis políticos junto à nação e tenta persuadi-los acerca da premência de orientar o conhecimento sociológico de modo “pragmático”, funcional e comprometido com as questões nacionais.

---

<sup>37</sup>“Há tradições a cultivar na cultura brasileira. Tradições que, uma vez estudadas, nos poupam de reabrir caminhos” (RAMOS, 1957a, p.30). A leitura de Guerreiro Ramos da interpretação dos pensadores sociais e sociólogos acerca da formação da sociedade brasileira discerne ideias-chave como: *transplantação e problematidade da sociedade brasileira*; *enteléquias* (Cf. Ramos, 1954b); *regionalismo* (Cf. Ramos, 1954a); *aculturação*; *interferências históricas*; *colonização brasileira como empresa comercial*; *duplicidade*. Em relação às últimas ideias-chave não foi possível encontrar as referências textuais específicas, nas quais o autor discorreu sobre elas.

Voltando-se para a literatura brasileira, Guerreiro Ramos (1953) fala de uma “perversão coletiva”, na qual o êxito literário era confundido com ascensão social. Transpondo seus pressupostos para refletir sobre as formas culturais e artísticas do gosto das “elites nacionais”, apresenta Mario de Andrade como figura exemplar: “homem de letras emancipado da literatura”. Visto pelo ângulo da funcionalidade exercida junto à sociedade que a produz, Mario de Andrade<sup>38</sup> teria sido quem liberou a literatura dos cânones externos. Ele “identificou a 'inaturalidade da literatura brasileira', inaturalidade esta que consiste no fato de desperceber que a arte tem 'uma funcionalidade imediata social, é uma profissão e uma força interessada da vida' sem deixar de ser uma atividade livre dos tentáculos do Estado e do Partido” (RAMOS, 1953, p.36). O mesmo devia ser feito com a sociologia no Brasil, reivindica o autor. Ela deveria se converter em saber com a finalidade de transformar, ter a função de ser ativa no meio particular que a engendra, propondo rupturas com o empirismo e o positivismo.

Guerreiro Ramos (1956) afirma que o modelo de objetividade científica propugnado pelo empirismo e o positivismo constituía-se num vício de origem da sociologia, tal como proposta por Auguste Comte, e seu apego às ciências naturais. As características desse modelo, para ele, dizem respeito a oposição entre sujeito e objeto ou indivíduo e sociedade; supremacia do empírico e subordinação do sujeito aos fatos; determinação de leis naturais, indiferentes à liberdade e imprevisibilidade humanas; perda de intencionalidade humana nos fatos, coisificados. Toda concepção empírica da realidade social, que prescindia de teoria, escamoteia a liberdade e a ação humana na história, cuja manifestação relativa singulariza os seres sociais.

Guerreiro Ramos (1956) antepõe à realidade social criada na história e manifesta empiricamente a realidade social em “particípio presente”, em processo de produção<sup>39</sup> que é passível de se reduzir à mediação humana. Segundo ele, o problema não são os fatos, mas o modo de concebê-los: a imaculada percepção apregoada pelo positivismo desdenha a práxis e seu papel essencial para a sociologia. Os fatos e a indução são reconhecidos por ele apenas na medida em que estivessem orientados por uma ideia diretriz ou princípio geral, oferecido pelo ponto de vista da totalidade.

---

<sup>38</sup> Posteriormente, nos seus estudos sobre o negro, Guerreiro Ramos (1957a), sob o ponto de vista nacionalista critica Mario de Andrade por imprimir à identidade nacional os traços de seu personagem “cafajeste”, Macunaíma.

<sup>39</sup> Georges Gurvitch e o hiper-empirismo-dialético exerceu presença marcante no pensamento de Guerreiro Ramos, o equacionamento desta questão foi devidamente realizado por Hecksher (2004).

Os fatos não podem ser compreendidos como fatos isolados, separados e fixos, mas como elos de uma conexão infinita, como partes de uma totalidade significativa [...]. É nesse sentido que se pode afirmar que a teoria global de uma sociedade é o requisito para a compreensão de suas partes. (RAMOS, 1956, p.16).

Sob tal perspectiva de modo eclético inspirada por Caio Prado Junior, Ernst Bloch, Georg Lukács, Henri Lefebvre, Marcel Mauss, Georges Gurvitch, Hans Freyer etc, Guerreiro Ramos (1956) justifica sua crítica aos estudos monográficos de comunidades e “*surveys* locais”. A objetividade do conhecimento na ciência social transcende, desse modo, o modelo empírico e positivista de conhecimento da sociedade.

Conforme Guerreiro Ramos (1953), o ideal de uma sociologia universal é uma pretensão de atingir um rigor abstrato e formal equivalente ao das ciências exatas. Sob a aparência de uma sociologia histórica, mas na sua essência puramente formal, desconsidera-se nesta perspectiva, as realidades históricas pelas quais deve ser elaborado este saber. A impossibilidade de uma sociologia assim decorre, para o autor, da fugacidade da espécie humana, da diversidade cultural do gênero humano e de contingências espaço-temporais que subjazem ao conhecimento sociológico. Apesar deste posicionamento, Guerreiro Ramos o contrabalança afirmando:

Não quero dizer que a pesquisa sociológica seja uma espécie de casa da viúva Costa em que todo mundo mande e faça o que bem entenda. Longe de mim. Há, neste terreno, regras de trânsito. Há um acervo de preceitos e diretrizes resultantes do trabalho sociológico universal que todo pensador deve conhecer profundamente, sob pena de expor-se e, o que é pior, expor terceiros a desatinos. Todavia, esses preceitos e diretrizes não são rígidos; são flexíveis; são lemas. Além disto, na esfera das ciências sociais, há muita oportunidade para a invenção de processos de pesquisa (RAMOS, 1957a, p.115).

De acordo com Guerreiro Ramos (1957a), o ser social, na condição de historicamente determinado, conhece a realidade histórico-social sempre dentro de certos limites. Ela não é “suscetível de ser apanhada, em sua essência, por um pensamento soberano, liberto de julgamentos de valor, de pré-noções e mesmo de tendenciosidade” (RAMOS, 1957a, p.17). A objetividade no conhecimento da ciência social define-se sob parâmetros da compenetração entre sujeito e objeto, da perspectiva adotada pelo sujeito e pela maior quantidade de fatores e aspectos elencados pelo conhecimento. Da impossibilidade de conceber o real de modo neutro e imparcial, ausente de interesses e intencionalidades, resulta para nosso autor que todo pensamento e conduta possuem conteúdos ideológicos.



As ideologias existem e existirão necessariamente em qualquer sociedade porque é inconcebível que o pensamento e a conduta do homem possam superar suas limitações históricas e sociais (RAMOS, 1957c, p.14).

A grande contribuição de Marx e Engels (2007) para a história das ideias através do conceito de ideologia é que se, antes, a verdade poderia ser identificada em representações, formulações teóricas ou encontrar-se escondida por detrás do mundo empírico, a partir da contribuição desses autores, o conflito entre diferentes pretensas verdades encontra seu foco esclarecedor nos interesses econômico-político e sociais que subjazem tais pretensões<sup>40</sup>.

A ideologia, para Marx e Engels (2007), diz respeito, entre outras coisas, a um embate ou conflito entre ideias na imposição de uma verdade. No estabelecimento de um sentido teórico e prático para as coisas, seu esclarecimento encontrava-se, portanto, nas contradições reais a que prestam seus interesses. A imposição do sentido ou de uma forma de compreensão não diz propriamente a verdade, mas exprime a força de determinada classe social na imposição de sua perspectiva e de seus interesses no valor das coisas. Para existir, ela passa, com efeito, a depender da ideologia, de confrontos e conflitos que se manifestam nas relações sociais reais.

Mais do que isso, “a ideologia está voltada para a resolução de conflitos sociais. Esta é sua função social, sua orientação para ação, no âmbito das sociedades de classe, isto é, uma forma concreta de participação nos conflitos desenvolvidos no bojo das relações contraditórias das classes, no caso presente, na sociedade burguesa” (HECKSHER, 2004, p.305). Guerreiro Ramos (1957c) era ciente deste último significado prático e político da ideologia, reconhecia o condicionamento do agir e do pensar por ela, conforme ditava a sociologia do conhecimento de Mannheim (1968). Sobretudo, Guerreiro Ramos (1957c) tinha plena clareza de que qualquer intervenção social demandava uma ideologia coerente aos seus propósitos; pois a ideologia é o meio de se lutar pela transformação social.

Malgrado a clareza do sociólogo baiano em relação a esse aspecto da ideologia, ele a entende como sendo justificadora de interesses restritos de grupos e classes sociais, apresentando-se de maneira inconsciente e sectária na teorização sociológica. Ele contrapõe

---

<sup>40</sup> Numa conversa informal com o professor José Carlos Bruni na sua sala no Departamento de Filosofia da FFC no início do ano de 2007, ele sugeriu a interpretação, conforme a qual, a verdade depende da ideologia. A luta de imposição de sentido ou de verdade para o mundo está entrelaçada a determinados interesses econômicos, políticos e sociais dos indivíduos, da classe social que eles representam, ainda que inconscientemente por meio de sua posição social. *A Ideologia Alemã* renova o estudo da verdade e da história das ideias, na medida em que estas deixam de ser constatação tranquila, passando a envolver interesses e conflitos práticos e políticos.

ideologia e ciência, diferenciando-as em razão de esta última ser capaz de suspender ou elevar a ideologia ao sentido dominante do desenvolvimento da sociedade, em vista de uma compreensão global. A ciência seria um esforço de “transideologização”, contudo, sem pretender suplantar a ideologia do conhecimento e da teoria social, e sim elaborar a síntese de seus interesses subjacentes. A sociologia nacional é científica sem abrir mão da ideologia e, assim, ela esposou e se aproximou da política.

Para Guerreiro Ramos (1961), a nova tradição de ciências sociais que se institucionalizava naquele momento exibia muita erudição e conhecimento de técnicas e métodos de pesquisa, mas, ao almejar autonomia científica, distanciava-se dos problemas do país. Ao passo que os autores do pensamento social por ele valorizados, embora não fossem sistemáticos e totalmente aproveitáveis, representaram em seus estudos a intenção de transformar a realidade e inauguraram um caminho empírico-indutivo na formulação de suas ideias.

Há todo um complexo de heteronomia e de hipercorreção no trabalho de pesquisa, na América Latina, que necessita da meditação do sociólogo. Só há um caminho para atingir a autenticidade nesta matéria: o empírico-indutivo, o que parte de situação concreta para o plano teórico, o que parte da experiência para a regra (RAMOS, 1957a, p.117-18).

Embora o autor faça a crítica do positivismo, ele manifesta uma preocupação com o empírico, porém não sistemática a fim de legitimar o conhecimento científico, à maneira de Florestan Fernandes. Para Guerreiro Ramos, a indução se coloca como um fator subsidiário, a termo que informações e fatos históricos servissem aos propósitos de uma ciência social enraizada e comprometida com o seu contexto.

A sociologia “acadêmica”, “consular”, “enlatada”, “hipercorreta”, “exemplarista”, “anódina”, “gesticulante” e “dedutivo-quietista” refletiria menos uma preocupação com os problemas históricos do Brasil a luz de sua conjuração do que o imperialismo cultural dos países europeus e os EUA; nestes termos, as nações cêntricas do capitalismo mantinham sua exploração econômica do Brasil pelo fascínio e resignação com os quais a recepção de suas “conservas culturais” era feita, segundo Guerreiro Ramos (1957a). Ele critica os manuais de sociologia de seu tempo argumentando que “em geral, cada um deles trás de tudo, arrola autores e sistemas, sem proporcionar ao aprendiz um critério diretivo de crítica” (RAMOS, 1957a, p.79). Guerreiro Ramos preconizava uma sociologia da sociologia brasileira a seu modo.

A crítica ao transplante de teorias, instituições e modos de ser alheios é um

expediente de sua sociologia nacional que busca ressaltar as particularidades históricas do Brasil e, mais do que isso, um comprometimento com a possibilidade de conferir autonomia nas deliberações acerca das tendências objetivas de seu tempo, isto é, o desenvolvimento capitalista nacional.

Indiretamente, trata-se de uma crítica ao contexto colonial, cuja essência ditava necessariamente o transplante dos modos de ser do Brasil: *pax* portuguesa, *pax* britânica, *pax* norte-americana. A crítica ao transplante de teorias estrangeiras não diz respeito a condená-las pura e simplesmente, mas à recepção resignada e apologética por parte da sociologia “hipercorreta”, a qual não dava atenção para as transformações em voga da sociedade brasileira no seu tempo.

A sociologia que não exprime, no plano categorial, a consciência militante de determinada época e de certa sociedade não passa de concepção morta. O sociólogo deve assim referir a sua especulação a um engajamento efetivo. O puro labor acadêmico, no domínio da sociologia é estéril (RAMOS, 1956, p. 19).

O autor ao discorrer e propor o prefácio de uma sociologia nacional, na obra em questão, concebe a sociologia universitária, instituída academicamente e com pretensão autonomista diante da totalidade social, como um obstáculo ao desenvolvimento da sociologia nacional. Em vista de retificá-la justificando-se sob as transformações e virtualidades de seu tempo, ele alçava a industrialização<sup>41</sup> como categoria básica a ser explorada pelos sociólogos de seu tempo. Sob esta lente, devia:

O trabalho sociológico em países como o Brasil ser conduzido para atingir dois alvos: a elaboração de ideias conceitos com os quais a nação possa compreender-se a si própria, decifrar objetivamente os seus problemas; e a conversão da atividade diretiva da sociologia ao interesse nacional, por meio da planificação do ensino e do trabalho de campo no âmbito da disciplina em apreço (RAMOS, 1957a, p.105).

Por trabalho de campo, nosso autor entendia o “exercício de atividades executivas e de aconselhamento nos quadros dos negócios privados e governamentais” (RAMOS, 1957a, p.120). A “dinâmica” oferecida pela sociologia nacional não se restringiria à historicidade de seus pressupostos, como também ao fato de exigir que os sociólogos “pensassem com as

---

<sup>41</sup>O otimismo de Guerreiro Ramos com a industrialização, vista como processo civilizatório de modo típico-ideal, ofuscou o caráter histórico do processo e, com efeito, a barbárie refinada contida nas relações de produção que a determinam historicamente.

mãos”. Guerreiro Ramos, em relação ao que elaborou acerca do trabalho de campo dos sociólogos, aproxima-o a tarefas próximas da administração pública, da economia, da política e da educação, sendo esta voltada para a emancipação dos discentes em relação ao seu contexto colonial.

A sociologia [nacional] é uma ciência histórica e, assim, aplica-se na descoberta das leis particulares de cada fase de desenvolvimento econômico e social, sem cuja compreensão se torna impossível o tratamento efetivo dos problemas das estruturas nacionais e regionais (RAMOS, 1957a, p.112).

Guerreiro Ramos atribui à sociologia a missão de converter-se teórica e praticamente num saber engajado aos problemas nacionais de seu tempo. “O problema da organização da sociedade brasileira [...] é primacialmente o problema da forma mesma que esta sociedade deve assumir, forma que, no caso do Brasil, tem de ser obra de criação sociológica” (RAMOS, 1953, p.31).

A sociologia teria na história, nas especificidades da formação histórica da sociedade brasileira o laboratório de sua práxis, a elaboração coletiva de uma teoria abrangente da sociedade brasileira que facultasse sua transformação, bem como diagnósticos pontuais compreendidos como objetivos da sociologia nacional. Esta, embebida em uma ideologia do desenvolvimento nacional independente, exerceria o “controle dos controles sociais” a fim de organizar a nação, cabendo aos adeptos dela conquistar a força política dos destinatários de seus conhecimentos, para que seus diagnósticos tornassem-se eficazes.

Para ele, seria necessária, antes de tudo, a formação de uma *Weltanschauung* (visão de mundo) brasileira, a sensibilidade para com os problemas nacionais do país, por parte dos intelectuais, cujo cultivo demandava um saber funcional e historicamente comprometido. Tratar-se-ia, a princípio, de inculcar uma disposição nos letrados: a “criação das molduras intelectuais da nação e difundi-las em massa até transformá-las em comportamentos automáticos generalizados” (RAMOS, 1953, p.40). O autor reflete sobre a questão da cultura política do país, sugerindo que os intelectuais estariam incumbidos de levá-la às últimas consequências junto ao povo brasileiro.

A sociologia é vista como meio de intervenção para formar, equalizar e uniformizar a nação através do trabalho engajado dos intelectuais. Seu ensino converteria-se para os cidadãos em conhecimento e “emancipação cultural”, equipando-os com uma pré-disposição intelectual para interpretar o seu tempo, sua fase histórica. O ensino da sociologia é visto por Guerreiro Ramos durante o *Primeiro Congresso de Sociologia no Brasil*, em 1954,

como a transmissão de um saber compreensivo do presente, operativo e de integração à nação de seus educandos. Transparece a preocupação do autor com a alienação dos intelectuais, passível de ser compreendida nesse contexto pelo seu distanciamento dos problemas da sociedade brasileira, a ausência do elemento popular nas criações culturais.

Podemos subentender a contestação, por parte do autor, de uma subserviência ou mesmo dominação cultural na proposição de sua sociologia. Para Guerreiro Ramos (1953), a condição do Brasil, de país colonizado, impunha contratempos a uma apropriação *autêntica* do patrimônio sociológico estrangeiro. Haveria uma tendência dominante de recepção acomodativa do mesmo. Em razão de não ter uma nação plenamente formada, todavia, decorrente de transplantações de idéias, interesses alheios e instituições, essa vocação se manteria e corroboraria a lei da imitação (do superior pelo inferior), de Gabriel Tarde. O fascínio das “elites nacionais” pelas “elites européias” revelava, segundo ele, imperialismo cultural, sustentado pelo consenso. Enquanto aquelas contemplavam admiravelmente os produtos culturais estrangeiros, desprezava-se o potencial do elemento popular.

Segundo o autor, a emergência da sociologia nos países europeus e nos EUA está intimamente relacionada aos imperativos práticos postos em marcha pelo desenvolvimento dessas sociedades, necessidades práticas peculiares a cada contexto. Mais do que isso, para ele, a sociologia também se presta à “decifração nacional” desses países, exercendo uma função integrativa e de compreensão de sua “circunstância existencial”. Por mais abstratas que pareçam, segundo Guerreiro Ramos (1953), as diferentes tradições da sociologia possuem um “sentido pragmático”, estando integradas nas instituições desses países, prestando-se a ser um “instrumento de construção nacional”.

Países como China, Índia, Japão e Rússia transplantaram o saber sociológico por meio de suas “elites”, com objetivos de construção nacional, para elaborarem diagnósticos de seus problemas e, sobretudo, dar *forma autêntica* às suas sociedades. Nesses casos, a recepção deste conhecimento apropriou-se dele, direcionando-o para objetivos de autonomia econômica e cultural da nação.

No Brasil, país de contextura colonial, a recepção convertia-se em conformação do quadro histórico de emergência da disciplina. Os anseios populares em torno de uma sociologia que respondesse aos problemas sociais, engajada, são inviabilizados pelas elites. Estas desviariam o anseio popular através de seus intelectuais para uma “glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros” (RAMOS, 1953, p.10). A institucionalização da disciplina requeria uma apropriação autêntica das teorias e métodos estrangeiros, porquanto estes se identificavam com problemas históricos relativos a outros

contextos. Apesar disso, Guerreiro Ramos (1953) fala da existência de uma família do pensamento social para a qual a filiação justifica-se por uma apropriação criadora e marcadamente política do conhecimento. Enquanto nas demais a recepção da sociologia era meramente a resignação especulativa deste saber.

Com base nesses pressupostos, durante o *II Congresso Latino Americano de Sociologia*, realizado nas cidades São Paulo e Rio de Janeiro, na condição de presidente da *Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais*, e participante da *Comissão de Teoria Sociológica*, Guerreiro Ramos, apresentou 7 propostas para o desenvolvimento de sua concepção particular de sociologia no Brasil, criticadas e recusadas por 22 votos contra 9 aceitações.

Segue a reprodução integral das teses que ilustram a assunção deliberada desse padrão de trabalho intelectual por parte de Guerreiro Ramos daí em diante. Isso seria sua proposta de desenvolvimento da disciplina no Brasil, voltada para a solução de problemas históricos. Ela “visava sempre um objetivo a curto prazo, era a tentativa de juntar um pensamento que fosse ao mesmo tempo acadêmico, erudito, e uma arma de ação política e poder”, cujo objetivo intencional se consubstanciava em “constituir uma ciência social que fosse ao mesmo tempo engajada, participante e não marxista, e que servisse a uma ideologia nacional, nacionalista” (SCHWARTZMAN, 1983, p.31). São as teses:

1ª - As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos.

2ª - A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam.

3ª - No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas.

4ª - No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais.

5ª - O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais.

6ª - É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos.

7ª - Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957a, p. 77-78).

A rejeição das teses do autor por parte da maioria dos congressistas encontrava justificativa nos próprios pressupostos de Guerreiro Ramos. Na medida em que a divisão do pensamento sociológico entre uma corrente comprometida com as questões nacionais, que almejava valer-se deste pensamento como meio de autoconhecimento e promoção do desenvolvimento das “estruturas nacionais e regionais”, e, outra corrente, alheia aos problemas da nação, pois estaria mais preocupada em fazer da sociologia um fim em si mesma, tal como ditava a subserviência cultural das “elites” em relação às ideias e instituições importadas dos países desenvolvidos –, corroborava a tendência faseológica que estava sendo vivenciada pela sociedade brasileira naquele momento. Marcada por uma ambivalência entre a velha estrutura colonial (agrária e mercantil) e a tendência industrializante que viabilizaria a autonomia da nação.

Segundo Guerreiro Ramos (1957a), apesar da discordância de seus pares, a sua posição era um indício da tomada de consciência por parte dos intelectuais representantes da nova fase do desenvolvimento da sociedade brasileira, a qual ele acreditava estar caminhando no sentido da autodeterminação econômica e cultural.

Devido à recusa a suas propostas, Guerreiro Ramos busca respaldo teórico para as mesmas fazendo jus, na sua trajetória intelectual, ao prefácio de sua sociologia nacional, no qual pretendia transformar a sociologia em práxis sociológica por meio de uma recepção e apropriação criadora do patrimônio cultural estrangeiro, a fim de organizar a nação brasileira. A construção teórica do autor ocorre sob determinados desígnios: o postulado da necessidade

de pensar e reorientar as teorias estrangeiras ao contexto brasileiro, como meio para refletir sobre o país e suas especificidades; a elaboração de diagnósticos pontuais e a busca por uma teoria da sociedade brasileira; bem como a função por ele atribuída à sociologia de estar a serviço da integração social do país como um todo, mediante a intenção de desenvolver um capitalismo autônomo nos trópicos. Ideias que colaboram com o debate corrente no seu tempo e exprimem sua contribuição.

Atenta-se, em seguida, ao diagnóstico geral de tempo elaborado por ele, para acompanhar a sua tentativa de construir uma teoria social da realidade brasileira sob os parâmetros da “sociologia nacional científica”.

#### 4. Pretérito imperfeito

Guerreiro Ramos parte de uma visão “faseológica” da história<sup>42</sup> na elaboração de seus diagnósticos de tempo. Nesta perspectiva, as sociedades, umas em relação às outras e em seu âmbito interno, possuem fases diversas de desenvolvimento caracterizadas essencialmente pela economia e pela cultura. Cada fase é vista como uma totalidade dotada de leis particulares condicionantes do todo e, assim, cada qual possui seus problemas específicos que se resolvem na passagem de uma fase a outra.

Guerreiro Ramos elabora o diagnóstico de seu tempo, afirmando estar num processo de transição de fases: de uma regida por forças externas (“centrífugas”), numa situação de dependência colonial representada pelos interesses da burguesia agro-mercantil, para outra, na qual havia se tornado possível o desenvolvimento autônomo (“centrípeto”) da nação por meio do processo de industrialização e das potencialidades postas em marcha pela nova estrutura econômica da sociedade que vinha se configurando. A contrariedade dos interesses em disputa e a particularidade do desenvolvimento brasileiro, todavia, dificultavam realizar as virtualidades contidas nesse processo de transição.

Segundo Guerreiro Ramos (1957b), a independência política do Brasil, em 1822, é data referencial da formação de um território nacional. Apesar desse avanço significativo, no qual o país conquistou uma “forma nacional”, não houve ruptura da situação de dependência colonial. A classe dominante, tributária de sua posição mediadora dos interesses coloniais,

---

<sup>42</sup>“A ideia central deste *approach* pode ser assim delimitada: toda estrutura econômica e culturológica condiciona seu correspondente elenco de problemas, o qual só se altera na medida em que a referida estrutura se transforma faseologicamente. Entende-se aqui por estrutura econômica, basicamente a tecnologia e as relações de produção. A componente culturológica é constituída pelo repertório de elementos não econômicos *strictu sensu* e não tecnológicos, tais como a organização institucional e a psicologia social” (RAMOS, 1954a, p.69).



caracterizou-se pelo predomínio de fazendeiros e oligarquias, cujos interesses mantiveram somente a proteção política, em detrimento da vigilância econômica do território nacional.

Segundo Guerreiro Ramos (1957b), não havia condições objetivas no Brasil para que o Estado-nacional se pensasse e se identificasse como “nação” durante todo o século XIX e princípios do século XX, uma vez que o país era essencialmente agrícola, voltado para a exportação de gêneros primários, com um vasto território de baixa densidade populacional, carente de mercado interno e de um sistema de comunicação e transportes capazes de integrá-lo. Ademais, inexistia um “poder nacional” lastreado na “vontade geral” (em alusão a Jean Jaques Rousseau), no povo enquanto categoria histórica. O país era um território econômico complementar ao mercado mundial, as deliberações políticas eram tomadas por uma minoria à revelia do povo, não havia cultura autêntica e tampouco nação.

Esse período marca a organização de um Estado-nacional. Para o autor, a caracterização negativa do passado colonial em vista de sua superação ocorre mediante a determinação objetiva da estrutura faseológica em que se encontrava o país, a qual restringia o horizonte da classe dirigente. Guerreiro Ramos (1961), inspirado em Oliveira Viana, assinala a predominância de dois tipos de política naquele período, as quais ainda remanesciam em determinadas regiões brasileiras “atrasadas” em relação aos avanços das estruturas nacionais em sua contemporaneidade (1950-1960).

Eram elas: a “política de clã”, definida pela existência de laços de parentesco, indiferenciação entre público e privado, critérios nobiliárquicos (linhagem e descendência) e fundados na propriedade privada para o exercício do poder (local); e a “política de oligarquia” (1822-1930), uma evolução do tipo anterior, que se estendeu para o âmbito nacional através de uma reunião de clãs em partidos nacionais. Ambas representariam o poder exercido pelo alto. A ausência do povo nas deliberações políticas, partidos políticos sem programas, ideologias ou princípios nacionais favoreceria a compreensão da política através de critérios formalísticos e de compadrismo.

Apesar das peripécias, desventuras e percalços da elite econômica e política da sociedade brasileira, daquele período, comandada pelos interesses agro-mercantis, “até a década de 1920, essa classe cumpriu a sua missão, não raro com admirável senso de oportunidade” (RAMOS, 1957b, p.13). Ele revela a compreensão crítica de seu tempo ao tratar o tema do “idealismo utópico<sup>43</sup>” presente nas teorizações políticas do Brasil no período

---

<sup>43</sup> Trata-se do texto pronunciado como conferência no *I Congresso Brasileiro de Sociologia*, em 1955: **Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 aos nossos dias**. A publicação deste coincide com a regulamentação do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), pelo governo de João Café

da Independência (1822) a República Velha (1930), e a questão do transplante de teorias, interesses e instituições dos países cêntricos do capitalismo para o Brasil.

Diante das condições objetivas em que se encontrava o território nacional, naquele interregno de tempo, o transplante de instituições e ideias estrangeiras da Europa e dos EUA, na configuração das instituições políticas e culturais do país, aliava-se às tendências progressistas da “evolução” das estruturas nacionais. O “idealismo utópico” seria aparente e não efetivo, pois, essas teorizações políticas representaram o “máximo de consciência possível” (em alusão à Lucien Goldman) naquele momento. Porém, elas careceram do idealismo orgânico, de “uma ideologia orgânica da realidade brasileira apta a tornar-se o suporte de uma ação política de verdadeiro sentido nacional” (RAMOS, 1957a, p.69), a qual tencionava o autor nas suas elaborações teóricas.

Para Guerreiro Ramos (1954a) o tema da transplantação, recorrente em alguns pensadores sociais brasileiros esclareceu apenas aspectos fragmentários da sociedade brasileira. Para ele, a limitação dos autores Paulínio José Soares de Souza ou Visconde do Uruguai, Sílvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana, foi que o assunto devia ser tratado antes como uma necessidade histórica no lugar de ser discutido por razões psicológicas, as quais supunham a possibilidade de evitar o transplante. Ainda assim, esses autores suscitaram o problema das “contingências consuetudinárias do país”, não limitando-se a uma postura de aceitação passiva ou “dogmático-dedutiva”, porém, exercendo uma “atitude crítico-assimilativa”, pois “[...] a transplantação foi expediente historicamente necessário para que se tornasse possível, a seu tempo, a nação brasileira” (RAMOS, 1954b, p.75).

A partir de 1930 com o processo de industrialização brasileiro, o transplante de idéias, interesses e instituições torna-se expediente desnecessário, caso não favorece os interesses nacionais. Nosso autor vivia e compreendia o seu tempo, entre os anos 30 aos anos 60, como uma nova “fase”, de muitas virtualidades contidas no processo de revolução capitalista da sociedade brasileira. O país poderia se tornar uma nação independente e com um povo integrado sem distinções raciais e democraticamente participativo, em vez de conservar a herança de seu passado colonial; era preciso desenvolvimento, reformas e participação

---

Filho, sucessor de Getúlio Vargas, que também ocorreu em julho de 1955. O ISEB, *grosso modo*, foi uma instituição de cultura e estudos vinculada ao *Ministério da Cultura*, que almejou pensar e difundir os caminhos políticos do desenvolvimento nacional através de uma ideologia (nacional-desenvolvimentista) com a função de politizar os diferentes grupos e classes sociais, em vista de um projeto de nação que poria à disposição a autonomia nacional. Após o Golpe Militar de 1964, o ISEB, como outras instituições consideradas subversivas, teve sua sede destruída e seus arquivos apreendidos pelos militares. Note-se que Guerreiro Ramos, neste texto, posiciona-se em favor de uma “ideologia orgânica” e politicamente orientada para a transformação do país. Ele que foi um importante quadro político do ISEB até 1958, insinua sua proximidade com os ideais da instituição. Cf. TOLEDO, 1982; PAIVA, 1980; BRESSER-PEREIRA, 2004; BARIANI, 2008.

política do povo, que emergia na história brasileira como sujeito político.

A interpretação de Guerreiro Ramos do passado colonial brasileiro é demarcada em função da ausência de integração regional sob um mercado interno consolidado e sob desenvolvimento capitalista da grande indústria e seus efeitos como urbanização, incremento do consumo popular, integração do território nacional, transformação de mentalidade, etc. Obstáculos, todavia, eram impostos para que essa tendência homogeneizasse-se no território nacional em suas diferentes regiões. Eles advinham da remanescente situação colonial, compreendida “como um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas” (RAMOS, 1957a, p.18). Ao processo objetivo pelo qual a economia do território subordinava-se aos países cêntricos correspondia, também, um processo de submissão cultural e psicológica dos povos colonizados, desprovidos de uma “cultura nacional autêntica”, segundo o autor.

O fato de o Brasil ter sido essencialmente uma economia anexada aos interesses do mercado mundial, reflexo das economias cêntricas, na condição de exportador de matérias primas e de gêneros alimentícios, reservou ao país na divisão internacional do trabalho a tarefa de satisfazer a demanda externa, impondo uma situação de complementaridade em relação aos países desenvolvidos. Este princípio propagava-se, segundo Guerreiro Ramos (1957b), das relações de produção para toda configuração social colonial e a alienação econômica convertia-se em alienação política e cultural. Guerreiro Ramos afirma que a ausência de povo, a ficção jurídica e formal da nação e o caráter transplantado da cultura brasileira dificultavam a formação de um ponto de vista nacional, produto de uma cultura autêntica, decorrente da evolução orgânica da sociedade, de um patrimônio comum de práticas sociais e da subjetivação de experiências.

A elaboração da cultura nacional no Brasil é, no plano do espírito, o correlato do trabalho coletivo, mediante o qual se realiza a substituição das importações e se instala um sistema de produção destinado a atender à demanda interna de bens e serviços. Consiste em tarefa eminentemente substitutiva, sujeita a critérios oriundos de nossa realidade [...]. Só se alcança o plano da universalidade, de modo mediato, a partir de um ponto de vista particular [...] A cultura nacional do Brasil se formará como conjunto de produtos materiais e não materiais sistematicamente elaborados do ponto de vista do povo brasileiro recém-constituído” (RAMOS, 1960, p. 243-244).

Nota-se que esse é o flanco a partir do qual Guerreiro Ramos fundamenta suas críticas à sociologia, argumentando que somente uma sociologia nacional subsidiaria a possibilidade de autonomia econômica e cultural do país, que ele acreditava existir no seu

presente histórico, na década de 1950. A cultura autêntica provocaria e irromperia o desenvolvimento industrial na medida em que isso implicava uma “reforma intelectual e moral” do povo, conforme é possível desprender do tratamento conferido por ele à questão racial, cuja solução dependia da educação de todos envolvidos no conflito.

Para compreender não apenas a cultura, mas a sociedade brasileira como um todo, ele apresenta cinco categorias compreensivas e reveladoras do passado ainda presente na sociedade brasileira. Os caracteres do passado ainda presentes no seu tempo, percebido em processo de transição de uma fase governada por “forças centrífugas” para outra de “forças centrípetas”, foram sintetizados através daquilo que Guerreiro Ramos denomina leis tendenciais da estrutura faseológica. São elas: 1) *dualidade*; 2) *heteronomia*; 3) *alienação*; 4) *amorfismo*; 5) *inautenticidade*. Tipos compreensivos propostos por ele para revelar a situação colonial que remanesce em seu tempo, condicionando principalmente a esfera do trabalho intelectual.

Esses tipos substituíam as explicações imobilistas e naturalizantes do pensamento social brasileiro, que tendiam a interpretar o país aferrando-o a uma patologia do ponto de vista psicologizante do *ethos* nacional, ou determinando-o pelas deficiências relativas à questão racial e geográfica, as quais incorreram num erro fundamental ao desperceberem as origens materiais e históricas da conexão interna e externa estabelecida entre o país e o ocidente. Precisamente o condicionamento objetivo das relações sociais de produção, subdividida entre pólo interno e pólo externo, na formação do país esteve no horizonte do economista Ignácio Rangel, que percebeu no desenvolvimento capitalista brasileiro a coexistência de dois modos de produção, bem como de estágios diferenciados de evolução no âmbito interno e externo das relações econômicas do país. A lei da “dualidade”, inspirada na teoria econômica de Ignácio Rangel pode ser estendida, segundo Guerreiro Ramos (1956), para a totalidade das relações sociais do Brasil desde sempre na sua formação histórica (Cf. Bielschowsky, 2004, p.211-216).

Guerreiro Ramos (1956) argumenta sobre a persistência da dualidade, na perspectiva de Rangel, ao afirmar que o presente histórico do capitalismo brasileiro, naquele contexto dos anos 50, no plano interno, desenvolvia-se consoante à época liberal e sob iniciativa de particulares, enquanto nas relações externas estabelecidas com as economias cêntricas vingava uma forma de capitalismo de Estado, onde o mercado mundial havia se tornado monopolista. Visto de modo consular, o país estava mais além de sua realidade nacional. Porém, ao atentar para ela, a particularidade da evolução nacional, ele assinala a diversidade e os ritmos distintos do desenvolvimento regional do país.

Guerreiro Ramos (1956) acrescenta um atributo à lei da dualidade, afirmando que, internamente, havia uma multiplicidade de formas econômicas e relações sociais de produção, a exemplo da existência de economias de subsistência espalhas nos rincões do Brasil, denominando essas relações como “contemporaneidade do não coetâneo” (expressão de Ernst Bloch, segundo Vanilda Paiva). Em meio à temporalidade e exigências da forma de desenvolvimento capitalista, outras temporalidades e formas históricas de produção já ultrapassadas noutras nações coexistiam no Brasil, sendo necessária a expansão do mercado interno para a integração dessas formas econômicas sob relações capitalistas do ponto de vista da unidade nacional e da formação da nação.

A dualidade da estrutura nacional, embaraçada pela multiplicidade das estruturas regionais, prejudicaria ainda os estudos etnológicos na perspectiva da sociologia nacional de Guerreiro Ramos. “Tais fatos mostram claramente a impossibilidade de compreender a realidade brasileira por meio de análises de pormenor, como, por exemplo, as de cunho antropológico, ou seja, sem a consideração da conexão universal, em que o país se integra” (RAMOS, 1956, p.23). Abandonando a premência de elaborar uma teoria abrangente do país, ou mesmo desconsiderando-a, esses estudos tendiam a sobrevalorizar elementos transitórios da vida social brasileira, que se configuravam como obstáculos ao processo de desenvolvimento e de integração nacional. Convertiam-se, para ele, em estudos anódinos e “diversionistas”. Dizia ele:

“No Brasil, a prática de tais investigações só poderá contribuir para desorientar os nossos escassos sociólogos em formação, pois, dando-lhes a satisfação de dominarem certas técnicas em voga num centro adiantado, despreocupa-os de tarefas outras essenciais ao seu meio, quais as de elaborar um saber sociológico compatível com as necessidades regionais e nacionais” (RAMOS, 1957a, p.106).

Remetendo à sua experiência como administrador público, Guerreiro Ramos (1957a) chama a atenção para o privilégio e os custos da atividade intelectual para o erário que, em contrapartida à não incorporação desta atividade pela estrutura econômica e ao perigo de uma consciência crítica organizada, privilegiaria convencionalmente estudos sublimativos em relação à urgência dos problemas nacionais. Na fase de desenvolvimento em que o país encontrava-se, os estudos de comunidades e de “minudências da vida social”, sob os métodos da ciência social norte-americana e destituídos de uma orientação quanto às necessidades regionais e nacionais, incorreriam num verdadeiro uso perdulário de recursos que deveriam ser bem empregados, destinados aos desígnios do desenvolvimento nacional.

A dualidade, lei básica da formação social brasileira, irradiaria como um fato social total na vida do colonizado. Mediante as particularidades que se desvelam ao atentar para as diversas regiões que compõem o país, conforme Guerreiro Ramos (1956), toda transplantação a partir de 1930, inclusive a forma econômica capitalista, caracterizada pelo processo de industrialização, devia ser orientada em função das particularidades nacionais. Aludindo-se a Pandiá Calógeras, ele afirma a necessidade de não subordinar o processo de industrialização no Brasil a medidas e teorias do desenvolvimento elaboradas em outros contextos, pois, a particularidade das diversas regiões, caso fossem ignoradas em razão de critérios heteronômicos, poria em risco o próprio desenvolvimento nacional.

A lei da “heteronomia”, por sua vez, não diz respeito à estrutura econômica objetiva tal como a “duplicidade”, mas, resulta do processo de colonização em nações que não tinham “cultura” própria antes da exploração estrangeira. Os indivíduos dessas nações consentem com a dominação ao simpatizar e imitar os estilos de vida do colonizador, como no caso do Brasil, a exemplo da parcela mais favorecida da população e seus hábitos de consumo nocivos aos esforços de acumulação de capitais, bem como as instituições induzidas da realidade de outros países, para o nosso, sem serem levadas em consideração as especificidades locais.

Designada também como *mimesis* (termo emprestado a Arnold Toynbee), “heteronomia” significa adesão irrefletida à cultura e à tecnologia importada. Guerreiro Ramos (1955) reporta-se ao *status* nacional de “proletariado externo” dos países cênicos, de uma nação existente para e em função dos outros, determinada por relações internas e externas de sujeição ao capital estrangeiro, o qual é tido como um obstáculo para que se desenvolvam atividades econômicas fundamentais para o desenvolvimento<sup>44</sup>. A “heteronomia” resulta, desse modo, de uma organização social não originada de critérios advindos de sua particularidade, de sua realidade imediata.

A “alienação” (RAMOS, 1956) imposta pela situação colonial impede a autodeterminação econômica, política e cultural do colonizado. Isso se resolveria com a execução do projeto defendido por Guerreiro Ramos de um capitalismo autônomo, no qual o Brasil deixaria de ser proletariado externo dependente das nações metropolitanas e se

---

<sup>44</sup> Em relação a isso, Guerreiro Ramos não condenava pura e simplesmente a utilização de capitais estrangeiros, mas tinha sempre em vista critérios correspondentes à sua funcionalidade para o desenvolvimento nacional. Na condição de representante do Brasil na *XVI Assembleia Geral das Nações Unidas*, em 1960, propôs um projeto de estudo para rever o sistema de patentes em benefício da transferência de tecnologia aos países subdesenvolvidos, argumentando que “o vigente sistema internacional de patentes ainda sofre, em apreciável escala, de interferências monopolísticas ou oligopolísticas, que é preciso eliminar” (RAMOS, 1965, p.250), pois a tecnologia havia se tornado produto da ciência, e sua transferência entre países suscitava critérios públicos de tratamento. (Cf. RAMOS, 1965, p.247-253).

integraria com suas particularidades ao conjunto dos países desenvolvidos que atingiram o estatuto privilegiado de “povos universais”. No plano econômico, a “alienação” diz respeito ao caráter “reflexo” da estrutura colonial, alheia a qualquer interferência política imediata, conquanto estava à mercê das vicissitudes do mercado mundial. Política e culturalmente, equivalia a uma “mentalidade reflexa”, formada a partir de valores e interesses ultramarinos, mediante os quais os colonizados se sujeitariam, acabando por promovê-los, sem que se objetive e se requeira a autodeterminação do país.

O “amorfismo” e a “inautenticidade” complementam as categorias compreensivas propostas por Guerreiro Ramos (1956) para a interpretação do passado e de seu tempo histórico. A ausência de forma (amorfismo) remete a uma sociedade em branco, sem história e carente de um sentido comum duradouro a ser alcançado pelo esforço das gerações. A “organização superestruturária” (ideias, teorias, instituições etc), decorrente de transplantações e da heteronomia, destoa das particularidades e necessidades objetivas do país, “sem resistência alguma que as obrigue reelaborar desde dentro” (RAMOS, 1956, p.29). O “fato colonial” como um “fato total” tem sua dinâmica própria e atinge todas as esferas do colonizado, conforme as categorias propostas por ele.

A “inautenticidade” encerra o elenco interpretativo. Transposta da filosofia da existência para o âmbito da sociedade, ela denuncia uma forma de viver válida para todas dimensões da situação colonial, baseada em normas que impedem uma atualização histórica progressiva das potencialidades de seu ser. Tais normas resultam de critérios abstratos e alheios admitidos para sua adesão, distantes de uma reflexão acerca da circunstância histórica imediata. É a “superestrutura normativa e modeladora da vida nacional, assimilada dogmaticamente pelos cidadãos [e] os incompatibiliza com sua realidade”. Também, sua ruptura completa requer a modificação da estrutura econômico-social, “a apropriação pelo sujeito de seu próprio ser” (RAMOS, 1956, p.30).

O autor citado revela mais nitidamente sua filiação ao pensamento culturalista, à filosofia da existência na sua vertente cristã e à fenomenologia em sua obra *A redução sociológica*. Elabora uma distinção entre natureza e cultura, “povos naturais” e “povos históricos”, na qual a consciência e a liberdade são mencionadas como o fundamento da história e de seu humanismo. Concretizaria-se no âmbito nacional para os povos periféricos por meio de sua personalização: a consciência de sua liberdade, lastreadora de um viver projetivo. A emergência da história demandaria a autocompreensão da sociedade, uma nova modalidade das relações dos indivíduos entre si e com a natureza; uma consciência crítica dos fatores de sua situação.

Sob o jargão da filosofia existencialista, a sociedade colonial brasileira é vista como “matéria bruta do acontecer”, sociedade natural dotada de uma consciência ingênua e reflexa, “coisa” complementar do mercado mundial e das economias cêntricas. Mas, segundo o autor, isso estaria se transformando.

## 5. Entre o ser e o ainda não ser

Conforme dito, Guerreiro Ramos reflete sobre a fase colonial da sociedade brasileira em termos de seu presente histórico em transformação (1950-1960), período no qual ela realizava a todo vapor sua revolução burguesa. Os obstáculos que se antepunham a efetivação das virtualidades contidas naquele processo civilizatório de revolução capitalista diziam respeito, segundo o autor, à particularidade da formação histórica nacional: a determinação do passado colonial ainda atuante sob pormenores remanescentes: o chamado “contexto colonial”.

Guerreiro Ramos acreditava que a sociedade brasileira estava atravessando um período de transição de fases. Dos escombros da velha sociedade em processo de superação, uma nova etapa na vida histórica do país emergia em decorrência do processo de industrialização e das potencialidades históricas que eram postas em marcha. Continham as promessas e o esforço de efetivar uma sociedade desenvolvida, soberana, independente nas relações econômicas e autêntica nas manifestações culturais: uma nação que teria de ser engendrada pelo esforço coletivo dos grupos e classes sociais interessados, o povo brasileiro, através do reconhecimento das particularidades nacionais.

Nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil esteve em franco processo de transformação<sup>45</sup>. O autor mobiliza sua sociologia nacional para refletir sobre o processo em curso, pois se aspirando revolucionária a ela competia elaborar uma “compreensão objetiva” e dinâmica da sociedade brasileira com propósitos de guiar os sujeitos no movimento histórico. “É o processo histórico que as suscita. Elas são revolucionárias, não enquanto estejam desligadas da época presente e assim do passado, mas enquanto exprimem o que, na época, é possibilidade efetiva, que não se realiza porque se lhe opõem obstáculos históricos concretos que necessitam ser removidos” (RAMOS, 1963, p.25). Esclarece ele que, ao traduzirem

---

<sup>45</sup> A título de ilustração do ponto de vista de Guerreiro Ramos sobre o passado brasileiro, a situação colonial e seu presente histórico, uma composição de Gilberto Gil bem exemplifica: [...] Chaminés plantadas nos quintais do mundo / As latas tomam conta dos balcões / Navios de café calafetados / Já não passeiam portos por ai. Rasgados velhos sacos de aninhagem / A grã-finagem limpa seus braços / Protege com seus sacos de aninhagem / Velha linhagem de quatrocentões. Os sacos de aninhagem já não dão / A queima das fazendas também não / As latas tomam conta do balcão / Vivemos dias de rebelião [...] (“A luta contra a lata ou a falência do café”).



minimamente as tendências de seu tempo, a sociologia nacional e suas ideias não eram fortuitas.

De acordo com o sociólogo baiano, se, por um lado, de 1822 a 1930 preponderou a “forma reflexa” de existência na vida do país, sendo assegurados os contornos nacionais através da organização do Estado nacional, por outro lado, a unidade nacional propriamente dita, que estaria por ser efetivada com a organização da nação e seu desenvolvimento econômico mediado pela autodeterminação política e cultural, emergiria aos poucos com a instalação das primeiras indústrias no país, em fins do século XIX, acentuando-se num rápido processo que sucede a crise de 1929 com a substituição das importações, a consolidação do mercado nacional, o impetuoso incremento da industrialização e seus efeitos sociais: urbanização e melhoria de vida (do consumo e oferta de serviços) populacional<sup>46</sup>.

A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um processo civilizatório, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas no setor restrito que normalmente se chama indústrias (RAMOS, 1960, p.126).

Para Guerreiro Ramos (1960), o país transformou-se rapidamente. Desde 1850, ainda que de modo subalterno na economia, a produção industrial vinha configurando-se aos poucos e ganhando força com a especialização da agricultura e a formação de núcleos urbanos e de um incipiente mercado interno nacional. A fase da industrialização que se iniciou no final do século XIX teve um grande impulso com a conjuntura internacional favorável ao Brasil, provocada pela Crise de 1929.

Além da Crise de 1929 e a nova etapa do capitalismo (monopolista) inaugurava uma confluência de fatores internos e externos, beneficiando o processo de industrialização brasileira. A conjuntura externa esteve favorecida pela revolução Russa de 1917, a qual promoveu a ruptura com a economia liberal por meio da intervenção do Estado via planejamento, a nova hegemonia estabelecida pela economia norte-americana no contexto da Crise de 1929, bem como pela descoberta do conceito de deterioração dos termos de troca<sup>47</sup>,

---

<sup>46</sup> Nas palavras do autor: “Não é senão na década de 1870-1880 que começam a destacar-se da agricultura as atividades manufatureiras. Antes, o que se observa no país é um arquipélago de nódulos econômicos (fazendas) mais ou menos fechados, dentro dos quais a população produz e consome diretamente tudo o que necessita, inclusive bens manufaturados. O desenvolvimento industrial do Brasil depois daquela década, até 1930, consiste principalmente em destacar da lavoura a produção manufatureira através da criação de pequenas empresas” (RAMOS, 1957a, p.43) [...] “Depois de 1930, fortificam-se as tendências econômicas e sociais mal enquadradas no sistema anteriormente dominante, e elas se traduzem na expansão da produção para o mercado interno e no incremento da produção de bens de capital” (RAMOS, 1957a, p.47).

<sup>47</sup> A CEPAL (Comissão para Assuntos Econômicos da América Latina e do Caribe), criada em 1948 pela ONU,

por parte dos países subdesenvolvidos da América Latina, contrariando as leis da economia clássica e a configuração das relações econômicas propugnadas pelos países imperialistas. No plano interno, os fatores de impulso da industrialização referem-se ao esforço longínquo, iniciado em 1850, de especialização da agricultura, formação de núcleos urbanos e de um mercado nacional, acumulação de capitais e remuneração de fatores de produção etc., os quais deram respaldo para o que se sucedeu após 1929.

A recente formação de um mercado nacional, na medida em que está imprimindo sentido centrípeto à vida brasileira, contribui para a superação da etapa complementar. Implica não apenas uma transformação qualitativa de nossa infra-estrutura econômica, mas também, em consequência, uma alteração do esquema de convivência das classes sociais (RAMOS, 1957b, p.16).

As transformações que impulsionaram o desenvolvimento capitalista no Brasil e modificaram a configuração de classes sociais tiveram como resultado a perda de poder econômico das oligarquias agrário-mercantis, identificadas pelo autor como a vanguarda do atraso em seu tempo. Conforme Guerreiro Ramos (1960) ocorreu no Brasil uma curiosa aliança entre os latifundiários com os setores mercantis, às vezes coincidindo na mesma pessoa as funções de grande proprietário e comerciante. Não obstante:

Foram os grupos, categorias e facções integrantes dessa composição que emanciparam a antiga colônia portuguesa, deram-lhe uma organização nacional e durante mais de um século, dirigiram-na tirando partido das oportunidades que o mundo lhes assegurava. Constituem assim os interesses latifundiários e mercantis os de expressão consciente mais sólida até hoje no país (RAMOS, 1960, p.236).

Porém, com todas as transformações sucedidas, a burguesia agrário-mercantil, representativa do passado colonial brasileiro, manter-se-ia ainda como classe dirigente, valendo-se de instituições políticas anacrônicas que vinham se estabelecendo na vida

---

exerceu influência no pensamento de Guerreiro Ramos neste contexto das décadas de 1950 e 1960. O primeiro diretor desta agência foi o economista argentino Raul Prebisch que, a partir do conceito de deterioração dos termos de intercâmbio, ofereceu uma explicação alternativa aos neoclássicos acerca da troca desigual no mercado mundial, que foi desenvolvida por outros economistas, como Celso Furtado no Brasil. Conforme Cepêda (2008), as teorias sobre as vias distintas de desenvolvimento econômico que, na América Latina foram recebidas e aprofundadas pela CEPAL e o ISEB, originaram-se na crise da explicação naturalista do progresso, fundada na internalização pura e simples das práticas econômicas capitalistas como meio de superação do atraso. Sobre a CEPAL e sua influência no “desenvolvimentismo público nacionalista” no Brasil, Cf. BIELSCHOWSKY, 2000.

econômica do país. Segundo Paiva (1980), esta classe representava os interesses antinacionais, pois estaria associada ao capital estrangeiro e disposta aos interesses dos EUA. Em razão de suas atividades agrícolas, extrativistas e mercantis era induzida a exportar produtos primários e importar bens industriais, defender uma política externa e um liberalismo econômico prejudiciais ao país, benéficos apenas aos seus interesses de classe.

O prestígio econômico adquirido pela burguesia industrial após 1930 não foi sucedido pela conquista plena do poder político. Ela em virtude da rapidez de sua ascensão econômica, decorrente de uma confluência de fatores internos, externos e a facilidade pela qual lograva seus lucros não era capaz de transcender seus interesses imediatos para protagonizar um projeto de desenvolvimento nacional. Para ele, a nova classe dominante era incapaz de edificar uma consciência de classe de seus interesses, a termo que realizasse um projeto de nação. “Essa debilidade ideológica dos que detêm o poder econômico propaga-se ao domínio governamental e político-partidário, levando a nação a uma atitude timorata, a realizar medidas e adotar diretrizes aquém de suas efetivas possibilidades” (RAMOS, 1957b, p.21). Consta-se, assim, a existência de uma crise política na sociedade brasileira dos anos 50 e 60 pelo autor.

Para Guerreiro Ramos (1960), a coexistência de fases diversas no desenvolvimento nacional, como a contemporaneidade do latifúndio com um parque industrial, estreitava o horizonte político da burguesia industrial, pois ela se formou do capital advindo da burguesia agrário-mercantil. Ademais, o avanço do capitalismo nos países cêntricos engendrava a possibilidade de “cooperação” internacional (financeira e técnica) nos países de capitalismo emergente, como o Brasil, o que é visto pelo autor como prejudicial, na medida em que inibia mais ainda os papéis históricos que ele adjudicava à burguesia nacional, apesar de reconhecer suas debilidades. O Estado e suas instituições políticas e burocráticas transformaram-se no sujeito do desenvolvimento ou pelo menos nas regiões onde os interesses nacionais eram disputados.

Conforme Bariani (2008, p.174-175), o Estado era o sustentáculo do desenvolvimento nacional para Guerreiro Ramos, como um gestor público que coordena as ações, planeja e executa os fatores de produção, difundindo uma racionalidade administrativa e organizativa para todos os setores sociais. Ao Estado competiria empreender ações políticas no sentido de impulsionar o desenvolvimento, cujas iniciativas deviam ser complementadas pela comunidade nacional. O povo, identificando-se com o empresariado e pelo seu voto, habilitaria as ações estatais.

No entanto, para que o Estado exercesse suas funções era necessário que ele fosse

dirigido pela burguesia industrial. Porém, a debilidade desta suscitava o interesse de Guerreiro Ramos em constituir uma “vanguarda popular” (*intelligentsia*), que devia ser legitimada pelo povo, afim de que os interesses da burguesia industrial, identificados com os interesses gerais da sociedade, fossem incorporados num projeto de nação. Suprir os interesses da burguesia industrial equivalia a atender as necessidades do desenvolvimento nacional e alavancar sua autonomização. Impunha-se a necessidade de criação de barreiras alfandegárias para defender a indústria nacional, de investimentos estatais nos setores básicos da economia, impulsionando iniciativas privadas, bem como reformas sociais que elevassem o padrão de vida da população, ampliando o mercado interno, entre outras medidas.

De acordo com Guerreiro Ramos (1960), o Estado-nacional, organizado pelas classes latifundiária e mercantil para se sustentar no poder de modo a obter legitimidade por parte dos setores médios, forjou uma burocracia que estava muito além de suas necessidades. Isso ocorreu em contrapartida das escassas oportunidades de criar funções qualificadas, decorrentes do avanço das forças produtivas, das quais emerge uma pequena burguesia, bem como em razão da existência de estigmas herdados pelo trabalho manual do período da escravidão. O Estado, dessa forma, oferecia empregos públicos para as camadas médias instruídas. De um lado, essa classe média compunha-se de setores parasitários e reacionários, que combatiam as inovações advindas do desenvolvimento capitalista, de outro lado, havia um setor produtivo progressista que aliava-se às lutas em prol do desenvolvimento.

A expressiva classe média que se estabeleceu desde cedo, na sociedades brasileira colonial, era a “classe eminentemente política”. Ela destacou-se nos movimentos revolucionários da fase colonial como uma espécie de “vanguarda”; no império, aproximou-se dos movimentos progressistas; durante a República Velha, em virtude de suas posições ambíguas, conservadoras e até subversivas, nos vários movimentos que atuou. Ela personificou as ambiguidades e contrariedades do processo objetivo de expansão das forças produtivas e da divisão do trabalho. Em seu tempo (1950 e 1960), afirma Guerreiro Ramos (1957a), com a politização do proletariado e da burguesia em marcha, a classe média tendia para posições conservadoras direitistas. Compunha-se de pequenos negociantes, profissionais liberais, funcionários, militares e assalariados com instrução e qualificação técnica distintas do proletariado.

Guerreiro Ramos (1957b, 1957c) confere uma atenção especial ao exército e seu alto escalão, pois este poderia garantir a sustentação política de seu projeto de desenvolvimento nacional através da força e representação política, caso consentissem com os objetivos de desenvolvimento autônomo da nação.

Segundo Jaguaribe (1988), o ISEB e a Escola Superior de Guerra (ESG) mantinham, antes de 1958, “pontos comuns, evidentemente, na medida em que o ISEB, como a ESG, preconizavam uma transformação do Brasil para se converter numa sociedade industrial” (JAGUARIBE, 1988, p.17). No período anterior à renúncia de ambos do ISEB, eles proferiram palestras e cursos na ESG<sup>48</sup>. Em 1956 o próprio Guerreiro Ramos pronunciou uma palestra nesta instituição. Um de seus escritos, em particular, revela uma tônica para com os militares, no sentido de comporem uma instituição que se apresenta como sujeito político no Brasil (Cf. Ramos, 1957b).

Como se sabe, o exército configurou-se como sujeito político dentro do Estado brasileiro, apesar da diversidade de correntes ideológicas de seus membros. Era do interesse dos militares constituir um exército forte mediante um Estado interventor e industrializado, pois a indústria é bem vinda ao exército para seu próprio armamento.

Ciente disso, Guerreiro Ramos (1957c) via no exército um grande aliado político na execução de um projeto nacional. Ele dirige-se aos militares em nome da segurança interna, enfatizando as questões candentes de seu pensamento: o dilema entre complementaridade ou autodeterminação; a historicização da segurança nacional conforme o seu diagnóstico de tempo. Esperava, assim, que o alto escalão do exército adotasse a ideologia do nacional-desenvolvimentismo<sup>49</sup>.

Guerreiro Ramos (1957a), também, observa o surgimento tardio do proletariado brasileiro e justifica o fato argumentando a ausência de condições objetivas. A inexistência da grande indústria e seu suporte material possibilitou o surgimento tardio da classe operária, a qual emergia lentamente consoante ao processo de industrialização, à liberação da força de

---

<sup>48</sup> Um depoimento é esclarecedor. “Eram relações não muito estreitas. Eu [Hélio Jaguaribe] fui convidado, naquela época, umas duas vezes, para fazer conferências na Escola Superior de Guerra. Naquela ocasião, quando fui, não tive muito boa impressão da forma pela qual os militares estavam tratando as coisas, porque eles tinham uma perspectiva muito ingênua, dicionarizada: A, para a-água, a-ar etc... Compilavam dados sob a forma de tópicos de uma enciclopédia, sem uma estrutura conceitual organizadora, a não ser a concepção pouco civilista do poder nacional. No nível puramente intelectual, a Escola Superior de Guerra era então uma coleção de verbetes. Agora, ao nível da visão do poder nacional, ela tinha uma certa filosofia, que considero inclusive ingênua” (JAGUARIBE, 1988, p16).

<sup>49</sup> Segundo ele, “um mesmo país terá políticas de segurança nacional diferentes, conforme as etapas de seu desenvolvimento. Tal política será uma se o país for economicamente dependente; outra, se, em virtude da transformação sofrida por sua estrutura econômica e social, se tornar capaz de liquidar essa dependência” (RAMOS, 1957c, p. 20). Posteriormente, Guerreiro Ramos revela que “havia um sentimento a respeito de defender o Brasil, a posição brasileira, qual devia ser a estratégia brasileira para organizar o processo de nossa autonomia, o pensamento da autonomia brasileira” (RAMOS, 1995, p.157). Porém, após os fatos que dominaram a vida política brasileira, depois de 1964, a Ditadura Militar concretizou a revolução burguesa no país pelo alto, suplantando qualquer possibilidade de uma via democrática, e Guerreiro Ramos torna-se incisivo em relação ao que sucedeu: “Isso [o Brasil] é parte da minha história, parte do meu ser. Mas que isso é uma merda, é uma merda! Este é [em 1981] um país governado por sargentos, um país em que a pusilanimidade domina o meio político. Um grupo de sargentos atemoriza 120 milhões de pessoas [...]” (RAMOS, 1995, p.159).

trabalho rural, composta por trabalhadores livres e por pessoas advindas da massa de escravos. O processo de “abertura do complexo rural” e o êxodo de trabalhadores para as cidades conferiam, segundo o autor, uma dinâmica para o desenvolvimento industrial.

Até 1930, embora o mercado interno tivesse se expandido, não foi possível a formação de um “verdadeiro” proletariado, segundo Guerreiro Ramos (1957a). Pois, os operários urbanos não teriam atingido um nível de “consciência profissional” ou de classe e tampouco haviam formado-se grandes núcleos indústrias, prevalecendo relações de trabalho pré-capitalistas, informais e paternalistas. Apenas na publicação de *Mito e verdade na revolução brasileira* (1963), o autor faz menção elogiosa às greves e à contestação provocada pelos trabalhadores.

As revoltas e greves dos trabalhadores tiveram grande repercussão desde as primeiras décadas do século XX nos centros urbanos e industriais brasileiros, porém, não receberam atenção do sociólogo. Antes da obra citada, a qual reflete a conjuntura de radicalização política da sociedade brasileira e do autor, no momento que antecedeu o Golpe de 1964, ele fazia alusão à classe trabalhadora sob a ótica da legislação trabalhista outorgada por Getúlio Vargas, no limite, apontando a deficiências da mesma.

Guerreiro Ramos (1961) interpreta o Golpe civil que forjou o Estado Novo (1937-1945) como produto da conciliação advinda de uma insuficiente delimitação dos interesses do latifúndio e da indústria, em decorrência da composição de uma burguesia nacional híbrida. Para ele, o imperativo posto em marcha pelas “forças centrípetas”, aquele de reorientar os investimentos para a produção destinada ao consumo interno sem rupturas políticas, requeria uma reordenação político-estatal que não estava ao alcance da burguesia agrária e industrial. Justifica o Golpe através da necessidade de uma intervenção estatal capaz de eliminar os obstáculos da integração nacional via consolidação de um mercado interno; é visto de modo progressista em razão das medidas que viabilizaram o desenvolvimento industrial do país, como a regulamentação da força de trabalho (urbana).

Para ele:

“naqueles períodos [referindo-se à gestão de Getúlio Vargas], o Brasil passou por transformações sem dúvida marcadas de conteúdo progressista. Esboçou-se um aparelho administrativo de intervenção estatal na economia, implantou-se o sistema de mérito, introduziram-se técnicas de racionalização nos serviços federais, elaborou-se uma legislação trabalhista, foi posto em vigor o estatuto sindical, englobando patrões e trabalhadores [...]” (RAMOS, 1961, p.91).

Neste contexto da década de 1930-1940, o proletariado surgia como força política

e, segundo o sociólogo, compunha a base do partido político que ele militou na época e fez questão de destacar, o “Partido Trabalhista Brasileiro”. Um conjunto de medidas foi adotado pelo Estado para abrandar os conflitos de classe, para a desorganização dos trabalhadores, em alusão à estrutura sindical outorgada de cima para baixo, “propiciando a formação de uma burocracia parasitária, de que o peleguismo é a consequência mais notória” (RAMOS, 1957b, p.19). Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, sua reeleição em 1950, e também as eleições de 1955, que elegeram Juscelino Kubitschek – candidato que mais se aproximava do projeto político do autor –, o proletariado exerceu enfim sua força, demonstrando uma crescente politização. Sendo esta a trajetória política da classe apresentada pelo autor.

Dada a possibilidade de intervenção que creditava ao seu ideário nacionalista, Guerreiro Ramos (1960) atribui à classe trabalhadora o *status* de “o mais sólido suporte da luta pela emancipação nacional”, ao ser vista como portadora de uma consciência dos interesses nacionais. “Transformando diretamente pelo trabalho a realidade material do país, educa-se e habilita-se para oferecer os apoios de que carece o movimento emancipador brasileiro” (RAMOS, 1960, p.238). Isto é, ele tinha plena consciência da importância do trabalho para a ordem capitalista. Embora seja antípoda do capital e sua personificação histórica, estando à burguesia sem o apoio dos trabalhadores não havia suporte objetivo para a conquista de um capitalismo autônomo.

Para o autor, o sujeito histórico do desenvolvimento nacional e da nação é o povo, que transcende e incorpora a classe trabalhadora. Embora haja uma análise das classes sociais, ainda que incipiente na obra de Guerreiro Ramos, o sujeito histórico privilegiado em seu projeto de nação resulta não da contradição capital-trabalho, mas do dualismo, que ele concebe como primordial em seu momento histórico, cujo equacionamento tornava possível fundar uma nação. O povo era, para ele, uma novidade política no Brasil, que emerge após as transformações decorridas da implementação do Estado-nação por parte das velhas classes dirigentes (burguesia agro-mercantil), e das transformações históricas objetivas que sucederam e deram corpo ao processo de industrialização. Ele teria surgido tardiamente na história do Brasil como sujeito político, somente após 1930.

Reportando-se a autores alemães, Hans Freyer, Lorenz Von Stein e Heinrich Von Treitschke e, implicitamente, Friedrich List, Guerreiro Ramos (1957b) destaca a independência política e o surgimento do Estado-nacional brasileiro como condições para o desenvolvimento nacional, e a necessidade política da ideologia nacional para a construção da

nação<sup>50</sup>. Até então (1822-1930), o povo exercia um papel político exclusivo de “sujeito do acontecer histórico”, pois, as “camadas populares” tinham “um papel subsidiário, a despeito de um ou outro episódio isolado em que extraordinariamente se manifestaram de modo mais ativo” (RAMOS, 1960, p.239). Nestas condições, no Brasil, o povo irrompe como ator histórico recente, seu aparecimento, embora tardio, estabelece uma nova correlação de forças nas relações do Estado com a sociedade, impondo uma “imperiosa redefinição do poder nacional”.

O poder nacional é conceituado por Guerreiro Ramos a partir da noção de Mannheim de “corpo político”, é “o conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país; de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômico-social, o poder militar e as funções administrativas” (RAMOS, 1957b, p.11). O pressuposto desta noção, para ele, é oferecido por Max Weber e seu conceito de poder, segundo o qual a posse de uma “aptidão coercitiva” num contexto determinado assegura a imposição de uma vontade ou de um sentido para a ação coletiva.

Na fase capitalista, afirma Guerreiro Ramos (1960), o alicerce dos povos é a divisão do trabalho acentuada, que cria uma interdependência econômica, caracterizada pela constituição de um mercado interno, o qual supõe a remuneração dos fatores de produção. Somente a partir deste suporte material engendra-se uma mesma tradição popular, da qual pode suceder uma “consciência coletiva de ideais e fins”. O autor adjudica uma incipiente, porém significativa, consciência ao povo, fazendo dele um novo ator político, em conformidade com as transformações que ocorriam na sociedade brasileira.

Hoje, porém, o povo começa a ser um ente político, maduro, portador de vontade e discernimento próprios. O povo está substituindo, dessa maneira, aqueles grupos e classes no papel de principal ator do processo político. É o que demonstra, desde as eleições gerais de 1950, a crescente perda de eficácia dos expedientes caudilhescos, oligárquicos e clientelísticos da nossa vida partidária (RAMOS, 1960, p.229).

O sociólogo entende o povo pela vinculação material<sup>51</sup> entre diferentes núcleos

---

<sup>50</sup> Cf. Hobsbawm, 2002; Souza, 2009.

<sup>51</sup> Bariani (2008, p.170) chama atenção para o economicismo subjacente amiúde nas análises de Guerreiro Ramos, o qual articula sem as devidas mediações a influência econômica na totalidade social, incorrendo em certos exageros e também imprecisões conceituais, como a de não definir com rigor e relacionar de modo adequado a estrutura com a superestrutura da sociedade. Esta seria uma marca da cultura sociológica de seu tempo, impregnado por um “marxismo vulgar”.



populacionais, uma realidade que transcende e engloba todas as classes sociais, embora fosse constituído, sobretudo, pelos trabalhadores. Esse conceito parece coadunar os grupos, classes e frações de classe para os quais o nacionalismo fosse interessante, visto que, na visão de Guerreiro Ramos (1960), podia formar uma aliança para o desenvolvimento nacional e combater politicamente as forças conservadoras do atraso. Nesse sentido, o povo englobava trabalhadores, burguesia industrial, setores da classe média, estudantes etc.

Mediante o fato de que “a revolução brasileira não tem protagonistas conscientes” (RAMOS, 1960, p. 245), do interior do povo organizar-se-ia uma vanguarda, entendida como uma *intelligentsia* permeada pelos valores nacionalistas, a qual devia alçar-se a posição de dirigente direta do processo nacional ao lado da burguesia industrial. O povo, dessa vez indiretamente, também participaria deste processo político na condição de seu sustentáculo. Poisurgia, para o autor, a necessidade de aperfeiçoar e difundir uma “consciência coletiva de ideais e fins” fundada no nacionalismo brasileiro, esforço este condizente com a busca de uma cultura autêntica.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos acreditava que, após 1950, o Brasil teria atingido condições objetivas para se tornar uma nação autônoma e todo esforço para concretizá-la passaria pela assunção do nacionalismo, que, *grosso modo*, pode ser entendido como a ideologia nacional-desenvolvimentista, na esfera cultural, econômica, política e, principalmente, na consciência popular. “O Brasil é um país maduro para fazer sua revolução nacional moderna. Tem todas as condições objetivas para tanto” (RAMOS, 1961, p.16).

Faltavam, porém, condições subjetivas, como o amparo de uma cultura política adequada à situação nacional e uma vanguarda que se fizesse classe dirigente. Daí o autor remeter à necessidade de uma ideologia orgânica da sociedade brasileira, induzida das suas particularidades. Na ausência de uma burguesia ciente de seus papéis históricos, a vanguarda do povo seria constituída a partir de uma *intelligentsia*, cuja assunção do nacionalismo, seus valores e ideais, era um princípio ético *sine qua non* para a fundação de uma nação autônoma.

Assim compreendido, na perspectiva de Guerreiro Ramos, o grande dilema de seu tempo era o fato de que coexistiam no país “duas sociedades: uma velha, com todos os seus compromissos com o passado; outra nova, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda” (RAMOS, 1956, p.21). Estas relações, que se refletiam nas disparidades regionais do país e impediam o desenvolvimento nacional, eram protagonizadas pelos interesses conflituosos entre industrialização e a condição colonial do Brasil, representada pelo capital agro-mercantil. O desenvolvimento nacional além de contar com a força política do povo e sua *intelligentsia*, devia ter o amparo das instituições

burocráticas do Estado via planejamento e da burguesia nacional, que não assumia seus papéis políticos de classe dirigente.

Por sua vez, a burguesia agrário-mercantil defendia um projeto de nação fundado na monocultura e no fornecimento de matérias primas para o mercado mundial, o que representava a condição estrutural de colônia do país, mesmo após sua independência política. Ambos os pólos representavam projetos de nação distintos para o Brasil, sintetizados por Guerreiro Ramos como valores e atributos emblemáticos e em conflito na totalidade social: nação x antinação e consciência crítica x consciência ingênua. A convivência do atraso com o moderno, de relações sociais de produção distintas no âmbito interno, demandava equacionamento na perspectiva de um capitalismo de Estado com industrialização maciça e independente.

De acordo com Guerreiro Ramos (1961), o país desenvolvia-se consoante à época liberal e sob iniciativa de particulares, enquanto nas relações externas estabelecidas com as economias cêntricas vingava uma forma de capitalismo de Estado, no qual o mercado mundial havia se tornado monopolista. Era preciso superar o dualismo, entendido como estágios diferenciados de evolução no âmbito interno e externo das relações econômicas do país, agravado pelas disparidades regionais. O Brasil estaria farto de recursos para desenvolver-se de modo independente (“capacidade ociosa”), entretanto, eles eram mal distribuídos, precisavam de planejamento conforme critérios públicos com respaldo de uma política adequada a tais interesses. Os problemas do desenvolvimento eram essencialmente políticos e à ciência social competia à educação política da nação nesse sentido.

Rago (1992) aponta a solução politicista ao problema do desenvolvimento em Guerreiro Ramos, ou seja, a dissociação da instituição política de seu entrelaçamento com a economia e a totalidade social, que sintetiza a existência social pelo fenômeno político. “É flagrante a limitação do autor no que concerne a uma possível reforma do Estado, na medida em que não projeta uma solução orgânica para a sociedade brasileira e tem no politicismo o seu padrão político” (RAGO, 1992, p.151).

A assunção do nacionalismo, para Guerreiro Ramos (1960), era a única possibilidade naquele momento que se colocava mediatamente para os povos colonizados atingirem o estatuto de universalidade alcançado pelos países cêntricos, cujo desenvolvimento industrial decorreu, até certa medida, da espoliação de suas colônias, os chamados “povos-proletários”. Para eles, o nacionalismo era “circunstancial<sup>52</sup>” e representaria uma “ciência do

---

<sup>52</sup>Posteriormente o autor refere-se a esta questão nos seguintes termos: “Meu nacionalismo é muito irônico. Em um dos meus estudos eu divido os tipos de nacionalismo. Acho que está em *O problema nacional do Brasil*:

ponto de vista dos povos proletários”, dotada do “máximo de consciência possível” em meio às condições históricas de sua época. Assim, para atingir a universalidade imposta pela fase capitalista, o país tinha necessariamente que assumir e reconhecer suas particularidades. O nacionalismo como ideologia do povo conduziria o desenvolvimento nacional tanto no plano do apoio político popular, como também no plano executivo das políticas necessárias.

De acordo com Rago (1992), o nacionalismo de Guerreiro Ramos tinha como justificativa conferir uma racionalidade econômica de cunho funcional ao processo político e social do desenvolvimento. A industrialização com a distribuição de seus benefícios sociais dependeria da intervenção do Estado via planejamento para a consecução de metas concretas de bem-estar, elaboradas à luz de uma teoria político-social. Demandava a elaboração de uma ideologia orgânica nacionalista e desenvolvimentista, correspondente à fase histórica da década de 1950. Pois, essa ideologia facultaria a tomada do poder político pela burguesia nacional mediada pela “vanguarda popular” e a consequente reformulação das instituições políticas, que exerceriam seu papel conferindo maior representatividade aos interesses do povo. Por fim, com um planejamento lastreado na indução das particularidades da realidade nacional.

Mesmo após sua saída do ISEB<sup>53</sup>, Guerreiro Ramos (1960) manteve-se fiel ao seu diagnóstico que apontava para a possibilidade de um capitalismo autônomo, a despeito das debilidades dos grupos políticos e da singularidade da burguesia industrial nacional, minimizando seu jargão fenomenológico e existencialista, ainda assim, atribuindo grandes responsabilidades aos intelectuais e políticos da nação. A aliança entre burguesia e proletariado, que se descortinou das eleições presidenciais de 1955, após a saída dele do ISEB é minimizada em seus textos. A crítica à política de desenvolvimento adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek, sua filiação partidária ao PTB, bem como a radicalização da sociedade brasileira nesse período, levaram nosso autor a aproximar seu discurso da fração proletária do povo brasileiro e denunciar os falsos nacionalismos, entreguistas.

Guerreiro Ramos (1961) tece críticas ao nacional-desenvolvimentismo, do qual

---

“Princípios do povo brasileiro”. Se você ler aquilo com cuidado, verá que eu digo que há um nacionalismo que eu chamo de circunstancial, que é o meu. Eu digo que a nação é uma coisa provisória, que desaparece [...] Eu nunca me senti nacionalista. Eu sou oportunista no sentido de que não estou em nada [...] Eu sou eu, tenho um destino pessoal. Sou oportunista, mas não no sentido mesquinho da palavra. Quer dizer, aquilo era uma tarefa, tinha que ser nacionalista, era a coisa mais viável naquele momento, mais positiva. Agora, para os outros não, era um negócio absoluto, a nação é uma categoria... A nação nunca foi para mim uma categoria, ela é existencial” (RAMOS, 1995, p.157).

<sup>53</sup> A saída de Guerreiro Ramos do ISEB, do qual era um dos fundadores e chefe do Departamento de Sociologia, ocorreu em dezembro 1958 por conta de divergências políticas com Hélio Jaguaribe, conforme Rago (1992). A defesa do uso de capitais estrangeiros na economia brasileira por Jaguaribe em seu livro **O nacionalismo na atualidade brasileira** teria sido o motivo da divergência.

ele também era caudatário. Menciona que o ISEB estaria defendendo um nacionalismo abstrato, acadêmico e indiferente à regimentação e organização do povo brasileiro sob diretrizes políticas práticas. O ISEB havia se tornado uma agência doutrinária, segundo Guerreiro Ramos, ao apoiar a candidatura nas eleições de 1960 do pseudo-nacionalista Marechal Teixeira Lott. Transformando-se em aparelho burocrático oficial do Estado, que pretendeu lograr sua direção a Cândido Antônio Mendes de Almeida, homem de confiança do capital estrangeiro (revendedor da Shell e advogado da Light). Sob um ponto de vista nacional abstrato, a instituição havia se convertido ao entreguismo da nação ao capital estrangeiro.

Conforme o sociólogo, referindo-se ao governo de Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento tinha de promover a ascensão do consumo das massas e fortalecer o mercado interno, mas, o aumento inflacionário impediu o fortalecimento do consumo popular. Para ele, o projeto nacionalista devia corresponder aos anseios do povo, “como projeto de elevar os níveis de existência das massas pelo incremento das taxas de produtividade do trabalho e pelo desenvolvimento independente da economia nacional” (RAMOS, 1961, p.119). O desenvolvimento só teria razão de ser se estivesse referido ao povo e fosse promovido mediante uma teoria global e um método capaz de considerar as particularidades nacionais.

A visão faseológica de Guerreiro Ramos (1965) fazia-o acreditar que a irrupção da fase capitalista industrial sanaria todos os problemas característicos das economias subdesenvolvidas como a questão educacional, a mortalidade infantil, a saúde da população etc. Os problemas do Brasil só poderiam ser resolvidos mediante a industrialização, a qual ele identifica ao desenvolvimento, à transformação das estruturas regionais através de um efetivo ponto de vista nacional.

Guerreiro Ramos (1957c) concebeu o desenvolvimento nacional, acima de tudo, como um projeto, questão de segurança nacional, de discernimento político e militar de objetivos nacionais e antinacionais no processo de industrialização no Brasil. Pois, o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro encontrava obstáculos e resistência junto aos setores arcaicos, que faziam defesa de interesses entreguistas dos recursos nacionais e da vocação agrícola do país. O atendimento das demandas do mercado interno devia ter respaldo político necessário para se fundamentar no princípio de acumulação interna de capitais. Era preciso desenvolver o mercado interno fazendo uso da capacidade econômica ociosa do país, e orientado por políticas de desenvolvimento independente.

O desenvolvimento abrangia, pois, um conjunto de procedimentos técnicos,

institucionais, econômicos e, sobretudo, políticos. Era entendido e viabilizado pela aplicação “racional” do excedente econômico do ponto de vista da melhoria de condições de existência do povo e implicava na incrementação qualitativa de consumo de bens e serviços, proporcionando, ao conjunto da população, a melhoria da qualidade de vida. Pressupunha o aumento da taxa de produtividade do trabalho, medida pela distribuição da mão de obra no setor primário (agricultura) e seu trânsito para os setores secundário (indústria) e terciário (serviços) da economia.

O sociólogo preocupou-se em elaborar uma “programação dinâmica” do desenvolvimento nacional. O adjetivo dinâmico sustentava-se no método elaborado para a sociologia nacional, a redução sociológica. Tratava-se de uma programação econômica reflexiva, comprometida e atenta aos seus objetivos. Ela devia conter premissas políticas e ideológicas de autodeterminação do país mediante a consideração das especificidades nacionais; devia estar voltada e lastreada na promoção da soberania nacional. A sociologia proposta pelo autor transparece de fundo nas suas formulações como meio de organização política e social da capacidade humana. A partir dos pressupostos subjacentes à sociologia nacional decorre o conjunto de medidas propostas por Guerreiro Ramos (1960) para o desenvolvimento. Uma delas se destaca por anteceder e estar contida nas demais, é proposição do desenvolvimento em termos políticos, mediante a constatação de ampla “capacidade ociosa” do Brasil.

O desenvolvimento econômico é atualmente problema político. Sua promoção é ato político. Depende da racionalidade da decisão política, do encaminhamento, deliberado politicamente dos fatores disponíveis de produção. A tônica do problema se deslocou do aspecto propriamente econômico para o político [...] (RAMOS, 1960, p.181).

Ao pressupor a elevação do grau de consciência por parte das massas em relação aos seus direitos e a transformação da teoria social de seu tempo em força operacional, engajada e militante, como propunha ser a sociologia nacional. Ele atribui importância decisiva ao “comando teoricamente fundado”, a ser exercido pela vanguarda munida de uma teoria global e da força política dos destinatários dessa teoria, ou seja, o povo.

Nesses termos, as preocupações do autor com o desenvolvimento perpassam, sobretudo, a arena política institucional, carente de ser atualizada para o novo momento histórico e as demandas cruciais impostas pela transformação da sociedade brasileira. Ele diagnostica a existência de tipos de política que não estariam mais contemplando o

desenvolvimento brasileiro, não obstante representassem uma evolução de tipos políticos arcaicos, como a política de clã e a política de oligarquia, remanescentes nas regiões mais atrasadas do país, sob a forma de “contemporaneidade do não coetâneo”.

Segundo Guerreiro Ramos (1961), a “política populista” representou o avanço do processo econômico-social em que a industrialização ganhou força e caracterizava-se como ideologia pequeno-burguesa, a qual polarizou os trabalhadores, no período inicial da industrialização, impedindo que pudessem elaborar uma luta política própria. Também para isso concorreu a condição de muitos trabalhadores de recém-egressos do mundo rural, a falta de consciência de seus direitos e de treino partidário. Tais limitações impediram que os trabalhadores exercessem “influência pedagógica” sobre seus representantes.

Dos anos de 1950 aos dias em que escreveu, Guerreiro Ramos (1961) identifica um novo tipo de política exercida por “grupos de pressão”, a qual supunha uma complexificação da estrutura econômica e social, como a existência de opinião pública, “camadas sociais” organizadas politicamente, que impõem suas demandas ao Estado. Os grupos de pressão atuam junto aos três poderes arregimentando interesses de diversos círculos em prol de deliberações políticas para benefícios próprios. Esse tipo de política reconhece o fundamento público do poder estatal e seria intrínseco ao regime democrático. Contudo, devia ser submetido a controle pelo caráter lícito ou ilícito de suas pretensões, cujo parâmetro devia ser o nacionalismo voltado para a autodeterminação nacional. Sob esse valor e critério fundamental, ele acreditava oferecer a medida do controle desses grupos.

O sociólogo argumenta como sendo o marco histórico da crise da estrutura partidária no Brasil as eleições políticas de 1960, que elegeram Jânio Quadros. A crise das instituições políticas é apresentada, por ele, em termos de ausência de representatividade da base social pelos partidos políticos e indiferenciação ideológica dos mesmos. A expressiva vitória de Jânio Quadros conferiu-lhe margens para a tomada de decisões políticas próprias, sem os respectivos dividendos partidários, exercendo uma dominação individual suprapartidária, em contato direto ao apoio popular, situação que Guerreiro Ramos denomina de bonapartismo (expressão tomada de Robert Michels). Essa possibilidade teria sido criada pela desorganização das instituições políticas brasileiras.

A crise dos partidos em nossos dias resulta de que ainda continuam em grande escala viciados pelas superadas práticas oligárquicas e populistas, sem se darem conta da mudança qualitativa ocorrida nos últimos anos na psicologia coletiva do eleitorado. Este orienta-se cada vez mais por critérios ideológicos (RAMOS, 1961, p.60).

A crise política brasileira viabilizaria o desenvolvimento nacional, em virtude do amadurecimento político do povo. Ela poderia ser conjurada pela ação das instituições políticas e das organizações partidárias através de critérios de representação ideológica das “camadas sociais”. De acordo com o sociólogo em tela, a “política ideológica” demanda justificativa de interesses e pleitos consoante as pretensões dos diferentes grupos sociais. Com ela, os diferentes partidos políticos estariam obrigados a expor nitidamente seus projetos políticos, justificar seus interesses e ideários como pertencentes a determinado segmento social.

Guerreiro Ramos (1961), defende também a substituição da “política de elites”, a qual ocorre quando os partidos exercem função de promover “circulação de elites”. É uma concepção aristocrática de poder, que prevaleceu no Brasil até 1930 e foi associada, em seguida, a critérios personalísticos. Ele propõe, em contrapartida, a “política de quadros”, a qual impõe a formação democrática de indivíduos para servir aos interesses de quem eles representam e sob crítica deles. Essa forma política diz respeito à coletividade partidária, na qual os indivíduos destacam-se por critérios de competência e são formados de acordo com a ideologia de seu partido.

Tratava-se de institucionalizar a política de quadros, próprias do PCB e do integralismo (este em que, na sua juventude, Guerreiro Ramos fora militante), por meio da seleção interna dos partidos em vista da organização partidária através da consistência ideológica ou programática e organizacional. O busílis é que “[...] o partido de quadros é indicado para nuclear a ação de categorias sociais arrimadas por um intento reformista ou revolucionário, e, portanto, em dissídio com os beneficiários da ordem estabelecida” (RAMOS, 1961, p.85). Reivindicava-se coerência e clareza entre partido o político, sua ideologia, seus quadros e sua base social com propósitos de politizar a política institucional brasileira.

Com este tipo de organização político-institucional, o sociólogo acreditava ser possível alavancar o desenvolvimento nacional, na medida em que o povo tinha atingido sua maioria política e teria seus interesses representados pela sua vanguarda. Os diagnósticos do autor apontavam como a maior debilidade nacional a ausência de condições “subjetivas”, isto é, de uma burguesia industrial que efetivasse sua revolução como classe dirigente. Na ausência dessas condições, ele passou a adjudicar às frações médias e populares, que compunham o povo brasileiro, a tarefa de pressionar seus representantes políticos para promover reformas que se sintonizassem às demandas populares no contexto do desenvolvimento nacional.

Em seu pleito, Guerreiro Ramos (1961, 1963) almejou um caminho independente para suas ideias, criticou o marxismo-leninismo, as tendências políticas religiosas e conservadoras, e do ISEB, instituição que o abrigara. As críticas diziam respeito ao seu interesse pela questão nacional, tal como compreendia. Reclamou dos intelectuais uma práxis condizente aos propósitos de autodeterminação da sociedade brasileira. Dizia ele: “[...] num país como o Brasil, o intelectual que vive profundamente a ética da inteligência reconhecerá que o seu magistério terá de ser deliberadamente, intencionalmente político. Não é inteligente ser de outra maneira” (RAMOS, 1961, p.190)

A seguir, apresentamos a solução oferecida por Guerreiro Ramos para o metiê sociológico enquanto práxis sociológica.

## **6. Sociologia nacional e práxis sociológica**

Para justificar seu diagnóstico de tempo, a sociologia nacional de Guerreiro Ramos inspira-se e filia-se à filosofia. Nomes como os de Georg Lukács, Edmund Husserl, Jean Paul Sartre, Martin Heidegger e uma gama de outros autores, da economia política, do socialismo francês, do pensamento alemão citados. Além disso, ele conta a história do pensamento sociológico, sob a ótica da deformação de seu engajamento por parte de Auguste Comte, que expulsou a metafísica do conhecimento social, propôs uma “epistemologia” naturalista e empirista sob um barbarismo morfológico chamado sociologia; como se sabe, sociologia é um vocábulo composto da palavra latina *societas* (sociedade) e da palavra grega *logos* (estudo, ciência).

Ante o “pai” da sociologia, que estabeleceu a função originária da disciplina “científica”, Guerreiro Ramos foge à leitura epistemologizante de Auguste Comte e denuncia o fantasma político do autor, presente na teoria social de certa sociologia europeia-francesa e norte-americana de Chicago. Transplantadas para o Brasil, resultariam, para ele, de um adestramento para o conformismo em relação ao *status quo*. Questiona a divisão em especialidades do saber das ciências sociais sob disciplinas científicas especializadas como sendo uma fase histórica contra-revolucionária da burguesia.

Guerreiro Ramos pretendia reduzir, ou exercer a redução sociológica, ao lidar com aqueles autores estrangeiros citados anteriormente. Ele dispôs a filosofia e o pensamento estrangeiro aos intentos da sociologia nacional de produzir diagnósticos, pontuais e abrangentes, para dar cabo a práticas “multi-variacionais” engajadas à finalidade do desenvolvimento nacional autônomo. Para isso, conforme visto, a ideologia nacional, fundada



na particularidade histórica do Brasil, devia ser disseminada e mobilizar o povo, seu destinatário histórico a fim de constituir uma vanguarda política para conquistar a direção da sociedade, em detrimento da burguesia agro-mercantil e seus interesses representantes do passado colonial. A ideologia nacional voltava-se para libertar a economia brasileira do imperialismo, da condição colonial expressa pelo capital agro-mercantil, representando o *front* de batalha cultural e político.

Guerreiro Ramos, ao denunciar os pressupostos elididos na atitude da “sociologia acadêmica” ou “sociologia consular” diante dos problemas históricos do país, propunha, acima de tudo, que a ruptura com a condição colonial, no âmbito das lucubrações sociológicas, dar-se-ia pelo comprometimento com a sociedade brasileira, com a assunção da ideologia do desenvolvimento nacional, para que o Brasil se emancipasse de determinações alheias e conquistasse sua efetiva soberania. Pois, o desenvolvimento nacional independente demandava engajamento histórico da sociologia, conquista do apoio político do povo, bem como teorias e soluções que fossem “induzidas” da realidade brasileira e não importadas de outros contextos. Apesar de se constituir como “atitude de espírito”, a redução sociológica, método da sociologia nacional, voltava-se essencialmente para o desenvolvimento nacional enquanto atitude e justificativa da sociologia nacional de Guerreiro Ramos.

A filiação da sociologia nacional à filosofia e à teoria social, sendo a que antecede Auguste Comte, é reveladora da atitude anti-positivista do sociólogo, não obstante seu apego aos fatos, que, para ele, sempre deviam ser induzidos de uma realidade social em estudo. O positivismo distingue a sociologia como ciência, atribuindo-lhe um *status* epistemológico equiparado ao das *Science*, exclui a filosofia e reduz o sujeito histórico a mero sujeito do conhecimento dotado de “imaculada percepção” na captura da empiria. Ciente dessas questões, Guerreiro Ramos (1965), no texto *A situação atual da sociologia*, escrito em 1958, propõe uma outra história do “pensamento sociológico”, para a qual a sociologia esvazou as aspirações mais legítimas de uma práxis sociológica através de Auguste Comte.

Ele parte do pressuposto da determinação histórica das ciências para criticar a especialização em disciplinas acadêmicas das ciências sociais, inspirado em Lukács (2003), dentre outros. Reclama, pois, a necessidade de ser revista a especialização das ciências sociais a luz de uma totalidade de sentido correspondente às novas questões e demandas de seu tempo (década de 1950). Em parte, a sociologia nacional era um esforço revisionista da crise do esquema clássico da ciência social acadêmica e positivista, porquanto adote uma perspectiva pós-colonial, isto é, uma postura teórica que busca demonstrar as fissuras e contradições do sistema colonial:

[...] Decorre a referida crise da formação de recentes quadros nos países subdesenvolvidos, dotados de uma consciência crítica que os habilita a tirar partido dos novos horizontes que lhes dá sua condição, rica em virtualidades. Ao assumirem o ponto de vista dessas virtualidades aqueles quadros percebem o papel criador que hoje lhes cabe na revisão do patrimônio científico da humanidade (RAMOS, 1965, p.178).

Não obstante o autor conclame o revisionismo da organização em disciplinas científicas isoladas em que se configuram as ciências sociais, o interesse de fundo de sua proposta é validar a sociologia nacional aproximando-a da teoria social anterior a Auguste Comte, a fim de que a presença marcante da filosofia pudesse lastrear uma práxis sociológica. Assim procedendo, ele recupera outra história da sociologia, contrariando os compêndios da disciplina de sua época, os quais eram duramente criticados por ele, para dar lugar à sociologia nacional<sup>54</sup>.

O procedimento adotado para conferir legitimidade às teorias que precedem Auguste Comte é a relativização do conceito de sociologia, afirmando que o “pensar sociológico” sempre existiu em todas as culturas. Para ele, “o momento sociológico é eminentemente este, em que o social, tornando-se problemático, aflora a esfera da consciência humana” (RAMOS, 1965, p.179). A crise social é, assim, a propulsora do pensar sociológico. Conquanto, nosso autor reconhece que apenas na Europa, com o advento da burguesia, esse conhecimento pode atingir consciência sistemática da sociedade e alçar independência de outros saberes.

Conforme Guerreiro Ramos (1965), a emergência da sociedade de classes possibilitou que o objeto da disciplina obtivesse concretude histórica. No contexto revolucionário da burguesia, o pensar sociológico associou-se a outros pontos de vista, como a economia, a política, a história, a psicologia, os quais foram sucessivamente especializando-

---

<sup>54</sup> A esta se imporia elaborar um “*Tratado Brasileiro de Sociologia*, dotado de alto teor de funcionalidade e estritamente ajustado à nossa realidade. Deveria traduzir um esforço de conceituação de matérias dentre as quais estariam às seguintes, que passam a ser mencionadas sem preocupação sistemática: desenvolvimento, industrialização, mudança social, estrutura social, conjuntura, sistema social, distrofia, processo em geral, processo cultural, processo social, processo civilizatório, institucionalização, estilização, valor modelo, fundação, instituição, evolução, revolução, totalidade, transplantação, região, dualidade, heteronomia, historicidade, temporalidade, tempo social e suas modalidades, ideologia, massificação, consciência ingênua, período crítico, período orgânico, estruturação, desestruturação, reestruturação, fase, época, geração, *principia media*, antagonismos sociais, realidade social, realidade nacional, prática social, alienação, país, povo, nação, colônia, centro, periferia, personalização histórica, efeito de prestígio, efeito de dominação, efeito de demonstração, classe social, quadro, elite, memória social, imitação e suas leis, *nomos*, eunomia, anomia, redução, etnocentrismo, situação, situação colonial, urbanização, elevação, complexo rural, divisão social do trabalho, oligarquia, clã, clientela, coronelismo, consciência nacional, amorfismo, vigência social, poder, princípio de limites e possibilidades, reflexo, quadros sociais da população. Esse *Tratado* seria diferente do *Tratado* norte-americano, do francês, do inglês, do alemão, embora baseado nos princípios gerais do raciocínio sociológico, validos internacionalmente (RAMOS, 1965, p.90-91).

se. Sob os auspícios da filosofia iluminista e das tendências objetivas do processo social, esse momento foi marcado por pensadores diversos entre si, os quais tinham em comum a avidez por uma teoria social global, uma prática social calcada na razão enquanto meio e finalidade críticos das instituições sociais do *ancien régime*, de acordo com as aspirações das classes sociais estabelecidas pelas novas relações de produção capitalistas. As diferentes doutrinas elaboradas pelos filósofos sociais iluministas, economistas clássicos, materialistas franceses, enciclopedistas, a filosofia clássica alemã e a esquerda hegeliana implicaram na práxis como o fundamento da elaboração teórica.

No entanto, argumenta Guerreiro Ramos (1965), a Revolução Francesa (1789) e os movimentos subversivos que a sucederam, por parte do proletariado e dos setores médios (queda de Carlos X, 1830; queda de Luís Felipe, 1871; Comuna de Paris, 1871) tiveram, em contrapartida, um afluxo político restaurador promovido pela aristocracia (queda de Napoleão, 1815; Congresso de Viena, Santa Aliança etc). O movimento político contra-revolucionário refletiu efeitos ideológicos em teorias elaboradas por Joseph de Maistre, De Bonald, os quais influenciaram Auguste Comte, que, em nome da sociologia, rompeu com a teoria social precedente.

Reportando-se a Marcuse (1969), Guerreiro Ramos reconhece o caráter positivista dos “filósofos” franceses do século XVIII, porém, admitindo tratar-se de um positivismo “militante e revolucionário”, em virtude de seu ataque à metafísica e à religião, pilares do *ancien régime*. A sociologia criada por Auguste Comte afastou-se dos esforços precedentes para estabelecer uma práxis ao conhecimento social:

A teoria social do século XVIII exprimia um ponto de vista dinâmico, o da burguesia em ascensão. Comte é, porém, o sociólogo de uma burguesia recém-instalada no poder e esta interessado em deter as tendências revolucionárias, estas agora corporificadas nas reivindicações de uma nova classe social, o proletariado. Seu ponto de vista eminentemente estático e conservador lhe impedia de ver a *sociedade em ato ou em processo de produção*, cujo sujeito era o proletariado. A ordem social é sempre relativa e a ocultação de sua precariedade histórica só interessa à classe eventualmente dominante. A idealização da ordem e do consenso coletivo tal como faz Auguste Comte em sua época o desvinculava da prática social [...] (RAMOS, 1965, p.194).

De outro prisma analítico, Bruni (1989) esclarece o discurso ideológico positivista de Auguste Comte, fundador da sociologia, valendo-se de uma leitura crítica, na qual o sistema positivista de Auguste Comte é analisado da política à ciência: de trás para frente ao

modo convencional. A partir de um diagnóstico de juventude elaborado em 1851 pelo francês acerca da sociedade européia de seu tempo, as categorias “crise” e “ordem” comandaram suas análises. Valendo-se de uma política orientada para o senso comum, Comte elaborou a ideologia de consolidação do poder burguês na sociedade capitalista revolucionária, coroando a sociologia uma função política, conferindo-lhe o discurso da competência científica que legitima abertamente a violência e hierarquia da sociedade burguesa, fundando o moderno autoritarismo.

Segundo Bruni (1989), ao proclamar a ciência como o instrumento de apreensão da ordem universal das coisas e almejar estender seu método ao estudo da sociedade, sem tomar a própria ciência como objeto de observação e análise, o pai da sociologia, Auguste Comte, conferiu poder à ciência, à sociologia e ao discurso em nome delas. Estabeleceu, assim, a função originária da sociologia, que consiste em “determinar justamente a natureza e as leis da ordem social tida como “base” da sociedade e das condições positivas de superação da crise por que passa” (BRUNI, 1989, p.17).

Há uma questão secundária a esta dissertação, porém digna de nota. Será que as visões epistemologizantes de Comte, como a tradição positivista-funcionalista, inicialmente seguida por Florestan Fernandes, que tende a abstrair unicamente a concepção científica do autor, seja em termos de uma teoria da investigação sociológica afoita por estatuir a sociologia como *Science*, não resguardariam implicitamente o fantasma político do autor, uma vez que a questão do saber científico remete à questão do poder político, e *vice-versa* na sua obra?

De acordo com Guerreiro Ramos, em suma, o projeto de Auguste Comte para a sociologia é uma aberração do pensamento que o precede e “seu êxito universitário se explica fundamentalmente em virtude de seu sentido mais conservador do que revolucionário”. A sociologia nacional, por sua vez, inseriu-se nas tendências pós-colonialistas da teoria social. “Para sua elaboração contribuem em grande parte, correntes de pensamentos oriundas do século passado [XIX], a dialética, a sociologia do conhecimento, o historicismo e o culturalismo” (RAMOS, 1965, p. 199). Com base nessas tendências teóricas, ecleticamente reunidas, o sociólogo coroa seu esforço, iniciado em 1953, de criar um método, filosoficamente ancorado, para a sociologia nacional.

Naquele ano de 1953, antes de sua querela com os representantes da “sociologia consular”, Guerreiro Ramos (1957a) alertava em publicação na *Revista Marco*, intitulada *Crítica e autocrítica*, para os empecilhos ao exercício da crítica no Brasil. Obstáculos que diziam respeito à situação colonial, a constatação de que a crítica obedecia a critérios de

julgamto importados, produzidos noutros contextos, inaptos a apropriarem-se da realidade nacional e regional, sacudidas através de transformações dinâmicas objetivas. A nova fase histórica, sinalizada pelo advento das “forças centrípetas” da economia brasileira, oferecia, conforme o autor, possibilidades de superação da tendência resignada dos intelectuais, fornecendo suporte objetivo para que os sociólogos reinventassem seu trabalho em vista da autonomia econômica e cultural do país por meio de um empreendimento coletivo.

Esboça-se em 1953 a pretensão de Guerreiro Ramos de elaborar uma sociologia nacional, cujo método devia ser suscetível de integrar o significado das produções intelectuais estrangeiras à realidade local e suas particularidades, rever o conteúdo da ciência social estrangeira e nacional em função dessas questões, as quais provocavam a reflexão acerca do significado histórico do presente: o processo em marcha de revolução burguesa e o futuro que se almejava conquistar para a sociedade brasileira.

Guerreiro Ramos (1954c) diagnostica a existência de uma lógica colonial, conseqüente à situação colonial, que presidia a recepção acomodativa de ideias estrangeiras no Brasil, a qual impede a identificação do “sociólogo indígena” com seu contexto imediato. O exercício da sociologia, por conseguinte, seria menos voltado para a compreensão da sociedade brasileira do que para reiterar fórmulas pré-fabricadas em um exercício quietista e dedutivo. Esta lógica condicionadora do pensamento sociológico no Brasil, patenteava-se da seguinte maneira, através de:

1) “simetrismo e sincretismo”: presente nos compêndios de sociologia, cujas páginas avançavam conforme a sucessão de teorias em vigor na Europa e nos EUA, caracterizando o “hipercorretismo”, a adoção literal e passiva da sociologia estrangeira pela cultura nacional, sem reservas críticas.

2) “dogmatismo”: ajustamento à produção estrangeira via argumentação justificada com base na autoridade de nomes, do poder de quem enuncia.

3) “dedutivismo”: abstração das particularidades histórico-nacionais por meio da crença na validade intrínseca das teorias estrangeiras, e na atitude de tomá-las, de maneira inquestionável, como ponto de partida para a explicação do país.

4) “alienação”: conformação com o *status quo*, ausência de compromisso da sociologia com a sociedade brasileira, em vista da autodeterminação de suas estruturas nacionais e regionais.

5) “inautenticidade”: resultado das tendências apontadas pelo autor.

O livro, *A Redução sociológica*, publicada inicialmente em 1958, culminaria o

esforço de oferecer um método para a sociologia nacional<sup>55</sup>. A redução suscita o esclarecimento dos pressupostos históricos e das marcas ideológicas do trabalho científico estrangeiro na construção da nação, porquanto esta resultaria de um processo histórico inerente a uma realidade particular.

No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade nacional. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades (RAMOS, 1965, p.81-82).

Destina-se, assim, a assimilar criticamente teorias e soluções estrangeiras, impor-lhes critérios de seletividade para clarificar as ligações delas com seu contexto de elaboração, as determinações das quais resultavam, pois:

[...] Funda-se numa atitude metódica interessada em descobrir as implicações referenciais, de natureza histórico-social, de toda sorte de produção ao contexto em que se verifica, para apreender exhaustivamente o seu significado (RAMOS, 1965, p.105).

Os pressupostos da redução sociológica condizem com a sociologia da sociologia proposta pelo autor para retificar a “sociologia consular”. O problema das mediações entre singularidade, particularidade e universalidade, propostas pelo materialismo filosófico de Lukács, é resolvido pela via do ecletismo com o respaldo da dialética de Georges Gurvitch, as abordagens culturalista e historicista, destacando-se a fenomenologia de Edmund Husserl e Martin Heidegger, que Guerreiro Ramos tentou transpor de uma ontologia abstrata do “ser” para o plano da história e do empírico.

Ele introduz a operação lógica da indução para reter os dados sensoriais empíricos na construção do conhecimento da realidade e a história para contextualizar o conhecimento. A intencionalidade passa a ser reconhecida não na abordagem do objeto, tomado em si mesmo, como propunha o método fenomenológico e a fenomenologia do conhecimento, mas nas produções intelectuais e de soluções para o desenvolvimento contextualizadas, suscitando a questão da maneira como o objeto vem à presença.

---

<sup>55</sup>Numa entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, em 1954, Guerreiro Ramos afirmou: “Começo a me preocupar com a criação de uma técnica de 'redução sociológica', que habilite o estudioso a 'suspender' os produtos sociológicos, a fim de assimilá-los, sem perigo de deixar-se envolver por sua intencionalidade ou de alienar-se” (RAMOS, 1957a, P. 211).

Considerar os interesses em jogo no modo pelo qual as teorias estrangeiras eram importadas e apresentavam-se no contexto nacional equivalia, para o sociólogo, atentar para os condicionamentos de origem que fizeram com que uma teoria se apresente desta e não de outra maneira. Era uma atitude que visava apreender a intencionalidade de que uma teoria é portadora, com o propósito de averiguar se as teorias estrangeiras atendiam ou não às demandas internas do país que a transplantava.

[...] cada objeto implica a totalidade histórica em que se integra e, portanto, é intransferível, na plenitude de todos os seus ingredientes circunstanciais. Pode-se, no entanto, suspender, ou “por entre parênteses”, as notas históricas adjetivas do produto cultural e apreender os seus determinantes, de tal modo que, em outro contexto, possa servir subsidiariamente, e não como modelo, para nova elaboração (RAMOS, 1965, p.100).

O procedimento “crítico-assimilativo” assenta-se não na ação do indivíduo, mas, nas tendências objetivas de desenvolvimento da sociedade, conforme propósitos que correspondiam às virtualidades emanadas historicamente na sociedade brasileira. O procedimento seletivo das teorias estrangeiras devia estar lastreado no conhecimento dos limites e das possibilidades históricas em jogo, por parte do “sociólogo autêntico”.

Quatro imperativos básicos tinham de ser levados em consideração pelos sociólogos. Em primeiro lugar, eles deveriam comprometer-se com o contexto imediato por meio de um engajamento “consciente” e “sistemático” com a sociedade nacional. A assunção da perspectiva imediata (regional e nacional) seria menos um fim que se coloca para a teoria social do que um procedimento momentâneo: de encontrar meios para transformar a sociedade. O comprometimento político da sociologia nacional não era abstrato, mas derivado do diagnóstico de tempo de Guerreiro Ramos, segundo o qual o desenvolvimento independente era possível.

Em segundo lugar, o imperativo em nome do qual o livro fora inicialmente publicado<sup>56</sup>. Trata-se do reconhecimento do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, pelos sociólogos, pois, o conhecimento é visto pelo autor como objetivamente intencional, resultando de uma concretude histórica e empírica e sendo portador de uma finalidade, uma razão de ser. Isso seria passível de ser compreendida com o conhecimento do seu contexto original.

---

<sup>56</sup> No prefácio da segunda edição, de 1965, Guerreiro Ramos adjudicou dois novos sentidos complementares para a redução sociológica: “atitude parentética [...]” e de “superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra” (Cf. RAMOS, 1965, p.16).

Para Guerreiro Ramos (1965), compete à redução sociológica refletir sobre o conteúdo objetivo de um ato intencional existente no conhecimento social, apesar da multiplicidade de perspectivas que possa haver em relação a um conceito, por exemplo. Ora, se a intencionalidade captura um determinado objeto no modo como ele é dado. O modo como o objeto vem à presença é uma indagação do autor. A intencionalidade, entendida como concretude empírica e histórica portadora de sentido, pode suportar diversas formas ou perspectivas, entretanto, mantém uma identidade básica, um sentido nuclear contido no ato intencional.

Somente através da descoberta do sentido fundamental de uma determinada produção estrangeira tornar-se-ia possível um “ato intencional autêntico”, depurado no contexto nacional, para além da incorporação irrefletida do sentido subjacente à produção intelectual alheia. “Ao utilizarmos um objeto ou produto sem reduzi-lo, somos envolvidos pela intencionalidade de que é portador” (RAMOS, 1965, p.122). A redução impõe a necessidade de que a teoria social atenda às exigências específicas de seu contexto imediato.

Deriva-se disto o terceiro imperativo. Os sociólogos tinham que reconhecer as especificidades da sociedade brasileira. A visão faseológica da sociedade é a perspectiva oferecida pelo autor com essa finalidade. Desde seus estudos sobre mortalidade infantil no DASP, até o momento da segunda publicação de *A redução sociológica*, Guerreiro Ramos manteve-se convicto à perspectiva faseológica. O amparo da perspectiva faseológica justificava-se pela necessidade de distinguir as sociedades desenvolvidas das subdesenvolvidas para melhor compreender suas relações de intercâmbio e as especificidades de cada uma delas, a luz das leis diretrizes ou tendências dominantes que cada fase de seu desenvolvimento impunha.

O imperativo final que habilitaria os “sociólogos indígenas” a exercerem a redução, ante mal entendidos provocados pela posição do autor, é o reconhecimento da universalidade da ciência. Conforme Guerreiro Ramos (1965), isso decorre da organização científica sob instituições em nível internacional, em consequência das interrelações propiciadas pelos meios de comunicação e divulgação científicas entre vários países. Essa tendência obrigaria os cientistas a conhecerem as mais diversas contribuições de seus pares em um contexto mais abrangente. Ademais, o caráter universal da ciência é apontado com base na afirmação de que havia um consenso mínimo em torno de determinados pressupostos, verdades provisórias e procedimentos técnicos básicos alcançados pelo progresso da atividade científica em cada área do conhecimento.

A despeito dessa universalidade, Guerreiro Ramos (1965), para dar legitimidade à



práxis sociológica, defende com veemência o condicionamento histórico-social das ciências, porquanto, o cientista situa-se num contexto determinado: é um “ser-no-mundo”, isto é, encontra-se envolvido numa trama de significações e interesses e determinado por uma perspectiva delimitada de conhecimento do real. Em virtude desses condicionamentos, os cientistas deveriam dispor seu trabalho a um propósito ou a um projeto maior, tomando partido em seu contexto imediato.

No âmbito sociológico, essas premissas conduzem-no a interpretar as diferentes tradições sociológicas sob o prisma do engajamento. Para ele, o que discerne a sociologia nos países onde ela desenvolveu-se é a particularidade que assume mediante a funcionalidade adquirida por ela na realidade histórico-social que a abriga. No caso brasileiro, a sociologia estava condicionada à “situação colonial” remanescente das estruturas econômicas e políticas arcaicas, personificadas na velha burguesia agro-mercantil, representantes de um projeto de sociedade identificado ao atraso, ao passado colonial que lutava com todas as forças contra as transformações e virtualidades econômicas e culturais contidas na transição para a fase da industrialização.

O dualismo da sociedade brasileira, expresso nas disparidades regionais, significava um condicionamento objetivo das relações sociais de produção, subdivididas entre fases ou estágios diferentes no pólo interno e no pólo externo da economia. A dualidade básica da economia propagava-se para a totalidade social e, assim, condicionava também o metiê sociológico. Significava, pois, a coexistência de dois modos de produção, bem como de estágios diferenciados de evolução no âmbito interno e externo das relações econômicas do país. Este fato impunha limites e ao trabalho dos intelectuais, pois, seus interesses eram determinados, antes, pelas ideologias dos colonizadores, do que pelos problemas nacionais. Conforme o autor:

[...] a consciência do sociólogo colonial, é essencialmente condicionada por fatores externos e secundariamente por fatores internos [...] Nessas condições, os problemas do mundo particular em que vive o sociólogo tornam-se os seus problemas e o seu pensamento ganha funcionalidade na medida em que está referido à sua comunidade. O que diferencia em nacionais as sociologias é o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem [...]. Nas estruturas nacionais dotadas de capacidade de autodesenvolvimento, o trabalho intelectual, e, portanto, científico, está direta ou indiretamente carregado de funcionalidade, enquanto referido a perguntas concretas (RAMOS, 1965, p.134-135).

Não são os temas nacionais, por si só, o diferencial dessa sociologia proposta e sim a perspectiva de análise crítica, a postura militante e engajada com as questões nodais do país, afirma nosso autor.

Guerreiro Ramos afirmava o “pensar com as mãos” ser o atributo de sua trajetória intelectual que, de certo modo, manifesta-se na sua proposta de sociologia nacional.

Note-se que eu não dou primado sistemático nem à teoria, nem à prática. Em toda teoria há uma prática imanente. Em toda prática há uma teoria imanente. Na minha vida profissional, em certo sentido, a prática precedeu a teoria [...] (RAMOS, 1957a, p.210).

Guerreiro Ramos pretendia articular a ciência social com a realidade empírica imediata. Mas, teoria e prática são identificadas e postas no mesmo patamar, na imediaticidade da experiência em nome da operação lógica indutiva da realidade histórico-social.

Não cria [ele], assim, espaços para que a construção de abstrações-históricas viabilize o aprofundamento do concreto-real-imediato que lhe permita descolar do cotidiano, as formulações teóricas que produz. É produto dessa fragilidade, que conduzia, com certa constância, a realizar análises de conjuntura, no mais das vezes frágeis (HECKSHER, 2004, p.250).

A vinculação do sociólogo com o seu contexto imediato conferiu a abertura adequada para que ele imprimisse ao seu trabalho sociológico o engajamento atuante nas questões de seu tempo. Com isso, ele participou intensamente dos debates da época: militou no movimento negro, participou do IBESP e do ISEB, provocou a intelectualidade de seu tempo com suas intenções de uma práxis sociológica, publicou artigos de análise de conjuntura em jornais, conferiu palestras para diferentes segmentos sociais, filiou-se ao PTB após sua saída do ISEB e se elegeu deputado federal pelo Estado da Guanabara, em 1963, nas vésperas do Golpe Militar de 1964 que caçou o seu mandato político<sup>57</sup>.

Para a sociologia nacional toda lucubração teórica dos sociólogos engajados no seu tempo só teria sentido (para o desenvolvimento nacional) se estivesse fundamentada e exercida na prática de acordo com as particularidades do país, condição esta para que o “sociólogo indígena” tornasse-se de consumidor a produtor de novas ideias, mais do que isso, transformasse-se em agente da nação autônoma que estava por ser fundada.

## 7. Uma sociologia do desenvolvimento nacional

---

<sup>57</sup>Sobre o mandato político de Guerreiro Ramos, Cf. AZEVEDO, 2006.

Na sua trajetória, Guerreiro Ramos reviu a maneira de conceber as ciências sociais no Brasil. De defensor da institucionalização das ciências sociais, tornou-se arauto da chamada sociologia nacional. Acabou colocando em segundo plano o processo de institucionalização e especialização da sociologia para propugnar uma ciência que se voltasse para organizar a nação brasileira. A mudança de orientação do autor parece ter sido motivada pela leitura dos pensadores sociais brasileiros.

Nomes como os de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Alberto Torres etc. forneceram diagnósticos pontuais que revelavam as particularidades do país, bem como um conteúdo político programático de fundar a nação. Por sua vez, Caio Prado Junior, através de sua crítica a Emílio Willems, parece ter ressoado na obra de Guerreiro Ramos no sentido da construção do conhecimento, que devia estar voltado para a totalidade e a práxis; porém, estas noções foram reelaboradas pelo sociólogo baiano, destoando do materialismo histórico. Ele afirmou que a tendência acadêmica de institucionalização das ciências sociais ofuscou a contribuição de Caio Prado e muitos outros autores do pensamento social brasileiro.

A crítica de Guerreiro Ramos é fundamentada na constatação da lógica instituída pela situação colonial, que atinge a totalidade da sociedade brasileira, impondo um tipo de recepção resignada do saber sociológico cultivado no solo das potências imperialistas. Ao importar as idéias estrangeiras, a sociologia acadêmica não considerou a intencionalidade de que as teorias eram portadoras e tampouco as especificidades do Brasil em relação ao contexto de origem delas, no qual foram criadas. Ademais, Guerreiro Ramos denuncia a existência de pressupostos positivistas na sociologia acadêmica e tece críticas ao positivismo e à organização das ciências sociais em disciplinas especializadas.

Para o autor o conhecimento e a ciência deviam estar enraizados na realidade histórico-social, pois, ele reconhece o condicionamento social e ideológico das teorias. Apesar disso, a ciência seria um esforço de “transideologização”, contudo, sem pretender suplantar a ideologia do conhecimento e da teoria social, sim elaborar a síntese de seus interesses subjacentes. A sociologia nacional é científica, mas não prescindia a ideologia, desse modo, ela esposou e se aproximou da política.

Ao diagnosticar a sociedade brasileira, Guerreiro Ramos aponta para as determinações do passado histórico e suas reminiscências econômicas e culturais como obstáculos a serem superados para a construção da nação. Ele reconhece a fragilidade da burguesia nacional, que não convertia-se em classe dirigente, não obstante a industrialização, identificada ao desenvolvimento nacional independente continha virtualidades que poderiam

suplantar o passado, caso houvesse, no plano político apoio popular. Para isso, a ideologia do desenvolvimento impulsionaria a vontade do povo e seus representantes, sua vanguarda. Essa ideologia devia ser produto de uma teoria global induzida da realidade brasileira. O autor se esforçou por criá-la, mas sempre fez questão de ressaltar a natureza coletiva do empreendimento, o qual devia agregar intelectuais engajados na emancipação nacional.

O dilema maior a seu tempo decorria em virtude de um dualismo econômico que irradiava para toda sociedade, determinando interesses e classes sociais representantes, em última instância, de projetos diferentes de nação. Basicamente, o capital agrário-mercantil representava, para Guerreiro Ramos, a condição colonial exportadora de matérias primas do país, cujos interesses eram antagônicos ao processo de industrialização em curso. Havia ganhado fôlego a partir de 1930 e trazia consigo potencialidades que permitiam superar as contradições da sociedade brasileira, manifestas nas disparidades regionais do país e na convivência do atraso com o moderno.

O problema era, sobretudo, político. O Brasil estava farto de recursos para desenvolver-se de modo independente, entretanto, eles eram mal distribuídos, precisavam ser planejados conforme critérios públicos, com respaldo de uma política adequada aos interesses de soberania nacional. O desenvolvimento nacional era uma questão essencialmente política e competia à ciência social não só um papel ativo de educação política e compromisso com a nação na sua produção intelectual, bem como o envolvimento prático com os problemas nacionais.

Para dar legitimidade aos seus intentos, Guerreiro Ramos criou a redução sociológica como método da sociologia nacional. Com ela almejou justificar filosoficamente o comprometimento do “sociólogo indígena” com seu contexto imediato, a necessidade do procedimento “crítico-assimilativo” das teorias e soluções estrangeiras, dando indicações de como fazê-lo. Para ele, reconhecer o caráter subsidiário das teorias estrangeiras equivalia a afirmar que o conhecimento resulta de uma concretude histórica e empírica, sendo portador de intencionalidades, de razões de ser no contexto em que fora criado. O “método faseológico” voltava-se para a compreensão dos diferentes contextos históricos perpassados pelas teorias estrangeiras, a fim de colocá-las entre parênteses. Com efeito, para ele a redução sociológica era o método de sua sociologia do desenvolvimento nacional.

## Capítulo IV

### Ciência e intervenção social na sociologia de Florestan Fernandes

*“O sociólogo só pode corresponder às expectativas práticas das comunidades humanas como e enquanto cientista. Por isso, é através da ciência – da linguagem científica, dos métodos científicos e do conhecimento científico – que ele precisa descobrir meios para servir ao progresso da coletividade a que pertença, ao mesmo tempo em que contribuir para o desenvolvimento da sociologia”*  
(Florestan Fernandes).

#### 1. Entre o estrutural-funcionalismo e o historicismo alemão

A concepção que Florestan Fernandes elaborou entre 1947 e 1958 estabeleceu as diretrizes que orientaram seu trabalho sociológico durante os anos em que esteve vinculado à Universidade de São Paulo (até 1968). Nesse ínterim, sua obra articulou a defesa da positividade do conhecimento produzido de uma perspectiva naturalista – em que busca legitimar a sociologia como “ciência empírica e indutiva” –, a outra, de extração historicista – formulada a partir da idéia de uma “sociologia aplicada” aos problemas sociais –, embora, mantendo o plano empírico e a indução como critérios imprescindíveis da teoria social.

Garantida pelo uso adequado do método, a objetividade é tida como uma verdade passível de ser apreendida e verificada por todos. Ser objetivo significa, antes de tudo, produzir “um conhecimento atinente à realidade das coisas, e não às opiniões, aos sentimentos e idiosincrasias do sujeito que conhece as coisas (aspectos que não tem nada de objetivo, não sendo senão o fator subjetivo do conhecimento e como tal algo a ser regrado, neutralizado e mesmo afastado)” (DOMINGUES, 2004, p. 138). Porém, apesar dessa representação da objetividade ser um dos poucos consensos entre especialistas, as vias para obtê-la diferiram substantivamente nas soluções oferecidas pelos autores clássicos das ciências sociais.

Apesar da demarcação unicamente temporal do presente trabalho, verificamos no itinerário intelectual de Florestan Fernandes o aprimoramento de uma via de objetividade que vai do positivismo funcionalista ao historicismo de Karl Mannheim, na medida em que o autor passa a conferir atenção especial para os problemas relacionados à mudança social, voltando seu foco de análise para a sociologia diferencial e para a sociologia aplicada, a partir de 1950.

#### 2. O ponto de vista sociológico

O sociólogo paulista revela seu interesse por uma sociologia científica no Brasil

ao posicionar-se em relação à Costa Pinto (Cf. Pinto, 1947), que polemizou contra a “sociologia acadêmica” de seu tempo, ao propugnar a análise das teorias sociológicas através de uma preocupação política com a ação transformadora da sociedade. Segundo a réplica de Florestan Fernandes (1947), Costa Pinto almejava vincular a sociologia com a estrutura social sem as devidas mediações.

Florestan Fernandes (1947) pôs em discussão outra abordagem das teorias sociais na qual se vincula a teoria produzida com a perspectiva política e social do sujeito do conhecimento. Ele ofereceu uma solução relacionista para o problema, na esteira de Mannheim (1968), conforme a qual, quanto mais critérios elencados para avaliar as teorias, maior seria o aproveitamento das contribuições parciais dos diferentes sociólogos. O sociólogo paulista esboça uma orientação metodológica diante das teorias, em vista de elaborar uma “síntese lógica e histórica” do ponto de vista de uma “sociologia científica”, de acordo com a contribuição das diferentes teorias sociais para alvos de investigações empíricas. A resposta dele à interpelação de Costa Pinto aos seus pares delineou a problemática concernente à legitimação de uma sociologia observacional, empírica indutiva no Brasil.

Segundo ele, ao passo que as teorias possibilitam o conhecimento científico e suscitam perspectivas políticas, elas voltam-se também para aspectos da realidade e facultam utilizações possíveis desse conhecimento. Os métodos sociológicos, atitude do sujeito-investigador perante a realidade, são ferramentas intelectuais que, se tomadas em si mesmas, não envolveriam um posicionamento ideológico. Ele procurou separar ciência e ideologia rigidamente. O método empírico e indutivo era “uma via para se formular proposições empíricas, testá-las e incorporá-las à teoria sociológica” (FERNANDES, 1962 a, p.196). Na perspectiva de ferramentas positivas de conhecimento da sociedade, as soluções dos autores clássicos para o problema da explicação em sociologia eram postas e pé de igualdade, voltar-se-iam antes para manipulações estritamente analíticas.

Assim, os métodos sociológicos ao serem tomados em conjunto, sob um ponto de vista técnico e lógico, encerrar-se-iam nos procedimentos formais da ciência na construção do conhecimento, prestando unicamente:

- 1) Para ajustar o horizonte intelectual do sujeito-investigador à natureza dos problemas sociológicos que ele permite definir e investigar, os quais são, no nível empírico e no teórico, problemas que requerem a manipulação analítica de conexões [...] e suas implicações;
- 2) Para orientar a seleção das evidências empíricas nas elaborações interpretativas com fitos ideográficos ou nomotéticos, suscitadas por aqueles problemas;
- 3) Para estabelecer as

condições de prova ou de contra-prova, pelas quais se possa verificar, direta ou indiretamente, a legitimidade, a validade e o grau de generalidade dos conhecimentos descobertos” (FERNANDES, 1947, p.196)

A relação entre método de conhecimento e perspectiva social do sujeito-investigador é proposta por Florestan Fernandes (1947) nos marcos da sociologia do conhecimento de Mannheim (1968), recorrendo ao ponto de vista sociológico. Orientado pelo ideal de síntese das diversas correntes da disciplina em vista da elaboração de pesquisas empíricas, o sociólogo paulista recorreu ao ponto de vista sociológico enquanto eixo vertical que subsume as diferentes possibilidades técnicas (no tratamento empírico das fontes) e lógico-indutivas de explicação engendradas pela sociologia.

Para ele, o ponto de vista sociológico forneceria um conjunto de categorias intelectuais e uma visão privilegiada da realidade social, preparando e predispondo o sociólogo ao seu metiê: é "a perspectiva racional de observação e de interpretação dos fenômenos sociais" (FERNANDES, 1959, p.51). Ele sistematiza e propõe a perspectiva sociológica de conhecimento para abranger as diferentes tradições da disciplina.

O problema consistia “[...] na revisão crítica dos fundamentos teóricos da sociologia. Seria preciso extrair, das teorias sociológicas [...] o conteúdo positivo representado na contribuição concreta de cada uma para o desenvolvimento da sociologia como ciência [...]” (FERNANDES, 1947, p.336). A implicação do posicionamento do autor é que existe um caráter complementar das diferentes teorias sociológicas e quanto mais critérios elencados para abordá-las, maiores são as chances de desenvolvê-las, o que ele fez tendo em vista pesquisas empíricas.

Logo, é possível argumentar que, a princípio, a obra de Florestan Fernandes privilegiou o ponto de vista sociológico na perspectiva de conhecimento científico investigativo e explicativo, sob uma teoria da investigação sociológica que equaciona as diferentes soluções técnicas e lógicas em sociologia a partir, sobretudo, de Durkheim. Objetivou equacionar o problema da bifurcação entre teoria e pesquisa nas diferentes matrizes disciplinares da sociologia.

Para cada conjunto de problemas sociológicos, tanto teóricos quanto empíricos, enfrentados pelo investigador, o mesmo poderia se valer das contribuições empíricas e lógico-indutivas da explicação científica na sociologia. O ponto de vista sociológico transcenderia a aparente oposição dos autores clássicos, caso fossem tomados na perspectiva elencada por ele.

Desse modo, o autor expôs, em linhas gerais, sua concepção de sociologia

científica. Ele interessou-se em subsumir as mais diversas contribuições teóricas e metodológicas da sociologia em função de legitimá-la cientificamente no plano empírico e indutivo. O aproveitamento prático institucional é vislumbrado pelo autor, pois possibilitava o “controle racional” dos processos sociais.

Com isso, Florestan Fernandes (1971) defendeu a existência de um ponto de vista sociológico objetivo e suprapartidário. No âmbito intrínseco deste ponto de vista, a descontinuidade do social e a multiplicidade de posições interpretativas dos sujeitos do conhecimento na estrutura social são irreduzíveis, o que conferia inúmeras possibilidades de representação da sociedade empírica e logicamente diversas pela sociologia, pois cada perspectiva ou matriz disciplinar dizia respeito à determinada ordem de problemas teóricos e práticos.

Um “campo de forças” é o predicado que Florestan Fernandes atribui para designar o ponto de vista sociológico, evidenciando a variedade de caminhos analíticos para descrever e interpretar sociologicamente os fenômenos sociais. Conforme as variáveis selecionadas deste “campo de forças”, as condições de existência social são explicadas sob determinada perspectiva. Porém, toda explicação e possível intervenção tinham que oferecer garantias de objetividade, isto é, a explicação devia ser passível de apreensão e verificação e a intervenção resguardar os interesses públicos.

Para Florestan Fernandes (1971), a vida humana em sociedade esta sujeita a uma “ordem social” ou determinadas regularidades: leis, de “coexistência” e de “sucessão”; uma ordem própria, cuja continuidade, estabilidade, diferenciação, desintegração e integração se produzem através de processos sociais. Por se tratar de um sistema aberto e descontínuo, as sociedades humanas demandam um desenvolvimento científico da disciplina correspondente à sua especificidade dinâmica, oferecidos por meio de explicações indutivas e causais *sui generis*, procedimentos científicos adequados à singularidade de seu objeto.

Florestan Fernandes (1970a, 1971) afirma, então, que o ponto de vista sociológico é formado por um sistema de representações, descrições, interpretações e explicações. Ao ser mobilizado como perspectiva de conhecimento na observação dos fatos sociais, ele permite descrever e explicar “como se *constitui*, como se *mantém* e como se *modifica* a ordem inerente à vida social” (FERNANDES, 1970a, p.61). A sociologia era, para ele, uma forma de explicação científica do mundo que se originou na modernidade europeia pelos processos de secularização e de racionalização, cujos efeitos se fizeram presentes em uma nova *visão de mundo científica*, orientada para a explicação da natureza (humana) das



coisas e da ordem existente nas relações dessas coisas entre si, bem como na expansão interna do “sistema das ciências”, em virtude da necessidade de controle racional de condições instáveis da ordem social e de uma compreensão da vida em sociedade.

Para Florestan Fernandes (1971), o ponto de vista sociológico não se reduz a uma ou outra contribuição teórica fundamental, prestada pelos diversos intelectuais identificados a essa esfera de conhecimento. Em vez disso, abrange um conjunto de perspectivas voltadas para diferentes aspectos da realidade social. Cada uma de suas perspectivas envolveria dimensões distintas do trabalho sociológico e determinados problemas e conhecimentos correspondentes, acumulados em seus âmbitos diversos de abrangência. Compreendidos enquanto constituintes da disciplina, os diversos planos de análise sociológica são irreduzíveis, mas, complementares e abarcados pelo ponto de vista sociológico.

A partir de Mannheim, Florestan Fernandes (1971) elabora uma classificação sociológica dos diferentes ramos da sociologia, em vista de propósitos de institucionalização das diferentes possibilidades metodológicas de pesquisas sociológicas acerca dos fenômenos sociais. Segundo esse esquema, o ponto de vista sociológico abrange níveis explicativos ou disciplinas como: 1- Sociologia Sistemática; 2- Sociologia Descritiva; 3- Sociologia Comparada; 4- Sociologia Diferencial ou Histórica; 5- Sociologia Aplicada; 6- Sociologia Geral ou Teórica.

De modo sucinto, pode-se caracterizar esta classificação abrangendo respectivamente: 1) conceitos sociológicos fundamentais ou elementares; 2) apreensão interpretativa (descritiva e/ou explicativa) sincrônica e empírica dos fenômenos sociais; 3) evolução das formas ou tipos sociais em diferentes níveis organizatórios; 4) apreensão interpretativa diacrônica empírica das condições, fatores e efeitos que operam num campo histórico; 5) manipulação empírico-indutiva com finalidades práticas; 6) crítica e síntese dessas diversas orientações, almejando a unidade lógica do ponto de vista da sociologia. Florestan Fernandes (1971) também faz menção às “sociologias especiais” (Sociologia Econômica, do Conhecimento, Jurídica etc.), entretanto, de modo a considerá-las um truísmo, posto que o uso do método sociológico dispensa a criação de uma disciplina especial.

### **3. O objeto da sociologia e a tensão entre teoria e história**

Segundo Florestan Fernandes (1970) [1959], o objeto da sociologia é oferecido pelas formas de interação social nas quais há sociabilidade em seus elementos constituintes,

de maneira que os fenômenos de associação são explicados (observados, descritos e interpretados) enquanto fatos sociais a partir da ordem imanente à associação e da influência exercida por esta na organização social. Reportando-se a Mauss, argumenta: “o ato é social porque tira a sua forma da sociedade e porque não tem razão de ser senão em relação a ela” (apud FERNANDES, 1970 a, p.28). Para merecer a consideração sociológica, o comportamento dos indivíduos precisa incluir-se regularmente na esfera social da existência. As diferentes formas de associação e suas implicações para a organização social fornecem um flanco do real para esta disciplina especializada.

Assim, caracterizado seu objeto, competiria à sociologia descrever, classificar e explicar as formas de associação, uma vez que os caracteres estruturais e dinâmicos das associações representariam diferentes maneiras de “estar ligado no todo e pelo todo”. Não obstante haja o reconhecimento da especificidade do humano, Florestan Fernandes reiterava em 1959 a posição naturalista inclusiva que estendia o objeto da sociologia para todos os níveis de organização social da vida, adentrando numa problemática tradicionalmente dos domínios do pensamento social francês positivista do século XIX, inspirado na física e na biologia. Acreditava, em suma que:

[...] a vida possui um substrato social, cuja importância pode ser medida pelo que as condições representam para a normalidade do funcionamento dos organismos, o equilíbrio do intercâmbio dos seres vivos com o meio natural inclusivo e a continuidade de processos adaptativos fundamentais. Por isso, do substrato social da vida dependem, de modo variável mas constante entre os seres vivos que se congregam socialmente, tanto o entrosamento de necessidades vitais com aptidões para satisfazê-las, quanto a preservação e a ampliação das aptidões das espécies (FERNANDES 1970, p.55)

Para a tradição positivista, há uma ordem social, semelhante às leis naturais, que regula a existência humana em sociedade e que é passível de ser apreendida pelo sujeito do conhecimento, desde que se submeta a uma conduta regrada, oferecida pelos métodos de investigação, e que seja capaz de captar os fatos tais como eles são na sua essência. Ser objetivo significa aqui expurgar toda idiosincrasia e ideologias que embaraçam a compreensão dos fatos, tal como eles são.

Na condição de paraninfo da turma formada no ano de 1947 pela ELSP Florestan Fernandes escreve seu discurso, proferido em 1948 e intitulado *Considerações Sobre os Estudos Sociais no Brasil*, na perspectiva das instituições que o abrigaram no período de sua formação, a ELSP e a USP, resultantes do projeto de “comunhão paulista<sup>58</sup>”, as quais estavam

<sup>58</sup> Cf. CARDOSO, 1982; ARRUDA, GARCIA, 2003.

produzindo os "primeiros frutos sazonados"<sup>59</sup>.

Em seu discurso, o sociólogo paulista defende o ideal de objetividade propugnado pelo positivismo funcionalista e argumenta a necessidade de abandono das inspirações políticas dos autores clássicos da sociologia em nome do “espírito científico”, para o qual a prática política transformadora converte-se em um momento do processo de elaboração do conhecimento social, no sentido de confirmar experimentalmente a teoria pela empiria através de procedimentos metodológicos adequados.

Isso o leva a defender a “ciência como vocação”, situada numa esfera distinta da política ante o “charlatanismo científico”, e a prescrever os papéis do sociólogo restrito ao âmbito do processo de conhecimento, do método enquanto técnica e lógica. Os papéis do sociólogo limitavam-se, desse modo, aos procedimentos de elaboração do conhecimento científico, à transmissão desses conhecimentos e à formação ética dos cidadãos, como se automaticamente a contribuição científica dos sociólogos fosse propagada pela sociedade. Evidenciam-se hiatos entre teoria e história, ciência e política, sujeito e objeto, assim como a presença de um ideal de “*ethos científico*”, que seriam gradativamente questionados e superados pelo autor ao longo de sua trajetória intelectual.

Todavia, no ano de 1950, numa comunicação denominada *A Aplicação dos Conhecimentos Sociológicos às Relações Internacionais*, apresentada no I Congresso Internacional de Sociologia, realizado na Suíça pela Associação Internacional de Sociologia, Florestan Fernandes vai questionar o que disse anteriormente. Os propósitos científicos do autor aproximaram-se do historicismo de Mannheim, para o qual a objetividade, *grosso modo*, não era oferecida pela expurgação dos fatores extracientíficos, mas sim, com a sua neutralização por meio do esclarecimento da posição social e a perspectiva política do sujeito do conhecimento.

A partir de então, o sociólogo paulista passa a afirmar que a ciência alheia as questões de seu tempo dizia respeito ao “padrão de trabalho científico da era liberal”, que defende a imparcialidade, a não tomada de posição política pelos cientistas e a condenação do uso de conhecimentos sociológicos em nome da ética científica. A sociologia aplicada para a resolução dos problemas sociais, “a forma científica de aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos” (FERNANDES, 1950a, p.228), abriu novas perspectivas para o autor. Uma nova perspectiva de objetividade parece surgir através da preocupação dele a

---

<sup>59</sup> Cf. NOGUEIRA, 1981; PEREIRA de QUEIROZ, 1992; CANDIDO, 2006; MICELLI, 2001.

respeito da aplicação dos conhecimentos sociológicos produzidos, dos fins a que eles se voltavam, da sua ressonância na sociedade através de canais de aproveitamento, da preocupação em transformar esse conhecimento em força social.

Florestan Fernandes apresenta-se, inicialmente, como defensor do metiê sociológico nos termos de uma teoria da investigação sociológica, posta em prática com sucesso. Porém, o modo como ele constrói essa teoria possui uma inspiração positivista e funcionalista muito forte. Certos pressupostos passam a ser questionados pelo próprio autor, em relação às implicações políticas, ao uso experimental desses conhecimentos e conseqüentemente, aos papéis intelectuais dos sociólogos.

É possível perceber que ao se aproximar da sociologia diferencial e da sociologia aplicada, voltando-se para uma preocupação com a mudança social, Florestan Fernandes tenta romper com o modelo formal de objetividade do positivismo funcionalista, aproximando-se das questões históricas de seu tempo, mobilizando a sociologia para pensar a sociedade brasileira. Não obstante o fato de no período referencial de análise sua obra ter mantido o apego ao método, à junção entre pesquisa empírica e teoria, como dito por meio de outro esquema de objetividade fornecido pela sociologia do conhecimento, de Mannheim, o qual lhe permitiu gradativamente romper com o formalismo científico, cujo imperativo afirma a ciência pela ciência, encerrada em seus procedimentos formais.

#### **4. A sociologia como ciência**

Uma constelação de fatores históricos sociais, culturais e econômicos marcou o nascimento da sociologia, mas, seu desenvolvimento demandou que ela assumisse outra direção. “A sociologia, que surgira com uma função ético-política – [de] acabar com a grave crise em que caíra toda a sociedade europeia, segundo Saint-Simon – começa por redefinir o seu objeto dentro dos marcos de sua própria função [...]” (FERNANDES, 1970, p.175). Mediante o abandono da vocação reformista social originária da sociologia, impôs-se seu desenvolvimento institucional enquanto disciplina científica.

A princípio, o sociólogo paulista identificou-se com uma geração de sociólogos que havia renunciado à pretensão tanto dos ideais de ação política transformadora da disciplina, quanto de elaborar sistemas sociológicos, em favor da especialização e circunscrição empírica das teorias sociológicas, priorizando as *teorias de médio alcance*<sup>60</sup>. As

---

<sup>60</sup> Longe de deduzir abstratamente uma teoria unificada e de ampla abrangência no estudo da sociedade, Merton

exigências de cientificidade e a natureza positiva da disciplina rompiam com as representações e o horizonte intelectual do senso comum e preservavam a sociologia de determinados interesses práticos estreitos.

Para Florestan Fernandes, a complexidade dos fenômenos sociais demanda que a explanação sociológica seja regrada pelo método e circunscrita empiricamente para ter seu estatuto científico validado. O discurso sociológico garante cientificidade através dos procedimentos metódicos mobilizados para sua construção, pois:

1- ele se funda em dados empíricos, uniformidades (de coexistência ou de sequência<sup>61</sup>) e regularidades, obtidas mediante técnicas específicas de observação, suscetíveis de serem reproduzidas por qualquer investigador, sendo válidas universalmente;

2- o discurso sociológico desenvolve recursos próprios de explicação do real, considerando a especificidade de seu objeto, vale-se da exploração do raciocínio indutivo, o qual elabora causalmente *conexões de sentido*, de *estrutura* ou de *função*, existentes nas uniformidades devidamente consideradas dos fenômenos sociais, e também dispõe da explicação causal.

Ambos os procedimentos se complementam, envolvendo técnicas descritivas, interpretativas e explicativas que asseguram cientificidade à sociologia. O discurso sociológico, nesta acepção, possibilita a produção positiva, autônoma e objetiva do conhecimento, porquanto “representa conceitualmente a realidade através de propriedades que são essenciais para a descrição empírica pura da ordem existente na manifestação dos fenômenos sociais” (FERNANDES, 1971, p.17). Seria um discurso científico, fidedigno aos fatos, pois possuiria um método próprio, capaz de expurgar toda ideologia e toda filosofia no modo de produzir conhecimento.

Conforme Florestan Fernandes (1959), o metiê científico, nas ciências sociais,

---

(1968) defende a concepção de “teorias de médio alcance” para as ciências sociais superarem o impasse do desenvolvimento bifurcado entre teoria e pesquisa expresso nas diferentes tradições da sociologia. Engendradas pelas ciências físicas e naturais, as teorias de médio alcance podiam ser utilizadas também por sociólogos, exercendo múltiplas funções positivas na medida em que são menos pretensiosas, pois lidam com aspectos bem delimitados dos fenômenos sociais e não provém de uma única e abrangente teoria, apesar de que seu amplo desenvolvimento pudesse conduzir a uma teoria geral. Cf. MERTON, 1968.

<sup>61</sup> As uniformidades empíricas são expressão do pressuposto de que existe um mínimo de regularidade nos fenômenos sociais, que se constituem por meio de fatores estáticos e de fatores dinâmicos. As *uniformidades de coexistência* referem-se à propriedade do social de possuir aspectos estáveis, permitem sua continuidade, delas originaram-se as análises sincrônicas, que descrevem e explicam a continuidade do social. As *uniformidades de sequência*, por sua vez, remetem a propriedade do social de se formar também de aspectos instáveis, os quais confluem para a mudança da ordem social. As análises diacrônicas fundam-se nesses atributos e se voltam para problemas relacionados à mudança social. Uma das contribuições de Florestan Fernandes para a sociologia é de ter tomado essas propriedades do social de modo que fossem complementares e permitissem uma perspectiva global e integrativa sob a perspectiva do método de interpretação funcionalista.

divide-se em etapas interdependentes e complementares, cada qual com suas especificidades e exigências. A explicação científica parte de um longo processo de definição, observação, análise e reconstrução das instâncias empíricas. Interessado na explicação, o autor submete a ela tanto a descrição quanto a interpretação e aponta dois tipos complementares de conhecimento social: *explicação descritiva* (reconstrução empírica) e *explicação interpretativa* (síntese teórica).

A matéria prima do conhecimento científico, a base empírica, precisa ser analisada e reconstruída através de *tipos empíricos* – construção na qual se apresentam as propriedades dos fenômenos e seu modo de manifestação, para que se tornem passíveis de manipulação científica. É preciso identificar e eliminar o contingente atendo-se às regularidades essenciais que caracterizam a manifestação do objeto em questão. Ademais, deve-se analisar a “consistência dos diferentes tipos de informações e do grau de complementaridade delas no universo empírico observado” (FERNANDES, 1968, p.10), em vista de sistematizá-las e classificar as “instâncias empíricas relevantes” ou significativas para a explicação dos fenômenos. Trata-se de obter uma representação analítica da base empírica como forma de reconstituição das propriedades do objeto.

A definição e exploração de um sistema restrito de referência empírica e a obtenção do *tipo empírico*, através do *método de explicação monográfico*, são tarefas basilares da explicação científica. Com isso, unificando-se os resultados da análise empreendida, pode-se descrever, “de modo unívoco e sintético, as condições concretas de produção dos fenômenos sociais, e de explicá-los tendo em vista as variáveis que operam através delas” (FERNANDES, 1959, p.34). A simples caracterização empírica dos fenômenos sociais não é *explicação descritiva*, uma vez que esse tipo de conhecimento deve combinar análise e interpretação, pois, trata-se da reconstrução de uma pequena totalidade, vista como integrada, interdependente e dinâmica. É uma explicação simultaneamente descritiva e interpretativa da realidade, que indica a ocorrência das propriedades do objeto, permitindo a indução, a síntese de evidências empíricas e a passagem do *concreto ao abstrato*.

A *explicação interpretativa* opera diretamente sobre a base empírica ou *tipo empírico*, obtido mediante a *explicação descritiva*, isolando os fatores e condições que possuem significação interpretativa para explicá-los mediante o *tipo esquemático* adequado, obtendo-se as determinações que possibilitam a manifestação do objeto. Trata-se da passagem para as formas mais abstratas e gerais da explicação sociológica dos fenômenos, do tratamento dos *tipos empíricos* à luz de *conexões de sentido, funções ou estruturas*. A técnica

interpretativa independe do fato de suas proposições advirem da escolha do sujeito-investigador, pois, volta-se para a “natureza das relações das variáveis entre si e nos efeitos constantes ou instáveis delas, que parecem possuir maior importância para a explicação da totalidade reconstruída” (FERNANDES, 1959, p.36). Cada objeto requer, desse modo, uma interpretação do sujeito que se adéque à sua manifestação.

Desse modo, a teoria da investigação sociológica do autor apresenta procedimentos para a elaboração do conhecimento científico, conforme um sistema referencial em que se priorizam delimitações estritas e tratamento técnico e empírico rigoroso, afim de serem construídas noções exatas ou conceitos heurísticos por meio de fatos precisos, o que se dá no registro das teorias de médio alcance. A observação faz uso de hipóteses provisórias e técnicas adequadas aos problemas investigados. A reconstrução do objeto se vale de tipos empíricos, da descrição interpretativa de seus caracteres e relações essenciais, ao passo que a explicação se volta para o nível mais abstrato do conhecimento, embora deva estar fundamentada empiricamente.

Apresenta, também, os limites dos métodos sociológicos clássicos, ao argumentar que cada qual impõe um tipo de recurso específico à abstração, inerente à complexidade dos fenômenos sociais a partir dos quais foram elaborados. O critério explicativo-indutivo dos diferentes métodos é tomado como o eixo horizontal de convergência das soluções clássicas oferecidas por Marx, Weber e Durkheim, para o problema da indução.

O ponto de vista sociológico é o eixo vertical que subsume as possibilidades fundamentais de formação de inferências indutivas (qualitativas) na sociologia, a partir da explicação empírica, eixo horizontal de convergência dos autores clássicos.

A ideia dos tipos esquemáticos da explicação-indutiva (*tipo ideal, tipo médio e tipo extremo*) representa um constructo metodológico que permite apreender o essencial das evidências empíricas, com o propósito de interpretá-las para obter uma explicação indutiva ou generalizadora. Os tipos explicativos coligidos pelo autor permitiriam que, de acordo com os problemas empíricos suscitados, "variam os fenômenos que precisam ser investigados e as técnicas de sua manipulação" (FERNANDES, 1959, p.146). A formulação do quadro referencial, bem como a análise, a definição e a problematização do “objeto” já seriam uma interpretação do mesmo, que suscita o tipo mais adequado para investigá-lo, interpretá-lo e explicá-lo, segundo as evidências empíricas.

O conhecimento resultante da indução qualitativa vai do concreto ao abstrato por

meio de um processo lógico indutivo, o qual vai do problema definido teoricamente, ao fato definido empiricamente. Ele deve interligar, na explicação histórica, fatores essenciais e fortuitos, para contemplar a interdependência recíproca desses fatores.

Com isso, o autor encontrou um meio de aliar a pesquisa empírica à teoria, disponibilizando uma solução técnica e lógica por meio dos procedimentos oferecidos pelos três clássicos da sociologia para o problema de aliar teoria e pesquisa. Embora fossem soluções diferentes, elas estavam abarcadas pelo ponto de vista sociológico.

Ele estabeleceu um franco diálogo com a problemática sociológica, no âmbito internacional, em voga no seu tempo, como o divórcio entre teoria e pesquisa empírica e o abandono da pretensão de a sociologia elaborar uma teoria global, primando por *teorias de médio alcance*.

Além disso, as exigências de cientificidade da obra de Florestan Fernandes remetem, também, ao diagnóstico acerca do desenvolvimento cultural e intelectual dependente brasileiro, realizado sob a perspectiva histórico-social<sup>62</sup>. A ciência era vista como um fator de mudanças culturais, cujos efeitos podiam contribuir para a criação de uma “visão de mundo científica”. Com isso, se alargariam os processos de racionalização e de secularização da sociedade, renovar-se-iam os meios e os fins da educação, e seria possível solucionar problemas técnicos, econômicos e humanos relacionados ao subdesenvolvimento.

A solução oferecida para o problema de como aliar teoria e pesquisa funda-se, assim, no argumento de que esse problema, antes de tudo, seria uma questão lógica e não apenas do desenvolvimento de tradições diferentes da sociologia (europeia e norte-americana). Isso o conduziu a investigar e a incorporar na sua teoria da investigação sociológica o modo pelo qual os três autores clássicos das ciências sociais fundamentaram empiricamente suas explicações.

Buscou conferir, também, um fundamento científico (empiricista, observacionista e indutivista) à sociologia no Brasil por ter elaborado uma teoria da investigação sociológica e tê-la posto em prática, posicionando-se como sujeito-investigador imbuído de uma autonomia teórica justificada pela complementaridade dos modelos explicativos, quando considerados

---

<sup>62</sup> Cf. FERNANDES, 1958. Os capítulos: “Tendências da moderna investigação etnológica no Brasil”, “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil”; Cf. FERNANDES, 1980. O capítulo: “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”. Este diagnóstico remete ao problema da transição para a sociedade de classes e à “dependência cultural” nos termos de uma mentalidade ou herança sócio-cultural de obstáculo para os ideais de modernização e democratização do país, ao registro da carência de recursos racionais de pensamento e ação da sociedade brasileira na década de 1950, sob o prisma espacial da cidade de São Paulo.



em conjunto. Esta autonomia teórica encontra-se, porém, subsumida ao ponto de vista sociológico, perspectiva científica, empírica, indutiva-explicativa que, num primeiro momento de sua obra, é apresentada encerrando-se no processo de conhecimento e seus limites formais e objetivos de verificação da verdade.

## 5. Inclusão da perspectiva histórica no método funcionalista

Florestan Fernandes (1967a) [1953] procede à revisão histórica e crítica do método de interpretação funcionalista na sociologia, apresentado o desenvolvimento dos principais expoentes e as inflexões de abordagem havidas. Recorre ao organicismo de Herbert Spencer, às orientações funcionalistas de Émile Durkheim, Marcel Mauss, Radcliffe-Brown e Robert Merton, em vista da sistematização do modo peculiar de interpretação oferecida por esse método ao tratamento dos fenômenos sociais. Isto em relação aos seus conceitos heurísticos fundamentais, à seleção e explanação dos problemas sociológicos, à formação do horizonte intelectual do sujeito-investigador e à importância da observação na reconstrução intelectual do objeto investigado.

O autor coloca em questão a legitimidade do método de interpretação funcionalista, como uma das modalidades de explicação analítico-indutiva do ponto de vista sociológico. Inverte o modo tradicional que opunha como antagônicas as contribuições dos autores clássicos da sociologia. Posto que, para ele, se encarados logicamente, os diferentes métodos de interpretação (funcionalista, compreensivo e dialético) seriam modalidades da explicação. Neste âmbito de confluência dos métodos de interpretação, no trato do autor, o funcionalismo adquire autenticidade como meio de descrição e explanação das conexões funcionais, tornando-se uma das perspectivas de análise privilegiadas pelo autor num primeiro momento.

Florestan Fernandes (1967a) mostra o modo pelo qual se deu o abandono das analogias e dos paralelismos estabelecidos com a biologia, a *assimilação entre organismo e sociedade*. Como foram sendo erigidos cânones próprios de explicação científica, instituindo-se recursos lógicos de investigação social pertinentes ao ponto de vista sociológico. Cada um dos autores de “significação teórica” elencados por ele possui uma contribuição específica para o método de interpretação funcionalista, no sentido de ter elaborado “todo um corpo de noções, de ideias, de hipóteses de trabalho e de regras interpretativas que constituem uma teoria especial dentro da sociologia geral” (FERNANDES, 1967a, p.215). A partir dessas

contribuições teóricas, a análise funcionalista se tornava consistente e legítima às manipulações que se fundam no processo de indução analítica das funções sociais.

Transita de uma orientação geral proporcionada pelo método funcionalista, voltando-se para estudos circunscritos acerca dos problemas da investigação em setores especiais da sociologia, da hipótese de trabalho oferecida por Durkheim<sup>63</sup> para as “situações concretas” de aplicação analítica do método funcionalista. Com isso, ele sistematiza este método de interpretação se orientando para a finalidade de atingir, a partir deste método, a explicação. Posto que a legitimidade das operações lógicas do funcionalismo transcende seu alcance teórico imediato, pois depende de uma representação do real e de um conjunto de questões, cujo baluarte foi oferecido pelo ponto de vista sociológico. Trata-se de alguns postulados desenvolvidos pela sociologia que fundamentaram a explicação sociológica quanto ao seu objeto e ao seu ponto de vista, não obstante as divergências entre as doutrinas sociológicas.

Quando aborda o método de interpretação funcionalista, o sociólogo paulista o apresenta como sendo “uma análise que tem por objeto descobrir e interpretar as conexões que se estabelecem quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar adaptações, ajustamentos e controles sociais de que dependem a integração e a continuidade do sistema social” (FERNANDES, 1967a, p.282) nas suas unidades e na sua totalidade.

Sob esse mesmo fim analítico, no âmbito interno do método funcionalista, ele constata a existência de três perspectivas diversas de consideração dos fenômenos sociais em contextos empíricos determinados, todas igualmente passíveis de serem executadas na explicação deles de forma indutiva em termos de função social. Porém, adverte que as uniformidades (de “sequência” e “coexistência”) descobertas nas relações empíricas entre os fenômenos e as interpretações que se pode inferir variam de acordo com as perspectivas. Seus apontamentos contribuem para a delimitação do horizonte intelectual do investigador nas pesquisas empíricas.

[1] [No funcionalismo] o especialista pode interessar-se pelo fenômeno descrito em termos do próprio processo da associação, que se dá no meio social constituído; então, procurará saber como os

---

<sup>63</sup> O autor recorre à obra *As Regras do Método Sociológico, de Durkheim*, e a maneira pela qual deveria se proceder para explicar as formas de agrupamento das partes constituintes da sociedade, ou seja, as modalidades de associação ou a *morfologia social*. “A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser procurada na constituição do meio social interno” (apud FERNANDES, 1967a, p.178).

motivos subjetivos das ações e das relações dos indivíduos se determinam socialmente, graças à conexão existente entre as situações sociais de vida e as condições específicas de atualização das normas e valores sociais. [2] Mas o especialista pode também interessar-se pelo fenômeno descrito em termos de significação dinâmica do processo social considerado na constituição do meio social interno; então, procurará conhecer a relação das atividades das “partes” constituintes da sociedade com a integração e a continuidade desta com o todo. [3] O especialista pode ainda interessar-se pelo fenômeno descrito em sua condição de vir a ser; então, procurará explicá-lo retrospectiva e prospectivamente, através da seleção de fatores causais que, nas condições de formação e de transformação do “meio social interno”, determinam o curso e os efeitos de sua atuação. (FERNANDES, 1967a, p. 179).

O autor oferece ao investigador empírico, sob o prisma do funcionalismo, uma orientação voltada para as “situações concretas” da pesquisa empírica. A natureza das conexões funcionais a serem consideradas varia conforme a posição do sujeito-investigador em relação ao objeto, mas a elaboração formal dos fenômenos sociais depende das atividades funcionais para as quais eles concorrem. Considerando o fenômeno empiricamente, decompondo seus componentes nucleares, estabelecendo suas conexões essenciais e elaborando-as racionalmente, a própria natureza das conexões invoca limites de elaboração funcional às mesmas, podendo a pesquisa voltar-se para a descrição fenomênica da função social, as *dependências estruturais*, *correlações funcionais* ou *vinculações causais*.

Todavia, “a descoberta das conexões funcionais depende da habilidade do sujeito em lidar com unidades de referência, escolhidas no contexto de integração imediata e mediata do fenômeno social estudado” (FERNANDES, 1967a, p. 250). Em todo caso, a explicação oferecida por esse método permite generalizações a partir da abstração das conexões essenciais, que se repetem, na manifestação dos fenômenos, válidas em limites empíricos circunscritos pelo investigador.

O sociólogo paulista interessou-se pela discussão sistemática do tema aberta pelos autores funcionalistas que estabelecem um diálogo crítico, de onde provêm as suas contribuições para o método de interpretação funcionalista<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Uma das importantes contribuições de Florestan Fernandes consiste na exploração heurística das noções de “função manifesta” e de “função latente” propostas por Robert Merton (1968), e que foram complementadas pelo sociólogo paulista através da noção de “função derivada”. Convém citá-lo para o leitor ter uma ideia do que se trata. “Em trabalho anterior [*A Função social da guerra na sociedade tupinambá*] demos uma solução ao problema que nos parece satisfatória: designamos a primeira noção, concernente à conotação pragmática do conceito, com a expressão *função manifesta* e a segunda noção, relativa à mesma conotação, com a expressão *função latente*. Para conseguir determinar a conotação lógica do conceito, recorremos ainda a uma terceira noção, a de *função derivada*. É que ambas as noções (a de função manifesta e função latente), somente retêm os efeitos socialmente úteis das ações, instituições e estruturas sociais e suas consequências imediatas. Acontece que, se essas determinações são suficientes para o reconhecimento da função manifesta e da função latente, não

De acordo com os propósitos analíticos dessa dissertação, interessa destacar somente dois aspectos: 1) a vinculação recíproca dos estudos diacrônicos aos estudos sincrônicos, resgatando esses elementos numa relação horizontal através da interpretação que o autor faz do método funcionalista, a qual confere atenção especial à perspectiva diacrônica dos fenômenos sociais nos termos da mudança social; 2) o dilema da aplicação dos conhecimentos e da referência à prática, apesar da preocupação de ordem explicativa acerca desse método de interpretação; ele lançou luz sobre a possibilidade de aplicação dos conhecimentos oferecidos pela análise funcionalista ao tratamento de problemas sociais.

Segundo ele, ao longo do desenvolvimento do método de interpretação funcionalista, a recusa do estudo das origens e da evolução das sociedades, tal como eram concebidas pelos chamados autores evolucionistas, tornou-se patente, conduzindo a abordagem analítica à perspectiva sincrônica dos fenômenos sociais, em analogia a um organismo, à “fisiologia social”. Era preciso estudar as sociedades não por meio de antecedentes conjecturais, mas sim pela apreensão de seus elementos estáticos, sincrônicos com a descoberta das conexões funcionais, dos aspectos recorrentes da vida social:

Trata-se dos problemas referentes à constituição e ao funcionamento da estrutura social, à operação dos processos sociais recorrentes, ao equilíbrio social e à integração social (definida quer como integração estrutural, vista dinamicamente, quer como convergência de funções dos componentes do sistema social ou integração funcional propriamente dita) (FERNANDES, 1967a, p.258).

A perspectiva sincrônica havia sido consagrada e tornada sinônimo do funcionalismo. As implicações teóricas de ênfase nos aspectos recorrentes, na estabilidade social, acusavam o método de comprometer-se com a perpetuação da ordem vigente. Alguns autores, como Radcliffe-Brown e Robert Merton, abriram a perspectiva diacrônica, porém sem explorá-la devidamente. O ensaio de Fernandes (1967a) volta-se precisamente para a resolução de alguns mal-entendidos acerca do método funcionalista, a exemplo de sua identificação restrita com análises sincrônicas, tencionando legitimá-lo, logicamente, como modalidade da explicação sociológica.

Uma das contribuições críticas do sociólogo paulista para esse método de

---

forneem todos os conhecimentos indispensáveis para a descrição da totalidade de relações e conexões funcionais, que precisam ser consideradas através da manipulação do conceito de função social em sua manipulação lógica. Assim, os efeitos da guerra repercutiam de diversas maneiras nas condições de existência dos tupinambá, diretamente afetadas pelas atividades guerreiras. Essas repercussões engendraram diversas ramificações, por cujo intermédio as atividades guerreiras e os resultados da guerra acabavam influenciando toda a vida social daqueles aborígenes [...] tendo em vista a natureza funcional dessas conexões em cadeia preferimos designar esse fenômeno com a expressão função derivada.” (FERNANDES, 1967a, p.244).

conhecimento repousa em considerar a dimensão histórica como um dos limites a serem explicitados na análise funcionalista:

Quer se trate de uma investigação de reconstrução histórica, quer de uma investigação de campo, a análise funcionalista exige uma delimitação temporal precisa e restrita do objeto [...]. Se apelássemos para a linguagem das ciências naturais, diríamos que a análise funcionalista trata do período de função das sociedades; ela toma as sociedades já constituídas como objeto de investigação e as estuda de modo a reter como se processa atualmente (ou seja, no lapso de tempo considerado), o exercício das atividades vitais para a existência das coletividades humanas [...] em sociedades cuja organização se transforma com alguma intensidade, as conexões funcionais, que contribuem para explicar certos fenômenos em uma dada constelação social, podem ser insuficientes ou até irrelevantes para explicar os mesmos fenômenos nas correlações sociais subsequentes (FERNANDES, 1967a, p. 249-250).

Com isso, ele chamava atenção para as possibilidades existentes nesse método de explicação de problemas sociológicos relativos a aspectos diacrônicos: de origem e desenvolvimento do objeto analisado. Até então, Robert Merton (1968) havia sinalizado essa questão com o uso do termo *disfunção social*. Mas, a conotação ideológica do termo foi criticada por Florestan Fernandes (1967), que preferia usar o conceito de *mudança social*, pois, como o conceito de *função social*, era mais passível de receber um tratamento positivo (imparcial, objetivo) enquanto categoria intelectual.

A diferenciação absoluta entre sincronia e diacronia, estática e dinâmica era desconsiderada por ele, porque isso supõe o equilíbrio como a condição de estabilidade. Para ele, a estática social era uma ficção, pois todo fenômeno social se apresenta ao observador na forma de atividade.

Florestan Fernandes (1967a) distingue funções realizadas de funções eventuais como duas possibilidades interpretativas do método funcionalista. A primeira abrange as funções realizadas de fato e, a segunda, potencialidades de desenvolvimento funcional, que permitem, segundo o autor, analisar a emergência e integração das funções, aprofundando a análise da dinâmica social. Embora se volte para a dimensão temporal, reconhece, também, os limites do método funcionalista para investigações históricas quando se trata da manipulação de séries contínuas e relações de sequência, ainda que isso não restrinja a sensibilidade desse método para com a mudança social:

Segundo pensamos, a interpretação funcionalista permite ligar a explicação dos fenômenos sincrônicos à dos fenômenos diacrônicos

de duas maneiras. Através da consideração dos processos de mudança social em termos de condições em que eles se tornam funcionalmente necessários. E por meio da análise da potencialidade funcional dos fenômenos sociais (em contextos empíricos determinados), a qual oferece um ponto de referência à explicação dos limites da mudança social e dos processos de reintegração da ordem social. (FERNANDES, 1967, p.290).

Um aspecto que vai se destacando, de modo progressivo, na abordagem funcionalista do autor é a insistência na descontinuidade do social: especificidade imanente do “objeto” das ciências sociais, que não permite assimilação pelo viés da biologia sem uma redução grosseira do mesmo. “A manipulação da noção de ‘função’ na sociologia precisa ser ajustada ao ritmo próprio de funcionamento da vida social (fundamentalmente diverso da fisiologia dos organismos) e ao ritmo de mudança inerente à continuidade existencial das sociedades humanas” (FERNANDES, 1967a, p.260). Com isso, ele aproxima-se de uma compreensão histórica das conexões funcionais no processo de mudança social.

Segundo o autor, as conexões funcionais são passíveis de atuarem como fatores determinantes para a transformação dos conjuntos em que se integram tanto no reajustamento progressivo das estruturas à suas funções, quanto na reintegração funcional dos elementos do sistema social, impelidas pela instabilidade característica das sociedades. Admite que as conexões funcionais possam atuar como fatores de mudança social, pois é condição da vida social e de sua continuidade, de sua reprodução. Com a delimitação temporal, histórica e processual, ele dispensa a análise da mudança social em termos de evolução, a qual é mantida em um nível macro de explicação, que permite caracterizar o tipo de evolução para que tende a mudança social. Poder-se-ia, assim, desvendar as causas e efeitos das transformações da vida social num momento determinado, bem como as alterações em emergência passíveis de serem retidas nas condições imediatas de sua atualização.

Assim, ao indagar o modo pelo qual os fatores dinâmicos da estabilidade social concorrem para a manutenção do sistema social, poder-se-ia igualmente observar como são liberadas forças e mecanismos socialmente inovadores. Não se trata de apreender os efeitos dinâmicos dos processos sociais recorrentes, uma vez que o interesse do investigador volta-se para “como e em que medida o padrão de equilíbrio inerente à forma de integração do sistema social combina, entre si, mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social estabelecida ”(FERNANDES, 1962a, p.198-199). A perspectiva proposta pelo autor, de historicizar o método estrutural-funcionalista, oferecia um meio para identificar o aparecimento de influxos inovadores e as condições em que eles operam, considerando-os em

lapsos curtos de tempo e no nível do sistema organizatório das unidades sociais investigadas.

A tensão da relação entre teoria e história se faz presente no pensamento de Florestan Fernandes antes mesmo de sua contenda com Guerreiro Ramos, iniciada em 1953, embora vislumbrasse inspirado em Marx a determinação recíproca entre teoria e prática, ele reconhece explicitamente a dificuldade disso na perspectiva em que se encontrava. Dizia ele:

(...) não é qualquer tipo de conhecimento que comporta uma dupla verificação, teórica e prática. Um conhecimento pode ser praticamente útil, sem ser teoricamente relevante. E muitos conhecimentos teoricamente importantes, nem por isso possuem aplicações práticas específicas [...]” (FERNANDES, 1967a, p.280)

Resgatando os ideais clássicos de ação, dos fundadores da disciplina, o sociólogo paulista, no registro dos problemas da explicação na sociologia vai referir-se também à possibilidade de verificação experimental na disciplina, valendo-se da metáfora da sociedade “laboratório”. Nas explicações sociológicas de caráter empírico-indutivo, “a consistência de um conceito ou de uma interpretação pode ser verificada mediante os resultados provocados por sua aplicação às situações concretas a que se referem” (FERNANDES, 1967a, p.298).

Apesar da aparente similitude existente entre uma ciência voltada para a explicação e outra preocupada com problemas históricos, posto que envolvam um objeto de mesma natureza e a implicação recíproca que encerram. Há o problema de como justificar o caráter específico daquilo que é uma manipulação em estilo propriamente pragmático, voltada para a intervenção social. Tratava-se de “investigações conduzidas em outro plano e com outro sentido”, a emergência da sociologia aplicada aos problemas sociais como uma nova disciplina passa a servir “como uma espécie de fundamento intelectual para a existência autônoma de ambas” (FERNANDES, 1967a, p.300). Conclui o sociólogo.

A orientação no sentido da “*intelligentsia* socialmente desvinculada” vai se tornando cada vez mais patente no pensamento dele. É transposta na própria abordagem que fez do método funcionalista. A análise funcionalista, para o autor, oferece quatro possibilidades de elaboração em vista de fins práticos, de intervenção social, porquanto, haveria uma relação inclusiva das conexões funcionais na sociedade, passível de ser apreendida pela explicação de aspectos essenciais que contribuem para a organização social e a mudança social.

O método serviria, conforme o autor, para mediar a intervenção social oferecendo:

- 1) o conhecimento de variáveis que dão origem a determinados desajustamentos, sugerindo

procedimentos capazes de restaurar o equilíbrio entre elas; 2) a caracterização dos problemas sociais e das tendências de solução espontânea dos mesmos; 3) recursos para a eliminação das inconsistências funcionais, os problemas sociais, através da mudança provocada; 4) o conhecimento dos limites ou obstáculos para estabelecimentos de meios de transformação.

É preciso salientar que essa formulação de uma disciplina científica aplicada aos problemas sociais é uma digressão teórica que se harmoniza aos ideais de planejamento propugnados por Mannheim para a construção do *welfare state*, na chamada fase britânica de seu pensamento. Era a possibilidade de contribuição “científica” da sociologia para o equacionamento de determinados problemas sociais.

Florestan Fernandes (1967), em seguida, chega a caracterizar o desenvolvimento da sociologia nos termos de uma “deformação teórica” em razão da inexistência de canais ou instituições de aproveitamento efetivo e regular de seus conhecimentos, característica de países subdesenvolvidos. Isso o conduz a advogar por um suporte institucional para a ciência, para a sociologia e para a educação, que lhes garantissem pleno desenvolvimento e maior absorção pela sociedade das contribuições que poderiam ser oferecidas. É a partir de um diagnóstico de tempo que ele reconheceu a educação em seus diversos níveis um elemento de primeira ordem a ser enfrentado pelo Estado brasileiro.

## **6. Fazer ciência e provocar mudanças sociais**

Florestan Fernandes parece ter questionado através de suas leituras de Marx e de Mannheim a separação promovida pelo positivismo funcionalista entre sujeito e objeto, teoria e história ao defender uma “ética da responsabilidade científica” que primava por transformar em forças sociais as descobertas científicas. O esquema que alia objetividade e imparcialidade foi interpretado por nosso autor pela suspensão dos valores imediatos e assunção dos valores científicos, desta vez não mais para se restringir ao “mundo da ciência” na produção do conhecimento sociológico e sim fazer da sociologia uma ciência engajada na explicação dos problemas históricos de seu tempo histórico.

O ideal de “aplicação” ou o potencial prático de contribuição da sociologia à resolução dos problemas sociais fez com que o autor abandonasse o ideal de explicação empírica-indutiva encerrada e verificada em procedimentos unicamente formais. A perspectiva da mudança social torna-se, assim, o eixo de convergência da teoria, do método e da pesquisa científica, por meio de uma visão de unidade do sujeito com o objeto e da teoria com a prática, que tenciona o naturalismo positivista e a separação dessas instâncias.



Segundo Florestan Fernandes (1970a)<sup>65</sup>, se Auguste Comte havia elaborado uma matriz do desenvolvimento científico mediante a desvinculação entre ciência e técnica, decorrente da separação entre sujeito e objeto, própria do paradigma naturalista; por sua vez, Mannheim via o contrário com base em Marx, as implicações práticas ou aplicação do conhecimento aos problemas sociais é que conduz a teoria e seus métodos. Para ele, o sociólogo húngaro prestou-se a recuperar os ideais de ação histórica da disciplina, porquanto, a objetividade assegurada pela sociologia do conhecimento permitia clarificar os fatores inconscientes, os interesses contidos na perspectiva social que influem no sujeito no conhecimento.

[...] o critério naturalista de verdade deixa de ser um critério absoluto e exclusivo de reconhecimento da verdade, e a própria configuração da realidade, pela dinâmica da mudança social, passa a desempenhar a principal função seletiva e discriminativa do verdadeiro e do falso (FERNANDES, 1970a, p.250).

O ideal unitário de ciência, o paradigma fisicalista ou naturalista de ciência, segundo Domingues (2004), dirigiu o programa positivista nas ciências humanas. Ele se faz presente na tentativa de Florestan Fernandes de fundamentar empírica e indutivamente a sociologia no Brasil, conforme visto. Todavia, seu contato durante a fase de sua formação acadêmica com a obra de Marx e de Mannheim, leva-o a elaborar e desenvolver a questão<sup>66</sup> de maneira própria.

Muito embora Florestan tenha caído nas amarras dessa concepção, como deixa claro em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, livro no qual defende a universalidade do método científico, que respaldaria a especificidade do “objeto” das ciências sociais, *sui generis*, por remeter a sujeitos que compartilham determinadas condições materiais e simbólicas de existência.

Em termos formais, os procedimentos utilizáveis para a realização dessas operações são universais, aplicando-se portanto para todos os objetos possíveis de investigação científica. As mesmas regras fundamentais orientam o ajustamento dos investigadores a diferentes situações de pesquisa, como as que se apresentam na física, na

---

<sup>65</sup> [A concepção de ciência política de Karl Mannheim. In: \_\_\_\_\_. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Editora da USP, 1970a. p. 223-292].

<sup>66</sup> A inserção de uma perspectiva diacrônica e aplicada no método funcionalista talvez se justifique através dessas filiações teóricas fundamentais do pensamento de Florestan Fernandes desde os primórdios de sua formação.

química, na biologia, na psicologia, na sociologia. Em termos operacionais, porém, são variáveis os requisitos de conhecimento objetivo da realidade (FERNANDES, 1959, p2).

As críticas à concepção naturalista ou ao paradigma fisicalista em ciências sociais, elaboradas por Marx<sup>67</sup> e por Mannheim eram do conhecimento de Florestan Fernandes desde seus primeiros trabalhos como aluno da USP. Estiveram presentes em seu horizonte intelectual e influíram na própria maneira como ele se apropriou do funcionalismo. Certamente essas filiações intelectuais tiveram um peso decisivo no seu questionamento acerca da separação entre sujeito e objeto no ideal de distanciamento dos problemas sociais e também para o novo esquema de objetividade, voltado para a resolução dos problemas da mudança social brasileira.

Pode ser que a escolha das soluções propostas por Mannheim se adequasse melhor ao itinerário do ponto de vista sociológico empiricista e indutivista que Florestan Fernandes vinha elaborando e almejava consagrar no Brasil, em virtude de que a objetividade era mantida. Só que, desta vez, a objetividade estaria assegurada pela “transideologização” do conhecimento sociológico, por meio da expurgação dos fatores extracientíficos via explicitação desses elementos através da referência à posição social do sujeito do conhecimento. Ideologia é entendida, assim, como uma relação entre verdadeiro e falso, expressando determinados interesses, passíveis de serem clarificados quando remetidos a uma determinada posição social.

A tensão em torno da relação entre teoria e história, isto é, o que fazer com a sociologia em um país subdesenvolvido que sequer oferecia condições institucionais adequadas para desenvolvê-la, resolve-se em Florestan Fernandes de acordo com a apropriação que fez de Marx e de Mannheim. De 1950 em diante, as publicações do autor adquirem, gradativamente, um tom cada vez mais interessado pelas relações entre teoria e prática, ao tratar os problemas sociais como problemas sociológicos dignos de estudo e de uma contribuição científica por parte dos sociólogos. Isto vai muito além da fundamentação de uma nova disciplina, na medida em que revela um posicionamento político dele nas questões de seu tempo, embora a seu modo e na esteira de sua apropriação do pensamento de Mannheim<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Cf. FERNANDES, 1971. [Marx e o pensamento sociológico moderno].

<sup>68</sup> Cf. ROMÃO, 2003.

Para o sociólogo paulista, a obra filosófica de Hegel<sup>69</sup> seria o ponto de partida para duas orientações distintas em relação às ciências sociais originadas na Alemanha, ambas historicistas, porém uma *materialista*, cuja expressão foi Marx e, a outra, *empiricista* constituída pela corrente de Wilhem Dilthey (FERNANDES, 1971, p. 338-342). Essas orientações ofereceram respostas diferentes à questão da natureza do conhecimento nas “ciências do espírito”, que demandou aproveitamento, crítica e ruptura com o hegelianismo, de um lado e, de outro lado, com o positivismo e a concepção naturalista de sociedade e seus métodos com pretensão de exatidão e de separação entre sujeito e objeto no estudo dos fenômenos sociais. Porém, apesar de essas orientações reconhecerem a natureza histórica e peculiar do conhecimento humano, relacionada ao “argumento do criador”<sup>70</sup>, existiria um divisor de águas entre essas duas correntes no desenvolvimento das ciências sociais alemãs.

Numa margem encontram-se Marx e sua tradição, na outra margem estavam Dilthey e autores, citados por Florestan Fernandes (1971), como Hermann Paul, F. Tonnies, Karl Menger, Windelband, Rickert, G. Simmel, Max Weber, Georges Gurvitch e Mannheim. O busílis diferenciador dessas orientações seria a resposta positiva à pergunta acerca da possibilidade de se conhecer o real, seu desenvolvimento e suas tendências, no âmbito de certos limites, consoante à práxis humana, conforme Marx.

Para este, segundo Florestan Fernandes, o *noumeno* (*coisa em si*) kantiano perde sua centralidade e característica de objeto inatingível pelo conhecimento e pela experiência humana, tornando-se objeto ou coisa *para si*, na medida em que o próprio conhecimento seria atividade histórica, sendo infecundo dissociá-lo de seu objeto já que ambos, embora contraditórios e dessemelhantes, instituem uma relação dialética unitária. Diferença que reside no aspecto prático do materialismo histórico dialético, cuja implicação é a unidade entre teoria e prática.

Em relação à apropriação inicial que Florestan Fernandes faz do pensamento de Marx, encontra-se uma exposição no texto *Marx e o pensamento sociológico moderno*, em que ele “sociologiza” o filósofo da práxis. Nesse texto evidencia-se uma preocupação em

---

<sup>69</sup> Hegel rompeu com a concepção kantiana naturalista de conhecimento, inaugurando um novo paradigma (dialético), no qual a cultura (*Bildung*) e a história receberam um tratamento privilegiado, permitindo a fundação de novas vias de objetividade para as ciências humanas através de caminhos próprios para lidar com seus problemas fundamentais.

<sup>70</sup> O argumento do criador foi formulado por Vico, embora remeta as origens modernas do pensamento filosófico em Bacon, Hobbes etc. Ele consiste na superação das barreiras teológico-religiosas e a entrada em cena do homem (conceito filosófico) como sujeito criador do conhecimento, uma vez que só poderíamos conhecer aquilo que nós mesmos criamos. A partir desta concepção diferentes soluções epistemológicas foram sendo oferecidas para o problema do conhecimento e da verdade. Cf. Domingues, 2004.

expurgar interpretações parciais e tendenciosas da obra de Marx, seja pelos sociólogos ou pelos próprios marxistas, por meio de um recurso de compreensão que distingue o método de análise e interpretação do real, elaborado pelo comunista, das vicissitudes histórico-políticas de sua obra<sup>71</sup>.

Desse modo, o sociólogo revela um interesse especial pelo método de análise marxiano, afirma não poder desvinculá-lo de suas implicações políticas, porquanto a práxis revelava a essência ativa do conhecimento. Afirma ele que o movimento dialético imanente ao real – percebe-se aqui uma leitura mecanicista de Marx – é passível de ser conhecido pela consciência do sujeito. As relações unitárias entre sujeito e objeto do conhecimento, apesar de contraditórias, são apreendidas em situações concretas, no modo determinado e ativo pelo qual o pensamento apreende o real, síntese de múltiplas determinações, na “conexão existente entre o objeto e a apropriação do conteúdo da percepção no ato da consciência” (FERNANDES, 1971, p. 315).

Posto que os seres sociais modificam os limites das conexões em que sujeito e objeto aparecem, antes de ser teórico, o conhecimento é uma atividade prática, meio para se atingir fins, cuja verdade deve ser medida e comprovada pela ação, uma vez que ao ser submetido à prova, o conhecimento pode produzir transformações gerais. Conforme Fernandes (1971), a dialética desenvolvida por Marx credita a possibilidade de um conhecimento sintético e capaz de reproduzir o real no pensamento como meio de transformá-lo pela práxis histórica.

Os principais elementos teóricos apropriados por Florestan Fernandes de Marx, no texto citado, dizem respeito a: 1) ruptura da concepção naturalista das ciências sociais e elaboração de um novo método pela valorização dos elementos histórico e culturais, onde a concepção de necessidade (lei) assume uma validade histórica, invocando a liberdade humana de transformá-la; com efeito, há um reconhecimento da *especificidade*, da *realidade* e das *leis* (transitórias) que regem o social, assim, não há lugar para o determinismo, mesmo no que concerne ao fator econômico, que seria antes o ponto de chegada e não o ponto de partida da obra de Marx; as formas sociais devem ser estudadas no seu âmbito imanente de mudança; 2) apreensão da categoria *crítica* num sentido construtivo de síntese lógica e histórica capaz de facultar um desenvolvimento ulterior; 3) existência de unidade entre sujeito e objeto, teoria e prática, sendo a ação o critério de verdade das teorias.

---

<sup>71</sup> Essa é uma questão à qual, posteriormente, o autor se refere por meio de uma transformação do socialismo em doutrina, na qual haveria um abandono da perspectiva teórica em nome das “normas de ação” e “técnicas de agitação”, permanecendo apenas nas ciências sociais o domínio científico dos fenômenos sociais. Ver: Florestan Fernandes, **O significado das ciências sociais no mundo moderno**. FCL, SP, 13, p.93-98, 1951.

Todavia, esses elementos não estejam explícitos fidedignamente nem tampouco tenham sido levados às devidas implicações por Florestan Fernandes (1942-1958), dada a diferença de propósitos dos autores, esses elementos advindos da contribuição teórica de Marx eram conhecidos pelo sociólogo, mas foram mobilizados consoante os seus propósitos científicos.

Quiçá, a incongruência da obra de Marx com a ideologia cientificista de Florestan Fernandes, porquanto aquele representa o ponto de vista engajado do proletariado, tenha suscitado o interesse do autor por Mannheim, o qual se afinava aos seus propósitos. Naturalismo e historicismo compartilham o apego aos fatos e o fascínio pelas ciências naturais, de fato, constituem duas versões do cientificismo<sup>72</sup>.

De todo modo, essa opção por um ou outro teórico apresentou-se como uma necessidade do autor para superar o dilema acerca das relações entre teoria e história, imposto pelo positivismo funcionalista.

[..] Desde que a análise mantenha num plano de estrita objetividade, a teoria resultante pode incorporar os elementos subjetivos que operam como fatores radicais de mudança social (o que se evidencia nas interpretações de Marx) ou exprimir *tendências médias*, caracterizáveis a partir dos efeitos dinâmicos da fricção de elementos subjetivos divergentes e antagônicos em determinadas condições histórico-sociais (consequência da “síntese de perspectivas”, defendidas por Mannheim) [...] (FERNANDES, 1971, p.120)<sup>73</sup>

A referência a Mannheim torna-se patente com a emergência da sociologia aplicada que, conforme dito, possui um significado que ultrapassa a criação de uma nova disciplina por envolver um posicionamento teórico-político diante dos problemas sociais. Nesse sentido, o estudo elaborado sobre o sociólogo húngaro e intitulado *A concepção de ciência política de Karl Mannheim* tem uma importância decisiva para compreender o esquema de objetividade nos marcos da sociologia do conhecimento mannheimiana, que se manifesta a partir de 1950, cujas implicações estão expressas nos diagnósticos e prognósticos que elaborou sobre seu tempo. A seguir, são apresentados alguns pontos dessa apropriação

---

<sup>72</sup> O positivismo de Florestan Fernandes evidencia-se pela expurgação da filosofia, classificação sistemática das subdisciplinas da sociologia, vista como ciência englobante, a qual era pensada por um *a priori* dogmático do que vinha a ser “Ciência”. Os pressupostos naturalistas são: preocupações metodológicas; aplicação dos métodos das ciências naturais sem justificação filosófica; crença na ciência como benfeitora da humanidade; lacunas das ciências sociais são vistas em comparação às ciências da natureza; discurso de uma sociologia ideal, tal como gostaria que fosse; imposição de normas exteriores. (Cf. JAPIASSU).

<sup>73</sup> [A sociologia aplicada: seu campo, objeto e principais problemas]

que serviram de base para as críticas de Florestan Fernandes a Guerreiro Ramos.

Um dos propósitos marcantes do pensamento de Mannheim<sup>74</sup>, segundo Florestan Fernandes (1971<sup>75</sup>), é o de que as investigações sociológicas possuem uma via de objetividade intrínseca capaz de conduzir a uma “filosofia da ordem social democrática”, no que concerne aos seus valores essenciais. Essa objetividade rompe com a imparcialidade dos investigadores na medida em que expõe os elementos subjetivos e inconscientes de suas perspectivas sociais, possibilitando equacionar as mais diversas contribuições numa síntese dialética.

Apesar de diferentes perspectivas, condizentes à posição social de seu formulador, acerca de determinadas questões sociais e políticas, haveria uma margem para a síntese delas, de modo a abranger todos os interesses envolvidos. No que concerne à sociologia, o conhecimento científico orienta-se pela compreensão mais completa possível sobre determinada “situação histórico-social”, superando as formas parciais e partidárias de conhecimento da realidade social.

[...] a consciência de sua posição social e da necessidade das atividades a ela subordinadas, imprime uma orientação revolucionária e criadora ao pensamento intelectual. Certo disto, Mannheim define a possibilidade das sínteses, ligando-as diretamente à camada social a que pertence como cientista e às funções sociais que normalmente ela devia desempenhar em nossa cultura. (FERNANDES, 1970a, p.269)

Em meio à problemática da garantia de um conhecimento verdadeiro que facultasse a ação prática, o que no marxismo é atribuído à classe trabalhadora por questões ontológicas e pelo diagnóstico do papel por ela ocupado no processo produtivo, Mannheim (1968), ao desconsiderar essa solução e desenvolver o conceito de ideologia num sentido próprio remetido ao verdadeiro e ao falso, para fugir do relativismo, acolhe o perspectivismo como justificativa das relações existentes entre produção do conhecimento nas ciências humanas e posição do sujeito investigador. A partir do diagnóstico que Mannheim (1974) faz do processo de democratização (do conhecimento) no ocidente, a *intelligentsia* é vista como o grupo social portador da capacidade de elaborar a síntese das perspectivas e demandas sociais.

Florestan Fernandes resolve seu impasse mediante a alusão aos intelectuais, cujo respaldo de sua posição social assegurar-lhes-ia um papel normativo na vida pública. Inicialmente, a orientação normativa no pensamento do autor em relação às questões histórico-sociais de seu tempo, apresenta-se através de indicações gerais e pouco detalhadas,

<sup>74</sup> Para uma elucidação do posicionamento de Karl Mannheim, Cf. SHIOTA, 2009.

<sup>75</sup> [Trata-se do texto: **Publicações póstumas de Karl Mannheim**].

sob a rubrica do “cidadão”, ao passo que os problemas atinentes ao desenvolvimento institucional da prática científica, os quais na visão dele possuíam grande relevância para o Brasil, são amparados pela argúcia do sociólogo.

Mannheim (1968) esboça uma explicação do condicionamento sócio-cultural do saber e busca equacioná-lo por meio de um ponto de vista integrativo atribuído aos intelectuais. A estes competiria a difícil missão de “orientar” e iluminar a política através de sua esfera de competência científica, que eliminaria todo caráter partidário do conhecimento. A política (científica) valendo-se da sociologia do conhecimento e da (teoria do) planejamento social, se transformaria em causa e efeito de mudanças sociais necessárias para o equilíbrio social em prol da coletividade.

Consentindo com Mannheim, Florestan Fernandes argumenta:

O certo é que o ideal de uma teoria ativa de interferência científica no controle dos fenômenos sociais irracionais, como um passo definitivo na racionalização de toda vida política, só se poderia concretizar em uma sociedade em que a ciência desempenhasse uma função importante. Muitos intelectuais europeus acreditam nessa possibilidade, associando-a a transformação das modernas sociedades capitalistas em sociedades socialistas. Quando escreveu seu ensaio, Mannheim revelava-se um adepto franco desse modo de pensar. E de certa forma coloca o problema da política como se o ponto crítico da transformação já tivesse sido superado na Europa. Os acontecimentos posteriores e os próprios sucessos na vida de Mannheim demonstraram o contrário (FERNANDES, 1970a, p.239).

Um dos pontos principais da apropriação de Mannheim por Florestan Fernandes (1970a) diz respeito à noção de processo social. Este designa *variações estruturais* do desenvolvimento social, abrangendo *situações histórico-sociais* concretas e determinadas por um mecanismo de desenvolvimento imanente. O processo social é um “(...) *continuum* orgânico de situações estruturais, de forma que as alterações de uma situação histórico-social contenham em potencial os fatores de novas mudanças sociais (...)”. Estas, por sua vez, “(...) ocorrem como efeito da ação coletiva de camadas sociais, interessadas no reajustamento da organização social às novas condições de vida social” (FERNANDES, 1970a, p.233). O mérito dessa concepção era o de apresentar uma visão dinâmica do ajustamento entre indivíduo e sociedade por meio de um condicionamento recíproco variável de um pelo outro, no qual os grupos sociais, seu pensamento e sua ação podem ser apreendidos em unidade.

Conforme a apreciação de Florestan Fernandes (1970a), para Mannheim, a ciência política contribui com conhecimentos capazes de submeter o ímpeto do elemento

irracional ao controle social e racional, possibilitando o conhecimento do presente e sua transformação no sentido socialmente desejável. Convertendo a ciência política em sociologia política, Mannheim não compreendia a política exclusivamente através de normas e fins, mas, também, pela sua função de fornecer meios racionais de conduta para acentuar ou provocar mudanças sociais. A política orientaria a ação por meio de um ponto de vista mais amplo e de decisões crivadas pelo manejo da ideologia em seu sentido total. Assim, a compreensão das produções intelectivas dos interesses políticos envolvia a “situação concreta” do grupo ou classe social correspondente

O processo social envolve tanto a dimensão racionalizada pela sociedade através de normas definidas que se tornam rotineiras, quanto a esfera *irracional* ou os elementos em devenir, não sujeitos a uma regulamentação. Estes últimos seriam objeto da política científica com propósitos de racionalizar as relações sociais, sendo esta sua utopia: de ser atividade capaz de instituir algo novo ou ampliar sua esfera de atuação e de se tornar duradoura, face às forças sociais não controladas pelos sujeitos.

Nesse léxico, a função da política é a de inaugurar algo de novo enquanto atividade criadora que se esforça para manter sua criação, de maneira a torná-la duradoura. Relacionada às questões ainda não submetidas ao processo de racionalização, próprio da situação histórica moderna, característica do ocidente, o propósito da política seria o de voltar-se para os problemas ainda não racionalizados nem regulamentados e tampouco rotinizados pela conduta administrativa. Sua ação seria também a de uma política científica com a finalidade de controlar as forças irracionais, entendidas como problemas sociais não organizados pela ação humana.

Florestan Fernandes (1958b) recusa o posicionamento historicista de Hans Freyer<sup>76</sup> no que diz respeito ao uso da sociologia para fins políticos particularizados, nacionais. Para tanto se vale do argumento segundo o qual a particularização histórica e cultural do conhecimento sociológico seria um equívoco, pois, desconsidera o fato de que as situações histórico-culturais estão submetidas a uma estrutura mais universal, a estrutura de classes sociais, de onde proveio o ponto de vista sociológico. “O tratamento de problemas particulares, característicos de países novos como os Estados Unidos e o Brasil, precisa ser feito ao mesmo tempo em que o dos problemas gerais, inerentes à estrutura de classes das sociedades ocidentais a ela vinculados” (FERNANDES, 1958b, p.291). Além disso, o uso político dos conhecimentos sociológicos seria apenas uma das modalidades possíveis de

---

<sup>76</sup> Sobre as críticas de Florestan Fernandes a Hans Freyer, Cf. FERNANDES, 1958b [A **sociologia aplicada como disciplina autônoma**].



aplicação da sociologia aos problemas sociais.

Para Florestan Fernandes (1971), o método de Mannheim se prestava a facilitar a seleção dos fins práticos da sociologia. As funções dessa ciência se integravam à cultura (*Bildung*) e à história. Ao evitar qualquer polarização, mantinha o sentido universal da disciplina, que tomava determinada situação histórico-social apenas como ponto de partida de análise, elaborando as devidas mediações entre situações históricas e estrutura que as engendra. Além desses aspectos, que confluem para a teoria do planejamento de Mannheim, este também contribuiu significativamente no entendimento do sociólogo paulista acerca das “relações dinâmicas da personalidade com a organização social” (FERNANDES, 1971, p.392) nos diagnósticos que ele fez da sociedade Brasileira.

Mannheim, também, influenciou a compreensão do sociólogo paulista acerca das funções da educação como “fator de *mudança cultural provocada*, no preparo das novas gerações, inculcando-lhes valores democráticos, pontos de partida da mudança social, porquanto “a *nova ordem social exige um novo tipo de homem*” (FERNANDES, 1971, p. 147). Esta filiação intelectual do sociólogo em tela favoreceu que ele submetesse a sociologia aos problemas históricos de seu tempo, zelando o prisma oferecido pela sua esfera de competência.

## **7. Problemas sociais como problemas sociológicos**

A partir de Weber, Florestan Fernandes (1971) afirma que *racionalização* e *secularização* da economia, da política, da administração e do direito, intrínseca ao surgimento da modernidade, também influíram na filosofia e no desenvolvimento da ciência. Por meio delas, ele idealiza um controle social humano e racional das condições sociais e econômicas de existência. A ciência encerraria determinados valores éticos perseguidos como a *universalidade* e a *democracia*, implicadas no ideal de *objetividade* mannheimeano; e também valores extraídos do processo de racionalização das concepções, ações e relações humanas como *liberdade*, *respeito à pessoa*, *sentimento de equidade*, *atitudes de tolerância*, *autonomia* e *solidariedade*, requeridos pelo pensamento científico, tal como ele o sociólogo paulista o concebe.

Os valores científicos, principalmente esses últimos citados, relacionam-se às ciências humanas, vistas pelo desmascaramento da “alienação” das relações sociais de existência, demonstrando seus “aspectos antinaturais e supra-rationais”. A racionalidade do saber científico “não deriva do respeito invariável a uma ordem estática de valores

consagrados, mas da capacidade da inteligência em descobrir e utilizar conhecimentos compatíveis com a objetividade dos eventos materiais ou humanos” (FERNANDES, 1971, p.175). Há um interesse dele em transformar a ciência numa *fonte de orientação do comportamento humano na vida prática*, levando às últimas consequências o que Mannheim (1968) havia sugerido.

O esquema naturalista do positivismo funcionalista, que Florestan Fernandes herda das tradições intelectuais francesa, inglesa e norte-americana, impunha-lhe severas restrições em relação à aplicação do conhecimento científico aos problemas do Brasil. O *desinteresse* e a *imparcialidade* da ciência em relação às questões *ideológicas* asseguravam a integridade do cientista e controlavam suas motivações, segundo o *ethos* científico. Mas, a ruptura com esse esquema de construção do conhecimento – de uma preocupação voltada à *explicação* para a o ideal pela *aplicação* da sociologia aos problemas sociais –, torna-se patente na sua obra a partir de 1956, quando ele começa a ministrar um curso sobre sociologia aplicada na *Cadeira de Sociologia I*. Desde o texto sobre a concepção política de Mannheim, escrito em 1947, o sociólogo paulista tinha clareza que:

As duas concepções de ciência opõem-se: “uma coisa é esforçar-se em obter uma visão panorâmica ordenada esquematicamente; outra buscar uma orientação concreta para a ação”. A conclusão prática desse confronto é a seguinte: não se deve acusar a política, mas rever nossa concepção de ciência. Os conhecimentos exequíveis e transmissíveis atualmente estenderam-se de tal forma que o conceito contemporâneo de ciência, calcado no modelo das “ciências exatas”, não os pode abarcar totalmente. (FERNANDES, 1970, p.247)

A acusação de que a valorização da subjetividade e da aplicação do conhecimento científico são “acientíficas” e normativas por parte de alguns sociólogos como Durkheim, Weber, Gurvitch etc. passam a ser impugnada por Florestan Fernandes com a fundamentação da sua sociologia aplicada aos problemas sociais, síntese daquilo que foi produzido por sociólogos alemães (teóricos) e norte-americanos (pragmáticos).

Segundo Florestan Fernandes, na condição de uma disciplina autônoma, a sociologia aplicada não era “trabalho social”, nem tampouco era relacionada com interesses práticos imediatos. Ela é a “análise dos efeitos “disnômicos” da vida social e das condições previsíveis de intervenção racional no controle das situações em que eles emergem socialmente” (FERNANDES, 1971 p.151). Ou seja, ela interessa-se pelos problemas sociais, todavia, “segundo as normas do conhecimento científico e de acordo com os requisitos empíricos e lógicos da explicação sociológica” (FERNANDES, 1971 p.109). Isso significa a

manutenção dos procedimentos metodológicos de investigação, sistematizados por ele e vistos anteriormente, mas, com escopo na aplicação dos conhecimentos científicos aos problemas sociais, em outro esquema geral de objetividade e relação entre sujeito e objeto, teoria e história.

O padrão de desenvolvimento das ciências naturais desenvolveu-se, segundo Florestan Fernandes (1971), respondendo às necessidades sociais constantemente criadas pela “civilização tecnológica e industrial” - seja de explicação do mundo, seja de controle social - em meio à concepção de mundo liberal que impregnou, com certos procedimentos “extracientíficos”, a própria elaboração do conhecimento científico. Ele se detém em questionar as relações existentes entre ciência e aplicação, não indo além para outras conexões possíveis, em vista de seu interesse em fundamentar o que seria essa subdivisão da sociologia. Conforme o autor, o conhecimento nas ciências naturais seria um “pensamento inventivo”, de grande capacidade criadora, porém de caráter e finalidade técnicas.

O modelo naturalista de ciência a desvincula de sua aplicação, divorciando sujeito e objeto, teoria e prática, deixando-a nas mãos de técnicos, da sua repercussão espontânea junto às forças sociais, de modo que seu ideal não se vincula a fins práticos. Tampouco a aplicação técnica orientar-se-ia teoricamente, desconhecendo as “obrigações morais dos cientistas”. Nesse modelo, há um hiato entre pesquisa fundamental e pesquisa voltada para aplicação, cuja consequência maior é a alienação dos cientistas e a ausência de controle social sobre o destino de sua produção na definição de seus papéis e das funções da ciência. Isso não decorre da “natureza do ponto de vista científico” (FERNANDES, 1971, p. 164), mas de fatores “extracientíficos” relacionados à visão de mundo engendrada pelo liberalismo.

O elemento racional no padrão de trabalho científico liberal mistura-se e concorre com condições e fatores irracionais presentes em formas de hábitos, normas, instituições e valores sociais, que obstruem e dificultam o uso de técnicas racionais. A *mudança cultural espontânea* que ocorre nesse tipo de desenvolvimento científico, volta-se para fins pragmáticos imediatos, havendo predominância de interesses econômicos sobre as razões científicas propriamente ditas, vistas por Florestan Fernandes como sendo “humanitárias”.

Na concepção liberal de ciência e de sua aplicação, o elemento racional restringe-se a alguns aspectos e é desviado das possibilidades de sua intervenção inovadora. Seus fins não são garantidos pelos meios e sequer são alcançados. Inexiste a compreensão das relações entre meios e fins em termos das exigências e das potencialidades das situações de existência social. Os ideais de melhorias sociais evocados, em última análise, por essa concepção

científica, tendo ou não realidade material, interrompem-se “em alguma de suas fases, antes de completar-se e de produzir os efeitos esperados, sem que seus agentes possam impedir tais decorrências” (FERNANDES, 1971, p. 185). Como se houvesse uma propagação espontânea do conhecimento na sociedade, sem o papel mediador de instituições e de uma concepção adequada, “aplicada” de ciência, a qual teorizou o sociólogo paulista.

A partir da formulação da relação entre teoria e prática por Marx, e seu desenvolvimento na sociologia alemã, sobretudo pelo sociólogo húngaro Mannheim, Florestan Fernandes passa a encarar a teoria do prisma da mudança social, de sua aplicação aos problemas sociais, as possibilidades de experimentação prática de seus conceitos e hipóteses, que influiriam na sua redefinição e continuidade, transformando-a em “saber para alguma coisa”.

Ele vislumbrava, em última análise, “as bases para uma teoria integral da ciência, na qual a pesquisa, a teoria e a aplicação aparecem como fases interdependentes de um complicado processo de percepção, explicação e alteração da realidade” (FERNANDES, 1971, p.168). Embora a problemática do autor tenha sua origem na tradição do pensamento alemão, ele coaduna elementos das demais tradições com que dialoga como a pesquisa empírica relacionada aos norte-americanos e conserva o ideal positivista de unificação da ciência, mas com nuances, pois, ele postulava a aproximação da ciência com a transformação histórica e sua submissão a fins, meios e valores éticos.

Assim, o autor apresenta as diferentes relações que se estabelecem entre teoria e prática nos paradigmas científicos conforme a área do conhecimento, pontuando as consequências problemáticas da concepção naturalista, que tenta transpor o método das ciências naturais para o estudo da sociedade, pois o objeto é *sui generis*. As ciências sociais, conforme ele, criaram um padrão de trabalho científico (lógico e empírico) com recursos de objetividade próprios capazes de corrigir a orientação das ciências naturais, no que concerne à relação teoria-aplicação, ciência e sociedade em benefício da existência social humana.

Esse novo esquema de relações se funda “no pressuposto de que a investigação positiva do comportamento humano e da vida em sociedade, a intervenção racional de meios institucionais de aproveitamento das descobertas das ciências do homem se interpenetram e completam”, demandando “uma concepção mais ampla dos papéis específicos dos cientistas e da própria função da ciência” (FERNANDES, 1971, p156).

As diversas orientações clássicas sobre esse problema no âmbito da sociologia, tanto empíricas quanto teóricas, são mobilizadas com o objetivo de conferir um fundamento à sua proposta de sociologia aplicada aos problemas sociais. Ele sintetiza procedimentos

indutivos, pragmáticos e elaboração teórica invocando o recurso sistemático à investigação empírica dos problemas sociais e ao estudo da intervenção racional como processo social. Cria, assim, a sociologia aplicada com fundamentos teóricos e empíricos de investigação e aplicação experimental dos conhecimentos sociológicos, em suas categorias, voltadas aos problemas sociais da mudança social.

Enquanto as teorias nas ciências naturais atingem algum grau de exatidão, no âmbito das ciências sociais pela sua “natureza” a situação é outra. Segundo Florestan Fernandes (1971), a teoria sociológica, por exemplo, possui elementos pragmáticos válidos apenas para desencadear um processo de intervenção racional, mas, não oferecia, pela natureza de seu objeto, um diagnóstico exato da situação. Isso exigia um paradigma de conhecimento no qual a aplicação seja a pedra de toque e permita rever e ampliar a teoria mediante a experimentação aliada à pesquisa empírica. As orientações clássicas da disciplina suscitaram um teor prático e político dos conhecimentos sociológicos, mas, segundo ele, ninguém tinha se preocupado em constituir uma disciplina especial em que a aplicação fosse objeto de estudo científico em prol do objetivo de transformar efetivamente os conhecimentos sociológicos em forças sociais, tarefa que Florestan Fernandes se dispôs a resolver.

Apresenta e resolve o problema ampliando a noção de teoria, por meio da vinculação de raciocínios indutivos com “raciocínios pragmáticos”, e alargando a noção de prática pela sua vinculação à teoria, ou seja, incorporando os “interesses da ação” na teoria e as “preocupações teóricas na prática”.

Vinculando raciocínio indutivo e pragmático, a teoria sociológica podia despertar interesse pelas análises prospectivas (conjugando passado, presente e futuro), pois o raciocínio pragmático seria capaz de oferecer a rotação de perspectivas, permitindo dirigir o pensamento científico para o que está *in flux* na vida social, para o presente. Direcionado por descobertas empírico-indutivas, o autor estabelece “como critério de seleção o grau de eficácia das soluções propostas, em face dos fins visados, dos meios disponíveis e das exigências da situação” (FERNANDES, 1971, p.122). O raciocínio pragmático permitia corrigir a teoria e, no limite, testá-la experimentalmente.

As modalidades de conhecimento teórico na sociologia variam conforme as possibilidades explicativas (nomotética, sistemáticas; indutivas, generalizações empíricas, etc.) e os diferentes campos de abrangência do ponto de vista sociológico, cujas potencialidades pragmáticas variariam. Em relação à sociologia aplicada, desde o conhecimento de aspectos micro e sociográfico, até o conhecimento das tendências globais de desenvolvimento de um sistema social seriam igualmente relevantes para a disciplina. Ambos

tinham de alcançar fundamentos lógicos e empíricos, ambos eram importantes.

Florestan Fernandes (1971) distingue, também, duas ordens de questões na sociologia prática: problemas de explicação teórica e problemas de intervenção histórica, com a finalidade explícita da “descoberta de conhecimentos teóricos imediatamente úteis a propósitos realizáveis de intervenção deliberada na organização ou funcionamento dos sistemas sociais” (FERNANDES, 1971, p.136). A proposta de uma ciência e sociologia aplicadas, tal como é apresentada pelo autor, diz respeito a uma política científica de intervenção social respaldada por critérios racionais. Expressava uma aparente possibilidade de solução “científica” dos problemas sociais do país.

Com ela, Florestan Fernandes tentou aproximar a sociologia dos problemas históricos e obstáculos da sociedade brasileira, porém, mantendo uma “estratégia de ação” que fosse compatível com o “mundo da ciência” e suas exigências éticas e institucionais específicas. No primeiro caso, a ética científica deriva de seu compromisso com a verdade, a qual podia ser alcançada com “modelos empíricos indutivos de investigação e de explicação da realidade”, a partir dos quais se imporia uma preocupação com suas descobertas científicas. No segundo caso, ele normatiza em torno do aperfeiçoamento das instituições científicas, pois a ciência depende da pesquisa e ambas de um ambiente intelectual adequado que resguarde sua relativa autonomia.

O ideal de toda ciência, conforme Florestan Fernandes (1962b), seria o de propor problemas estritamente científicos. No caso brasileiro, porém, as condições histórico-sociais adversas deviam ser consideradas nas pesquisas para balancear a opção do cientista, sem que ele se comprometesse de modo exclusivo com a ciência. As oportunidades oferecidas pela sociedade brasileira em relação ao trabalho científico precisavam, também, se adequar aos ideais, às normas e aos valores científicos, entendidos do ponto de vista de um padrão internacional de excelência.

Assim, os temas de pesquisa precisavam atender tanto às exigências científicas quanto às demandas pelo conhecimento da situação histórico-social em vista da resolução de problemas. Em virtude de que a percepção dos problemas sociais ocorre de modo ideológico, ao sociólogo competia um papel de *intelligentsia* suprapartidária, pois:

Para servir à ciência e ao seu desenvolvimento, bem como para atender eficazmente e segundo os critérios do espírito científico às exigências mais profundas do progresso social, ele precisa libertar-se como e enquanto cientista, dos conceitos, avaliações e aspirações que conformariam seu horizonte intelectual, as atitudes, valores e ideais que se impõem em termos do próprio pensamento científico e da

concepção científica de mundo (FERNANDES, 1962b, p.447)

Tratava-se de uma solução, oferecida pelos sociólogos aos problemas do Brasil, na esfera de sua competência, mantendo a autonomia diante dos demais âmbitos da sociedade. Florestan Fernandes (1971) tinha em vista a mudança social provocada, acreditando que a consciência dos fins e a disposição dos meios, apesar de ser obra de especialistas, dependiam da vontade coletiva para a mudança e estariam inscritos na própria realidade da situação a ser modificada.

## **8. Ciência como teoria e prática**

Com Florestan Fernandes, a pretensão de cientificidade da sociologia acabou por questionar o ideal de uma prática científica alheia às questões históricas de seu tempo, bem como o engajamento pueril, que não dá devida atenção para o modo como o conhecimento é organizado, produzido e processado pela sociedade.

A princípio, no começo de sua formação universitária, ele aproximou-se de uma visão de ciência abstraída das questões históricas de seu tempo, que distingue ciência e política de maneira rígida e se encerra nos procedimentos formais do método científico. Mas, em seguida, ele acabou rompendo com essa concepção ao denunciar o “padrão liberal” do metiê científico como reflexo da ideologia liberal na concepção de ciência e na produção científica e aplicação da ciência na sociedade.

Ao romper com uma concepção de ciência elitista e apartada do mundo, Florestan Fernandes voltou sua preocupação para a necessidade de aplicar o conhecimento na sociedade de maneira assegurada pelos “padrões científicos”, reconhecendo as implicações políticas do conhecimento e creditando nos sociólogos o papel de especialistas, que poderiam contribuir através do rigor de sua especialidade para a “mudança provocada” da sociedade brasileira. Os problemas históricos da sociedade passaram a oferecer uma possibilidade de os sociólogos contribuírem, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da teoria e para o processo de mudança social do Brasil.

A intervenção devia atentar-se para os meios institucionais de absorção do conhecimento sociológico pela sociedade, bem como para o dever do sociólogo de dar continuidade à teoria sociológica. Era preciso aliar ambição teórica e investigação dos problemas brasileiros de modo a contribuir duplamente, com o avanço da teoria e com o conhecimento sociológico do Brasil, por meio da elaboração de diagnósticos que facultassem

a intervenção social. A “mudança provocada” devia partir da atuação do Estado por meio da mediação de uma *intelligentsia*, comprometida com os interesses públicos, como no caso da inclusão da sociologia na escola básica e da luta pela melhoria da educação em sua totalidade, que foram algumas das questões nas quais Florestan Fernandes engajou-se politicamente.

Verificamos, assim, o questionamento do autor da objetividade científica proposta pelo positivismo funcionalista e sua restrição ao “*ethos científico*”, ao mundo da ciência, à ciência pela ciência, que não reconhece seu caráter político e se isenta das questões de seu tempo. Os obstáculos para a existência das instituições científicas autônomas no Brasil suscitaram a necessidade de um padrão de desenvolvimento científico “adaptado”, que fosse também capaz de responder e solucionar os problemas da sociedade brasileira para promover a própria ciência, conforme a apropriação que o sociólogo paulista fez de Karl Mannheim.

Florestan Fernandes abandonou uma visão da sociologia unicamente preocupada com a explicação, métodos e técnicas de pesquisa, tencionando dispô-la, organizá-la institucionalmente para pensar e solucionar os problemas do Brasil, em vista de uma ordem social democrática, que poderia se realizar aqui também. Com isso, resguardando seu arsenal teórico metodológico, ele aproximou seu pensamento do debate em voga em seu tempo, na década de 1950, que primava pelas transformações da sociedade brasileira, formulando diagnósticos em vista da superação de obstáculos que ele identificou.

Se, inicialmente, o padrão científico de Florestan Fernandes resumia-se em produzir um conhecimento com propósitos de aliar teoria e empiria, respeitando os procedimentos técnicos e lógicos próprios da sociologia, a via de objetividade proposta pela sociologia do conhecimento de Mannheim permitiu que ele vislumbrasse uma intervenção científica na história, respaldada pelos diagnósticos que a disciplina poderia oferecer sobre as diversas situações e processos histórico-sociais em curso no país.

Pode ser que sua ênfase na sociologia diferencial e a ideia de uma sociologia aplicada, por mais retórica que seja em relação aos papéis da sociologia na sociedade, tenha contribuído para que o autor voltasse sua preocupação mais para análises históricas acerca da sociedade brasileira através do estudo da mudança social. Em todo caso, ao dedicar-se de modo mais enfático aos problemas de seu tempo, Florestan Fernandes torna-se mais crítico em relação aos seus prognósticos otimistas face ao desenvolvimento da sociedade brasileira, até eles principiarem a ruir com o Golpe Militar de 1964 e suas vicissitudes.



## Capítulo V

### Florestan Fernandes leitor de seu tempo (1942-1958)

*“[...] era uma obsessão política que nascia da cultura e gravitava dentro dela, irradiando-se para os problemas da época e os dilemas da sociedade brasileira, porque uma cultura autêntica impõe uma interação responsável entre o intelectual, o seu meio e o seu tempo, mediada pelas tarefas que nascem do crescimento interno daquela cultura e sua irradiação pela sociedade. Os nossos meios e os nossos fins vinham desse crescimento e das potencialidades que ele nos abria como agentes de uma história de circuito acanhado” (Florestan Fernandes).*

#### 1. Uma reflexão científica acerca dos problemas do Brasil

Aferrado ao “destino” reservado às classes subalternas, para obter voz na sociedade brasileira, Florestan Fernandes percorreu o íngreme percurso de legitimar a cientificidade da sociologia e da etnologia a fim de conquistar respeitabilidade para estas disciplinas, num momento histórico em que surgiram as primeiras universidades brasileiras e elas praticamente não estavam institucionalizadas, em vista do que são hoje.

O “radicalismo científico” do autor refere-se ao começo de sua formação intelectual na universidade, momento em que esteve preocupado com a instauração de padrões científicos internacionais nas pesquisas sociológicas produzidas no Brasil. A partir de uma influência de seus mestres estrangeiros e das tradições norte-americana e européia da sociologia, ele publicou<sup>77</sup> pesquisas conforme os procedimentos formais, os cânones defendidos por ele que ditavam uma solução para o problema de aliar teoria e empiria.

Nesse primeiro momento de sua formação na universidade, Florestan Fernandes tinha plena convicção de que o transplante cultural de professores estrangeiros havia dado o alento necessário às ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP), por meio da importação de novos padrões de trabalho intelectual. Caberia à sua geração conservar e desenvolver o que lhes fora transmitido.

Ao dar continuidade ao espólio que lhe fora destinado, Florestan Fernandes rompeu com o modelo de conhecimento elitista proposto pelos mestres estrangeiros. *Grosso modo*, este modelo foi importado consoante os interesses do projeto da “comunhão paulista”, resultando numa concepção elitista de ciência, para a qual o interesse era fazer ciência pela ciência: a “ciência como vocação”, situada numa esfera distinta da política, ante o

<sup>77</sup> Cf. FERNANDES, 1963; 1970b; 1947; 1948; 1958a; 1959; 1962a; 1970a.

“charlatanismo científico”. Os criadores da USP (a oligarquia cafeeira paulista) acreditavam que a derrota da Revolução Constitucionalista seria ganha no plano cultural através da formação de uma elite intelectual.

Ao analisar as condições sociais e institucionais da configuração de “hábitos e linguagens” das ciências sociais na *Universidade de São Paulo* entre 1954-1969, Pulici (2004) apresenta de modo relacional a diferenciação cultural, social e econômica subjacente aos membros da Cadeira de Sociologia I e da Cadeira de Sociologia II: a disposição para lidar com certas questões e o conseqüente interesse em conformar padrões distintos de excelência no trabalho intelectual. Cabe lembrar, Florestan Fernandes tornou-se professor contratado da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no primeiro dia do ano 1954.

As nuances entre os padrões de trabalho intelectual desenvolvidos por cada uma das cátedras de sociologia da USP se manifestaram sobretudo pelo interesse relativo à técnica e ao aproveitamento prático dos conhecimentos produzidos, a crença na possibilidade científica de racionalização dos processos sociais, o que caracterizou a cadeira de sociologia I; em suma, “divergências que não se restringem unicamente às escolhas temáticas, mas também aos diferentes procedimentos no trato dos vários temas” (PULICI, 2004, p37). Florestan Fernandes e seu grupo destacaram-se por imprimir um padrão de trabalho científico peculiar à *Cadeira de Sociologia I*, após a saída de Roger Bastide, trabalho que respondeu inclusive às demandas de democratização da universidade no recrutamento do perfil de sua clientela (Cf. Pulici, 2004).

Nos anos 50 do século passado, as grandes transformações de diversas ordens sucedidas no país refletiram-se na produção sociológica do momento<sup>78</sup>, o que ocorreu com Florestan Fernandes. A contenda com Guerreiro Ramos sugere a importância neste sentido pelos debates e acusações ao elitismo acadêmico do autor, bem como pelo fato de ele ter assumido a Cadeira de Sociologia I em 1954; e, sobretudo, pelas transformações ocorridas no contexto nacional e internacional, que contribuíram para que ele se direcionasse no sentido de um sociólogo interessado nas questões de seu tempo, um militante das causas da ciência e da educação no Brasil, rompendo com o ideal de conhecimento “desinteressado” proposto pela instituição e pelos docentes estrangeiros contratados.

Florestan Fernandes abandonou uma visão da sociologia unicamente preocupada com a explicação, métodos e técnicas de pesquisa, tencionando dispô-la, organizá-la

---

<sup>78</sup> Cf. LOPES (1971); QUEIROZ (1971).

institucionalmente para pensar e propor soluções aos problemas postos pela “mudança social” no Brasil, em vista de uma ordem social democrática, que poderia se realizar aqui. Com isso, resguardando seu arsenal teórico-metodológico, o autor aproxima seu pensamento do debate em voga no seu tempo, que primava pelas transformações da sociedade brasileira, formulando diagnósticos em vista da superação de obstáculos identificados.

Com o horizonte da intervenção racional e do planejamento da mudança social<sup>79</sup>, Florestan Fernandes deslocou-se de uma concepção de ciência apartada do mundo, e voltou sua preocupação para a necessidade de aplicar o conhecimento na sociedade de maneira científica, reconhecendo as implicações políticas do conhecimento produzido por meio de uma objetividade suprapartidária, a *intelligentsia*. Acabou por creditar aos sociólogos o papel de especialistas profissionais, que poderiam contribuir, com o rigor de sua especialidade, para a “mudança provocada” da sociedade brasileira. Os problemas históricos passaram a oferecer a possibilidade de os sociólogos contribuírem, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento da teoria sociológica e com o processo de mudança social do Brasil.

O sociólogo paulista registrou, assim, sua marca no padrão intelectual que herdou das instituições onde se formou<sup>80</sup>. Sua contribuição fundamental nos anos em que esteve vinculado à USP pode ser entendida, neste sentido, pela preocupação com a excelência do conhecimento produzido, conforme sua própria teoria da investigação sociológica, que dita a realização de um trabalho rigoroso e metódico, o qual diz respeito ao estatuto científico invocado pelos seus textos nesse período. Mais do que isso, de acordo com Cardoso (2005), existe uma preocupação ética e política com a ciência e o trabalho intelectual em Florestan Fernandes, porquanto ele era ciente de que a neutralidade científica é um mito.

Neste capítulo, são apresentados os diagnósticos de tempo produzidos pelo autor. Com a pretensão de fazer da sociologia uma ciência autônoma, ele articulou teoria com estudos empíricos, realizados na década de 1940, quando principiou a elaboração de uma leitura dos problemas históricos do Brasil. Uma preocupação constante e em sua produção intelectual. Temas como o folclore, os indígenas, os negros em São Paulo, a democracia, ciência, sociedade e sociologia no Brasil que revelam a compreensão que o autor tinha de seu tempo, em vista das possíveis transformações que potencialmente eram delineadas neste período da história da sociedade brasileira.

---

<sup>79</sup> Cf. FERNANDES, 1950a; 1959; 1960; 1971; 1963; 1964; 1966; 1968.

<sup>80</sup> Cabe lembrar que Florestan Fernandes realizou seu “mestrado” no Curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em São Paulo nos anos letivos de 1945 e 1946.

O recorte deste capítulo (até 1958) não contempla toda produção de Florestan Fernandes, tampouco o momento em que ele esteve vinculado à universidade de São Paulo (até 1968), em virtude da densidade de seu trabalho intelectual.

## 2. Esboço de um retrato do Brasil

Voltando seu interesse para um Brasil, até então, pouco conhecido e representado na história oficial do país, Florestan Fernandes elabora uma coletânea de artigos para o *Jornal de São Paulo*, publicada em 1946 na sessão *homem e sociedade* e intitulada *Um retrato do Brasil*<sup>81</sup>, analisando o livro de Júlio Paternostro: *Viagem ao Tocantins*, que resultou da participação deste médico e escritor junto ao *Serviço de Febre Amarela*, nos anos de 1934 a 1938.

Nesse período, o governo brasileiro assinou um convênio com a *Fundação Rockefeller* e estendeu o *Serviço de Febre Amarela* a todo o território nacional. Júlio Paternostro esteve numa região amazônica antigamente conhecida como “Vale do Tocantins”. Hoje ela se refere a áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão. Terras distantes da Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, pouco conhecidas e estudadas. O livro relato serviu como fonte empírica para a reflexão sociológica de Florestan.

Segundo Florestan Fernandes (1960a), muito embora haja limitações impostas pelo tipo de dados e informações colhidas, elas eram um ponto de partida para tecer um esboço descritivo capaz de chamar atenção dos especialistas para os problemas elencados, facultando pesquisas ulteriores. Em razão do próprio material de análise usado pelo sociólogo e o grande público, alvo de seu artigo, este acaba por incidir nos padrões sócio-gráficos que, anos mais tarde, ele mesmo condenaria.

O interesse do texto em questão manifesta-se no fato de que o sociólogo paulista valeu-se, pela primeira vez em suas publicações, da hipótese da “demora cultural”<sup>82</sup> para pensar o Brasil, usando-a na explicação dos problemas sociais da sociedade brasileira relatados por Júlio Paternostro. Segundo a tese clássica do funcionalismo, a “cultural lag”<sup>83</sup> é

---

<sup>81</sup> Foi publicado originalmente no *Jornal de São Paulo* na coluna *Homem e Sociedade* (05/02/1946; 12/02/1946; 26/02/1946; 05/03/1946; 12/03/1946; 19/03/1946; 02/04/1946; 16/04/1946; 23/04/1946). Reproduzido em: Cf. FERNANDES, 1960a. p. 344-359.

<sup>82</sup> Cf. OGBURN, 1938.

<sup>83</sup> Guerreiro Ramos (1947a) interpretou com reservas o pressuposto da “cultural lag”, para o qual a cultura se compõe de partes materiais e não materiais funcionalmente integradas, agindo uma sobre as outras através de “interdependência e correlação”. Nesse sentido, as partes da sociedade não mudavam em sincronia, pois a

um processo inerente à mudança social, caracterizado pela lentidão do ajustamento da esfera cultural com o ritmo das transformações sociais, pelas tensões entre os elementos tradicionais e os novos elementos em fluxo numa dada sociedade. Enquanto a nova ordem emergente não é assimilada por todos, havia um processo de desorganização social. Este se equalizaria através da incorporação quase obrigatória dos elementos inovadores da mudança social pela esfera cultural.

O sociólogo paulista analisa, interpreta e agrupa em nove tópicos os relatos do livro analisado, o qual ele soube muito bem aproveitar para tecer seus comentários, ainda que Paternostro não fosse um especialista. Ciente de que, nestes casos, “os autores prendem-se, geralmente, ao que mais lhe interessa ou o que acontece, frequentemente, às curiosidades, na linguagem saborosa dos quinhentistas” (FERNANDES, 1960a, p.115). Os tópicos, subdivididos, dizem respeito à: 1) relação entre portugueses e brasileiros no Brasil Colônia; 2) concepção corrente naquele tempo do litoral *versus* o sertão; 3) vida no sertão; 4) educação no interior do Brasil; 5) estado sanitário do interior; 6) medicina científica vs. medicina popular; 7) condições de trabalho; 8) cidades e movimentos migratórios; 9) contatos raciais e culturais. Estes foram extraídos a partir das informações obtidas por Julio Paternostro. No entanto, como especialista no assunto, Florestan Fernandes questiona a ausência do olhar deste escritor para outros aspectos como o folclore, a cultura material, etc.; e tece comentários críticos em relação às interpretações do autor confrontando-as com suas concepções daquele momento.

Além dos livros dos “ensaístas” brasileiros como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, e do trabalho “científico” de Emilio Willems, os relatos dos cronistas desbravadores ofereciam “maiores possibilidades, hoje, na compreensão e interpretação do passado colonial brasileiro” (FERNANDES, 1960a, p.107). Nesse sentido, o primeiro argumento do autor vai contra o mito do heroísmo português “vim, vi e venci”, para o qual, os portugueses permaneceram no litoral por comodidade. Para isso, ele lança mão dos relatos de Gabriel Soares e Hans Staden, os quais apresentam as dificuldades da conquista da terra: “uma realidade áspera e vivida, cheia de sacrifícios e de sangue, de ambição, astúcia e abnegações, de ambos os lados; o índio em nossa história, não é um peso morto”. (FERNANDES, 1960a, p. 110). Os portugueses

---

cultura não material (mentalidade, tradições, etc) avançava de modo mais lento, havendo um período de desajuste até sua integração à “cultura moderna”. Ele recusou essa tese para o caso brasileiro, afirmando que “o monismo sociológico americano vê, entre as partes da cultura, relações mecânicas de interdependência [...]” (RAMOS, 1947a, p.154). Ele que foi partidário do culturalismo alemão, reconhecia, assim, o caráter naturalista da sociologia americana ante a irredutibilidade entre “ciências da natureza” e “ciências do espírito”. Karl Mannheim, conhecedor da literatura sociológica norte-americana, aproximou-se desta perspectiva, porém sob o ponto de vista estrutural e dos “tipos-ideais”, ao referir-se à inconsistência da cultura moderna.

ficaram encurralados entre o mar e o sertão pela resistência indígena, os quais tiveram de ser convertidos em aliados ou dizimados pela guerra. A permanência dos colonizadores no litoral<sup>84</sup> deveu-se a uma contingência geográfica, demográfica e histórica e não ao livre-arbítrio.

Reportando-se a Caio Prado Jr., Florestan Fernandes afirma que o Brasil foi colônia de exploração, acrescentando também que o país foi colônia de fixação, o que “situa e explica tanto os diversos aspectos do povoamento e da orientação administrativa portuguesa, como a procura de riquezas “drenáveis” e a transformação do conquistador aventureiro e ambicioso em homem rural, sedentário senhor de engenho” (FERNANDES, 1960a, p.111). Em suma, a vitória dos portugueses deveu-se ao rápido reconhecimento da superioridade dos índios e da plasticidade geográfica, social e cultural que tiveram que conhecer para se ajustar ao meio, apropriando-se de elementos culturais indígenas. Os contatos dos brancos com os índios foram perniciosos para a organização social destes e conservaram uma longa história de exploração e de “destruição lenta e sistemática” dos povos indígenas.

A análise da mudança sócio-cultural dos povos sertanejos é empreendida por Florestan Fernandes (1960a) através do conceito de civilização, pois ele explica a ausência de uniformidade no desenvolvimento brasileiro, em termos da “demora cultural”, abrangendo ainda na sua explicação as “culturas de *folk*<sup>85</sup>”, conceito que seria mais imparcial do que a noção consagrada por Euclides da Cunha de “litoral *versus* sertão”, “fórmula precária”, que não assegurava um distanciamento do etnocentrismo.

O conceito de civilização permitia constatar a ausência de organicidade no desenvolvimento do país: a distinção entre “moderno” e “arcaico”, nítida pelo contraste existente entre centros urbanos marcados pela secularização e individuação e as culturas de *folk*, espalhadas pelo país (tanto no litoral quanto no sertão), nas quais subsistiam formas de controle tradicionais, relações pré-capitalistas homogêneas de solidariedade grupal e de tradição oral. O conceito de civilização se prestava a reconhecer o conflito entre fases históricas diversas, encontradas no grau de variação das estruturas sociais brasileiras daquele

---

<sup>84</sup> Em relação ao caso de São Paulo, por exemplo, o texto **Aspecto do povoamento de São Paulo no século XVI** corrobora este fato: “[...] A permanência dos portugueses no litoral só não foi um ato de heroísmo, porque eles se beneficiaram da proteção dos índios Tupi aliados. A análise dos documentos oficiais e das cartas jesuíticas mostra claramente esse fato; a colonização portuguesa nesse período teria sido impossível se os próprios nativos não a estimulassem e preservassem. [...] Os brancos precisavam alterar a situação, modificando o padrão de dominância da mesma, isto é, tentando obter o controle das próprias fontes de subsistência e garantir a possibilidade de domínio militar [...]. Por isso, a guerra tornou-se a principal política dos brancos em São Paulo, depois de 1554 [...]” (FERNANDES, 1960a, p.218-220).

<sup>85</sup> Ver: REDFIELD, 1941.

contexto. A dimensão temporal era abrangida pelo conceito de civilização, pois temporalidades ou estruturas históricas diferentes podem coexistir numa mesma civilização, noção que se sobrepõe à dimensão meramente espacial invocada pela noção consagrada por Euclides da Cunha.

Apesar das dificuldades inerentes às condições de vida do sertanejo, nem sempre os elementos culturais da civilização européia eram aceitos ou desejados em razão da incompreensão dos mesmos e da estreiteza do horizonte cultural do sertanejo, dada sua condição de vida. O isolamento da região do Vale do Tocantins oferecia um interessante material de estudo, destacando a necessidade de possíveis futuros trabalhos pela utilização dos recursos técnicos oferecidos pelas ciências sociais, para que houvesse um aproveitamento dessas investigações científicas no sentido de uma “mudança social orientada”.

Florestan Fernandes (1960a) compreende as dificuldades de implementação do ensino básico naquela região sob o prisma da “demora cultural”. O ensino precisava ser oferecido em todos os seus níveis e ser integrado ao sistema sócio-cultural tanto nessas localidades particulares quanto nos centros urbanos que se desenvolviam. Os governantes e governados, desde o Regime Republicano, não tinham se dado conta da necessidade de democratização da cultura e da universalização de todos os níveis do ensino.

O ensino “precisa adaptar-se às necessidades e às exigências de uma ordem social democrática e preparar todos os cidadãos para uma vida econômica, política e social cheia de graves responsabilidades” (FERNANDES, 1960a p.121). No meio sertanejo, a escola primária era um “peso morto” que não servia para as necessidades imediatas do meio social e se afastava da compreensão dos pais dos alunos. Para a eles interessava conhecimentos relativos ao manejo da terra, dos animais e das situações práticas que enfrentavam. A escola básica nestes locais precisava associar esses tipos de conhecimento.

A mesma resistência manifestava-se em relação à “medicina científica”, que demandava um “complexo cultural” de conhecimentos especializados, equipamentos necessários, remédios e mão de obra qualificada, inexistentes no sertão. Essa repulsa nascia nas próprias condições precárias da medicina que chegava até eles. A ausência desses recursos produzia efeitos negativos, além de que corroborava desconfiança e preferência pela medicina tradicional. “Postos de saúde” e “santas casas”, instituições de medicina ocidental, bem como médicos, eram escassos no Vale do Tocantins.

A ausência de comunicação com os centros urbanos reproduzia a “demora cultural” nesse âmbito, fazendo com que os médicos desconhecessem e ignorassem os recursos terapêuticos mais eficientes, prejudicando seu exercício profissional. Frente a essa

dificuldade, a “medicina científica” fundia-se com a “medicina popular” por meio de trocas bilaterais. “As duas ordens conflitantes de conhecimento entram, pois, nesta fase do processo, em colaboração direta. E, por paradoxal que pareça, é o método mais seguro e provavelmente mais rápido de introdução dos novos traços culturais relativos à medicina científica” (FERNANDES, 1960a, p.135).

Conforme Florestan Fernandes (1960a), as descrições de Júlio Paternostro apontavam que, naquela região, a produção era voltada para o consumo em unidades econômicas autossuficientes. Sob uma forma de economia pré-capitalista fundada no cultivo da terra e exploração extrativista dos recursos naturais. A abundância de recursos naturais diferenciava economias locais e permitia o suprimento de recursos básicos e de outros obtidos mediante a troca. Não havia relações econômicas que caracterizassem a existência e participação no mercado interno desses locais.

Porém, a penetração do trabalho assalariado sem o amparo, naquele contexto, de uma legislação trabalhista rural, redundaria numa hiperexploração do sertanejo, mantida através de contratos verbais, assegurados por valores de honra do sertanejo, em profissões como: seringueiro, apanhadores de castanha, tropeiros, remeiros etc. As atividades econômicas incidem no desenvolvimento das cidades e de movimentos migratórios, havendo por isso, na sua ausência a falta de uniformidade no desenvolvimento daquela região. Alguns locais acompanhavam o ritmo da civilização enquanto outros não. A migração do sertanejo em direção aos locais fartos em recursos naturais para praticar extrativismo acabava também reforçando a tendência de isolamento dos grupos familiares e manutenção das “culturas de *folk*”.

Por fim, Florestan Fernandes alerta que a solução desses problemas demandava o auxílio do ponto de vista das ciências sociais: a utilização sistemática do conhecimento científico ou dos recursos intelectuais que eles poderiam oferecer para “mudanças dirigidas”, na medida em que facultariam o conhecimento da “situação social considerada”. Ainda assim, era necessária “uma nova orientação político-administrativa no seio do Governo e da administração” (FERNANDES, 1960a, p. 149) fundada na compreensão da complexidade do problema e no reconhecimento da incongruência das soluções uniformizadoras, as quais não compreendiam as particularidades das culturas de *folk* espalhadas pelo território nacional.

A racionalização da política, da administração e o uso de especialistas com desígnios de enfrentar os problemas apresentados eram meios que poderiam ser usados para a resolução desses impasses. O texto pode ser considerado um esboço de leitura sobre o Brasil e seus problemas históricos, redigido em 1946 por Florestan Fernandes, o qual foi sendo



aprimorando, em sua obra, com uma ampla gama de questões, temas e novos referenciais teóricos.

### **3. O folclore do ponto de vista sociológico**

A temática do folclore foi desenvolvida entre 1940 a 1960 nos escritos do autor. Para ele, “o folclore nasceu de uma representação do desenvolvimento social e cultural” (FERNANDES, 1961, p.439). Somente no século XIX, através das concepções positivistas, evolucionistas e organicistas ocorreu o interesse pela sistematização dos conhecimentos populares. Isso se deve ao interesse político da burguesia, entendido pela necessidade histórica de enfrentar um problema prático através do estudo dos modos de ser, agir e pensar do povo, na medida em que o materialismo histórico havia concebido as classes subalternas (operários) como sujeitos históricos.

O folclore surge, assim, pela necessidade de a burguesia conhecer o povo. Aos olhos das ideologias burguesas do século XIX, diante do “estágio positivo” de evolução progressiva e unilinear da sociedade, o qual era regido pela ciência e pela explicação racional do mundo, como seria possível haver superstições populares? O estudo do folclore constatou a não homogeneidade do “progresso” nas sociedades ocidentais, a qual foi explicada pela incapacidade de os setores populares “progredirem”.

Para Florestan Fernandes (1961), as manifestações folclóricas foram explicadas como “sobrevivências” de elementos superados pela burguesia. O folclore, como disciplina científica, surge para sistematizar e explicar as manifestações populares, contribuindo para assegurar o controle das mesmas. Assim como para validar a concepção evolucionista e assegurar a hipótese de que as “sobrevivências” do passado seriam corrigidas pelo progresso e pela evolução unilinear da humanidade em vista de uma sociedade urbana e industrial, conforme as ideologias burguesas.

Enquanto a “cultura” dizia respeito ao patrimônio cultural das classes dominantes, o folclore passou a representar o mesmo para as classes subalternas, tornando-se a “cultura dos incultos”, a “ciência do saber popular” (Sébillot), segundo Florestan Fernandes (1961). A partir de um julgamento de valor em contraste com o modo de vida “civilizado” e “adiantado”, camponeses, operários e habitantes de pequenas cidades foram distinguidos das elites intelectuais e da burguesia.

Tratou-se de um pressuposto fundamental dos estudos folclóricos a existência de uma sociedade bipartida com formas diferenciadas de conduta, nascidas de valores e

concepções de mundo “naturalmente” diversas. O folclore abrangia elementos que o processo de racionalização e secularização da cultura ainda não havia atingido, sendo interpretado e visto de forma pejorativa como apego ao passado, além de representar a incapacidade do povo de assimilar o “progresso”.

O autor denuncia esses pressupostos que deram origem ao folclore, como estudo científico da cultura popular, refuta as teses evolucionistas etnocêntricas, e elucida o caráter histórico e informal daquilo que era chamado pelos evolucionistas de “sobrevivências”.

Segundo ele, a situação social dos indivíduos determina as condições gerais de seus modos de vida e da apropriação do patrimônio cultural do grupo ao qual participa, uma vez que esta assimilação dá-se no cotidiano, entre indivíduos pertencentes à mesma classe social ou ao sistema de estratificação social estabelecido de acordo com as relações sociais específicas vigentes. “Aqueles valores, considerados “sobrevivências”, são mais acessíveis a um número maior de indivíduos porque sua transmissão se faz por meio de processos informais, pelo “intercâmbio cotidiano” (FERNANDES, 1961, p.440). Ao passo que a educação sistemática, veículo comum do pensamento científico, era restrita a poucos, no período, por uma situação de classe.

Para Florestan Fernandes (1961), as diferenças de mentalidade de indivíduos de classes sociais distintas não eram diferenças de natureza, mas diferenças de grau, suscetíveis de modificação através da educação sistemática, pois, resultavam da participação desigual dos indivíduos na cultura do grupo.

Com efeito, os elementos folclóricos expressam “regras de conduta”, agem em todas as classes sociais e, nos “períodos normais”, contribuem para uniformizar os padrões de comportamento em torno de uma mentalidade característica de toda sociedade, em relação aos seus valores fundamentais, dando continuidade à “configuração sócio-cultural” em que esses valores se integram.

O tratamento empírico dos *Aspectos mágicos do folclore paulistano*, numa cidade em pleno processo de modernização, permitiu-lhe questionar a dicotomia corrente nos estudos folclóricos, onde se acreditava que havia diferença de natureza entre saber culto, próprio dos “civilizados”, e saber popular, que por sua vez representava a mentalidade dos “mais atrasados”.

Esta pesquisa realizada por Florestan Fernandes mostra que os valores mágicos do folclore estavam difusos nas diferentes classes sociais com maior ou menor intensidade. Nesse contexto, a magia é vista como um modo de compreensão e de ação no mundo, cujos valores ofereciam soluções práticas para diversas situações cotidianas, estando ela vinculada

às estruturas sociais tradicionais. A magia assegura a existência de poderes sobrenaturais imanentes aos objetos, passíveis de serem mobilizados em benefício ou malefício humano.

Os valores mágicos alteraram suas composições mediante as mudanças sociais de secularização e racionalização da sociedade brasileira, mas continuaram existindo. Apesar da difusão da educação escolar sistemática criar “situações diferenciais”, Florestan Fernandes (1961) constatou a existência de credices e superstições mesmo naqueles que se beneficiavam do “progresso”. As classes dominantes e instruídas conservariam comportamentos mágico-folclóricos mediante a racionalização desses fenômenos tradicionais, que mantinham a mesma significação.

Com isso, apesar das mudanças sociais e da distinção estabelecida pelas classes dominantes e sua “cultura erudita”, configurada sob o novo estilo de pensamento secular e racional, havia o reajustamento dos “fenômenos irracionais” ou folclóricos a esta configuração sócio-cultural através de uma adequação de sentido às novas situações. No caso de São Paulo, na década de 1940, no seu processo de mudança social, Florestan Fernandes percebeu através das pesquisas empíricas que os elementos folclóricos estavam presentes, em graus distintos, em todas as classes sociais. Embora variasse seu significado, a magia conservava a função de conferir aos indivíduos maior segurança, por meio de poderes excepcionais. Era elemento folclórico que estava presente no horizonte intelectual de todas as classes.

As pesquisas empíricas de Florestan Fernandes (1961) sobre folclore e cultura infantil revelaram o papel educativo (informal) dos grupos folclóricos infantis, do ponto de vista da aquisição de funções correspondentes às atribuídas aos adultos na configuração sócio-cultural de sua análise. A “cultura infantil”, em contraponto à “imitação” dos adultos, promove a “continuidade cultural”, modo de integração, iniciação e antecipação da vida adulta, possuindo a função de reiterar e reproduzir valores morais. Porém, ela depende da ação dos grupos infantis no sentido da conservação dos valores fundamentais.

Ante uma tendência puramente descritiva e catalogadora dos materiais folclóricos, Florestan Fernandes (1961), em *As “trocinhas” do bom retiro*, propõe uma renovação de abordagem aos estudos, através de métodos de trabalho distintos dos até então praticados, afirmando a necessidade de um novo padrão de trabalho dos folcloristas, e também a necessidade de sistematização e explicação do folclore pelas ciências sociais.

No estudo do folclore infantil, Florestan Fernandes reconstrói a base social concreta das “trocinhas”, grupos infantis lúdicos de alguns bairros da cidade de São Paulo, e indaga o significado e as funções do folclore infantil para as crianças, refutando a teoria da

“imitação”, inspirada em Gabriel Tarde. Através do trabalho de campo, da reconstrução sincrônica de seu objeto de análise, o autor apreende como se formam e se organizam as “trocinhas”, na perspectiva das crianças, descrevendo o modo como elas reproduziam e reelaboravam, até certo ponto, as relações sociais dos adultos.

O folclore infantil servia para integrar as crianças nos valores da sociedade, ocorria através de grupos e de processos particulares referentes ao meio social imediato. Contribuía com a sociabilização para a vida adulta, cumprindo também o papel de fazer a integração ou “assimilação cultural” de imigrantes presentes em massa na cidade de São Paulo, através de seus filhos, exercia função de assimilação e aculturação, ajustando a criança à “cultura brasileira”. Favorecia a redução das possibilidades de conflito por se tratar de um processo de reeducação dos pais pelos filhos. Em função de ser uma “cultura ultrapassada”, os elementos folclóricos transmitiam espírito de solidariedade.

Para Florestan Fernandes (1961), a composição dos elementos da cultura infantil incorpora por via da “aceitação” a “cultura dos adultos”. Mas também havia elaboração desses elementos por parte das crianças, e a presença de modelos oferecidos pelas relações sociais dos adultos. As “trocinhas” conservavam a mesma função social das relações dominantes, reproduzindo valores sociais tradicionais e padronizados de tempos remotos, pois implicavam na adoção de certas atitudes postuladas pela tradição, pelo que foi cristalizado e por isso poderiam atuar contra a inovação e o “progresso”.

Não obstante houvesse assimilação de valores, regras e comportamentos sociais neste processo de socialização, ele se particularizava pela forma como se dava a transmissão da “herança social”, que ocorria na “qualidade de igual para igual”, posto que a mesma condição social atingia todos os participantes dos grupos lúdicos infantis. Através de uma relação horizontal as crianças se sociabilizavam no mundo dos adultos através das “trocinhas”, num processo de sujeição às regras sociais impostas pelos adultos.

Florestan Fernandes (1961) revela a predominância do elemento ibérico na composição do folclore paulistano sobre os elementos indígenas e afro-brasileiros, a existência nas composições folclóricas infantis de elementos que datavam dos séculos XII e XIII. Fato que corroborava a percepção do autor de que havia uma relação recíproca entre o hegemônico ou erudito e o elemento popular, sendo este uma expressão deformada daquele.

A cultura infantil reproduzia arranjos de dominação existentes naquele contexto ao transmitir valores que desempenhavam determinadas funções sociais. Florestan Fernandes (1961) revela então a subsistência do machismo patriarcal com a definição de papéis sociais correspondentes no âmbito das “trocinhas”, bem como a presença de preconceitos de classe e

de cor. Questão esta que mais tarde esteve presente na problemática da integração do negro na sociedade de classes brasileira.

A focalização das adivinhas paulistanas por Florestan Fernandes (1961), do ponto de vista das relações estáticas e dinâmicas com a estrutura social, revelou-lhe raízes ibéricas na maioria das composições recolhidas, embora tenha constatado a presença de processos seletivos de integração condizentes a processos sociais e culturais como pontos de referência concretos que lhes davam sentido. As adivinhas fazem parte de situações sociais e exprimem relações sociais como realidade dinâmica e viva.

As mudanças sociais no meio urbano transformaram a função social das adivinhas, como o fato de ela deixar de ser manifestação coletiva e tornar-se individual. Mas, elas conservaram-se como técnica e por estarem no plano das mentalidades que se transformavam lentamente, de modo a coexistir nas adivinhas elementos passados e contemporâneos, não obstante suas funções se adaptassem às demandas do meio urbano em sua forma organizatória.

O tratamento dado ao assunto gerou polêmica entre folcloristas e cientistas sociais, mediante a consideração do folclore como método ou “ponto de vista especial”. Apenas mais tarde, o folclore foi reconhecido como disciplina humanística, e ainda assim, não como uma ciência propriamente dita, conforme as pretensões vigentes de alguns folcloristas e cientistas sociais<sup>86</sup>. Coerente à sua concepção de ciência, Florestan Fernandes (1961) argumenta que os fatos folclóricos não possuíam uma natureza *sui generis*, nem estariam causalmente referidos, pois estavam inseridos numa ordem de fenômenos mais ampla, a cultura.

Assim, para Florestan Fernandes, o folclore apresenta-se enquanto um ponto de vista especial que permitia observar, descrever e interpretar a própria realidade ou configuração sócio-cultural em que se inseria, por meio da sociologia cultural e da etnologia. Seria antes um objeto científico das humanidades e seus diferentes campos do que uma ciência positiva autônoma, o folclore mediava a compreensão da cultura, da personalidade e da sociedade para os cientistas sociais.

Florestan Fernandes crítica o padrão de trabalho dos folcloristas no ângulo das limitações empíricas e teóricas, uma vez que proclamavam cientificidade sem fazer uso de técnicas e procedimentos científicos no registro das fontes. Sob influência de concepções positivistas ignoravam tanto os aspectos formais na produção das obras folclóricas quanto à

---

<sup>86</sup> Cf. VILHENA, 1996; CAVALCANTI, VILHENA, 1990.

significação social assumida por estas formas.

Ao mesmo tempo, Florestan Fernandes (1961) proclamava a interdependência dos estudos folcloristas com as ciências sociais. O treinamento especializado em técnicas científicas, coleta e ordenação de materiais poderia ser o elemento a superar o diletantismo e oferecer uma justificativa séria ao trabalho dos folcloristas. Do ponto de vista do rigor e da abordagem humanista, Florestan Fernandes elogia os trabalhos de João Ribeiro, Amadeu Amaral e Mario de Andrade.

Em relação a este último, no artigo *Mario de Andrade e o folclore brasileiro*, Florestan Fernandes destaca a capacidade interpretativa dos materiais folclóricos por parte do autor como compreensão endopática, abordagem estética que adquiria autenticidade no contexto imediato, constatando a “procedência erudita de formas populares e vice-versa”. O entrosamento do folclórico com o histórico dava-se no padrão característico do caráter nacional, feito pelo aproveitamento, interpenetração e equilíbrio do erudito com o popular. A fusão de ambos visava a identidade nacional.

Florestan Fernandes chama, pois, atenção para a possibilidade de redução da distância entre o popular e o erudito, almejada por Mario de Andrade. Isto revela que, apesar do folclore trazer um elemento conservador, poderia ser mobilizado através das formas eruditas para estabelecer um padrão característico de um povo, reduzindo diferenças, objetivando unidade.

Em *Folclore de uma cidade em mudança* [1959], Florestan Fernandes (1961) retoma o tema, sistematizando seus estudos sobre o folclore e apontando alguns desdobramentos, possíveis de serem explorados anos depois sob a perspectiva da mudança social. O alvo central das investigações folclóricas do autor não eram ainda problemas de mudança social, os quais apenas emergiam da situação histórico-social da cidade de São Paulo no momento em que as pesquisas foram realizadas.

A começar pelas funções sociais dos fenômenos folclóricos diante do processo de mudança social, isto é, as contribuições destas ocorrências para a “integração e continuidade do sistema social”, Florestan Fernandes (1961) admite seu papel mediador, no sentido de disciplinar as mudanças que atingem a mentalidade ou o patrimônio moral de um povo. Além disso, o folclore infantil paulistano tinha influências socializadoras sobre a interação social das crianças, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade e da formação do caráter, através da inculcação de valores, padrões de comportamento etc., pois, ao brincarem, as crianças preparavam-se para a vida.

O folclore também assumia para as crianças a função de “controle social”,

revigorando atitudes e comportamentos valorizados pela coletividade, favorecendo a manutenção de um conjunto de percepções e explicações cristalizadas pela cultura ao longo do tempo, associadas à preservação de valores centrais da nossa herança social.

Desta forma, o folclore conservava “atitudes, estados de espírito e avaliações subjetivas que estimulam: a) seja a preservação parcial ou global de antigas formas de controle social; b) incorporação de alguns dos componentes psicoculturais delas às novas formas de controle social, nascidas do cosmos urbano” (FERNANDES, 1961, p.25). No caso dos provérbios e sentenças populares, a atualização das condições de vida urbana, a incorporação de valores como o contrato, a competição e o individualismo alargavam a compreensão do saber popular e assim sustentavam o comportamento requerido pela nova ordem social vigente.

Florestan Fernandes (1961) afirma que o folclore concorria para a “reintegração da herança social” diante da ruptura causada pelos processos de racionalização e secularização, que vinham no bojo da sociedade urbana e industrial. Para os cidadãos afetados pelo êxodo rural, a cultura tradicional, representada pelo folclore, possuía importância adaptativa ao representar conforto, equilíbrio e serenidade diante do ambiente tumultuoso da cidade. Decorrendo também, conforme interpretamos, identificação entre essas pessoas e melancolia diante da nova situação social.

Ademais, a mudança social causada por este processo não transformava igualmente todas as atitudes, técnicas e valores da herança tradicional, de modo que a preservação das manifestações folclóricas contribuía para a defesa dos elementos não afetados pela mudança social. Florestan Fernandes presumia que certos fragmentos da herança tradicional se manteriam inalteráveis na consciência de muitos agentes da sociedade brasileira.

Segundo Florestan Fernandes, durante o período de vigência da velha ordem tradicional-escravocrata, as ocorrências folclóricas diziam respeito a todos os estratos sociais da população na história cultural da cidade de São Paulo, assegurando a reprodução de padrões de comportamento vigentes, os direitos e deveres reconhecidos pela tradição e pela dominação patrimonialista e senhorial.

Com o fim da escravidão e o advento da República, iniciou-se um processo de desagregação da velha ordem social, bem como da cultura popular diante da necessidade premente do saber e de técnicas racionais condizentes à nova ordem urbana e industrial, que ganhou força na cidade de São Paulo nos anos 1940. O folclore tornou-se mais identificado aos elementos subalternos da sociedade brasileira e passou a ser combatido pelas instituições

“oficiais” (igreja, polícia etc.) por representar manifestações profanas e de ignorância.

Por outro lado, Florestan Fernandes (1961) argumenta que a expansão do sistema de classes sociais e a incipiente propagação da escola primária favoreceram a atualização da concepção de mundo de setores populares, na perspectiva de técnicas de pensamento e ação racionais, formas de consciência que contribuíram para desnudar acomodações de cunho paternalista.

O apego à herança cultural tradicional, apesar de favorecer adaptações e conforto emocional, do ponto de vista do indivíduo tinha também seus efeitos negativos, pois, as avaliações tradicionais (“dever”, “palavra de honra”, “reciprocidade”) perdiam suas referências sociais, bem como toda mentalidade antiga era contraposta pelo ritmo das transformações sociais e pelo conflito entre gerações. O mundo urbano demanda uma mentalidade que lhe é específica, não podendo mais os indivíduos tirarem proveito da herança tradicional de modo irrefletido.

Se, sob um aspecto, o folclore é tido como elemento socializador construtivo por amadurecer a capacidade de atuação da criança, o autor reconhece: “nem todas as influências dos conteúdos das composições folclóricas correspondem às exigências atuais da situação histórico-social” (FERNANDES, 1961, p.464). Estas composições perderam a realidade na qual foram construídas e na qual eram coerentes. Ele se mostra avesso à inclusão de uma disciplina específica sobre folclore na educação sistemática, indicando o tratamento proveitoso de suas “influências construtivas” no assunto por outras matérias. Por outro lado, a inclusão da sociologia no currículo básico da educação escolar ganha importância, na medida em que ela representava, para o autor, uma forma de autoconsciência racional das sociedades ocidentais modernas.

No ano de 1954, durante o *I Congresso Brasileiro de Sociologia*, em sua comunicação *O ensino da sociologia na escola secundária brasileira*, Florestan Fernandes (1980) propôs o debate acerca da inclusão da sociologia do ponto de vista da integração estrutural-funcional do sistema educacional brasileiro ao novo momento histórico, inaugurado pela sociedade urbana e industrial. Para ele, uma das funções do ensino da sociologia era o de incitar escolhas com fundamentos racionais, porquanto a educação sistemática representava a ruptura com os meios tradicionais de formação, provocada pela “sociedade moderna”.

No plano político, a implementação do ensino da sociologia poderia atuar no sentido de formar uma consciência política em torno dos direitos e deveres dos cidadãos, uma vez que a desagregação do regime escravocrata e senhorial não permitiu que amplos setores da população tivessem seus interesses representados numa comunidade política. A transição



para o regime republicano operou sem que nenhuma instituição social se preocupasse com a formação da consciência cívica dos cidadãos. Florestan Fernandes questiona os processos de socialização atuantes na sociedade brasileira daquele período em meio às mudanças sociais surgidas pelo advento de uma nova ordem social capitalista, em franco processo de industrialização em algumas capitais brasileiras, principalmente São Paulo.

Para Florestan Fernandes (1980), nos países subdesenvolvidos, a educação assume um significado especial de técnica social para provocar mudanças sociais no sentido de uma ordem social democrática. A sociologia no ensino básico devia atuar no sentido da formação da consciência cívica dos cidadãos. E no âmbito da educação sistemática poderia operar como um todo, despertar o interesse pela manipulação racional de técnicas racionais para a solução de problemas econômicos, sociais, políticos e administrativos suscitados pelo processo de mudança social.

Parece-nos, enfim, que a preocupação central de Florestan Fernandes com a educação no período<sup>87</sup>, deriva de suas inquietações em torno do folclore, pois a atenção conferida a este saber tradicional, transmitido informalmente e visto como “continuidade sócio-cultural”, tinha sua contrapartida na educação sistemática, como fator de homogeneização, no sentido democrático da consciência dos cidadãos e como meio de despertar o interesse por soluções racionais aos problemas práticos enfrentados pela sociedade brasileira.

#### **4. Os primeiros habitantes do Brasil**

Florestan Fernandes (1963b, 1970b) possui uma grande contribuição para o conhecimento dos povos indígenas, em particular os tupinambá, que povoaram a costa litorânea brasileira na data de chegada dos conquistadores portugueses. Florestan Fernandes (1952; 1960c) elaborou também um diagnóstico da situação dos indígenas de seu tempo e condensou alguns dos resultados de suas pesquisas sobre os tupinambá para refutar a ideia corrente segundo a qual os índios foram passivamente conquistados por estarem em um nível civilizatório mais baixo que os portugueses.

Ele recupera a história a contrapelo dos extintos índios tupinambá para corroborar a cientificidade da etnologia e da sociologia, demonstrando que eram passíveis de ser exercidas rigorosamente no Brasil. Apropriou-se dos conhecimentos (teorias, métodos e

---

<sup>87</sup> Sobre a temática da educação no período em Florestan Fernandes Cf. MAZZA, 1997.

técnicas de pesquisa) propiciados pelas ciências sociais, no âmbito internacional com o objetivo de reconstruir a organização social e explicar as funções sociais da guerra entre os tupinambá.

Até então, poucos trabalhos de sistematização de conhecimentos sobre os índios brasileiros haviam sido elaborados: mas, restavam diversos relatos dos séculos XVI e XVII feitos por viajantes, missionários e soldados europeus que conheceram o “novo mundo” e descreveram suas experiências.

Florestan Fernandes (1963b) explora os documentos e materiais empíricos que foram legados pelos cronistas para elaborar um estudo monográfico de “explicação descritiva”, isto é, um tipo de conhecimento que combina análise e interpretação da “organização social” dos extintos tupinambá.

Em relação à organização social, Florestan Fernandes (1970a) procede a uma revisão teórica do conceito, integrando diferentes orientações e possibilidades de uso em uma única perspectiva abrangente, que fosse suscetível de ser mobilizada para a obtenção dos dados empíricos. O sucesso de seu estudo resultou numa obra em que o leitor pode retornar ao passado, ao “marco zero” do Brasil e adentrar numa pequena totalidade, vista como integrada, interdependente e dinâmica, que foi reconstruída pelo autor com base em documentos etnográficos e à luz da organização social, isto é, da ordem existencial, da estrutura social e dos processos de interação social desses índios.

Em seguida, Florestan Fernandes (1970b) vai adiante e põe à prova o uso sincrônico do método funcionalista para o estudo de uma sociedade extinta através de fontes secundárias. Em primeiro lugar, elaborou um balanço crítico das contribuições etnográficas dos relatos existentes sobre esses índios, no qual demonstra sistematicamente a possibilidade de explorar tais informações extracientíficas, repletas de etnocentrismo e juízos de valor, para uma análise sociológica, graças ao número expressivo de documentos e os procedimentos técnicos de interpretação crítica dos mesmos. Em segundo lugar, o objetivo delineado era o de obter uma “explicação interpretativa”, que opera diretamente sobre a base empírica ou “tipo empírico” através do método funcionalista.

Se o primeiro livro já havia reconstruído o “tipo empírico” da organização social dos tupinambá, Florestan Fernandes (1970b) aproveita o ensejo para reconstruí-lo, com base nos conhecimentos que já possuía, mas em vista das funções que a guerra tinha na sociedade tupinambá. Com isso, ele vai da “explicação descritiva”, que reconstrói seu objeto a partir de tipos empíricos, descrição interpretativa de seus caracteres e suas relações essenciais, à “explicação interpretativa”, em que a explicação se volta para o nível mais abstrato do

conhecimento científico, embora fundamentada empiricamente.

Logo, o autor reconstrói uma história a contrapelo, na perspectiva dos vencidos, para provar que era possível fazer da etnologia e da sociologia ciências empíricas e indutivas autônomas e rigorosas no Brasil.

Em outro trabalho, Florestan Fernandes (1946) foca a mudança social das sociedades indígenas sob o prisma da marginalização, a partir do estudo de caso sobre Thiago Marques Apoiburéu. As questões presentes neste trabalho buscaram desvendar os efeitos da influência da cultura ocidental para a subjetividade dos “índios” brasileiros, numa situação em que as atitudes e discursos dos “civilizados” negavam estilos de vida milenares. O sociólogo identifica a presença de integração recíproca de padrões culturais, níveis de sincretismo, em vez de aculturação passiva dos indígenas.

Neste estudo de caso, a marginalidade foi entendida como uma situação de não pertencimento a duas culturas antagônicas, nas quais o índio Bororo fora sociabilizado. Depois de ser retirado de sua tribo, quando jovem, Thiago Marques foi levado para a Europa, onde recebeu educação esmerada pelos missionários. Porém, ao retornar à sua tribo, a formação ocidental adquirida não tinha valor nenhum nas condições de vida tribal na relação com seu grupo. Além de não ser reconhecido como um branco entre os brancos, Thiago Marques passou também a não ser reconhecido como pertencente ao seu grupo de origem, no seu retorno, vivendo conflitos psicológicos numa situação ambígua em relação a distintos universos simbólicos, sem garantias de pertencimento a nenhum.

O autor, também, elaborou um diagnóstico pontual em vista da aplicação dos conhecimentos antropológicos a partir de uma orientação que surgiu em 1950 no seu pensamento, aludida no texto de 1952 e que ganha força em 1956 com seu curso sobre sociologia aplicada, oferecido na Cadeira de Sociologia I da USP, acentuando-se em seguida no seu pensamento. Florestan Fernandes (1952) enuncia a necessidade de elaborar uma teoria geral da ciência aplicada, com a finalidade de munir de técnicas científicas e encontrar canais adequados à ação social, o que, de certo modo, ele apresentou em seu curso e encontra-se publicado no livro *Ensaio de sociologia geral e aplicada*.

No diagnóstico da situação dos índios em seu tempo, o sociólogo afirma a existência de uma história oficial dos povos indígenas, que narra os fatos pela perspectiva dos brancos, do “descobrimento”, segundo a qual, a relação dos portugueses teria sido mais benévola com os índios, do que com os espanhóis nos territórios que também conquistaram na América. Ele refuta essa história.

Argumenta pela existência de uma história própria dos diferentes povos indígenas

e, assim, anterior ao contato com os europeus e portugueses. Tal história, na perspectiva dos vencidos, estava manifesta nas tradições e mitologias tribais, sendo transmitida e preservada na memória coletiva das sociedades que restaram e era parte do metiê dos antropólogos recuperar seu conteúdo e seu significado, como parcialmente faziam em suas investigações.

Florestan Fernandes (1952) relata um amplo genocídio desses povos direta e indiretamente: através de conflitos abertos e declarados, por meio da propagação de doenças transmitidas pelos brancos e também através dos efeitos da desorganização tribal em virtude da ação dos jesuítas e colonos. A ocupação do território colonial se realizou pela carnificina, subjugação e expulsão desses povos de suas terras. Os resultados desse processo social perduravam em seu tempo como um “drama sangrento”, no qual os remanescentes povos indígenas eram mantidos, sob o arbítrio do branco.

A experiência demonstra que apesar da existência do SPI [Serviço de Proteção aos Índios, hoje, Fundação Nacional do Índio], os índios continuam a ser dizimados como antes e que em algumas regiões a exploração deles pelos brancos continua, embora atenuada ou disfarçada [...] (FERNANDES, 1952, p.51).

Via na aculturação indígena uma tendência social muito forte que, mais cedo ou mais tarde, culminaria com a assimilação total dos índios ao mundo dos brancos. Diante da opção de “segregação étnica”, defendida por Sylvio da Fonseca<sup>88</sup>, coloca uma questão controversa: os conhecimentos etnológicos e sua aplicação racional devem preservar os seres humanos - portadores de cultura, ou os traços culturais incorporados à sua personalidade?

A maneira de colocar o problema leva o sociólogo a defender a assimilação indígena por meio de uma “política de aculturação”, com bases nacionais e que teria de ser promovida pelo antigo SPI, hoje FUNAI. O objetivo desta “mudança provocada” era o de “interferir racionalmente no processo de aculturação em questão, de maneira a procurar se atenuar os efeitos dramáticos resultantes do seu desenvolvimento cego e incontrolado” (FERNANDES, 1952, p.52). Para isso, poder-se-ia dispor dos conhecimentos elaborados pelas ciências sociais a fim de minimizar o desajustamento ao mundo dos brancos. Os nativos deviam ser preparados para as condições de existência social do branco, de modo a ser esta, na visão de nosso autor, uma solução menos pior, conforme as crenças na data em que o texto fora escrito.

A contribuição significativa de Florestan Fernandes para a questão indígena diz

---

<sup>88</sup>Autor de: **Frente a frente com os Xavantes**. Rio de Janeiro : Irmãos Pongetti, 1948. 158 p.

respeito à recuperação de uma história não contada. Diante do mito da conquista benévola da terra pelos portugueses e da reação passiva dos índios, que eram situados num “nível inferior” de civilização, ele foi incisivo: os indígenas, “nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram arduamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatados conjuntamente (FERNANDES, 1960, p.72). Ele resgata a resistência indígena contra os mitos do conquistador.

Florestan Fernandes (1962c) denuncia o mito de que os indígenas foram passivos em relação aos intentos coloniais valendo-se de uma explicação sociológica acerca do modo desenvolvido pelos nativos, de resistência à conquista.

Nós temos vivido da face que engrandece os feitos dos portugueses, alguns quase incríveis, vistos de uma perspectiva moderna. Se houve, porém, heroísmo e coragem entre os brancos, a coisa não foi diferente do lado dos aborígenes. Apenas o seu heroísmo e a sua coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam (FERNANDES, 1960c, p.72).

Das diversas etnias tribais que habitavam o Brasil, a maioria dos relatos deixados pelos cronistas refere-se aos índios do grupo linguístico tupi, pois estes estavam situados em quase todas as regiões onde os portugueses tentaram ocupar e explorar colonialmente. Com base nesse material, sistematicamente explorado, ele explica as razões da submissão indígena em relação aos portugueses a partir de critérios imanentes à organização social dos tupinambá.

O padrão de equilíbrio interno da organização social indígena dependia da renovação contínua das tradições da vida tribal e de suas instituições, tratava-se de uma forma de organização social pouco diferenciada e com muitas especificidades em relação ao modo de vida ocidental.

Com a adoção do regime de donatarias, a ocupação de territórios e exploração de recursos com uso da força de trabalho nativa, aproximadamente a partir de 1533, alterou significativamente o contato com os indígenas em função dos efeitos desintegradores de suas instituições, advindos em razão do contato permanente com os colonizadores. Isso permitiu o transplante progressivo do estilo de vida português e suas instituições sociais.

Florestan Fernandes (1960c) argumenta que os portugueses utilizaram-se das rivalidades intertribais para atingirem seus intentos, assim como alguns grupos indígenas se apoiaram nas rivalidades existentes entre as nações colonizadoras, porém sem lograr o mesmo êxito, como é o caso das alianças dos tupinambá com os holandeses. O marco principal da

desorganização deliberada das instituições indígenas quer pela expropriação territorial, escravidão e destribalização, ocorreu com a substituição do escambo pela agricultura.

Um fator não menos importante para tanto foi a ação dos jesuítas. Apesar dos motivos espirituais de suas ações, tiveram o papel de assimilar os índios à civilização cristã e, por efeito, desintegrar as instituições tribais nucleares, como o xamanismo, a antropofagia, a poliginia, etc. Os jesuítas agiram no âmbito da acomodação e do controle das tribos submetidas pelos portugueses.

Por fim, Florestan Fernandes (1960c) relata do ponto de vista da história dos povos indígenas as diferenças e rivalidades existentes entre eles, as quais impediam uma união de forças para lutar contra um inimigo comum, no caso os colonizadores. Possibilidade esta que se tivesse sido possível, a história teria sido outra. Assim, o domínio dos colonizadores deveu-se menos à “superioridade” de sua civilização, do que às vicissitudes históricas, à fragilidade da organização social frente ao desmonte de suas principais instituições e à rivalidade existente entre os grupos étnicos nativos, a qual os portugueses souberam aproveitar.

## **5. O negro, o preconceito de cor**

A questão do negro no pensamento de Florestan Fernandes surge já nas suas primeiras publicações, contudo, ganha relevo em sua obra com a participação do autor no projeto UNESCO, o qual resultou no livro em parceria com Roger Bastide: *Branços e negros em São Paulo*, sobretudo, com a defesa da tese *Integração do negro na sociedade de classes*, ocasião em que se tornou Professor Titular da Cadeira de Sociologia I da USP. Esta tese se tornou um “manual de formação política de jovens e intelectuais de esquerda, que ingressavam nas nossas universidades e que iria, nos anos de 1970, revitalizar o movimento social negro e de redemocratização política [...] um texto que revolucionou a nossa compreensão do racismo brasileiro”(GUIMARÃES, 2008, p.10). A esparsa tradição de conflitos raciais no Brasil dificultava o conhecimento histórico dos movimentos sociais negros, mas essa questão mereceu destaque especial no livro que, sobretudo, “conseguiu estremecer o tão bem fundado mito da democracia racial” (GUIMARÃES, 2008, p.17). Em vista da circunscrição temporal que se impôs a presente dissertação, a análise da tese fica para um trabalho futuro, nesse capítulo são analisados os textos que a precedem.

Inicialmente, a temática do negro e do preconceito de cor está vinculada aos seus estudos folclóricos, porquanto o folclore era tido como um ponto de vista especial para se

observar e descrever uma ordem de fenômenos mais ampla: a cultura popular e a presença desta na organização social. Sob esse prisma, a presença do negro no folclore podia revelar e contribuir para manter a posição e a função do negro na sociedade brasileira. Ademais, o autor pesquisou na cidade de Sorocaba as Congadas<sup>89</sup>: uma tradição folclórica dos negros na qual os autos populares dos brancos são apropriados sob um amplo sincretismo. Nesta manifestação folclórica parece haver uma sublimação da condição social dos negros, pois “a representação aparece como uma espécie de réplica das crueldades dos senhores brancos: o negro compraz-se em mostrar-se desprendido e tolerante, talvez como ele pretendia que procedessem com ele os senhores brancos” (FERNANDES, 1943, p.243).

Também, há o estudo “sócio-gráfico” acerca de João de Camargo<sup>90</sup>, realizado a partir dos dados colhidos durante a estadia do trabalho de campo em Sorocaba no ano de 1942. Nele é apresentada a trajetória de um ex-escravo que obteve reconhecimento social a partir de sua liderança carismática religiosa. A singularidade deste personagem histórico em relação aos antigos cativos, que eram “normais” sob ponto de vista de serem consequência de uma sociedade estratificada e de passado escravocrata, segundo o autor, encontra-se no fato de João de Camargo ter sido sensível às exigências ou solicitações do meio social. O “ajustamento” social, a elevação de seu *status* na estrutura social dessa cidade, foi motivado pela experiência religiosa, que ocorreu em função das demandas sociais do contexto, através do altruísmo, do amparo espiritual e material de seus fiéis, integrados também por negros libertos.

Além disso, João de Camargo proibia e se distinguia dos curandeiros e macumbeiros, que causavam medo nos brancos e eram perseguidos pela polícia, pregava contra o alcoolismo e o roubo. Sua trajetória distinguiu-se, assim, dos demais, que provinham das mesmas condições sociais, mas revela as dificuldades de os negros adquirirem *status* social. O caso ilustra a revivescência de valores mágicos e religiosos tradicionais numa sociedade em mudança de acordo com as demandas sociais.

*Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral* vai corroborar a relação entre folclore e sociedade, propiciando a denúncia do preconceito nas representações

---

<sup>89</sup> **Congadas e batuques em Sorocaba** é um trabalho realizado para a Cadeira de Antropologia que foi publicado por Emílio Willems na *Revista Sociologia* em 1943. Segundo a interpretação de Pinto (1992), a mudança de forma das Congadas e Batuques sinalizou mudanças sociais e culturais, a emergência da ordem social competitiva.

<sup>90</sup> **Contribuição para o estudo de um líder carismático**. Revista do Arquivo Municipal, 1951, 138, p.19-34. A vida de João de Camargo foi representada em vídeo de longa metragem, com base nesse texto, sob direção de Paulo Betti no filme: **Cafundó**. No *making off* do filme, consta a última entrevista concedida por Florestan Fernandes.

orais do negro. A tradição oral folclórica em questão era uma fonte de estereótipos capazes de fornecer juízos de valor que influíam na conduta dos indivíduos, regrando-as conforme as representações transmitidas de geração a geração. “A consciência desses juízos de valor pode fazer com que os indivíduos, antes de se porem em contato direto, já se tenham julgado e avaliado reciprocamente, determinando, assim, os aspectos que as interações possam assumir” (FERNANDES, 1960a, p.354). A aparente ingenuidade burlesca dessas composições, presentes no imaginário popular, contribuía para estabilizar padrões “democráticos” ou “aristocráticos” de relações interétnicas na sociedade. Da perspectiva do branco, tais representações asseguravam sua supremacia histórica e seu *status* privilegiado na hierarquia social, suas posições de mando, fazendo com que o negro ficasse “no seu devido lugar”.

No entanto, a onipresença dessas composições folclóricas na consciência dos agentes confluía no sentido de representar: 1) inferioridade etiológica (de origem); 2) inferioridade social do negro; 3) bem como sua superioridade biológica, que o tornava mais apto ao trabalho braçal e repercutia contribuindo com a existência de ressentimentos e marginalidade<sup>91</sup>, inculcando-lhes um espontâneo e conseqüente retraimento nas interações sociais.

Disso derivava o sentimento de inferioridade nos negros, resultante de uma avaliação social negativa ou de uma repulsa deliberada, que cristalizava o preconceito de cor, sendo este suscetível de transformar-se em conflito. Florestan Fernandes apresenta a situação difícil enfrentada pelo negro no cotidiano, pois alcunhas, estereótipos e predicados pejorativos lhes eram imputados, servia para mediar de modo desfavorável as relações deles com os demais indivíduos. O “negro sente-se repellido num mundo que ele julga seu e que ele ajudou a criar” (FERNANDES, 1960a, p.355), em razão das manifestações de preconceito de cor.

A preexistência de estereótipos desfavoráveis aos negros justificou impor-lhes uma condição servil por parte dos senhores no período escravocrata. Os estereótipos foram exacerbados com a situação social de escravo e o “resultado dessas relações sociais, reguladas pela própria estruturação da sociedade colonial e imperial [...] parecem explicar, convenientemente, as três situações [expostas acima] previstas no nosso folclore” (FERNANDES, 1960a, p.356). Desse modo, as representações coletivas cumpriam funções de legitimar a posição subalterna do negro também na sociedade de classes que vinha se formando no Brasil com a desagregação da ordem escravocrata.

---

<sup>91</sup> Esse conceito diz respeito à desorganização da personalidade em meio às atitudes e discursos que negavam seu estilo de vida, fazendo com que alguns sujeitos vivessem “na margem de duas culturas sem pertencer a nenhuma delas” (FERNANDES, 1946, p.7).



A incorporação do negro no folclore ibérico foi mais marcante que a influência da tradição oral dos indígenas, visto que o negro teve uma importância maior no sistema produtivo. Porém, deu-se em consonância com as funções correspondentes ao *status* social do negro na ordem escravocrata: “relativamente ao folclore do branco, há uma transferência das piores situações para o negro, que passa para um plano que poderíamos considerar inferior” (FERNANDES, 1960a, p. 348). A tradição oral folclórica sobre o negro vem, assim, a reiterar sua posição subalterna na sociedade dos brancos através do preconceito de cor.

A pesquisa sobre o preconceito racial em São Paulo, inicialmente foi proposta pela Revista Anhembi através de Paulo Duarte. Mas, como dito no segundo capítulo, as vicissitudes e disputas que conduziram a elaboração do projeto UNESCO, possibilitaram que ela estendesse para além de Salvador, para as capitais onde o processo de industrialização estava mais avançado. Desse modo, a intenção da revista ganhou força com o projeto UNESCO e se concretizou por meio dele. Nesse sentido, a capital paulista foi favorecida pela institucionalização das ciências sociais na USP e na ELSP, que desenvolviam pesquisas e contavam com pesquisadores renomados sobre a temática. Roger Bastide e Donald Pierson foram escolhidos por Alfred Metráux para coordenarem a pesquisa junto às respectivas instituições. O envolvimento com outras pesquisas impediu a participação de Donald Pierson, que em seu lugar elegeu Oracy Nogueira, o qual vinha desenvolvendo um trabalho sobre o tema do preconceito racial no município de Itapetininga, no interior de São Paulo. A princípio, a pesquisa realizada no Estado de São Paulo foi publicada na Revista Anhembi.

A pesquisa mobilizou uma equipe de investigadores, alunos do curso de ciências sociais, todos coordenados por Roger Bastide. Florestan Fernandes foi um dos responsáveis pelo projeto de estudo na USP, encarregando-se de redigi-lo, bem como de três dos cinco relatórios publicados na primeira edição do livro.

A importância desse trabalho na obra de Florestan Fernandes, sob a presente perspectiva de leitura, reside no diagnóstico elaborado acerca da tendência de desenvolvimento histórico da sociedade brasileira em relação à questão racial. Em razão da proposta do projeto UNESCO de articular ciência e política como meio de intervenção, é possível perceber os primeiros passos de Florestan Fernandes no sentido de uma análise macro-sociológica, funcional-estruturalista, que se volta para a história almejando intervir nela, cujo amadurecimento é nítido na tese *Integração do negro na sociedade de classes*<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> É de se ressaltar, porém, conforme Chor (1997), a recepção do texto de Florestan Fernandes por Alfred Metráux que, na ocasião, escreveu em seu diário sobre “o risco permanente de uma perda do espírito, da humanidade do fazer sociológico”, aludindo ao sociólogo paulista. A presença marcante de uma preocupação

Não obstante o funcionalismo tenha sido invocado enquanto método de interpretação, a conceituação do preconceito racial, pela abstração de sua função, demandou que o autor procedesse a compreensão particularizada de seu objeto através do procedimento de análise das mudanças histórico-estruturais da personalidade-*status* (Ralf Linton) do negro. Foi imputado um *status*, uma posição social em função dos valores sociais dominantes na sociedade de castas e estamentos escravocrata-senhorial que, muito embora, estava desagregando-se, não transformava nem dava condição para alterar efetivamente o *status* do negro; a não ser o *status* político que de escravo tornou-se cidadão na sociedade de classes, competitiva, urbana e industrializada. Esse procedimento permitiu ao autor apresentar as diferentes funções assumidas pelo preconceito de cor na ordem escravocrata-senhorial e no regime de classes sociais em formação, questionando esse processo à luz da integração social: fator de unificação, em novas bases, das estruturas diferenciadas.

À maneira do economista sueco Gunnar Myrdal, o termo “raça” é tratado pelos autores como uma categoria social e não biológica, pois se trata de um *status* adquirido ou atribuído pelos indivíduos nas relações interétnicas. A cada contexto histórico variava o significado do “preconceito de cor” e, no caso brasileiro, assume uma elaboração conceitual particular e vinculada ao “preconceito racial”, do modo como fora estudado pelos especialistas norte-americanos.

O “preconceito de cor” foi identificado em conexão com o meio social interno, a sociedade brasileira. Isso ocorreu através do reconhecimento das funções sociais cumpridas por essas formas de preconceito, pela interferência decorrente de sua existência no ajustamento das relações sociais, que contribuía na manutenção da estrutura social. Apesar disso, a questão do negro é tratada por Florestan Fernandes como passível de controle social: seja pela educação sistemática, seja pela mudança da estrutura social e pela transformação das relações sociais<sup>93</sup>.

Interpretá-los, porém, suscitava algumas dificuldades, pois o preconceito era ocultado pela ideologia da “integração nacional” das diferentes etnias no Brasil, bastante

---

explicativa, o “padrão mertonianiano” do fazer científico, eximiu Florestan Fernandes para Metráux de “retraduzir seus achados em termos de lições a serem transmitidas à humanidade” (CHOR, 1997, p.312-313).

<sup>93</sup> Esse é o pressuposto fundamental do trabalho, presente no projeto de estudo, nas palavras do autor: “O preconceito racial e os padrões de comportamento a ele associados exprimem, pois, maneiras de estar ligado no todo e pelo todo social. Embora não seja um simples epifenômeno da vida social, o preconceito racial reflete necessariamente todas as flutuações e transformações de importância que se operam nas referidas situações sociais. Seu significado e sua função se alteram continuamente, no curso da evolução das sociedades; ou então perde sua razão de ser com o desaparecimento das situações sociais de vida que comportam sua formação e desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p.271).

difundida naquele momento, ela ocultava o fato de que a Abolição manteve a antiga “ideologia racial” ao transformar, apenas formalmente, o *status* social do negro em cidadão. “Sob o manto da igualdade jurídica e política mantinha-se não só a desigualdade econômica e social entre brancos e pretos, mas ainda a antiga ideologia racial com todas as ilusões que ela encobria” (FERNANDES, 2008, p.273). Daí, talvez, a crença, mesmo entre especialistas (Donald Pierson), de que no Brasil havia apenas preconceito de classe e não de raça.

Florestan Fernandes, então, compreendeu a transição da ordem social escravocrata-senhorial para o regime de classes sociais em São Paulo como sendo uma transformação da estrutura social - de estamental para competitiva -, não obstante mantivesse intacta a desigualdade atinente às relações sociais: à distribuição de serviços, ocupações e rendas entre “brancos”, “pardos” e “negros”, etc. A particularidade de São Paulo em relação às cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, é que nestas capitais houve uma indústria têxtil que acabou absorvendo a mão de obra negra, ao passo que naquela cidade os imigrantes ocuparam essas profissões (Cf. Guimarães, 2008). Em São Paulo, os negros ocuparam as posições sociais mais subalternas oferecidas pela divisão do trabalho social.

Segundo o autor, a desagregação da escravidão e seus efeitos criaram situações histórico-sociais heterogêneas, ausentes de organicidade. A desproporção entre o ritmo do processo político (transformação do escravo em cidadão), a mentalidade dos agentes (obstáculos culturais, preconceito de cor, representação/cristalização dos papéis sociais), e o processo econômico (morosidade ao transformar o escravo em trabalhador livre), prejudicaram o ajustamento do negro à sociedade de classes. A desagregação da velha ordem transformou a colocação e a posição de indivíduos e grupos dentro do sistema de relações de obrigação, instituído pelo trabalho livre.

Para Florestan Fernandes (2008), de 1850 a 1888 processou-se a desorganização do regime escravista, momento em que a “grande lavoura” expandiu-se em São Paulo (do Vale do Paraíba até o oeste paulista). A situação econômica e social do negro aferrou-o a posições sociais subalternas na sociedade paulista, as quais o preconceito de cor passou a reiterar e justificar, contribuindo para conservar a supremacia histórica dos brancos, a dominação de um grupo sobre o outro, barrando o negro de ocupar posições privilegiadas na sociedade brasileira. O processo de industrialização é visto com otimismo pelo autor, pois manifestava tendências capazes de amenizar a condição desprivilegiada do negro. Além das transformações econômicas, também eram necessárias transformação na mentalidade dos cidadãos.

Desde as atividades da cana de açúcar, os negros e seus descendentes mestiços

representavam os únicos agentes do trabalho escravo, os principais instrumentos de produção agrícola. Com as mudanças sociais para o regime de classes sociais, o panorama se transformou e os negros perderam sua posição econômica central quando o trabalho livre foi instituído e ocupado, predominantemente, pelos imigrantes. Do ponto de vista dos negros, o fim da escravidão não foi amparado por medidas de caráter legal que os favorecessem. Deixados a própria sorte, sem receber nenhuma indenização, apenas formalmente os negros foram reconhecidos pelo Estado como cidadãos:

Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos [...] prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários de escravos, à medida que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista (FERNANDES, 1953a, p.471).

A mesma rapidez que transformou o *status* político do escravo em cidadão não se processou no plano econômico de formação do regime de classes e integração desse agente social, que foi reabsorvido no sistema de trabalho através das ocupações “mais humildes” e “mal remuneradas”.

Os negros herdaram do regime escravista, unicamente, o *status* social e cultural depreciativo e aviltado que legitimava as relações e o hiato mantido entre senhores e escravos, o que convertia em obstáculo sua inserção profissional, além de política e servia para conservar os estereótipos e o preconceito de cor.

Para o autor, “a transição precisava operar como um processo social: o negro deveria antes ser assimilado à sociedade de classes, para depois ajustar-se às novas condições de trabalho e ao novo *status* econômico-político que adquirira na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1953a, p. 484). A ausência de um *continuum* orgânico de variações estruturais que abrangessem situações histórico-sociais concretas outorgou uma cidadania ausente de meios de realização para os negros. Implicitamente Florestan aponta uma característica da hipótese da “demora cultural”, pois o novo *status* econômico-político do negro na sociedade brasileira não era acompanhado pela sua efetiva integração na ordem social, por conta de valores e concepções depreciativas, formas de preconceito que assumiam novos significados e novas funções sociais.

Segundo ele, embora tenha havido dificuldades para o negro concorrer com a mão de obra imigrante depois da Abolição, o próspero desenvolvimento urbano e industrial da

cidade de São Paulo após 1945 abriu espaços para sua proletarização e o surgimento de uma classe média negra, favorecendo uma mudança de mentalidade econômica que foi se tornando cada vez mais simétrica em relação à dos brancos. Ela abrangia a escolaridade, a especialização profissional e a competição por melhores posições sociais, relacionando-se à incorporação dos ideais de vida urbanos pela população negra, às garantias sociais oferecidas pelo trabalho livre.

O novo momento de expansão das indústrias, apesar das fragilidades apontadas, é visto de modo otimista por Florestan Fernandes (1953), pois possibilitava uma nova atuação do negro na sociedade e a redefinição das velhas representações sociais e mentalidade vinculada à escravidão. Mas, segundo ele, a transformação da estrutura social que fez do escravo um cidadão desatualizou os estereótipos tradicionais, que já não se aplicavam a esse negro que ascendia na escala social.

Voltando-se para os desdobramentos sociológicos da análise histórico-estrutural da personalidade-*status* do negro, o sociólogo analisa os aspectos que mantiveram estáveis o padrão de integração estrutural-funcional da sociedade escravocrata. Já que houve a ruptura desse padrão por meio da incorporação do trabalho livre e da modificação do sistema de relações raciais “cumpram ao sociólogo interpretar esses fenômenos, procurando esclarecê-los à luz das situações histórico-sociais herdadas e dos processos sociais que se formam no seio delas, mas operam como fatores de mudança social” (FERNANDES, 1953b, p.65). Ou seja, sua visão voltava-se para os obstáculos e possibilidades desse processo.

A cor ou o sistema de relações raciais foi elaborado em conexão com a escravidão e a dominação senhorial, tornando-se símbolo da posição social dos indivíduos, de modo que a estratificação interétnica correspondia à estratificação social, uma superpondo a outra: as diferenças fenotípicas evidenciavam as diferenças de casta. Embora a Abolição tenha posto fim à escravidão, as condições estruturais que permitiam o paralelismo entre “nível social” e “cor” mantiveram-se na nova ordem capitalista, alentando o preconceito de cor, cuja nova função assumida foi a de resguardar as posições dominantes dos brancos na sociedade branca.

Conforme Florestan Fernandes, no antigo regime escravocrata, a severidade da classificação social do senhor e do escravo ocorria imediatamente pelo critério de matiz da pele, índice da condição social das pessoas, que, ao invocar diferenças culturais e religiosas, justificava a conduta espoliativa por meio do preconceito de cor e da discriminação racial, preservando a ordem social estabelecida. O parentesco, que assegurava a atribuição do status social, subordinou as relações matrimoniais a padrões endogâmicos, uma vez que a incorporação de elemento de cor nas famílias brancas implicava o reconhecimento formal da

igualdade social interétnica. As “proibições de casamento inter-racial asseguravam pela base a integridade do grupo social dominante” (FERNANDES, 1953b, p.20) e permitiam uma vida sexual descompromissada, livre e ativa, a qual processou a miscigenação.

O preconceito de cor assegurava a endogamia, segregava socialmente o estamento dominante, permitia o intercuro sexual sem afetar as posições recíprocas no sistema social, tal como a discriminação racial, mantinha as distâncias sociais intransponíveis que garantiam a partilha desigual de direitos e deveres sob o regime escravocrata. Não obstante os contatos e intimidades entre negros e brancos, tratava-se de dois mundos cultural e socialmente opostos e irredutíveis, cuja distinção e subordinação de um ao outro se manifestava em todos os detalhes da vida social. O que era assegurado não apenas pelas leis, como também pela coerção e violência, formas de controle social do comportamento dos escravos. À medida que cor e diferenças étnicas eram os elementos essenciais da integração e do funcionamento do regime, as modalidades do preconceito de cor e da discriminação racial tinham como função preservar a ordem social.

Embora o negro tenha se tornado sinônimo de escravo, as transformações de estrutura social mudaram os padrões de comportamento polarizados em torno das categorias raça e cor, pouco a pouco, em virtude dos obstáculos. Os “homens livres”, estamento de mestiços e negros, incorporaram os valores dominantes dos brancos, na medida em que resistiam à tendência de serem igualados aos escravos, dadas as suas cores. E o segmento de pessoas livres esteve sob a tutela da família patriarcal, sem desequilibrar o sistema e transformar as relações assimétricas entre senhor e escravo.

A mobilidade social amenizava a representação pejorativa do negro, mas, ao tornar-se parcela do segmento livre, ele comparava-se ao branco, tomando-o como parâmetro em vista de ter acesso às condições de vida que a estes eram possíveis. Sem resultar no questionamento da posição desigual entre negros, mulatos e brancos na estrutura social. Com a possibilidade de ascensão social, negros e mestiços puderam elaborar uma nova concepção de *status* e papéis sociais, sendo que os últimos se identificaram mais ao ideal de branqueamento ou à valorização da cor e da cultura dos brancos.

Os efeitos das transformações acima, segundo o autor, foram contidos pelas forças internas que mantinham a estabilidade da ordem social escravocrata. Porém, a inviabilização desse sistema de trabalho com o fim do tráfico de africanos, a crescente escassez de mão de obra escrava no Brasil, a vinda de imigrantes e o desenvolvimento urbano de São Paulo já prenunciavam a abolição do regime escravocrata e a, conseqüente, formação de uma nova ordem social no seio da antiga.

Florestan Fernandes questiona uma vez mais os limites da abolição, a qual se limitou a um gesto sem nenhum amparo legal, “o que equivalia a um tácito reconhecimento da legalidade e da moralidade da espoliação anterior” (FERNANDES, 1953b, p.52). Elaborada pelos brancos e em favor dos interesses dos brancos proprietários de escravos, a abolição não alterou a condição social do negro e tampouco as atitudes e representações subjacentes aos ajustamentos interétnicos, ao seu *status*. O regime de trabalho livre da sociedade de classes não incorporou o negro às posições sociais conspícuas.

A mentalidade antiga relacionada ao preconceito de cor, à discriminação racial subsistiu com o seu fundamento econômico-social. Apesar disso, o desvencilhamento da tendência de desenvolvimento recíproco entre estrutura social e estratificação racial sob o regime de classes fez com que a cor perdesse o antigo significado através da diferenciação econômica e social entre operário e patrão, não mais entre brancos e negros. Porém, o folclore paulistano ainda veiculava as representações coletivas brancas do tempo da escravidão sobre o negro, constituindo reflexo de atitudes, objetivações culturais dotadas do sentido de preservar a distância social entre ambos.

Apesar da abolição, as condições culturais e estruturais que favoreciam o preconceito de cor não se alteraram em profundidade, perpetuando medidas discriminatórias econômica, política e socialmente em relação aos negros e aos mestiços. A manutenção da desigualdade interétnica favoreceu a preservação do significado social da cor, o ideal de embranquecimento, bem como a autoconcepção de *status* e papéis, elaborada anteriormente por estes. Como no passado, a ascensão social dependia de uma habilidade de identificação com os brancos. Os papéis sociais a serem desempenhados e os requisitos da mobilidade social deviam corresponder com as expectativas dos brancos e ser por eles legitimados.

A partir de seu diagnóstico da formação e dissolução da ordem social escravocrata-senhorial, o sociólogo diagnosticou a tendência, no caso da sociedade paulistana, de “fazer prevalecer os princípios de integração estrutural sobre diferenças raciais, étnicas e culturais” (FERNANDES, 1953b, p.66), o que significava a sobreposição dos “níveis sociais” sobre as linhas de cor, que antes manifestavam a diferença em um regime misto de castas e estamentos.

Caso a tendência de integração estrutural do negro à sociedade de classes se mantivesse, Florestan Fernandes (1953b) prognosticou que as correlações entre cor e posição social perderiam seu significado e sua razão de ser com a incorporação dos negros e mulatos às classes sociais, ao mercado interno, como no passado foram incorporados em castas e estamentos. Ele concebe o processo como dotado de uma força social construtiva, pois, não

remanesceria um condicionamento tão forte de determinações sociais e culturais ligadas às diferenças de cor de pele, como no passado.

Mas, o autor ressalta. A tendência de integração estrutural não assegurava, por si só, que o preconceito de cor e a discriminação racial fossem eliminados no futuro. Poderia ocorrer nesse processo apenas a mudança na discriminação econômica e social com base na cor, nos termos de uma aceitação imposta pelas relações sociais cotidianas sob a ordem social capitalista.

O Estado brasileiro limitou-se a criar leis contra o preconceito de cor ou de raça, atitude esta vista com ceticismo pelo autor, pois as consequências sociais e econômicas da escravidão e da dominação senhorial é que deviam ser combatidas efetivamente. De modo indireto, o desenvolvimento de uma ordem urbana e industrial em São Paulo contribuía nesse sentido, possibilitando que se formassem “canais de protesto social” dos negros, que denunciavam o preconceito de cor como um problema social, prezando pela “formação de ideais independentes de existência social” através de líderes que expressavam “influxos sociais” pela manifestação de sentimentos, vontades e anseios gerais de integração social e melhorias de vida presentes de forma obscura na população negra.

A transformação efetiva da “personalidade-*status*” do negro, atribuída pelos brancos, demandava uma transformação em escala coletiva, no sentido de uma ascensão econômica e social que alterasse a posição social e, por efeito, a representação social do negro, através também de uma educação cívica. O que devia romper um círculo vicioso, no qual o *status* social e cultural aviltado do negro, recebido durante o regime escravagista, limitava a inserção profissional e sua posição social.

## **6. A democracia no Brasil**

Florestan Fernandes posicionou-se como sociólogo ao expor sua conferência no IBESP a convite de Guerreiro Ramos, intitulada *Existe uma crise de democracia no Brasil?* Para ele, a sociologia representa um conhecimento especializado que contrastava com o modo vigente (lembrando que o texto foi redigido em 1954) de compreender e tratar os problemas sociais no país. A implantação das ciências humanas no Brasil é tida como algo de grande significação histórica, porquanto elas “descortinam novas perspectivas de conhecimento da realidade brasileira, as quais não são destituídas de interesse prático” (FERNANDES, 1954a, p.450). Segundo ele, o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em ciências humanas modificou a forma de consciência social dos problemas sociais do país, bem como ampliou o



horizonte de intervenção no plano da ação.

Florestan Fernandes elabora uma reflexão acerca dos diagnósticos que apontavam para a existência de uma “crise da democracia no Brasil”, e questiona a validade dos mesmos por não serem cientificamente orientados, sistematizados, definidos e embasados em critérios empírico-indutivos. Apesar de fincar sua perspectiva nesta cercania, contrariando a “isenção” do cientista, ele permitiu-se emitir “opiniões estritamente pessoais” ou “juízos de valor”, porém acompanhados, de antemão, por seus raciocínios e suas análises rigorosas. Isso torna o texto interessante e explicita as preocupações políticas democráticas do autor nesse momento de sua obra.

A análise do autor orienta-se pelo fato de se voltar para o desenvolvimento da democracia num país economicamente subdesenvolvido. A democracia no Brasil é apreendida nos diagnósticos como estando em elaboração sócio-cultural, em vias de estruturação e maturação política. Ela não estava, pois, em crise, sob esta perspectiva, mas em processo de desenvolvimento.

Florestan Fernandes afirma que os obstáculos antepostos à expansão do regime democrático eram consequentes às condições desfavoráveis de sua formação na sociedade brasileira. A caracterização do exercício do poder político na sociedade escravocrata-senhorial interpreta no Estado a imagem do regime de castas e estamentos, reflexo da dominação patrimonialista e patriarcal, cuja concentração do poder político em um número restrito de indivíduos e parentelas manteve o alheamento das camadas populares, “desinteressadas” ou impossibilitadas de atuarem na vida política.

A organização jurídica do Estado contrastava com sua organização do ponto de vista prático. A desagregação da velha ordem pelo regime de trabalho livre preservou, de acordo Florestan Fernandes, a hierarquia social e a mentalidade política, mantendo situações econômicas e sociais que perpetuavam os velhos hábitos e práticas. Os “móveis egoístas das elites dirigentes (...)” ignoraram as tarefas de “(...) como preparar a Nação para o regime democrático e a de organizar o Estado de acordo com esse regime” (FERNANDES, 1954a, p. 458). Esse quadro histórico impunha severas limitações ao avanço da democracia. Não obstante a lentidão em consolidá-la, este seria um processo de vir-a-ser manifesto em tendências do desenvolvimento histórico-social.

A tese da “demora cultural” foi adotada pelo autor como hipóteses para interpretar a dimensão política da transição da antiga ordem para a ordem competitiva. Segundo ele, a adoção jurídica da isonomia política dos cidadãos brasileiros desconsiderou as condições sociais que traduziam o passado no presente, o Estado manteve-se alheio às

demandas da nação e da organização política e as condições reais da nação não se harmonizavam com tal a adoção do Regime Republicano.

Mediante esse quadro, apenas uma “intervenção racional” fundada na “ética da responsabilidade” podia equacionar a articulação problemática entre o passado arcaico e o presente moderno. A partir daí, os prognósticos expostos pelo autor miram a educação para a democracia.

A educação principia nas práticas dos partidos e dos governos. Os primeiros deviam estender seus papéis para a educação política da população inculcando princípios democráticos e atitudes cívicas: “galvanizar as massas populares e dirigir para fins políticos os seus anseios de reforma” (FERNANDES, 1954a, p.462). Ao passo que, aos governos, competia a tarefa de promover melhores condições sociais e econômicas para a nação. Os partidos precisavam ser integrados estrutural e funcionalmente à ordem legal democrática do país, para que eles obtivessem meios de disciplinar a vida política brasileira, tendo sua autonomia resguardada para preencher as funções políticas.

A educação para a democracia demandava necessariamente uma intervenção do Estado no sistema educacional brasileiro objetivando integração política. Os governos não cumpriram o papel de preparar as massas populares, egressas da antiga ordem, para que elas se envolvessem na “ordem social legalmente igualitária” (FERNANDES, 1954a, p.465). A pretensão das classes conservadoras no sistema educacional de formar “elites dirigentes”, representando um interesse técnico-administrativo e profissional, só faria sentido se, para além de seus interesses egoístas, estendessem as oportunidades educacionais para todos, ampliando a seleção entre muitos e não as restringindo a poucos.

Na escola inexistia, conforme Florestan Fernandes (1954a), o interesse por esclarecer os jovens quanto a seus direitos e deveres civis. A preocupação de formar personalidades democráticas para uma ordem social democrática também. Os efeitos da demora cultural se faziam presentes no sistema educacional, cujo equilíbrio era mantido pela tensão entre “tendências conservadoras” e “tendências inovadoras”, neutralizando as transformações positivas que estavam em curso.

A intervenção estatal devia ter propósitos políticos e atuar concomitantemente sobre todos os níveis do ensino. A educação sistemática, com esta finalidade, contribuía para a superação da mentalidade política arcaica, vista como um dos obstáculos do desenvolvimento da democracia no Brasil.

## 7. Ciência e sociedade

*Relações culturais entre o Brasil e a Europa*<sup>94</sup> indiretamente dialoga com um tema recorrente no pensamento social brasileiro, o da identidade nacional nos termos da questão: o que somos nós, o que são os europeus e como nossas relações interculturais foram desenvolvidas na história? Conforme Florestan Fernandes, (1960a), os usos geográficos dos vocábulos “Brasil e Europa” delineavam apenas uniformidades que variariam de um território ao outro, suprimindo os pluralismos e as particularidades subjacentes a cada um. Para o autor, a importância da resposta a essas questões é que elas acabam por justificar o “aproveitamento da experiência histórica e dos recursos intelectuais das veneráveis nações europeias” (FERNANDES, 1960a, p.162). Percebe-se que ele preocupa-se com a importação dos padrões civilizatórios europeus para o Brasil, mas sem reservas críticas.

Nesse momento, em 1954, Florestan Fernandes limitou-se a constatar normativamente essa necessidade sem, contudo, questionar os obstáculos da nação, marcantes em sua obra, na exploração de diversos temas como o “subdesenvolvimento”, a “dependência cultural” e a “dependência econômica” do Brasil em relação à Europa e aos “países adiantados”. Parece haver uma justificativa histórico-social para a concepção universalista (positivista) de ciência do autor, segundo a qual, formalmente a ciência é uma só; lastreada pelo iluminismo e por Hegel, em particular, ao atribuir a razão aos povos europeus, bem como “a formação da consciência de que o homem enquanto homem é livre” (FERNANDES, 1960, p. 157). O advento da civilização ocidental europeia deu origem a novos focos de elaboração, originais de seus ideais. E o Brasil é tido por ele como “prologamento autêntico” daquela.

Se nos primórdios da colonização predominou o distanciamento cultural e avaliação negativa de ambas as partes, entre os povos indígenas e os povos europeus que aqui aportaram, a predominância da civilização dos portugueses, seu complexo cultural e religioso transpôs a norma e de sua civilização ao território conquistado. Em consequência disso, os descendentes portugueses foram educados para dar continuidade cultural aos costumes e técnicas transplantadas, identificando-se à “vida civilizada” europeia através da mediação estabelecida por Portugal. “As técnicas de organização estatal, as formas de dominação e de ordenação das relações sociais, não só foram transferidas, [...] para o novo meio natural e

---

<sup>94</sup> Comunicação redigida em 1954, na ocasião do *Congresso Internacional de Escritores*. Cf. FERNANDES, 1960a.

humano, como acabaram desempenhando dentro dele, funções [...] parecidas com as quais preenchem na sociedade europeia”. (FERNANDES, 1960, p. 155). A colonização demandou a mobilização de recursos e técnicas culturais usados na Europa, bem como beneficiou dos conhecimentos que os indígenas tinham do próprio *habitat*. A satisfação de interesses sociais, econômicos e políticos dos brancos (portugueses) no Brasil criou condições e favoreceu “as tendências de assimilação dos valores culturais europeus” (FERNANDES, 1960, p. 154), preservando e multiplicando o contato do país com a Europa.

O autor demonstra, no texto em questão, um profundo otimismo em relação ao ocidente europeu e suas realizações históricas, porquanto o ocidente inaugurou a “concepção científica do mundo” e deu origem a um “processo civilizatório” que tinha condições favoráveis de se expandir e prosperar com os povos americanos, almejando o aperfeiçoamento da civilização ocidental nos territórios pelos quais se expandia.

A transferência das técnicas e valores europeus encontra obstáculos sociais e culturais nos países americanos. Mas esses obstáculos não possuem força suficiente para obnubilar a significação e a importância das soluções descobertas na Europa para a maioria dos problemas que afetam a existência humana em sociedade. Os móveis que inspiravam os grandes movimentos e processos históricos europeus – da revolução político-econômica burguesa à elaboração de uma concepção racional do mundo, com seus correlativos culturais: a explicação científica e a secularização das atividades artísticas e filosóficas – estão presentes nas tentativas de europeização da América.[...] Essa civilização industrial e científica, talvez por causa mesmo do grau de racionalização e secularização alcançado por suas manifestações de vida intelectual e prática não é avessa à dimensão ética do humano [...] (FERNANDES, 1960a, p.158).

Ao que parece, esse diagnóstico das relações culturais entre Brasil e Europa, de 1954, ainda que carecesse de questionamento, suscitado em seguida nos seus escritos, justifica a visão otimista que o autor elabora sobre a ciência e o seu transplante para o Brasil, principalmente através das “missões estrangeiras”, visto que a ciência e o pensamento racional autônomo estão vinculados a uma ordem social democrática, competitiva, de classes sociais e, portanto, avessa ao atraso representado pela escravidão e seu legado histórico. Florestan Fernandes (1960a) identificou-se à tendência de desenvolvimento racional inerente à civilização ocidental europeia e ao seu “processo civilizatório”, à extensão e à reelaboração da mesma nos trópicos. No Brasil era pertinente seu aperfeiçoamento por meio do desenvolvimento autônomo daquilo de melhor que essa civilização teria criado: a ciência e o

pensamento racional. Porém, essa tarefa não era fácil, como o autor preocupou-se em demonstrar.

*Ciência e sociedade na evolução social do Brasil* apresenta o diagnóstico do desenvolvimento do saber racional e da ciência na sociedade brasileira. Apesar de estarem em contradição e serem desarticulados orgânica e funcionalmente dos componentes tradicionais dessa realidade, poderiam ser convertidos em fatores dinâmicos de integração entre sociedade, economia e cultura, rumo ao “progresso burguês”. O autor vale-se, pela primeira vez, de termos como “relação de dependência cultural”, “burguesia dependente” e “nação subdesenvolvida”, apresentando a velha ordem escravocrata-senhorial e o seu legado sócio-cultural como obstáculo ao desenvolvimento do pensamento racional e da ciência. O subdesenvolvimento é apresentado pela “disposição insuficiente de recursos racionais de pensamento e ação” (FERNANDES, 1956a, p.54). Mas, o crescimento de um “sistema institucional” de amparo às atividades intelectuais, na primeira metade do século XX, era o que principiava o reconhecimento da importância da ciência e da pesquisa para a educação e a ação na “sociedade industrial moderna”, que nascia no âmago da velha ordem tradicional.

Na Europa, o saber racional vinculou-se intimamente às transformações sociais, desempenhando papéis políticos e econômicos, ao passo que no Brasil ele fora transplantado sem que houvesse se “constituído e desenvolvido como produto da situação histórico-social” (FERNANDES, 1956a, p.50). A aclimação da ciência e da pesquisa fundamental, a elaboração e transmissão de conhecimentos científicos, têm como pressuposto determinadas “condições histórico-culturais e sociais”. Elas dizem respeito à formação do regime de classes sociais, de concepções seculares do homem, da natureza e das instituições sociais, à democratização de direitos sociais, do acesso aos papéis intelectuais e da disputa pela legitimidade de estilos divergentes de pensamento.

Segundo ele, tais condições estavam emergindo de modo particular e recente no país com a desagregação da ordem escravocrata. O transplante dos saberes racionais e seu ajustamento processaram-se pelo aumento contínuo dos intelectuais, porém não foram acompanhados por pesquisas e descobertas originais do saber racional no Brasil. O desenvolvimento científico e cultural brasileiro não teve um dinamismo próprio capaz de responder às necessidades colocadas pela economia e pela sociedade, mas foi transposto e adaptado a uma situação local.

Conforme Florestan Fernandes (1956a), entre os séculos XVI e XIX, o clero

manteve o domínio dos papéis intelectuais e tinha por finalidade a propagação da fé cristã, a instrução e a orientação espiritual dos círculos dominantes. Coube à igreja, nas suas diversas ordens, erigir uma concepção de mundo nos trópicos com o domínio português, de modo a consagrar valores, ideais, sentimentos e interesses que lhes eram pertinentes. Através de uma transplantação geográfica, o catolicismo serviu aos empreendimentos coloniais do Reino e exerceu sua força através de um conservadorismo cultural decorrente da sua própria articulação, carente de um dinamismo interno e intelectualmente criador. De um lado, a estratificação interétnica, impossibilitava o questionamento da legitimidade senhorial e, de outro lado, saberes tradicionais e utilitários contribuía também para que não houvesse a necessidade de reelaboração da concepção de mundo predominante.

A partir de 1808, com a Família Real portuguesa instalada no país, houve condições sociais e culturais para o florescimento do saber racional, que passou a se constituir em ritmo regular, dadas as necessidades administrativas, legais, políticas e econômicas que foram criadas. Instituíram-se as primeiras escolas superiores e foram criados alguns núcleos urbanos de atividade intelectual, “graças aos quais se intensificaram os contatos com os centros europeus de produção artística, filosófica [...] começaram a se difundir, por meio do ensino sistemático, novas técnicas, conhecimentos e ideais de origem europeia” (FERNANDES, 1956a, p.49). E o que se seguiu historicamente, no horizonte cultural brasileiro, ocorreu de modo a aumentar os meios de formação seculares da *intelligentsia* nacional envolvida nos processos políticos da sociedade.

Porém, os intelectuais estiveram submetidos aos limites morais, espirituais e sociais que compunham o horizonte cultural das velhas elites. Havia também resistências culturais à concepção secularizada e racional do mundo frente ao poder dos costumes estabelecidos, que faziam justificativa moral de uma ordem social pautada na escravidão e na dominação senhorial.

Florestan Fernandes (1956a) destaca alguns dos fatores que contribuíram para restringir os núcleos de criação intelectual independente na sociedade brasileira do século XIX, requerendo o apelo à posterior importação de conhecimentos: 1) a formação de uma elite (bacharéis) com finalidades político-administrativas, cujas atividades serviam aos interesses senhoriais; 2) vinculação do pensamento racional à solução de problemas práticos apenas devido aos interesses dessa elite; 3) organização social estratificada impossibilitando um diálogo entre portadores de concepções de mundo distintas e impedindo um fundamento das opiniões que não fosse aquele vinculado à posição social de seus formuladores; 4) criação

de uma concepção aristocrática do trabalho derivada da escravidão que impediu o desenvolvimento de competências técnicas; 5) limitação do horizonte intelectual aos valores e ideais das elites que tomavam decisões, sendo que estas estiveram à mercê das tradições herdadas e da dominação patrimonialista.

Até o século XIX não foram criadas condições institucionais para a formação de um saber racional autônomo e integrado às necessidades do país. Afirmou, então, a tendência de importar o saber racional conforme as demandas da situação histórico-social.

Assim, a desintegração da sociedade escravocrata e senhorial teve um enorme significado, para o desenvolvimento das ciências no Brasil. Este processo é valorizado na medida em que contribuiu para promover os processos de racionalização e de secularização do pensamento e do modo de entender as instituições, criando uma problemática aquém do poder, dos costumes e do caráter sagrado das instituições. O alargamento do horizonte cultural ocorreu a partir dos movimentos abolicionistas e da formação de uma “comunidade urbana”, que contribuiu para renovar a herança cultural, atuando como fator dinâmico em todas as esferas através da criação de novas funções sociais.

O autor elabora um diagnóstico do subdesenvolvimento do Brasil sob o prisma da carência “de recursos racionais de pensamento e ação”. Isso o conduz a valorizar a “nova mentalidade” em formação, vinculada à “civilização tecnológica e científica”, em franca oposição com a velha ordem escravocrata-senhorial “irracional”. Conforme dito, a ciência é vista como o fator dinâmico, por excelência, de integração, articulação orgânica e funcional das esferas componentes da nova realidade social brasileira que estava brotando com a ordem burguesa: democrática, secular, industrial e tecnológica. A ciência vinha, segundo ele, sendo mobilizada para substituir as técnicas tradicionais de manipulação dos problemas sociais. Encontrava condições sociais e culturais propícias para o seu desenvolvimento nas grandes cidades brasileiras, onde o processo de industrialização e desagregação da velha ordem encontrava-se mais acelerado; nessa perspectiva, os centros urbanos cumpriram a função de influir na reconstrução social e cultural de todo país.

Deste ângulo esboça-se a normatividade ou as necessidades fundamentais apresentadas por Florestan Fernandes (1956a) para a efetivação completa deste processo. Ganha relevo a educação pelas suas funções sociais de: 1) preparar os cidadãos para a direção política, administrativa e de escolha de seus representantes; 2) instruí-los para ocupar posições na nova estrutura social diferenciada, a qual requer conhecimentos técnicos e

específicos; 3) formar uma nova concepção acerca da dignidade e do valor da pessoa humana pela consciência dos cidadãos de seus direitos e deveres.

Além disso, o autor aponta para a necessidade de organização das grandes cidades em ebulição por meio “do desenvolvimento do sistema comercial, industrial e bancário; do desenvolvimento urbano e dos serviços públicos [...]; do desenvolvimento da assistência médica, hospitalar e higiênica da população, limitados pela escassez de meios; da comunicação da cidade com o mundo exterior [...]” (FERNANDES, 1956a, p. 56). O requerimento ao pensamento racional e às atividades científicas que, finalmente, estavam em vias institucionais de atingir um possível desenvolvimento autônomo, correspondia às próprias necessidades impostas pelo sentido do processo ou pela tendência de desenvolvimento nacional apresentada pelo autor.

A valorização da ciência para o desenvolvimento da sociedade brasileira adquire uma justificativa e um caráter mais normativo sob o prisma da sociologia aplicada aos problemas sociais do autor. Impunha a necessidade de uma racionalização completa do trabalho científico, desde a observação e teorização até a utilização dos conhecimentos científicos na sociedade como fator de “mudança social provocada”. A “aplicação” ou o potencial prático da sociologia substitui a ideia-força da explicação empírica, encerrada no processo cognitivo: torna-se o eixo de convergência da teoria, do método e da observação empírica, por meio de uma visão de unidade entre sujeito e objeto, teoria e transformação histórica, rompendo com a objetividade propugnada pelo positivismo-funcionalista e a separação dessas instâncias.

A negação e a exorcização da relação com valores externos à ciência aperfeiçoava-se. Em vez de combater pura e simplesmente valores extracientíficos, explicitá-los em vista da posição social de seus portadores era o procedimento básico para reconhecer seu caráter ideológico e sua influência na percepção da realidade, assim, conservava o propósito de neutralizar os “juízos de valor”. Era preciso que houvesse a adoção dos valores e ideais da ciência pelos investigadores para transformá-los em “juízos de realidade”.

Para servir à ciência e ao seu desenvolvimento, bem como para atender as eficazmente e segundo os critérios do espírito científico às exigências mais profundas do progresso social, ele precisa libertar-se como e enquanto cientista, dos conceitos, avaliações e aspirações que conformariam seu horizonte intelectual, a atitudes, valores e ideais que se impõem em termos do próprio pensamento científico e da concepção científica de mundo [...] (FERNANDES, 1962b, p.447).



Os intelectuais beneficiam-se, assim, de sua “posição relativamente livre e flutuante”, formando a *intelligentsia* suprapartidária capaz de refletir sobre as demandas sociais sem se vincular a um ou outro grupo de interesses específicos, sendo, pois, representantes dos interesses gerais.

Esses pressupostos surgem de modo mais nítido em *O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência*, que chama a atenção dos cientistas para a relevância de seu trabalho para o “progresso econômico” e sócio-cultural do país. “Para ser útil ao seu país e elevar o teor prático de sua contribuição, os cientistas não precisam se converter em políticos. Basta que definam com clareza e convicção as bases de uma política nacional de incentivo à pesquisa científica e tenham ânimo de lutar por ela [...]” (FERNANDES, 1960b, p.87). O diagnóstico pontual elaborado pelo autor vai incidir precisamente sobre o argumento normativo defendido. Por meio de uma análise tríplice das questões suscitadas por seu tema, Ele aborda-o do ponto de vista do investigador, das instituições que amparam seu trabalho e das implicações deste para a sociedade; postulando a necessidade de: educação das novas gerações, renovação das instituições científicas brasileiras e “utilização eficiente” dos conhecimentos científicos.

O processo de desenvolvimento intelectual da ciência e o processo cultural de expansão da civilização que a abriga, não obstante fossem processos diferentes, são tomados em unidade e determinação recíproca pelo autor, que compreende a ciência como parte da “situação histórico-cultural”. Tratando-se de um “país subdesenvolvido”, a atividade científica no Brasil devia assumir compromissos e responsabilidades inerentes à sua situação histórica, constituindo um meio de “emancipação” da condição heteronômica.

A dinâmica social dos países subdesenvolvidos é vista pelo autor, nesse texto, mais uma vez sob o prisma da carência de recursos intelectuais, científicos e tecnológicos, por excelência, as condições para transformar esse quadro histórico-estrutural. “Como nação subdesenvolvida, a sociedade brasileira acha na ciência e na tecnologia científica os meios indicados para realizar avanços culturais que a coloquem no limiar dos tempos modernos” (FERNANDES, 1960b, p.86). Porém, diversos obstáculos de ordem econômica e sócio-cultural se impunham para o desenvolvimento autônomo da ciência na sociedade brasileira em virtude de seu passado, cuja herança histórica impunha deveras restrições no âmbito econômico e mesmo do horizonte cultural.

O fomento da ciência em países subdesenvolvidos é visto como uma tarefa difícil,

mas, ao mesmo tempo, fundamental para o desenvolvimento dessas nações, porquanto a ciência requer organização institucional que projete sua autonomia, elementos extracientíficos, sócio-culturais, adequados para que ela possa exercer a dinâmica construtiva, que lhe seria intrínseca. No entanto,

A situação brasileira coloca-nos [...] diante de extremos. O presente traduz inegáveis vantagens em confronto com o passado recente. A ciência constitui uma realidade em nosso panorama intelectual – não uma simples aspiração ou um saber compendiado por importação. De outro lado, porém, vários obstáculos impedem ou restringem a diferenciação progressiva e a renovação do sistema brasileiro de instituições científicas. Há oscilações que se explicam por falta de recursos financeiros; mas há outras que advêm da escassez de pessoal, do mau uso dos recursos e da inexistência de concepções apropriadas de organização das instituições científicas (FERNANDES, 1960b, p.94).

Conforme ele, o subdesenvolvimento limita a atuação dos cientistas em sua esfera de competência. Então, enfrentar as condições adversas requer alargamento e maior responsabilidade de seus papéis intelectuais, seja no âmbito interno ou externo de sua competência: nos objetivos propostos em suas pesquisas e no resultado prático de suas investigações para a sociedade brasileira. Em vez de concorrer com a ciência praticada nos “países desenvolvidos”, os cientistas brasileiros deviam se voltar para o “progresso” da ciência praticada aqui, valendo-se das condições de trabalho oferecidas pelas instituições científicas nacionais, buscando melhorá-las e salvaguardar sua autonomia, rigor, qualidade e retorno social.

A formação e preparação de quadros especializados, a diferenciação das atividades científicas, a compreensão de que ciência e tecnologia estão imbricadas, a busca de condições institucionais adequadas, com seus requisitos e consequências, dentre outras questões, deviam fazer parte das reivindicações e inquietações dos cientistas brasileiros daquele contexto. Eles são vistos como sujeitos “de uma nova concepção de mundo, que pretende fazer da ciência um novo padrão de medida das coisas, do homem, do futuro da humanidade” (FERNANDES, 1960b, p.117).

O autor valoriza a ciência e os cientistas para o processo de atualização ou reconstrução da mentalidade dos sujeitos através da educação sistemática e da divulgação científica, bem como para o desenvolvimento econômico. A ciência e a tecnologia pressupõem requisitos que não podiam ser transplantados sem ser desvirtuados pela nossa

herança social. Apenas o desenvolvimento autônomo da ciência podia superar tais obstáculos, posto que ele requer transformações mais amplas no horizonte intelectual médio dos brasileiros, e estas provocariam também a mudança da organização econômica, política e social do país.

## **8. A sociologia no Brasil**

Em *Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*, Florestan Fernandes (1958a) explicita que a sociologia se origina histórica e culturalmente na civilização europeia e tem um sentido imanente de mudança cultural. Para ele, esse saber é consequente aos processos de racionalização e de secularização da maneira de compreender e agir em sociedade, os quais tiveram dominância com o advento da ordem social de classes. No caso brasileiro, os óbices do desenvolvimento histórico e a ausência de certas condições sociais e culturais dificultaram o desenvolvimento da sociologia, mas nem por isso ela devia abrir mão da “cientificidade” que fora conquistada nos países europeus e nos EUA. Embora não pudesse competir e ser comparada com a destes países, tinha uma contribuição específica para a teoria sociológica.

Florestan Fernandes preocupou-se inicialmente com esta contribuição em termos da elaboração da “síntese imparcial” das tradições norte-americana e europeia – aliando teoria e empiria na produção de um conhecimento, que se encerrava nos métodos, técnicas e processos científicos; ele esboçou, em seguida, esta colaboração em termos de inquietação em relação ao conhecimento da realidade empírica, dos problemas do Brasil e de países subdesenvolvidos. As exigências do papel do sociólogo expandiram-se para a investigação empírica e resolução dos problemas brasileiros. Porém, o autor não descartou a obsessão pela cientificidade da disciplina e tampouco o fato de que ela devia oferecer alguma cooperação ou tributo à “Sociologia”, que transcende as fronteiras nacionais.

Ao dizer que a sociologia era uma disciplina empírica-indutiva de reconstrução histórica ou de campo autônoma, à maneira como os sociólogos europeus e norte-americanos de sua geração a definiam – pelo viés do “espírito científico” –, embora tenha desenvolvido uma perspectiva própria no modo de interpretar esta questão, o autor pressupõe que apenas a experiência universitária paulista e, no limite, a do antigo Distrito Federal fundaram uma sociologia legítima, isto é, subordinada a padrões científicos sistemáticos. Toda produção

referida ao social que o antecede é interpretada a luz de critérios que as aproximam ou as desvinculam dos “padrões de trabalho científico”, trazidos pelas “missões estrangeiras” que, segundo ele, possibilitaram um salto qualitativo da disciplina no Brasil.

Florestan Fernandes (1958a), para dar consistência ao seu argumento, analisa dessa perspectiva a sociologia no Brasil como um fenômeno histórico-cultural. Os processos de secularização e de racionalização são vistos com grande otimismo, na medida em que transformaram o “pensamento racional” em fator construtivo na organização social das sociedades europeias “modernas”. Ele, naquele momento, não via este processo como decorrente de interesses materiais da ascensão política da burguesia, nem questionava o caráter da racionalidade burguesa, mas somente constatava o “processo cultural” que fez do pensamento racional um “fermento social” provocador de inúmeras transformações.

Na sociedade brasileira do período escravocrata, a velha ordem patrimonial era incompatível com o pensamento racional. A burocracia, o direito e os intelectuais foram assimilados aos interesses sociais, políticos e econômicos das grandes famílias e da dominação senhorial, conforme a utilidade deles para a ordem social. A qual possuía uma concepção de mundo correspondente aos interesses estreitos dos donos do poder.

Resistências culturais se impuseram à aceitação da explicação científica do mundo (racional e secular). Os costumes acabaram por oferecer o consenso em torno da ordem social patrimonialista, assim como justificavam moralmente a escravidão. Os bacharéis de direito corroboravam o *status quo* com argumentos de ordem natural e a igreja católica com argumentos teleológicos, conforme as diretrizes do Vaticano. O apego às tradições, aos costumes, às leis e ao caráter sagrado das instituições foram obstáculos para a aceitação do pensamento racional e da explicação científica da sociedade.

A condição de “dependência cultural” do país fez com que o vocábulo sociologia fosse assimilado de modo simultâneo à sua criação na França. No Brasil, porém, não houve a intenção “positiva” ou científica, originária de Auguste Comte, mas tão somente seu uso servia de distinção entre literatos. Com o passar do século XIX e das transformações da sociedade brasileira é que a sociologia foi sendo mobilizada como recurso de explicação. A princípio, “a intenção não é a de fazer, propriamente, obra de investigação sociológica, mas de esclarecer certas relações mediante a consideração dos fatores sociais” (FERNANDES, 1958a, p.190). A sociologia não tinha significado independente da literatura e do direito, mas era usada como recurso subsidiário de análise. Os autores citados que faziam parte deste

período, segundo Florestan Fernandes, são: Aureliano Cândido Tavares Bastos; Agostinho Marques Perdigão Malheiros; Joaquim Nabuco; Sílvio Romero; Anibal Falcão; Paulo Egydio; e Florentino Menezes.

O questionamento e o fim da escravidão desintegraram em parte o antigo regime brasileiro. O pensamento racional conquistou espaço através dos movimentos abolicionistas e da desagregação da “ordem social patrimonialista-escravocrata-senhorial”. A crítica à escravidão do ponto de vista moral acabou pondo em cheque a própria ordem existente e alargou a apreciação do antigo regime, de modo secular e racional, para além dos costumes e da justificativa sagrada das instituições, promovida pelo catolicismo.

Com o fim da escravidão acreditava-se que os problemas históricos brasileiros seriam automaticamente resolvidos. No entanto, a implantação da República não resultou nas conseqüências almejadas. O descontentamento geral, segundo ele, suscitou a percepção de que os problemas nacionais possuíam causas mais complexas e que apenas uma análise histórica poderia apreendê-las adequadamente. Para o autor, é nesse momento com *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que “o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserido no sistema sócio-cultural brasileiro” (FERNANDES, 1958a, p.196). Euclides da Cunha inaugurou um tipo de análise histórica e geográfica respaldada por observações sociográficas e por isso seria um marco para a sociologia no Brasil.

Além de Euclides da Cunha, Florestan Fernandes (1958a) reconhece Alberto Torres como representante de uma segunda etapa da sociologia no Brasil - modalidade de consciência e de explicação histórico-social do país, da qual se descortinava a possibilidade de intervenção. Alberto Torres é visto como pioneiro do pensamento sociológico pragmático no Brasil, isto é, de um pensamento voltado para a intervenção na sociedade através da organização seletiva dos meios capazes de conduzir ao “progresso” do país, em nome do patriotismo. “No fundo, esta orientação resultava do receio e do ressentimento que as perspectivas de prejuízos na posição dominante dentro das estruturas de poder instilavam no ânimo das antigas famílias senhoriais [...]” (FERNANDES, 1958a, p.197). Alberto Torres incorporou em seu pensamento as demandas de sua “camada social” ante a possibilidade de perda de privilégios econômicos e sociais, conforme a análise feita por Florestan Fernandes e embasada na sociologia do conhecimento de Mannheim.

A análise historiográfica (ou histórico-sociográfica) é vista em relação ao passado

como fator de ampliação do pensamento racional. Porém, no seu tempo presente, Florestan Fernandes critica-a por obnubilar as verdadeiras tarefas nomotéticas da sociologia no Brasil. Tratar-se-ia de um padrão científico que destruía pela base o equilíbrio necessário entre os níveis explicativos do ponto de vista sociológico (sociologia sistemática; sociologia descritiva; sociologia comparada; sociologia diferencial ou histórica; sociologia aplicada; sociologia geral ou teórica), prejudicando ainda os esforços de continuidade da teoria sociológica.

Ao utilizá-lo [o padrão histórico-sociográfico de análise da realidade brasileira], o sujeito-investigador procedia a levantamentos incompletos dos dados de fato, explorava-os descritiva e interpretativamente de modo assistemático e projetava, nos resultados da análise, volições ou aspirações sociais das quais participava como membro da coletividade. Daí a inconsistência do conhecimento obtido, nos dois níveis em que ele pretendia objetividade: no plano empírico, por deixar de reter as conexões e relações essenciais para a descrição e a interpretação dos fenômenos considerados; no plano prático, por ser um conhecimento que se confundia, substancialmente, com as tendências espontâneas da consciência social das condições de existência e das tensões sócio-econômicas ou político-sociais que nelas lavravam [...] (FERNANDES, 1958a, p.227).

A sociologia no Brasil, para se tornar científica, tinha de se libertar do padrão historiográfico de conhecimento<sup>95</sup>. Ele argumenta que o sociólogo brasileiro encontrava-se numa encruzilhada entre tarefas científicas e pressões da sociedade. Sempre houve no país, segundo ele, uma expectativa dos leigos ou uma “reação societária” diante dos estudos sociológicos, que acabou sendo absorvida nos meios letrados brasileiros, os quais cunharam fundamentalmente três noções equivocadas da sociologia. Toda produção intelectual referida ao social que precede Florestan Fernandes, com base nos pressupostos dele, de que a sociologia é uma ciência empírica-indutiva, havia usado de forma equívoca o vocábulo sociologia, de maneira vaga e imprecisa.

A primeira noção mais difundida fazia da sociologia uma espécie de reflexão elaborada dos problemas sociais, não distinguindo o conhecimento científico do “senso comum”. E ela esteve presente entre políticos, jornalistas, ensaístas, romancistas, historiadores, folcloristas, juristas etc, que não tinham preocupação alguma com a

---

<sup>95</sup> É interessante notar que no texto *Tendências teóricas da moderna investigação sociológica no Brasil*, Florestan Fernandes aponta seu livro **Função social da guerra na sociedade tupinambá** como o único que atingiu o padrão de ciência por ele almejado. “Até o presente, a exploração da explanação interpretativa, tendo em vista descobrir e testar explicações universalmente válidas dentro de um sistema cultural concreto, só foi tentada, na etnologia brasileira, por Florestan Fernandes, em um estudo sobre a guerra na sociedade tupinambá [...]” (FERNANDES, 1958a, p.68).

“Sociologia”, tal como Florestan Fernandes a concebia.

Uma segunda noção extracientífica de sociologia concentrava atenção para atitudes e crenças ideológicas, identificando a disciplina às correntes políticas como liberalismo, integralismo, socialismo etc. Nos meios conservadores, em determinadas conjunturas históricas, a sociologia era vista de modo pejorativo e identificada como ameaça aos costumes e instituições através de inovações próprias da “sociedade moderna”, que eram associadas à sociologia. Nos meios progressistas, por sua vez, também em diferentes conjunturas históricas, a sociologia era vista como forma de análise questionadora da ordem social e de reação aos problemas sociais brasileiros.

A terceira noção extracientífica de sociologia vincula a disciplina aos interesses de uma ou outra “camada social”, como no caso da burguesia urbana e industrial paulistana que, após o insucesso da “Revolução Constitucionalista”, fomentou a sociologia para formar novas “elites”, mais capacitadas para solucionar os problemas brasileiros, tendo criado cátedras de sociologia na USP e na ELSP. Neste momento, porém, houve um relativo avanço da sociologia no Brasil, em virtude dos seguintes fatores: alteração do sistema institucional; como a acentuação da divisão do trabalho e especialização de novas atividades, que alteraram a organização social da cidade de São Paulo. Ocorreu, pois, uma integração maior da sociologia ao sistema sócio-cultural através de instituições estatais, de sua inclusão no sistema de ensino e através de um mercado de bens culturais que se constituiu.

Conforme Florestan Fernandes, todas as noções extracientíficas da sociologia, sobretudo, a última que a dispõe aos interesses de uma “camada social”, no caso a burguesia industrial, são nocivas ao desenvolvimento autônomo da disciplina, porquanto adjudicam critérios extracientíficos de avaliação axiológica da disciplina. As limitações da sociologia no Brasil, segundo ele, decorrem da própria organização da sociedade brasileira, que restringiu os processos de racionalização e de secularização aos centros urbanos e industriais, através de um padrão de desenvolvimento “desigual, heterogêneo e de ritmo instável”. A particularidade histórica brasileira contribuía para que essas noções equivocadas da sociologia fossem absorvidas por determinados intelectuais.

Florestan Fernandes (1958a), ao remeter-se aos intelectuais do terceiro momento da sociologia no Brasil, no qual ocorre o amadurecimento da disciplina através de uma preocupação com os “padrões de trabalho científico sistemático”, cita uma gama de intelectuais que se preocuparam em fazer da sociologia uma forma de investigação positiva

desde 1920, com Oliveira Viana, o marco representativo desta fase. Este é momento com o qual ele identificava-se, época em que a sociologia no Brasil foi impulsionada qualitativamente pela vinda de intelectuais estrangeiros para lecionar nas universidades brasileiras. Destaca-se a ausência de Guerreiro Ramos entre os muitos nomes, os quais teriam compreendido com clareza a sociologia e usavam-na com crescente precisão científica.

Em 1956, no texto *o Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*, o autor reconhece que os obstáculos da sociologia no Brasil podiam ser convertidos em vantagens “nessa situação, que oferece um ponto de partida mais rico ao jovem sociólogo brasileiro”, porquanto lhe concedesse “uma posição ideal para realizar uma síntese imparcial entre os resultados e as tendências metodológicas da sociologia em países europeus e nos Estados Unidos” (FERNANDES, 1958a, p.191). A partir de 1958, acentua-se em suas publicações a preocupação anteriormente esboçada acerca das limitações da sociedade brasileira para o desenvolvimento autônomo da ciência. Ele normativiza em prol do aperfeiçoamento das instituições científicas e das tarefas do intelectual em relação à produção e ao destino do seu conhecimento para a realidade brasileira, sem abandonar as exigências do padrão de trabalho científico.

[...] as ciências sociais só podem tornar-se verdadeiramente úteis à coletividade quando as atividades de ensino, de pesquisa, de sistematização teórica e de aplicação podem ser organizadas institucionalmente, desenvolvidas de forma contínuas e de acordo com motivos teóricos ou práticos que aconselham a realização de determinadas pesquisas, independentemente das preferências individuais dos próprios investigadores [...] (FERNANDES, 1958a, p.211).

Diante das pressões da sociedade e das exigências científicas do conhecimento sociológico, Florestan Fernandes (1962b) volta o enfoque de sua sociologia para as questões históricas de seu tempo, na medida em que a percepção dos problemas sociais tendia a ser elaborada de maneira ideológica. Ele argumenta que a superioridade da ciência frente à ideologia impunha tarefas mais amplas para o cientista na compreensão dos problemas de seu tempo enquanto cidadão. O cientista devia associar ao seu trabalho seus interesses e preocupações enquanto cidadão, de maneira que o pensamento científico se vinculasse à sociedade e a teoria à história, agregando responsabilidades políticas ao processo de conhecimento.



[...] O conhecimento teórico terá de subordinar-se a um padrão mais complexo, deixando de ser mera explanação de ocorrências do passado para abranger também processos *in flux* e por realizar-se, preenchendo o requisito ideal da explicação científica dos processos sociais: de ser um conhecimento sobre as condições de alteração da realidade [...] a emergência gradual de novos papéis intelectuais, voltados para a explicação ou relacionados com problemas de planificação social, projeta os sociólogos nos mecanismos societários de intervenção racional no domínio dos problemas sociais [...] (FERNANDES, 1962ba, p.445).

Com isso, os valores e os ideais científicos permaneciam no horizonte de responsabilidade do cientista, conquanto que a ciência se adequasse às oportunidades oferecidas pelo meio. Para isso, o cientista devia proceder com escolhas racionais em relação aos seus papéis diante da pesquisa empírica, teórica e aplicada aos problemas de seu tempo. Aos cientistas competia lutar para garantir meios adequados ao seu trabalho, bem como escolher temas de pesquisa que atendessem às exigências científicas e ao conhecimento da situação histórico-social, em vista da resolução de seus problemas. Desse modo, o papel do sociólogo expande-se para a investigação dos problemas brasileiros, sem que abandonasse seus deveres relativos à ciência.

## 9. Mudança social e obstáculos ao desenvolvimento

Em 1959, Costa Pinto promoveu no Rio de Janeiro o seminário internacional “*Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*”. Um espaço diferente para a discussão acerca do desenvolvimento nacional por não ter privilegiado soluções estritamente políticas, característica marcante, segundo Villas Boas (2006a), das teses produzidas pelos intelectuais ligados ao ISEB<sup>96</sup>.

Nesta ocasião, Florestan Fernandes apresentou a comunicação *Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento*, na qual fez um balanço teórico – bem característico de sua produção intelectual –, que precedeu o estudo empírico da situação histórico-social brasileira daquele contexto. Os problemas relacionados à mudança social e

---

<sup>96</sup> Entre outros intelectuais, participaram do evento: Alfred Métraux, C. Wright Mills, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Djair Meneses, Fernando Henrique Cardoso, Gino Germani, J. A. Silva Michelena, Jacques Lambert, Helené Brulé, Jorge Graciarena, Juarez Brandão Lopes, José Arthur Rios, Octavio Ianni, Vitor Nunes Leal, Pablo Gonzalez Casanova, Mario Wagner Vieira da Cunha, Milton Santos e Michel Debrun. Cf. BÔAS, 2006a.

aos seus conflitos inerentes ganham destaque na sua obra. Para dar conta deles, o autor se vale dos recursos metodológicos oferecidos pelos autores clássicos da sociologia, os quais possibilitam caminhos distintos de explicação. Então, ele opta por focar seu objeto pelo ponto de vista “moral” ou social, acerca do influxo das atitudes e motivações extracientíficas no desenvolvimento social brasileiro.

A teoria da mudança social, segundo Florestan Fernandes (1974), volta-se para os aspectos dinâmicos da vida social, isto é, os fenômenos que concorrem para a alteração da estrutura, organização e funcionamento do sistema social. A “mudança social” é definida por ele como qualquer alteração no “sistema social”. Pela caracterização do tipo de desenvolvimento era possível saber se sua natureza é “progressiva” ou “regressiva”.

O conceito de “evolução social”, para ele, aplicava-se aos processos de “mudança social progressiva” capazes de manter ou transformar os “tipos sociais” propriamente ditos, através de seus requisitos estruturais e funcionais. Assim, o conceito de evolução social se adequa à mudança social progressiva no nível supra-histórico, possibilitando a análise da formação, duração e sucessão dos tipos sociais. Enquanto o conceito de “desenvolvimento” atentava-se para a mesma realidade, porém no nível histórico concreto, tal como ocorria no tempo e no espaço. Nesse sentido, a evolução interna da sociedade brasileira caminhava na órbita da civilização ocidental e seu desenvolvimento impunha uma análise dos obstáculos históricos que se colocavam à mudança social progressiva.

A evolução social do Brasil em relação ao “moderno capitalismo” sugeria inúmeros percalços ao desenvolvimento histórico do país. Florestan Fernandes (1974) destaca o descompasso existente entre o horizonte intelectual do “homem brasileiro” e a assimilação de invenções culturais transplantadas, sem que este participe dos processos de invenção e utilização delas. Isto aparentemente seria causado pela falta de “originalidade cultural”. No entanto, ele percebe que as civilizações antigas do oriente possuíam culturas milenares e compartilhavam a mesma condição heteronômica que o Brasil e outras nações da periferia da civilização ocidental. A dependência cultural possuía, assim, causas mais profundas relacionadas à própria dependência econômica da sociedade brasileira.

A “condição heteronômica de várias nações constituiu uma expressão de natureza histórica e portanto modificável, de sua posição no intercâmbio econômico, político e cultural com as nações dominantes na estrutura internacional do poder” (FERNANDES, 1974, p.187). A dependência cultural deixa de ter origens na ausência de produção intelectual autônoma,

derivada das relações patrimonialistas de dominação e passa a ser pensada como uma “alienação intelectual e moral de imensas proporções”; como forma de dependência cultural que fortalecia o domínio econômico através da internalização de valores e disposições subjetivas dos países que nos dominam, criando “um estado de dependência fundamental”.

Com essa demarcação teórica, Florestan Fernandes (1974) estabelece uma nova unidade de análise, cuja referência é a “moderna civilização ocidental” como processo de expansão capitalista mundial. Esta demandava, acima de tudo, requisitos estruturais e funcionais como industrialização e urbanização; secularização dos modos de compreender o mundo; universalização e respeito aos direitos humanos; democratização da educação, da cultura e do poder; divulgação e consagração de modelos racionais de pensamento e conduta; e valorização e execução do planejamento nas questões de interesse público.

A realização plena dessa ordem social, todavia, dependia das condições sociais pré-existentes nos locais em que se expandia o capitalismo. No caso brasileiro, as condições sociais da “velha ordem” escravocrata-senhorial, a dominação patrimonialista e a estratificação pelo regime de castas eram grandes obstáculos para a realização deste tipo social, a civilização ocidental capitalista.

Florestan Fernandes (1974) privilegia a análise do elemento moral, os processos de consciência social e a influência destes sobre os processos macro-estruturais. A sociedade de classes requer, segundo ele, uma revolução cultural que amplie o horizonte cultural do “homem médio”. Esta devia ter como objetivos a incorporação dos requisitos da ordem social capitalista na esfera da consciência social, a inculcação de ideais de vida que demandam exercício ativo e participação política na organização das condições de existência social e, também, a ação racional como critério de avaliação das normas, instituições e técnicas de controle social. A sociedade de classes, segundo ele, repousa num “padrão instável de equilíbrio”, o qual requer mecanismos de consciência social compatíveis à sua dinâmica social. Ele enfatiza as “bases estruturais e dinâmicas do comportamento coletivo” para a realização do tipo social representado pela civilização ocidental. “As atitudes e as motivações, que orientam as preferências dos indivíduos em face do desenvolvimento social e de suas consequências reconhecíveis de maneira imediata, prendem-se a mecanismos coletivos de percepção, de explicação e de intervenção na realidade” (FERNANDES, 1974, p.337). A consciência social abrange essa dimensão dos indivíduos na transformação social.

Florestan Fernandes (1974) argumenta que a categoria histórica do

“desenvolvimento” se apresenta de modo distinto como valor social no comportamento dos indivíduos e dos movimentos sociais. Esta categoria, para o autor, subordinava-se e respondia aos interesses e aos valores sociais das “camadas dominantes da estrutura de poder”. Interesses atribuídos à toda “nação” não correspondiam de fato às necessidades de toda coletividade, mas contribuíam para a preservação de posições dos verdadeiros interessados na estrutura de poder. Representava do ponto de vista econômico unilateral um desenvolvimento restrito, alcançado por poucos, visto como mera curiosidade.

A transplantação da empresa industrial esta associada a efeitos de secularização da cultura e da racionalização dos modos de conceber o mundo, que levaram o urbanista brasileiro a valorizar socialmente a industrialização e a incluí-la na esfera axiológica de seu patrimônio cultural. Esses efeitos, não obstante, mostram-se insuficientes e incongruentes, a ponto de impedir até um aproveitamento mais extenso, rendoso ou profundo dos elementos culturais importados (FERNANDES, 1974, p.186).

Por conseguinte, a industrialização brasileira não era nenhum apanágio, sendo um fato intrínseco à expansão ocidental capitalista, cuja emergência e generalização pressupunham mecanismos econômicos e societários inerentes às sociedades de tipo capitalista. A intensidade desse processo, porém, dependia do grau de diferenciação e de integração desses mecanismos, o qual requeria a ruptura do regime de castas, do trabalho escravo e do latifúndio. A assimilação de técnicas, valores sociais e instituições deu-se conforme o permitido pela situação histórico-social brasileira.

Em conjunto, pois, a empresa industrial é minada por vários fatores irracionais, que solapam sua integração orgânica, seu rendimento e crescimento, e as influências que ela poderia desencadear na transformação do meio social. Mas este, por sua vez, restringe de várias formas as possibilidades de expansão da empresa industrial. Isso é particularmente visível em três níveis distintos: naquele em que a diferenciação e a integração do sistema econômico depende de maneira direta, dos padrões de organização da sociedade; no das relações da vida econômica com as instituições políticas; e, por fim nas conexões da vida econômica com elementos ou processos sócio-culturais que constituem os alicerces invisíveis de todo progresso econômico (FERNANDES, 1974, p.81).

Tratava-se da reprodução de processos ocorridos nos países desenvolvidos, no

entanto, com as especificidades brasileiras porque o ponto de partida da industrialização não era o mesmo. Desse modo, as influências construtivas deste processo não podiam ser levadas às últimas conseqüências. Florestan Fernandes (1974) principia a pensar o desenvolvimento não se restringindo à industrialização em si mesma, mas aos requisitos estruturais e funcionais da civilização ocidental calibrados pelas condições sociais imperantes na sociedade brasileira. Esta hipótese nova de análise permitiu-lhe desvendar que a valorização do desenvolvimento do ponto de vista econômico era ideológica e equivalia à defesa do *status quo*, da condição subdesenvolvida.

Em face do diagnóstico, Florestan Fernandes (1974) opta pela exploração racional do conflito através do planejamento democrático, por acreditar na existência de uma “ampla margem de progresso social a ser alcançado nos limites da ordem estabelecida” (p.90). Ele advoga por mais expansão da ciência no Brasil, a fim de entrosar “progresso material” com “progresso moral”; pela eliminação das inconsistências existentes entre os critérios de estratificação social e os fundamentos morais da vida humana na sociedade de classes. O diagnóstico elaborado pelo autor sob a perspectiva dos processos de consciência social suscitou um equacionamento do ponto de vista do progresso moral/social através da valorização do planejamento, das atividades científicas, da sociologia e da educação sistemática, as quais podiam preparar os brasileiros para viver na “civilização tecnológica e científica”.

Para Florestan Fernandes (1974), por fim, os cientistas sociais, mediante as questões do desenvolvimento, ao afirmarem a importância dos fatores sociais nos processos econômicos, deixavam de ser “ideólogos” das “camadas” dominantes, podendo explorar os interesses da coletividade como um todo. Na medida em que o desenvolvimento social afeta a estrutura e a organização do sistema social, as atitudes favoráveis a este processo são de caráter “psico-social” e exercem funções construtivas para a diferenciação e reintegração da ordem na sociedade de classes. Porém, as atitudes e motivações que resultam na defesa de elementos pertencentes à velha ordem social tornavam-se fatores de “conservantismo cultural”. Ao se oporem às tendências de secularização e racionalização da sociedade, à formação de padrões mais complexos de organização social, essas atitudes e motivações redundavam em fatores adversos ao desenvolvimento social.

## 10. Novas perspectivas: da dependência cultural à dependência econômica

Florestan Fernandes (1974), no ensaio de introdução da segunda edição do livro *Mudanças Sociais no Brasil*, elabora uma autocrítica referente aos escritos dos anos de 1940 e 1950 e reelabora sua postura política, a qual antes zelava pela assunção dos papéis do sociólogo apenas no nível profissional, na universidade. Ele reconhece equívoco de sua antiga crença na produção de um conhecimento científico rigoroso, para a qual, as implicações políticas fundamentais acabariam sendo percebidas e concretizadas de um modo ou de outro na sociedade. Na autocrítica de 1974 ele reconhece também que se tratava de uma “utopia” de origem acadêmica e ressalta que, anteriormente, sua produção intelectual estava permeada pela expectativa de que ocorreria no Brasil uma “revolução burguesa de modelo francês”, com autonomia nacional e democratização do poder.

“Havia, portanto, a presunção de que o alargamento do horizonte intelectual médio refluiria na área de trabalho do sociólogo, criando para a investigação sociológica de cunho crítico uma ampla base de entendimento, tolerância e, mesmo, de utilização prática gradual” (FERNANDES, 1974, p. 21).

Entretanto, logo se tornou evidente para o autor que “o grau de secularização da sociedade brasileira como um todo e que os ritmos de democratização das relações de poder eram totalmente insuficientes para absorver tal desenvolvimento da pesquisa científica” (FERNANDES, 1974, p. 22). A busca pela “autonomia científica” dos “sociólogos profissionais” revelou-se para o autor como “transferência de ideais de trabalho por parte de professores de origem européia e treinados para trabalhar nas universidades européias” (FERNANDES, 1974, p.21), isto é, um ideal transplantado pela burguesia paulista e inaugurado na experiência universitária de São Paulo nos anos 30. Após ocorrerem os fatos que marcaram a sociedade brasileira e a biografia de Florestan Fernandes, entre 1964 a 1974, ele elabora uma nova autocrítica na qual se identifica pertencente *A geração perdida*.

Em tom de autocrítica referente ao itinerário intelectual dos anos 40 e 50, Florestan Fernandes (1980) reinterpreta os objetivos políticos da *intelligentsia*, a qual ele protagonizava à sua maneira. No âmbito institucional eles gravitaram em torno da criação de um sistema de ensino e pesquisa de alto padrão científico; na ordem estabelecida, ele diz ter lutado pela consolidação de seus requisitos ideais por meio do fomento de uma nova consciência social através da sociologia e da educação como tentativas de propagação do

inconformismo.

No período dedicado à formação e ao trabalho docente na USP, ele disse que tinha como busilís assegurar uma “atitude política firmemente embasada nas funções criadoras da universidade, da ciência, da filosofia, da literatura e da arte, e indissolivelmente identificado com a idéia de um papel intelectual criador” (FERNANDES, 1980, p.220). Essa perspectiva advinha do diagnóstico do importante papel da “consciência social” na “mudança social progressiva”, uma das questões centrais presentes em diversos temas tratados pela obra do autor nos anos 40 e 50.

Em 1959, o tema das relações culturais entre o Brasil e outros países retorna às reflexões do autor<sup>97</sup>. No entanto, naquele momento seu interesse pela “luta contra o subdesenvolvimento” era encarado de modo distinto ao que fora visto em 1954, no texto *Relações culturais entre o Brasil e a Europa*. Florestan Fernandes (1960a) volta-se agora para as “diferenças essenciais” dos países que formam as civilizações ocidentais e orientais, tendo em vista a possibilidade de cooperação e intercâmbio entre os países subdesenvolvidos para a superação da condição heteronômica; diferenças vistas de modo mais abrangente e relacionadas a uma totalidade.

As “nações pertencentes ou vinculadas, civilizatoriamente, ao Ocidente, poderão compartilhar de interesses e de aspirações que parecem colidir com os interesses conservadores das grandes potências” (FERNANDES, 1960a, p.164). Nesse contexto, no qual a geopolítica internacional esteve bipolarizada entre ocidente capitalista, representado pelos EUA, e oriente socialista, simbolizado pela antiga URSS, havia os países subdesenvolvidos – interpretados de outro modo, como países do “terceiro mundo”. Embora o Brasil fizesse parte da civilização ocidental, o autor reconhece que este processo de integração ocorria a partir de certas particularidades históricas e certos obstáculos estruturais, os quais configuraram uma “dinâmica cultural” própria ao país.

O alcance do empreendimento português no Brasil, em vez de um “processo civilizatório”, é visto agora com algumas reservas por Florestan Fernandes. A ação portuguesa seria antes um processo colonizador do que o transplante e manutenção de uma civilização, dado o “sentido histórico” que se estabeleceu com o território brasileiro e a “fusão de diversas culturas”. Apesar da diversidade cultural existente, predominou um

---

<sup>97</sup> Trata-se de uma comunicação apresentada ao *Simpósio sobre o Intercâmbio entre o Brasil e o Oriente*, realizada pela UNESCO no ano de 1959. Publicada sob o título: **Relações culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente** no livro *Mudanças sociais no Brasil*.

sistema padrão de atitudes, instituições sociais e valores, o qual se deve ao domínio dos portugueses e da cultura da qual eram portadores. Esta adquiriu um *status* formador da “dinâmica cultural”, revelando a ação mediadora e seletiva dos portugueses entre o Brasil e a civilização ocidental. As próprias características da colonização referem-se à posição que Portugal estabeleceu perante os demais países europeus. Embora tenha diminuído com o passar do tempo, conservou-se a distância cultural entre o Brasil e os países “adiantados”.

A forma de integração estabelecida entre Brasil e ocidente deu-se pela absorção contínua de imigrantes europeus, pelas relações de dependência econômica do Brasil e, principalmente, pela ação de valores, comportamentos e modelos de organização institucional trazidos da Europa. Para o sociólogo, a integração econômica do país, após a Independência, deu-se pela exportação de matérias primas e importação de bens de consumo, capitais e técnicas, aprofundando as relações de dependência com os países dominantes da civilização ocidental.

A reconstrução desta na sociedade brasileira apresentou um caráter inorgânico, com os obstáculos impostos pela condição subdesenvolvida do país. Dentre outros aspectos, esse processo deu-se pela seleção de modos de vida e modelos organizacionais deformados ao serem transpostos da Europa para cá; estilos de vida realizados de forma parcial. E, sobretudo, destaca-se o fato de Florestan Fernandes dar atenção à “consciência intelectual colonizada”, que se projeta nos países “adiantados”, encobrendo as necessidades do país. Nas palavras do autor:

[...] a formação de identificações compensatórias, que projetam e integram as atividades intelectuais conscientes no horizonte cultural e no fluxo da existência dos países plenamente desenvolvidos da civilização ocidental, com prejuízo para a percepção realista das exigências do ambiente imediato, mas com vantagens para a propagação e o fortalecimento de impulsões sócio-culturais inovadoras [...] (FERNANDES, 1960a, p. 169).

A condição de subdesenvolvimento transcendia as polarizações em voga no seu tempo (EUA versus URSS). Daí que “as chamadas nações subdesenvolvidas deviam unir-se, com o objetivo de conjugar seus esforços na luta pelo progresso econômico, político e social” (FERNANDES, 1959a, p.173). Esses e outros apontamentos feitos pelo autor corroboram a visão do Brasil como um país subdesenvolvido dotado de certas particularidades no processo de integração à civilização ocidental e ao “moderno capitalismo”; o Brasil, para ele, deveria ser pensado desta forma. Segundo Cardoso (1996), com esta demarcação teórica, Florestan



Fernandes abandona a hipótese da “demora cultural” e acaba criando uma nova problemática.

Esta constatação recebeu um esforço interpretativo de Florestan Fernandes durante toda a década de 60, culminando no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Em razão dos limites estabelecidos para esta dissertação não examinaremos a questão a fundo neste momento, apesar de ela ter grande relevância para o itinerário intelectual do autor, como um teórico crítico e engajado nas questões de seu tempo.

Cardoso (1996) demonstra a importância deste texto (*Relações culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente*) na construção de uma nova problemática – por parte de Florestan Fernandes, na história da sociologia no Brasil – que difere substancialmente do nacional-desenvolvimentismo, visto como ideologia da classe dominante.

Segundo Cardoso (1994), a construção de uma problemática pressupõe que existem “conhecimentos disponíveis quando um novo conhecimento se forma [...], como esses conhecimentos disponíveis pertencem, pelo menos em parte, a um campo ideológico, eles estão de algum modo inseridos na organização deste campo ideológico”. A questão do desenvolvimento nacional e o modo como Florestan Fernandes a elaborou, de modo a oferecer uma interpretação inovadora e alternativa através do debate acerca do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente. A noção de problemática, então, “deve contemplar, além do conteúdo teórico, também um conteúdo ideológico. Suponho, ainda, que deva existir uma articulação definida entre esses dois tipos de conteúdo” (CARDOSO, 1994). Contemplar a articulação política, entre conhecimento e interesse, para a compreensão de um processo social.

A presença hegemônica do debate do desenvolvimento nacional no processo de industrialização brasileiro, nos anos 50 e 60 do século passado, engendrou uma problemática dominante no período, a qual Guerreiro Ramos transpôs de modo peculiar para sua concepção de sociologia. Mas, esta recebeu um contraponto decisivo a partir daí na obra de Florestan Fernandes.

Até então os obstáculos ao desenvolvimento nacional, como a “dependência cultural”, eram pensados nos marcos da hipótese da “demora cultural”. Isto é, a lentidão pela qual os processos de secularização e de racionalização, presentes nos saberes e instituições transplantados dos “países adiantados”, eram absorvidos por toda organização social; o que criava um desequilíbrio e tensão entre a esfera cultural e as demais esferas da sociedade.

Florestan Fernandes acreditava que através do fomento de uma mentalidade

congruente com as necessidades da ordem social competitiva e de seu aparato institucional-legal democrático que, apesar das debilidades políticas internas e as relações sociais que a conformavam, vinha se construindo na sociedade brasileira, estas inconsistências estruturais se equacionariam de modo quase automático no processo de mudança social. Também, as inconsistências estruturais poderiam ser transformadas por meio de um processo de mudança cultural provocada, via planejamento e intervenção racional na sociedade pelo Estado, o qual era incumbido de se responsabilizar pela ciência e pela educação sistemática como fatores de reconstrução social.

No entanto, é a partir do texto em análise que Florestan Fernandes abandona a tematização da sociedade brasileira, entendida antes com referência à nação e comparada ao sistema social inclusivo identificado com a “Europa” ou os “centros exógenos de produção do saber racional”. A referência principal de sua análise converte-se na “civilização ocidental moderna” ou no “capitalismo moderno” para pensar todo o “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. A condição heteronômica dos países privados de autonomia no processo de expansão da civilização ocidental passa a ser vista pelo prisma econômico, político e social, por uma totalidade que confere um novo sentido à dependência cultural.

É importante notar como o eixo da pesquisa se desloca e como seu objeto se reconstrói. O recorte definidor da unidade de análise sofrerá modificações no decorrer da pesquisa do próprio Florestan, que construirá seu objeto e o reconstruirá: primeiro, enquanto expansão capitalista mundial; segundo, enquanto “forma de integração” das “sociedades heteronômicas ou dependentes aos “centros de dominância” da expansão econômica capitalista; e terceiro, um pouco mais tarde, com a caracterização desta “forma de integração” como uma forma particular, específica, que o desenvolvimento capitalista assume nas economias dependentes, com a construção do “capitalismo dependente [...]” (CARDOSO, 1996, p.104).

A partir daí Florestan Fernandes principia uma nova interpretação do Brasil, na qual o subdesenvolvimento passa a ser percebido junto com o estado de dependência fundamental produzido e mantido a partir “de fora”, por fatores estruturais, pelo mercado mundial e suas conjunturas, podendo ser superado “a partir de dentro”. Destaca-se a articulação entre dependência e organização social interna, agora, do ponto de vista das classes sociais, das relações estabelecidas entre elas tanto nos “centros hegemônicos”, quanto nos países dependentes, nas formas de poder instituídas na sociedade dependente – para além da *démarche* Estado-nação, nação-povo. O que será aprofundado em um trabalho futuro.

## 11. Demora cultural: limites ao processo de secularização e racionalização

A vinculação do pensamento de Florestan Fernandes aos dilemas da sociedade brasileira, no período em análise, teve inicialmente como pressuposto explicativo fundamental a tese funcionalista clássica da mudança social: a “demora cultural”, que oferecia uma explicação para a ausência de organicidade no desenvolvimento do país, nítida no contraste existente entre centros urbanos, marcados pela secularização e individuação, o Brasil “moderno” e as culturas de *folk*, espalhadas pelo país, que representavam um Brasil “arcaico”, caracterizado por formas de controle tradicionais, constituído por relações pré-capitalistas. Para ele, era fundamental questionar a incongruência das soluções uniformizadoras, as quais não compreendiam as particularidades das culturas de *folk* espalhadas pelo território nacional.

A hipótese da demora cultural foi sendo aprimorada por Florestan Fernandes conforme os pontos de vista estrutural e dos “tipos-ideais” de Karl Mannheim, passando a ser entendida como heterogeneidade de situações histórico-sociais numa mesma “estrutura social” que se desenvolvia no plano econômico, mas era barrada no âmbito cultural. No estudo do folclore, ele apresenta esta concepção histórico-estrutural, para explicá-lo. Este era visto até então de modo pejorativo como a cultura dos incultos, aquilo que não progredia e, para os evolucionistas, tratava-se de uma “sobrevivência”.

O folclore é um processo histórico informal de educação e de senso comum que se diferencia de uma visão desencantada, secular e racional através da situação social dos indivíduos. Esta determina as condições gerais de seu modo de vida e da apropriação do patrimônio cultural do grupo do qual participa, uma vez que esta assimilação se dá no cotidiano, entre indivíduos pertencentes à mesma classe social ou ao sistema de estratificação social estabelecido de acordo com as relações sociais específicas vigentes.

Durante o período de vigência da velha ordem tradicional-escravocrata, as ocorrências folclóricas diziam respeito a todos os estratos sociais da população na história cultural da cidade de São Paulo, assegurando pela reprodução de padrões de comportamento vigentes, os direitos e deveres reconhecidos pela tradição - a dominação patrimonialista e senhorial.

Com o fim da escravidão e o advento da República, iniciou-se um processo de desagregação da velha ordem social, bem como da cultura popular diante da necessidade premente do saber e de técnicas racionais condizentes à nova ordem urbana e industrial, que ganhou força na cidade de São Paulo nos anos 40. O folclore tornou-se mais identificado aos

elementos subalternos da sociedade brasileira, e passou a ser combatido pelas instituições “oficiais” (igreja, polícia etc.) por representar manifestações profanas e de ignorância.

Então, as diferenças de mentalidade de indivíduos de classes sociais distintas, expressas pelo folclore, não eram diferenças de natureza, mas diferenças de grau, suscetíveis de modificação através da educação sistemática, pois resultavam da participação desigual dos indivíduos na cultura do grupo. A mudança social subjacente a este processo não transformava igualmente todas as atitudes, técnicas e valores da herança tradicional, de modo que a preservação das manifestações folclóricas contribuía para a conservação dos elementos não afetados pela mudança social.

Porém, o apego à herança cultural tradicional, apesar de favorecer adaptações e conforto emocional, do ponto de vista do indivíduo tinha também seus efeitos negativos, pois as avaliações tradicionais (“dever”, “palavra de honra”, “reciprocidade”) perdiam suas referências sociais, bem como toda mentalidade antiga era contraposta pelo ritmo das transformações sociais e pelo conflito entre gerações. O mundo urbano demanda uma mentalidade que lhe é específica, não podendo mais os indivíduos tirar proveito da herança tradicional de modo irrefletido. Da mesma maneira, a presença do negro no folclore revelava e contribuía para manter a posição e a função subalternas do negro na sociedade brasileira.

Através de seus estudos sobre o negro Florestan Fernandes aprofundou seu conhecimento histórico da sociedade brasileira e consagrou um tipo de análise macrosociológica funcional-estruturalista e outra, histórico-estrutural que se volta para a história almejando intervir nela. Isso ocorreu através do reconhecimento das funções sociais cumpridas por formas de preconceito, pela interferência decorrente de sua existência no ajustamento das relações sociais, que contribuía na manutenção da estrutura social.

A desagregação da escravidão e seus efeitos criaram situações histórico-sociais heterogêneas, ausentes de organicidade. A desproporção entre o ritmo do processo político (transformação do escravo em cidadão), a mentalidade dos agentes (obstáculos culturais, preconceito de cor, representação/cristalização dos papéis sociais), e o processo econômico (morosidade ao transformar o escravo em trabalhador livre), prejudicaram o ajustamento do negro à sociedade de classes. A mesma rapidez que transformou o *status* político do escravo em cidadão não se processou no plano econômico de formação do regime de classes e integração desse agente social, que foi reabsorvido no sistema de trabalho através das ocupações “mais humildes” e “mal remuneradas”. Os negros herdaram do regime escravista, unicamente, o *status* social e cultural depreciativo e aviltado que legitimava as relações e o hiato mantido entre senhores e escravos, convertendo-se em obstáculo para sua inserção

profissional e política, e servia para conservar os estereótipos e o preconceito de cor.

Os obstáculos do processo de mudança social brasileiro foram apontados por Florestan Fernandes com base na hipótese da “demora cultural”, a qual revela estreiteza no horizonte intelectual médio brasileiro, dado o alcance limitado das mudanças sociais no sentido do processo de racionalização e de secularização da mentalidade dos sujeitos. Temas como o folclore e o preconceito de cor apontam para a necessidade do pensamento racional, identificado com a educação sistemática e à ciência, como fatores de construção de uma sociedade democrática.

Esta sociedade nascia dos escombros da velha ordem escravocrata-senhorial, fundada na dominação patrimonialista e patriarcal; o seu processo de desagregação delineou os limites do desenvolvimento da democracia no país. A efetivação de uma sociedade democrática tinha na sociologia a possibilidade de construção da autoconsciência dos cidadãos; na ciência e na tecnologia a possibilidade de superar o subdesenvolvimento; e na educação a função de formar personalidades democráticas e interessadas no “planejamento democrático” da sociedade.

Verificamos que a normatividade foi se salientando no pensamento do autor, em detrimento de uma concepção de objetividade bem expressa pelo “*ethos científico*” (Robert Merton). Ao que parece, inicialmente, a orientação normativa no pensamento de Florestan Fernandes em relação às questões histórico-sociais de seu tempo, apresenta-se através de indicações gerais e pouco detalhadas, sob a rubrica do “cidadão”, ao passo que os problemas atinentes ao desenvolvimento institucional da prática científica são amparados pela argúcia do “sociólogo”. Há uma tensão ambivalente entre o “objetivo” e o “subjetivo” nos seus diagnósticos, porém ela é racionalizada pelo autor através da justificativa de que um estaria ancorado no outro, ou seja, o “cidadão” emitiria suas opiniões com base no conhecimento do especialista.

Florestan Fernandes, então, distingue ideologia e ciência rigidamente em termos de verdade e falsidade, do mesmo modo teoria e prática são desvincilhadas em nome de um ideal de objetividade positivista-funcionalista que, ao transitar para a solução historicista de Karl Mannheim, repõe a unidade entre sujeito e objeto, teoria e prática para pensar a objetividade como interpretação ideológica que valoriza o papel dos intelectuais. A partir de 1959, porém, é iniciado um equacionamento dessa diferenciação. A ampliação dos papéis intelectuais do sociólogo enquanto cidadão é imposta pelas condições sociais constatadas pelo diagnóstico do subdesenvolvimento, assim como a necessidade de pensar as particularidades do país que impôs a Florestan Fernandes o abandono da hipótese da demora cultural.

## Considerações Finais

Do ponto de vista de uma história dos intelectuais nos anos cinquenta, Konder (1998) afirma que o “discurso da década” apoiava-se numa modificação histórica perceptível. Ele pondera que no início da década a “fisionomia” era uma: as mudanças se aparentavam lentas, o passado se mantinha presente, e insistindo em preservar-se. Mas, ao longo da década, a situação transformou-se no Brasil e na América Latina: uma ampla campanha com mobilização popular levou à criação da Petrobrás; em 1954, o suicídio de Getúlio Vargas provocou uma crise política no país; organizaram-se as primeiras Ligas Camponesas de Pernambuco; foram concedidos aumentos no salário mínimo dos trabalhadores; o consumo se expandiu, com a difusão de eletrodomésticos; indústrias automobilísticas com capital estrangeiro foram criadas; as cidades passaram a concentrar 45% da população brasileira; a vitória da Revolução Cubana em 1958 corroborava a possibilidade concreta do socialismo na América Latina. No final da década a “fisionomia” era outra, os intelectuais tinham expectativas mais animadoras quanto à transformação social do país do que no começo.

Guerreiros Ramos e Florestan Fernandes refletem em suas publicações as diferentes “fisionomias” da década de cinquenta apresentadas por Konder (1998), na medida em que ambos passaram a se engajar, cada vez mais, ao longo da década, nos problemas brasileiros, elaboraram diagnósticos distintos utilizando-se de argumentos não excludentes e nem redutíveis. Eles foram, aos poucos, transformando o tom de seus escritos em relação ao seu contexto, visando por meio deles provocar mudanças sociais. Apesar das diferenças marcantes, eles convergem por desnudar questões candentes em seu tempo, mostrando como certos problemas se apresentavam diante do que melhor poderiam ser; além de normatizar possibilidades de transformação, pois objetivavam provocar e orientar as mudanças sociais. Ambos sob o ideal de uma *intelligentsia* ou vanguarda intelectual.

Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos mantiveram diferentes posicionamentos em relação ao por que e para que da sociologia na sociedade brasileira. O primeiro, como artífice da Cadeira I de sociologia da USP reclamava cientificidade e autonomia da disciplina diante dos interesses sociais e das demais disciplinas, assim como a institucionalização do ensino e da pesquisa e a profissionalização dos sociólogos nestas atividades, para que assim pudessem contribuir com o debate político, como e enquanto especialistas. O segundo, nas capitais políticas (RJ e Brasília), na arena política institucionalizada, concebia o “pensamento sociológico” como um ponto de vista versátil e parentético, instrumento necessário para “organizar a nação brasileira”, através de uma *intelligentsia* representante do povo, ou o

ISEB, pelo menos enquanto participou da instituição.

Os dois sociólogos compartilharam uma concepção segundo a qual a sociologia provocava, de uma forma ou de outra, mudanças culturais e políticas na sociedade brasileira. Para eles, este conhecimento tinha contribuições que poderiam favorecer a compreensão e o melhor aproveitamento das potencialidades históricas postas em marcha pelo processo de revolução capitalista brasileiro. Os protagonistas do debate acreditavam nos anos cinquenta do século passado, cada um a seu modo, na possibilidade histórica de o Brasil se tornar uma sociedade “moderna, legal e igualitária”. Sob este horizonte intelectual e político e determinadas filiações teóricas, ambos elaboraram o que deveria ser a sociologia no Brasil, transformando suas concepções a partir de seus diagnósticos de tempo.

Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, na medida de suas limitações, criaram “teorias críticas” acerca da sociedade brasileira, nas quais o processo de revolução capitalista brasileiro é revelado em perspectivas e interesses distintos. Ambos estiveram orientados para a emancipação, conforme a tradução desta palavra em nosso contexto, no qual certas reformas sociais não realizadas assumem significações revolucionárias. Construíram, assim, “modelos críticos” com suas teorias e diagnósticos de tempo e vincularam sua atividade intelectual à transformação social por meio da elucidação de problemas históricos e da normatização em vista da superação dos arranjos de dominação que identificaram.

Não se trata de uma teoria crítica tal como cunhada por Horkheimer no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, como se viu no primeiro capítulo, em razão de que são contextos situacionais bastante distintos; as questões debatidas entre Horkheimer e Marcuse, exagerando, estavam em outro patamar histórico. Enquanto a revolução socialista havia sido derrotada na Europa dos anos vinte e se assistia a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha. No Brasil dos anos quarenta e cinquenta a situação era completamente outra. Tratava-se da realização com suas especificidades de um processo de revolução capitalista, no qual vinha se formando um incipiente mercado interno e um processo de industrialização restrito a alguns setores da sociedade e algumas regiões do país. Para se ter ideia, a maior parte da população brasileira nesse período era analfabeta e vivia no campo, muitas vezes, sob relações sociais pré-capitalistas e sob formas econômicas de subsistência.

Os modelos críticos elaborados pelos dois sociólogos estudados nesta dissertação expressam a especificidade histórica da sociedade brasileira, quando comparada a outros países como Alemanha, França, Inglaterra, EUA; devido à diferença dos processos de revolução capitalista desses países entre si e deles com o Brasil. Ao mesmo tempo, esses modelos críticos iluminam alguns dos impasses do processo de revolução capitalista

brasileiro, mais elucidado pelas ciências sociais nos anos setenta e oitenta.

Os pressupostos do debate intelectual entre esses autores dizem respeito, enfim, às fragilidades da sociologia no país e às maneiras de suprir aquilo que seriam suas inconsistências, que foram identificadas de maneiras distintas pelos autores e com o propósito de favorecer o melhor aproveitamento das potencialidades históricas postas em marcha pelo processo de revolução capitalista que coube ao Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **Livros, artigos e entrevistas de Florestan Fernandes**

FERNANDES, Florestan. Congadas e batuques em Sorocaba. **Sociologia**, 1943, São Paulo, v.5, n.3, p.242-256.

\_\_\_\_\_. "Tiago Marques Aipoburú: um Bororo marginal", *Revista do Arquivo Municipal*, 1946, São Paulo, vol 107.

\_\_\_\_\_. O problema do método na investigação sociológica. **Sociologia**. IX, n4, 1947.p. 337.

\_\_\_\_\_. Aplicação dos conhecimentos sociológicos às relações internacionais. **Sociologia** XII, n3, 1950 a. p.228-246

\_\_\_\_\_. **Análise sociológica das classes sociais**. Sociologia, São Paulo, (10) 2-3, 1948. p.91-113.

\_\_\_\_\_. O significado das ciências sociais no mundo moderno, **Filosofia, Ciências e Letras**, São Paulo, FFCL/USP, 13, 1951.

\_\_\_\_\_. Contribuição para o estudo de um líder carismático. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1951a, 138, p.19-34.

\_\_\_\_\_. Problemas da aplicação do conhecimento antropológico. **Anhembi**, São Paulo, 1952 n.10, v.25, p.47-53.

\_\_\_\_\_. Do escravo ao cidadão. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. **Anhembi**, São Paulo, 1953a, v.10, n.30. p.433-490.

\_\_\_\_\_. Cor e estrutura social em mudança. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. **Anhembi**, São Paulo, 1953b, v.11, n.31. p.14-69

\_\_\_\_\_. Existe uma crise de democracia no Brasil? **Anhembi**, São Paulo, 1954a, v.16, n.48. p.450-471.

\_\_\_\_\_. ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954b.

\_\_\_\_\_. O negro nos Estados Unidos. **Anhembi**, São Paulo, 1958, v.32, n.94, p.105-107

\_\_\_\_\_. **A Etnologia e a Sociologia no Brasil**, São Paulo: Anhembi, 1958a

\_\_\_\_\_. **A sociologia aplicada como disciplina autônoma**. Sociologia, n1, Vol. XX, março de 1958b. p.46-51

\_\_\_\_\_. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. p. 51

\_\_\_\_\_. Folclore e ciências sociais. **Revista Brasileira**, São Paulo, 1959b, 24 p.133-151.

\_\_\_\_\_. **Mudanças sociais no Brasil**. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a

\_\_\_\_\_. O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência. **Revista Brasileira**, 1960b, n.31,p.85-121.

\_\_\_\_\_. Antecedentes indígenas: colonização social das tribos tupis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. A época colonial. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1960 c.

\_\_\_\_\_. Investigação sociológica na América Latina. **Anhemi**, São Paulo, 1961, v.44, n.130. p.14-35.

\_\_\_\_\_. Funcionalismo e análise científica na sociologia moderna. **Sociologia**, São Paulo, (24) 3, 1962 a. p. 195-202.

\_\_\_\_\_. O problema da opção na sociologia. **Anhemi**, São Paulo, 1962b, v.47, n.141. p.434-452.

\_\_\_\_\_. A sociologia como afirmação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Minas Gerais, 1962c, v.2, n.1 p. 3-39.

\_\_\_\_\_. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

\_\_\_\_\_. **Organização social dos tupinambá**. 2ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963b

\_\_\_\_\_.**Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Editora da USP, 1970a.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967a.

\_\_\_\_\_. **Função social da guerra na sociedade tupinamba**. 2ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970b

\_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971

\_\_\_\_\_. **Mudanças sociais no Brasil**. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira.

2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. **A sociologia numa era de revolução social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil**. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. Sobre o trabalho teórico (entrevista). **TRANS/FORM/AÇÃO**. FFCL. Assis, n2 – 1975, p.5-86

\_\_\_\_\_. “Entrevista” (com Paulo de Tarso Venceslau) **Teoria e Debate**, n13 de 1961. São Paulo, Revista trimestral do PT.

\_\_\_\_\_.& BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

### **Livros, artigos e entrevistas de Guerreiro Ramos**

RAMOS, Alberto Guerreiro. As implicações sociológicas da puericultura. **Separata da Revista Pediatria e Puericultura**. Bahia: Imprensa Oficial, 1946a.

\_\_\_\_\_. A sociologia de Max Weber. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp. 3(2/3), 1946b, p.129-139

\_\_\_\_\_. A hipótese da demora cultural. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp. 1(1/2), 1947a, p.152-154.

\_\_\_\_\_. Karl Mannheim (1893-1947). **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp. 3(1/2), 1947b, p.166-168.

\_\_\_\_\_. As ciências sociais em transição. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp. 2(3/4), 1947c, p.136-140.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do orçamento familiar**. Rio de Janeiro: DASP; Imprensa Nacional, 1950.

RAMOS, Alberto Guerreiro; GARCIA, Everaldo da Silva. **Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949)**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Uma experiência de grupoterapia. In: NASCIMENTO, Abdias *et al* (org.) **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p.21-26.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O negro no Brasil e um exame de consciência. In: NASCIMENTO, Abdias *et al* (org.) **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p.33-46.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O museu como sucedâneo da violência. In: NASCIMENTO, Abdias *et al* (org.) **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p.47-50.

RAMOS, Alberto. Guerreiro. **O processo da sociologia no Brasil**. Esquema de uma história das ideias. Rio de Janeiro, 1953.

\_\_\_\_\_. O regionalismo na sociologia brasileira. **Separata de Serviço Social**, São Paulo, 14 (74), 1954a. p. 55-72.

\_\_\_\_\_. O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociológica do Brasil. **Separata de Serviço Social, São Paulo**, 14 (74), 1954b. p. 73-95.

\_\_\_\_\_. Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil. **Separata de Serviço Social, São Paulo**, 14 (72), 1954c. p. 51-68.

\_\_\_\_\_. ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954d.

\_\_\_\_\_. **Introdução aos problemas do Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957a. [(O problema do negro na sociologia brasileira p.123-170); (Patologia social do branco brasileiro p.171-192); (O negro desde dentro p.193-199); (Política de relações de raça no Brasil p.200-204)].

\_\_\_\_\_. **Condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.

\_\_\_\_\_. **Ideologias e segurança nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957c.

\_\_\_\_\_. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

\_\_\_\_\_. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

\_\_\_\_\_. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

\_\_\_\_\_. **A redução sociológica**. Introdução ao estudo da razão sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1965.

\_\_\_\_\_. Um herói da negritude [1952]. In: NASCIMENTO, Abdias (org.) **Teatro experimental do negro**. Testemunhos. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966. p.104-106.

\_\_\_\_\_. O negro desde dentro [1955]. In: NASCIMENTO, Abdias (org.) **Teatro experimental do negro**. Testemunhos. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966. p.128-135.

\_\_\_\_\_. A UNESCO e as relações de raça. In: NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968. p. 153-159

\_\_\_\_\_. Entrevista [09/07/1981]. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p.131-183.

## **Bibliografia geral**

ADORNO, Theodor W. Lições de Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2004.

ALVES, Luciana Rodrigues. **A elaboração da teoria crítica da sociedade segundo Lukács e Horkheimer**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). IFCH/UNICAMP: Campinas, 2004. p.94.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Ressentimento da dialética**. Dialética e experiência intelectual em Hegel (Antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda; GARCIA, Sylvia Gemignani. **Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna**. Brasília: CAPES, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do Seculo XX**. Bauru: EDUSC, 2001. 330 p.

AZEVEDO, Ariston. **A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado em sociologia política). Florianópolis, UFSC, 2006.

BARIANI Jr., Edson, **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias** (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNESP/FCL: Araraquara, 2003.

\_\_\_\_\_. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: Capitalismo e sociologia no Brasil**. Tese (Doutorado em sociologia). Araraquara: UNESP FCLAR, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOTTOMORE, Thomas. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BÔAS, Glaucia Villas. **Mudança Provocada**. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

\_\_\_\_\_. **A recepção da sociologia alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006b.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos EUA e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964. Disponível em: <http://pcb-campinas.blogspot.com/2010/11/os-interesses-economicos-dos-estados.html>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito de desenvolvimento do Iseb revisitado**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 9, Uberlândia, Anais... Uberlândia, 2004.

BRONNER, Stephen Eric. **A estrada de Horkheimer**. In:\_\_\_\_\_. Da teoria crítica e seus teóricos. Trad. Tomas R. Bueno e Cristian Meneguedo. Campinas: Papirus, 1997.

BRUNI, José Carlos. **Poder e ordem social na obra de Auguste Comte**. Tese (Doutorado em Filosofia). USP/FFLCH: São Paulo, 1989. p.225.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v.18, n.1, 2006.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares. In: Texto da conferência proferida no **Instituto de Estudos Avançados** em 16/12/1994. Disponível em: [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos).

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estud. av.** 1996, vol.10, n.26, pp. 89-128

CAVALCANTI, Maria Laura V. de C.; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, 1990, p. 75-92

CEPÊDA, Vera Alves; DEFFACI, Fabrício Antônio. Repensando o lugar da intelligentsia – desenvolvimento, democracia e projetos nacionais. *Papper*. **32 Encontro Anual ANPOCS** (2008). GT- Dilemas da modernidade periférica.

COHN, Gabriel et al. Florestan Fernandes, história e histórias (depoimento) **Novos Estudos Cebrap**, n.42, jul 1995.

COSTA, Diogo V. de A. **Florestan Fernandes em questão**: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPE: Recife, 2004.

CORREA, Mariza. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. Rio de Janeiro. **BIB-CS**, n40,2,sem. 1995

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DEBRUN, Michel. **Filosofia, política e bom senso**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

D'INCAO, Maria Angela (org.). **O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das ciências humanas. Tomo 1: Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica ? [crítica e aufklarung]**. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>. Acesso: 07/02/2009.

\_\_\_\_\_. **Qué es un autor?** Traducción de Gertrudis Gavidia y Jorge Dávila. Disponível em: [netart.incubadora.fapesp.br/portal/midias/foucault.pdf](http://netart.incubadora.fapesp.br/portal/midias/foucault.pdf). Acesso 07/02/2009.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (p. 1-192).

GUEDES, André Teles. Notícias sobre a sociologia acadêmica no Primeiro Congresso da SBS (São Paulo, 1954). **Plural**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2007, n.14, p.133-146.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo; MACEDO, Márcio. Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. **Dados**. 2008, vol.51, n.1, pp. 143-182.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.** 2004, vol.47, n.1, pp. 9-43.

\_\_\_\_\_. **Prefácio**. In: FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

HECKSHER, Mario Henrique. **Guerreiro Ramos – sociólogo da sociologia nacional** (Um diálogo com Florestan Fernandes). Tese. (Doutorado em Serviço Social). UFRJ, Escola de Serviço Social: Rio de Janeiro, 2004. 331p.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1870**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In:\_\_\_\_\_ Pensadores. 1º ed. São Paulo: Abril cultural, 1975. p.117-154.

\_\_\_\_\_. **Filosofia e teoria crítica**. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In:\_\_\_\_\_ Pensadores. 1º ed. São Paulo: Abril cultural, 1975. p.155-161.

\_\_\_\_\_. **As origens da filosofia burguesa da história.** Trad. Maria Margarida Morgado. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

\_\_\_\_\_. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais. **Praga**, 7. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p.121-131.

JAGUARIBE DE MATTOS, Hélio. Entrevista (09 de março de 1988). História da ciência (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). Entrevista concedida a Hiro Barros Kumasaka e Luitgarde O. C. Barros.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução às ciências humanas.** São Paulo: Letras e letras, 2008

JAY, Martin. **La creacion del Institut fur Socialforschung e sus primeros anos em Francfort; La genesis de la teoria critica.** In:\_\_\_\_\_. La imaginación dialéctica: una historia de la Escuela de Frankfurt. Madrid: Altea, Tourus, Alfaguarda, 1989. P. 25-149.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998. p.355-374

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise:** uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Vilas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra . “Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELLI, S. (org.) **A história das ciências sociais no Brasil.** São Paulo: Editora Sumaré, 2001. Tomo I. p.135-220.

LOPES, Juarez Brandão. Condições sociais de produção do conhecimento científico. **Sociedade e Estado**, Brasília, Vol VI, n 1, 1991.

LOWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen.** Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **La sociologia alemana del período imperialista.** In:\_\_\_\_\_. El Asalto a la razon. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1968. p.471-537.

\_\_\_\_\_. **A ontologia de Marx:** questões metodológicas preliminares; **Para uma crítica marxista da sociologia.** In:\_\_\_\_\_. Coleção Grandes Cientistas Sociais / José Paulo Neto (org.) Trad. José Paulo Neto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Àtica, 1988. p. 87-



108;p.109-172.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **A formação da teoria em História e Consciência de Classe de Georg Lukács**. Tese (Doutorado em Filosofia). USP/FFLCH: São Paulo, 1988. p, 452.

\_\_\_\_\_. História e consciência de classe, setenta anos depois. **Novos Estudos**, 36, SP, 1993. p.179-194

\_\_\_\_\_. **A reificação como realidade social**. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (org.). Lukács: um Galileu no século XX. São Palo: Boitempo, 1996. p. 34-54.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco**. Estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ: Rio de Janeiro, 1997. p.345.

\_\_\_\_\_. Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais. **Dados** 1997, vol.40, n.1

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Karl Mannheim**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**. Hegel e o advento da teoria social. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro: Editora Saga/AS, 1969.

\_\_\_\_\_. **Filosofia e teoria crítica**. Trad. Robespierre de Oliveira. In:\_\_\_\_\_. Cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 137-159.

MARIOSA, Duarcides Ferreira. **Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Unicamp/IFCH: Campinas, 2007. p.341.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Terceira carta de Karl Marx a Arnold Ruge** [1843]. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m09-43.htm>. Acesso: 25/03/2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução**. Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843. Rubens Enderle (Trad.); Leonardo de Deus (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2005. 167 p.

MARTINS, Tatiana Gomes. **Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual**. Dissertação de mestrado. IFCH/UNICAMP: Campinas, 2002. 142p.

\_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate**. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. 223p.

- MAUÊS, Maria Angélica da Matta. Entre o branqueamento e a negritude. O TEN e o debate da questão racial. In: MULLER, Ricardo Gaspar (Org.) **Dionysos**. Brasília: Imprensa Nacional/Minc, 1989.
- MERTON, Robert K. **Sociologia. Teoria e estrutura**. Tra. De Miguel Maillat. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- MICELLI. S. **A história das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. Tomo I.
- MULLER, Ricardo Gaspar (Org.). Identidade e cidadania: O teatro experimental do negro. In:\_\_\_\_. (org.) **Dionysos**. Brasília: Imprensa Nacional/Minc, 1989.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude**. Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986
- MUSSE, Ricardo. **Marxismo: ciência revolucionária ou teoria crítica?** In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (org.). **Lukács: um Galileu no século XX**. São Palo: Boitempo, 1996. p. 84-90.
- NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estud. av.* 2004, vol.18, n.50, p. 209-224
- \_\_\_\_\_. *Et al.* **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950.
- \_\_\_\_\_. **Quilombismo**. Petrópolis: editora Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Cristo negro: atentado à religião católica. In:\_\_\_\_. **Quilombismo**. Petrópolis: editora Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Teatro experimental do negro**. Testemunhos. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.
- \_\_\_\_\_. Cristo negro. In:\_\_\_\_.(Org.) **Teatro experimental do negro**. Testemunhos. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Quilombo**: Edição em fac-símile do jornal dirigido por Abdias do Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NETO, Estevam Alves Moreira. O conceito de crítica nas obras de juventude de Marx. **Revista Aurora**, Ano II, número III, Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/aurora>. Acesso em 10/02/2008.
- NOBRE, MARCOS. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 a.
- \_\_\_\_\_. Crítica e emancipação: em busca dos princípios fundamentais da teoria crítica.

- Espacios em blanco. Serie indagaciones**, Buenos Aires, Argentina, v1, n.14, 2004 b.
- \_\_\_\_\_. **Lukács e o materialismo interdisciplinar**. Uma leitura de teoria tradicional e teoria crítica, de Horkheimer. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (org.). Lukács: um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 74-83.
- \_\_\_\_\_. **Introdução**. Modelos de teoria crítica; **Max Horkheimer. A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio**. In:\_\_\_\_\_. (org.) Curso livre de teoria crítica. Campinas: Papyrus, 2008. p. 9-20.
- NOGUEIRA, Oracy. “A sociologia no Brasil”. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (coord.) **A história das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1981. p.183-234.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Economia brasileira: crítica à razão dualista”. São Paulo, *Estudos Cebrap* (2), 1972.
- OGBURN, W. F. **Social change**. New York: The Viking Press, 1938
- ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, Cebrap, n.27, jul 1990, p. 163-175.
- PAIVA, Vanilda, Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista, Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*: 1980.
- PEIXOTO, Fernanda Ares. “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960”. In: MICELLI, S. (org.) **A história das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. Tomo I. p. 477-531.
- PINTO, Costa. Sociologia e mudança social. *Sociologia ELSP*, v IX, n4, 1947
- PRADO JUNIOR, Caio. Métodos sociológicos. **Fundamentos**, 1949, SP. p. 23-30.
- PULICI, Carolina. **De como o sociólogo deve praticar seu ofício**: as Cátedras de sociologia da USP entre 1954-1969. Dissertação (Mestrado em Sociologia) USP/FFLCH: São Paulo, 2004. p.176
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: nascimento e expansão. **Ci&Trop**. Recife, v20, n2, 1992, p. 387-412.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento das pesquisas sociológicas empíricas no Brasil: ontem e hoje. **Seminário de Estudos Brasileiros – Encontro Internacional de Estudos Brasileiros – Introdução ao estudo da sociologia no Brasil**. SP: USP / Instituto de Estudos Brasileiros, Vol I e II, Setembro de 1971.
- RAGO, Elisabeth Juliska. O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos. Dissertação.

(Mestrado em História). São Paulo: PUC-SP, 1992. 198p.

REDFIELD, Robert. **The Folk Culture of Yucatan**. Chicago: University Press of Chicago, 1941.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1 jan./mar. 1983a. (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra).

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, abr./jun. 1983b. (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra).

RODRIGUES, Lidiane Soares. **Entre a academia e o partido**: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983). Dissertação (Mestrado em história social). USP/ FFLCH: São Paulo, 2006.

ROMÃO, Wagner de Melo. A **experiência do Cesit**: sociologia e política acadêmica nos anos 1960. Dissertação (Mestrado em sociologia). USP/FFLCH: São Paulo, 2003. p.170.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978.

RUSCONI, Gian Enrico. **Teoria crítica de la sociedad**. Trad. Alberto Méndez. Barcelona: Ediciones Martinez Roca S/A, 1969.

SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. (Biblioteca do pensamento político republicano).

\_\_\_\_\_. SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. SP: Nacional/Finep, 1979.

\_\_\_\_\_. Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma obra. In: **Revista de Administração Pública**, RJ, 17 (2), 1983, p.30-34.

SHIOTA, Ricardo Ramos. Política e conhecimentos parciais: a *intelligentsia* enquanto fundamento social da síntese em Karl Mannheim. **AURORA**, n 4, 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=1954&CodigoOpcao=4565&Opcao=4563>

SILVEIRA, Heloisa Fernandes. **Chaves do exílio e portas da esperança**. Pulsional. Ano XIX, n185, março de 2006;

SOARES, Luiz Antonio Alves. "Guerreiro Ramos: A Trajetória de um Pensamento". *Revista de Administração Pública*, 1995, vol. 29, nº 2, pp. 33-50.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Da resistência a

ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

VIANNA, Luis Werneck. Introdução; em busca de um marco comparativo. **Dados**. Revista de ciências sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994, v.37,n.3 p. 357-403.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Os intelectuais regionais: os estudos do folclore e o campo das ciências sociais, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1996

TOLEDO, Caio Navarro. **Iseb: Fábrica de ideologias**. 2ed. São Paulo: Ática, 1982.

ZAHAR, Renate. **Colonialismo e alienação**: Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon. Lisboa: Terceiro mundo e revolução, 1976.

WEBER, Max, 1864-1920. **A ética protestante e o "espírito"do capitalismo**. Antônio Flávio Pierucci (Ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WIGGERSHAUS, Rolf. **A escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: Difel, 2002

## Anexo

Cartas de Guerreiro Ramos enviadas a Florestan Fernandes. Fonte: Fundo Florestan Fernandes.

VA - Part. Ev.  
02.09.0589

Rio, 14 de março de 1949

Caríssimo Florestan:

Envio-lhe anexo um material informativo sobre a Conferência Nacional do Negro, iniciativa de moldes sociológicos à qual me associei.

Vou lhe pedir - lhe colaboração para como que divulgar o certame entre as pessoas interessadas.

Você recebeu uma coletânea de simuladas de um curso que ministrei o ano passado no D.N.C. e também uma importância para me remeter um número de Sociologia?

Peço-lhe o otimismo de, quando estiver com o Sr. Wagner, perguntar-lhe se recebem duas coletâneas que lhe mandei.

Certo do seu interesse por tudo, aqui fica o amigo certo

Guerreiro  
Jule 626 (DASD) R.!

VA-Part. E. v. 10  
02.09.0592

Rio, 1/3/50

Meu caro Florestan,

Agradeço por tua carta. Nada ainda decidido sobre minha viagem a São Paulo que deverá ser a serviço do IBSP. Avisar-te-ai.

Estou te escrevendo para te convidar para participar do 1º Congresso de Negro Brasileiro a realizar-se em fins de agosto do corrente. Desjejaria que tu fosses um dos membros da Comissão Preparatória de São Paulo e que escrevesse uma tese.

Te envio em anexo um número do Quilombo e um exemplar de meu novo trabalho mem. Sociologia do Movimento Familiar, junto às minhas ~~as~~ notas de aula de seu volume 5.

Espero-te que me respondas esta carta dizendo-me se acolheres ou não o meu pedido.

Recomendações as tens e um grande abraço de  
Frederico

Sala 711 - IBSP  
Ministério de Fazenda

Rso  
728



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

YA - Post. Estado 1  
02.03.0590

Rio, 4/1/50

Caríssimos Florentam.

Respondendo sua carta de 31/1/49,  
comunicando que dependi, no DAST, uma  
tese sobre a evolução de organizações  
científicas de trabalho, tendo em vista o  
exercício de cargo da carreira de Finanças  
de Administração. ~~Trata-se~~ Trata-se  
sucedido e a tese deve ser publicada  
de um magis.

Retorno in ad: São Paulo, passen  
talém uns oito dias.

~~De~~ O plano de sua carta  
vem este magnifico. Acho que  
v. não perca esta oportunidade  
de conhecer a vida do A.R. Vou  
não esquecer aqui um pedido à  
sua altura.

Gen. Lino está sendo muito  
bem recebido aqui. Partip de  
do Holanda den-ble prestijio.





02.09.0.90 2

Nascen - my amo filha no dia 26/04/49/

Na minha tese eu citei  
Munato, a propósito das condi-  
ções do trabalho nos sociedades  
primitivas. Usei muito a  
sua capitalização sobre a eco-  
nomia tipicamente.

Preparar um trabalho para  
o Congresso de Negro e me  
mandar um artigo para o  
Amilcar. Ler o meu ~~artigo~~  
discursão sobre o negro no Bra-  
zil. No dia 12 vamos fundar o  
Museu do Negro que tem por dire-  
tor Joaquim Ribeiro. Estou plane-  
jando instalar em Caixias, a Mesa  
do Negro do Estado de Rio, um Instituto  
de Orientação Profissional. Prontamente  
vai começar com uma escola pri-  
vada. Não penso em fazer oficinas  
de alfabetização, tipografia, marcenaria, etc.  
Tudo e uma escola de formação.  
Manda por telegrama. Sem  
juízo

Sala 711

DASP

Nome: Frazer de

VII - Part. E vents  
02.09.0591

Meu caro Florentino:

Estou devendo carta a vcs. E ainda a obrigação de dar a minha opinião sobre o seu trabalho. Não o li ainda. Os trabalhos do Congresso do Negro e depois mudança de uma casa para outra me deixaram frouxo. Mas vou lê-lo e lhe dar a minha opinião sincera. Logo - lhe, entretanto, que não deixo de lhe mandar sugestões sobre a minha tese. Foi contratado para transportá-la em livro e vou refazê-la completamente. Preciso de suas críticas, sobretudo do princípio capitulado.

Estou encorajando um trabalho para um symposium de psicoterapia em Cincinnati para o qual fui convidado. Realiza-se em maio de 1957. O prof. Moreno colocou-me no "Board of Contributing Editors" do "Journal of Sociopsychopathology and Society."

Em novembro começarei as sessões de psicodrama e sociodrama e de humanização de seres de negros no Instituto Nacional do Negro, agora em sede própria.

O Congresso foi um sucesso. Vce o acompanhou? Envie-me notícias. Ainda não ao fio. Não sei se de meu convite pois no nosso apartamento há bastante espaço.

Abraços a Madame e meus abraços  
sãos para vcs. jamais

D. A. S. P.

Sala 728

VP - 20  
02.09.0952

PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO PRELITO

Caríssimo Florestan:

Respondo com prazer a sua última carta. Há muito  
você interessante nos trabalhos de Costa Pinto. Quanto ao seu comentá-  
rio, achei excelente. Ades vos muito emancipado do lugar  
epicuro da sociologia e tenho muitas esperanças em que você  
para no Brasil uma primeira sociólogos a contribuir genui-  
namente para o avanço desta ciência, em particular de sociologia  
sonoro ainda colonial, ainda e também. "Enfim Florestan  
viendra..."

Mande-me tudo o que v. escrever e comunique-me  
as novidades no campo acadêmico aí. Estou interessado  
em um número de sociologia sobre classes. Não recebi "Aspecto de  
parlamento..." embora tenha recebido uma coleção do J.F.  
Voz não deve querer receber a RSP. Os muitos outros ali  
não têm nenhuma importância, são meramente epistólicas.  
(1950)

No momento, estou trabalhando muito. Sou qual-  
quer: um de sociologia no Colégio de Aeronáutica de  
preparação de oficiais para ingresso na Escola de Comando  
e Estado Maior de Aeronáutica; um de sociologia aplicada da unida-  
dade infantil no Dep. Nacional de Criança, que está nos está-  
bastante interessante porque estamos explorando com certa  
profundidade os aspectos demográficos do problema, um de  
sociologia de temas administrativos no DAFSP e outros ainda  
no DAFSP sobre princípios de organização e administração  
pública. Com você, é muito trabalho. Além disto estudo paratécnicos  
para a carreira de técnicos de administração do DAFSP pois  
sou ainda um interno.

Temho muita vontade de conhecê-lo e "causar"! Se vier ao Rio  
procure-me, sem falta. Tenho descoberto aqui bons espíritos in-  
teressados em sociologia. Você pode me mandar um exemplar  
de "Cunha...". do mestre Willem?

Seu irmão, seu amigo certo

Grenier

Além disso, o Alceu, o Alice, de Wagner, que me deu uma  
carta.

VA - Port. Ramos  
02.09.0594

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA**  
**-IBESP-**

Rua do Ouvidor, 50 - 11.º andar  
TELEFONE 23-6227  
Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1954

Meu caro Florestan Fernandes:

Conto com a sua colaboração para os Seminários do IBESP, a qual já anunciei pela imprensa. Constituirá para mim um motivo de orgulho trazê-lo aqui para o nosso convívio e estou certo de que V. não faltará à promessa que me fez nesse sentido.

Sua conferência, incluída no Seminário dito "ESTUDO DO HISTÓRICO-SOCIOLOGICO DO BRASIL", está marcada para o dia 28 de junho, às 5 1/2 da tarde. Se, por acaso, V. não puder vir, mande-ma. Mas isto em último caso.

Peço-lhe o obséquio de dizer ao Rui Coelho que houve uma alteração no calendário das conferências. A dele está prevista para o dia 5 de julho. Escreverei ao Rui sobre isto.

Encareço uma resposta sua, com brevidade. Recomendações em casa a M.<sup>me</sup> e meninos. Abraços do

*Guerrero Ramos*  
GUERREIRO RAMOS

VA - Part. E ventos  
02.09.0595

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA**  
**-IBESP-**

Rua do Ouvidor, 50 - 11.º andar

TELEFONE 23-6227

Rio de Janeiro

Rio, 6/5/54

Meu caro Florestan:

Venho mais uma vez lhe dizer que incluí  
o seu nome no calendário definitivo de nossas pale-  
stras e espero que você me mande o sumário  
e o texto de sua conferência com antecedência de  
duas semanas. Sua conferência está marcada  
para o dia 28 de junho.

Peço-lhe ainda que me responda às  
duas cartas que lhe mandei, cumprando os nossos  
entendimentos, pois não começa o nosso semina-  
rio no dia 17 e preciso de todos os aspectos.

Recomendo-lhe em casa. Abraços

Juarez Ramalho

VA - part. Eventos  
02.09.0593

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA**  
**-IBESP-**

Rua do Ouvidor, 50 - 11.º andar  
TELEFONE 23-6227  
Rio de Janeiro

Rio, 18/5/54

Meu caro Florestan,  
amigo e mestre:

Acabo de ler ~~essa~~ sabrosa carta que me chegaram com data de 14/5/54. É um documento em que <sup>se</sup> questiona se também os sociólogos "definem antes e vêm depois", isto é, são preconceituosos. Pois que diabo de semelhança há V. entre o IBESP e o "conferencista paulista" Nêde de Sá, este muito engarrafado. Que diabo de incompatibilidade há V. entre o seu "socialismo" e o do IBESP. Isto mostra apenas que V. "não leu a nossa revista e não gostou". E ainda vem V. me falar em "partidarismo". Acabemos com isto. Desfaçam-se os desprezíveis - e o "nós do Departamento" porque, ~~na~~ verdade, naquilo o Departamento representa essencialmente, ou também antigos aquele nós.

Farei tudo o que estiver ao meu alcance para trazê-lo aqui. Não posso dispensar ~~o~~ de oferecer à plateia ilustre que está acendendo as conferências, uma oportunidade <sup>de ouvir</sup> maior ~~antropométrica~~ <sup>de ouvir</sup> para estabelecer contato com a organização sociológica mais complexa de nosso país.

Penso que o tema de sua conferência pode ser o que proporia. Apenas lhe peço que desse ênfase sobre "o contraste entre a interpretação corrente e a interpretação sociológica da realidade" nacional (B), em caráter ilustrativo.

Haverá debates. O tempo de conferência é 50 minutos (uma de 15 páginas de tipopapel, espesso dois). Sua conferência está marcada para o dia 29 de junho às 19½. Muito lhe agradecerá se me mandar o texto uma semana antes. Peço-lhe também que me envie por telegrama Western a fim de que lhe unam a passagem pelo vêdele que escolher, aqui, trem ou ônibus.

Peço-lhe entregar ao Rui Colletto o bilhete anexos. Este escreva 2- de depois de uma noite inteira na Avenida (Hills de frente). Abraço de amigos certíssimo

Juremair

(com nota do meu endereço:  
Rua Itaipava, 44 - Apts. 201  
Jardim Botânico  
Rio de Janeiro

VII - Part. E. v. 10  
02.09.0591

Meu caro Florentino:

Estou de acordo com você. E ainda a  
obrigação de dar a minha opinião sobre  
o seu trabalho. Não o li ainda. Os trabalhos  
do Congresso do Negro e depois mudanças  
de uma casa para outra me deixaram  
pregoso. Mas vou lê-lo e lhe dar a minha  
opinião sincera. Logo-lhe, a propósito, que não  
deixe de me mandar sugestões sobre  
a minha tese. Foi contratado para transpor-  
tá-la em livro e vou refazê-la com-  
pletamente. Preciso de suas críticas, obre-  
tudo do primeiro capítulo.

Estou encorajado em trabalhar para  
um symposium de psicoterapia em  
Cincinnati para o qual fui convidado. Re-  
aliza-se em maio de 1957. O prof. Mares  
colocou-me no "Board of Contributing Editors"  
do "Journal of Sociopsychopathology and  
Sociology."

Em novembro começarei as sessões de  
psicodrama e sociodrama e de humanização  
de saúde do negro no Instituto Hospital do  
Negro, agora em sede própria.

O Congresso foi um sucesso. Você o  
acompanhou? Envie-me notícias. Ainda não  
so fio. Não sei se de mais convidado pois no nosso  
apartamento há bastante espaço.

Abraços à Madame e meus abraços  
sãos para você. João

D. A. S. P.

Sala 728

02 09 0312

Caríssimo Florestan:

Respondo em prazo a sua última carta. Há muito  
 vim interessando me trabalhos de Costa Pinto. Queixas de coarctati-  
 rio, achei excelente. Ades vos muito imbuído de lugares  
 equívocos de sociologia e tenho muito esperança em que vire  
 para o Brasil com primeiros sociólogos a contribuir genui-  
 namente para o avanço desta ciência. Em matéria de sociologia  
 souros ainda coloniais, ainda a também "Empin Florestan  
 virá..."

Manda-me tudo o que v. escrever e comunicar-me  
 as novidades no campo acadêmico. Estou interessado  
 no número de sociologia e de classes. Não recebi "Aspecto de  
 pensamento..." embora tenha recebido uma cópia de J.A.  
 que não deve fazer chegar a RSP. As muitas notas ali  
 não têm nenhuma importância, são meramente epistólicas.  
 (19-03)

No momento, estou trabalhando muito. Sou qual-  
 quer: um de sociologia no Colégio de Administração de  
 preparação de oficiais para ingresso na Escola de Comando  
 e Estado Major de Administração; um de sociologia aplicada da unive-  
 rsidade em função no Dep. Naç. de Criança, que está em esta-  
 bastante interessante por ser extenso explorando com certa  
 profundidade os aspectos demográficos do problema, em de  
 sociologia de temas administrativos no P. F. S. P. e outras ainda  
 no P. F. S. P. sobre princípios de organização e administração  
 públicas. Com os, o muito trabalho. Além disto estudo para a carreira  
 para a carreira de Técnico de Administração do P. F. S. P. pois  
 sou ainda um interno.

Tem muito o método de conhecer-lo e "causar"! Se vier ao Rio  
 procure-me, sem falta. Tenho desolado aqui com respeito in-  
 teressado em sociologia. Vou por me recomendar um exemplar  
 de "Cunha" de mestre Willem?

Seu irmão, seu amigo certo

Guendin

Alguns para Alceu S. A. G. de Wagner, que me deve uma  
 carta.



VA - Port. - Ramos  
02.09.0594

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA**  
**-IBESP-**

Rua do Ouvidor, 50 - 11.º andar  
TELEFONE 23-6227  
Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1954

Meu caro Florestan Fernandes:

Conto com a sua colaboração para os Seminários do IBESP, a qual já anunciei pela imprensa. Constituirá para mim um motivo de orgulho trazê-lo aqui para o nosso convívio e estou certo de que V. não faltará à promessa que me fez nesse sentido.

Sua conferência, incluída no Seminário dito "ESTUDO DO HISTÓRICO-SOCIOLOGICO DO BRASIL", está marcada para o dia 28 de junho, às 5 1/2 da tarde. Se, por acaso, V. não puder vir, mande-ma. Mas isto em último caso.

Peço-lhe o obséquio de dizer ao Rui Coelho que houve uma alteração no calendário das conferências. A dele está prevista para o dia 5 de julho. Escreverei ao Rui sobre isto.

Encareço uma resposta sua, com brevidade. Recomendações em caso a M.<sup>me</sup> e meninos. Abraços do

*Guerrero Ramos*  
GUERREIRO RAMOS

VA-Port. E ventos  
02.09.0595

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA**  
**-IBESP-**

Rua do Ouvidor, 50 - 11.º andar

TELEFONE 23-6227

Rio de Janeiro

Rio, 6/5/54

Meu caro Florestan:

Venho mais uma vez lhe dizer que incluí  
o seu nome no calendário definitivo de nossas pale-  
stras e espero que você me mande o sumário  
e o texto de sua conferência com antecedência de  
duas semanas. Sua conferência está marcada  
para o dia 28 de junho.

Peço-lhe ainda que me responda às  
duas cartas que lhe mandei cumprindo os nossos  
entendimentos, pois não começa o nosso semina-  
rio no dia 17 e preciso de todos os aspectos.

Recomendo-lhe em casa. Abraços

Juarez Ramalho

VIA - part. Eventos  
02.09.0593

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLITICA**  
**-IBESP-**

Rua do Ouvidor, 50 - 11.º andar  
TELEFONE 23-6227  
Rio de Janeiro

Rio, 18/5/54

Meu caro Florestan,  
amigos e mestres!

Acabo de ler ~~essa~~ sabrosa carta que me chegaram com data de 14/5/54. É um documento em questão pura que também os sociólogos "definem antes e vêm depois", isto é, são preconceituosos. Pois que diabo de semelhança há V. entre o IBESP e o "compêndio paulista". Não há dúvida, está muito enganado. Aquele diabo de incompatibilidade há V. entre o seu "socialismo" e o do IBESP. Isto mostra apenas que V. "não leu a nossa revista e não gostou". E ainda vem V. me falar em "partidarismo". Acabemos com isto. Desfagame - se em desprezinhos - se o "nós do Departamento". Porque, ~~na verdade~~, naquilo o Departamento representa essencialmente, ou também antigo aquele nós.

Farei tudo o que estiver ao meu alcance para trazê-lo aqui. Não posso dispensar ~~o~~ de oferecer à plateia ilustre que está acendendo as conferências, uma oportunidade <sup>de ouvir</sup> maior ~~entusiasmada~~ de estabelecer contato com a organização sociológica mais complexa de nosso país.

Penso que o tema de sua conferência pode ser o que propôs. Apenas lhe peço que desse ênfase sobre "contrastos entre a interpretação corrente e a interpretação sociológica da realidade" nacional (B), em caráter ilustrativo.

Haverá debates. O tempo de conferência é 50 minutos (uma de 15 páginas de tipos grandes, copiado dois). Sua conferência está marcada para o dia 28 de junho às 19½. Muito lhe agradecerá se me mandar-me o texto uma semana antes. Peço-lhe também que me envie por telegrama Western a fim de que lhe unam de passagem pelo viciado que escolher, aqui, trem ou ônibus.

Peço-lhe entregar ao Rui Coelho o bilhete anexa. Este escreva 2- de depois de uma noite inteira na Avenida (filha de...). Abraço de amigos certíssimo

Jurema

(Como nota do meu endereço:  
Rua Itaipava, 44 - Apts. 201  
Fund. Adhemar de Barros  
Rio de Janeiro